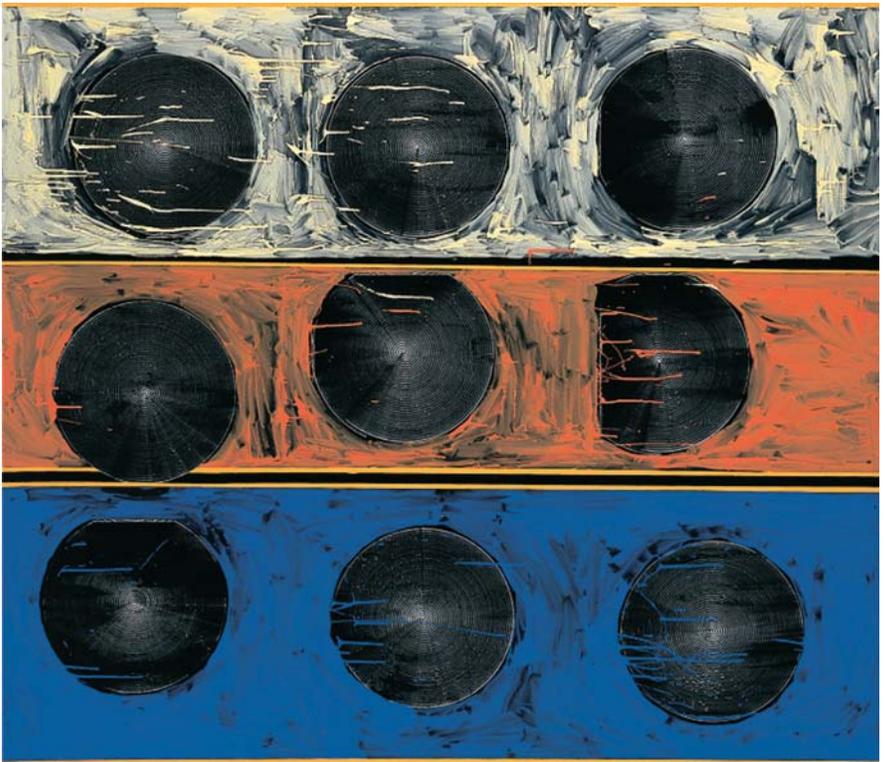


2.^a edição

Jorge Vala
Rodrigo Brito
Diniz Lopes

Expressões dos Racismos em Portugal



Estudos e Investigações



ICS

Jorge Vala
Rodrigo Brito
Diniz Lopes

Expressões dos Racismos em Portugal

**Estudos e Investigações
11**

ICS Imprensa
de Ciências
Sociais

Imprensa de Ciências Sociais



Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa - Portugal
Telef. 21 780 4700 – Fax 21 794 0274

www.ics.ul.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação
VALA, Jorge, 1947-
Expressões dos racismos em Portugal [documento eletrónico] / Jorge Vala,
Rodrigo Brito, Diniz Lopes. - 2.ª ed. - Lisboa : ICS.
Imprensa de Ciências Sociais, 2015. - (Estudos e investigações ; 11).
ISBN 978-972-671-359-3
CDU 316.6 (469)



Capa e concepção gráfica: João Segurado
Revisão: Soares de Almeida
1.ª edição: Março de 1999
2.ª edição (on-line): Novembro de 2015

Índice

Os autores	15
Prefácio à 2. ^a edição (<i>on-line</i>)	17
Introdução	23
Capítulo 1	
Racismo e percepção de ameaça: «eu estou tão mal como tu, mas eles estão melhor»	41
Competição por recursos e percepção de ameaça económica	45
Competição por recursos, percepção de interdependência e percepção de ameaça económica	50
Percepções de justiça, privação relativa e percepção de ameaça económica	53
Competição por recursos, justiça e percepção de ameaça económica – articulação de perspectivas de análise	61
Percepção de ameaça à segurança	64
Consequências das percepções de ameaça: intenções e atitudes discriminatórias	68
Resumo e conclusões	70
Capítulo 2	
Racismo, estereótipos e emoções: «eles não são piores do que nós, mas nós somos melhores do que eles»	73
Racismo, diferenciação intergrupala e construção social dos estereótipos sobre os negros.	75
Racismo, diferenciação intergrupala e expressão de emoções positivas e negativas	80
Serão os estereótipos e as emoções preditores das atitudes face aos negros?	82

Emoções, percepção de ameaça e percepção de interdependência	84
Emoções, estereótipos e posição face aos direitos dos imigrantes negros	86
A hipótese do contacto, emoções e estereótipos sobre os negros	87
Resumo e conclusões	95

Capítulo 3

Percepção de diferenças culturais e discriminação: «somos diferentes e melhores»	99
Percepção de diferenças culturais e construção da atitude face aos negros	102
Percepção de diferenças culturais, intolerância à incongruência de crenças, conservadorismo e autocategorização política	106
Percepção de diferenças culturais e hipótese do contacto	117
Resumo e conclusões	120

Capítulo 4

Distintividade racial e distintividade cultural: «eles não são uma raça inferior, mas a nossa cultura é superior»	123
Crenças organizadoras da ideia de «raça» no senso comum	127
Diferenciação cultural e racismo	128
Organização das percepções de diferenças raciais e de diferenças culturais	128
Distintividade racial, distintividade cultural, escolaridade e conservadorismo	133
Distintividade racial, distintividade cultural e identidades sociais	135
Distintividade racial, distintividade cultural: articulação de perspectivas de análise	138
Psicologia social do conhecimento, categorização social e análise da hetero-racialização e hetero-etnicização de minorias	140
Resumo e conclusões	146

Capítulo 5	
Racismo flagrante e racismo subtil: uma perspectiva comparativa	149
Racismo flagrante e racismo subtil: um estudo em diversos países europeus	150
Racismo flagrante e racismo subtil em Portugal	153
Preditores do racismo flagrante e subtil: comparação com os resultados europeus	158
Preditores do racismo flagrante e subtil: proposta de um modelo integrativo	160
Resumo e conclusões	170
Anexo	172
Bibliografia	175
Posfácio	183

Índice de quadros, gráficos e figuras

Quadros

1.1	Percepção dos negros como uma ameaça social: análise factorial em componentes principais.....	44
1.2	Rendimento, grupo sócio-profissional, escolaridade e percepção de ameaça económica: análise de regressão linear múltipla.....	48
1.3	Privação relativa – distribuição de respostas.....	55
1.4	Percepção de ameaça económica em função da privação, da privação relativa intergrupar e das percepções de interdependência: análise de regressão linear múltipla.....	62
1.5	Competição por recursos e percepção de ameaça económica: <i>path analysis</i> – valores <i>beta</i> dos caminhos.....	64
1.6	Sexo, idade e percepção de ameaça à segurança (médias)	67
1.7	Percepção da ameaça à segurança, conservadorismo e idade: análise de regressão linear múltipla	67
1.8	Percepções de ameaça, avaliação da presença de negros em Portugal e posições sobre políticas de imigração (médias).....	68
1.9	Percepção de ameaça económica e discriminação na protecção social (médias)	68
2.1	Atitude face aos negros em função dos estereótipos e das emoções: análise de regressão múltipla	83
2.2	Emoções face aos negros e percepções de ameaça (correlações)	85
2.3	Emoções face aos negros e percepções de ameaça (médias)	85
2.4	Emoções face aos negros e percepção de interdependência (médias).....	86
2.5	Posição face aos direitos dos imigrantes, estereótipos e emoções (correlações)	87
2.6	Expressão de emoções positivas face a negros e atribuição de traços positivos a negros em função de ter ou ter tido um amigo negro (médias)	92

2.7	Impacto da vizinhança e da amizade na expressão de emoções positivas e na atribuição de traços positivos aos negros: análise de regressão linear múltipla.....	93
3.1	Análise factorial em componentes principais dos indicadores	105
3.2	Atitude, estereótipos, emoções, percepção de diferenças de padrões culturais e de incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa: análise de regressão linear múltipla.....	105
3.3	Atitude face aos negros em função da intolerância à incongruência de crenças, do conservadorismo moral e do conservadorismo político (médias)	111
3.4	Percepção de diferenças de padrões culturais em função da intolerância à incongruência de crenças, do conservadorismo moral e do conservadorismo político (médias)	112
3.5	Incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa em função da intolerância à incongruência de crenças, do conservadorismo moral e do conservadorismo político (médias)	113
3.6	Percepção de diferenças culturais, atitude face aos negros e conservadorismo moral e político: análise de regressão linear múltipla (valores <i>beta</i>)	113
3.7	Atitude face aos negros e conservadorismo: estereótipos, emoções positivas e percepção de diferenças culturais: análise de regressão linear múltipla	114
3.8	Percepção de diferenças de padrões culturais, qualidade da relação e estatuto do vizinho (médias)	119
3.9	Incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa, qualidade da relação e estatuto do vizinho (médias)	119
4.1	Diferenciação cultural e diferenciação racial: análise factorial em componentes principais/rotação <i>oblimin</i>	129
4.2	Atitude face aos negros em função da diferenciação racial e da diferenciação cultural	130
4.3	Tipos de diferenciação e discriminação (médias).....	132
4.4	Distintividade racial e cultural, identidade nacional e identidade racial (médias)	136
4.5	Distintividade racial em função da identidade nacional e do conservadorismo político (médias)	137

4.6	Distintividade cultural e racial – coeficientes de discriminação das variáveis: análise factorial de correspondências múltiplas	138
5.1	Preditores do preconceito flagrante e subtil (Pettigrew e Meertens 1995)	153
5.2	Dimensões do racismo flagrante.....	154
5.3	Dimensões do racismo subtil	155
5.4	<i>Alfas de Cronbach</i> comparativos das subescalas.....	156
5.5	Atitude face aos negros em função do racismo flagrante e do racismo subtil: análise de regressão linear múltipla	157
5.6	Atitudes face a políticas de imigração em função da tipologia de racismo (percentagens)	158
5.7	Preditores do racismo flagrante e do racismo subtil – modelo de Pettigrew e Meertens: análise de regressão linear múltipla.....	159
5.8	Preditores do racismo flagrante e subtil: análise de regressão linear múltipla....	164
5.9	Preditores do racismo flagrante e subtil: análises de variância (médias).....	172

Gráficos

1.1	Percepção de ameaça económica em função do grupo sócio-profissional (médias)	47
1.2	Percepção de ameaça económica em função da percepção de interdependência (médias)	52
1.3	Percepção de ameaça económica em função do tipo de privação (médias)	57
1.4	Privação relativa intergrupar em função da justiça percebida do sistema social e do autopoicionamento político (médias).....	61
2.1	Estereótipos dos portugueses e negros – atribuição de traços negativos e positivos (médias)	77
2.2	Emoções positivas e negativas face aos portugueses e aos negros (médias)	81
2.3	Emoções positivas face aos negros em função do estatuto social e da qualidade de relações com vizinho negro (médias).....	90
2.4	Traços positivos atribuídos aos negros em função do estatuto social relativo e da qualidade de relações com vizinho negro (médias)	91

3.1	Intolerância à incongruência de crenças (primeiro indicador: incomodidade com opiniões diferentes), atitude face aos negros e percepção de diferenças culturais (médias)	108
3.2	Intolerância à incongruência de crenças (segundo indicador: amizades intergrupais), atitude face aos negros e percepção de diferenças culturais (médias)	109
3.3	Atitude face aos negros, diferenças culturais e saliência da autocategorização política (médias).....	116
3.4	Percepção de diferenças culturais, vizinho e amigo negro (médias)	118
3.5	Percepção de diferenças culturais e estatuto do amigo negro (médias).....	119
4.1	Atitude face aos negros em função da diferenciação cultural, da diferenciação racial e da não diferenciação racial e cultural (médias)	131
4.2	Distintividade racial, escolaridade e conservadorismo político (médias).....	134
4.3	Distintividade cultural, escolaridade e conservadorismo (médias)	135

Figuras

1.1	Operacionalização da privação relativa intergrupar e da privação relativa intragrupal.....	55
1.2	Modelo de análise.....	63
1.3	Resultados do modelo de análise	63
2.1	Traços atribuídos a portugueses e negros: construção das medidas	79
4.1	Distintividade cultural e distintividade racial: AFCM.....	139
4.2	Categorização e hetero-racialização de minorias	142
4.3	Categorização e hetero-etnicização de minorias.....	145
5.1	Construção dos tipos de racismo e erro na amostra.....	157
P.1	Relação entre crenças raciais e dimensões do preconceito	188
P.2	Tempo investido na atribuição de traços a pessoas brancas e negras numa tarefa de formação de impressões.....	196
P.3	Valência da atribuição de traços a pessoas brancas e negras numa tarefa de formação de impressões.....	197
P.4	Expressão do racismo biológico, do racismo cultural e do racismo antinegro em sete países europeus	199

Os autores

Jorge Vala

Doutorado em Psicologia Social pela Universidade de Louvain (1984), foi professor catedrático do ISCTE e é investigador coordenador no ICS da Universidade de Lisboa. Tem trabalhado em psicologia social dos processos sociocognitivos, nomeadamente no campo das representações sociais e ideologias, normas sociais e das identidades sociais. Os projectos que tem em curso articulam estes processos com vista ao estudo do racismo e do preconceito, das migrações, das atitudes políticas, da justiça social e da validação do conhecimento quotidiano.

Rodrigo Brito

Realizou o seu doutoramento em Psicologia na Université Libre de Bruxelles, Bélgica (2004). É licenciado em Sociologia e mestre em Psicologia Social e das Organizações pelo ISCTE-IUL, Lisboa, onde foi também investigador pós-doc no CIS-IUL. É professor associado de Psicologia na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, desde 2011 e investigador sénior no COPELABS/ULHT. Os seus interesses de pesquisa centram-se nos mecanismos e motivações fundamentais da sociabilidade humana, nomeadamente nas relações interpessoais, grupais e intergrupais. Colabora também em linhas de investigação interdisciplinares de ciberpsicologia (sobretudo reabilitação cognitiva) e de ciência da internet.

Diniz Lopes

Doutorou-se em Psicologia Social no Departamento de Psicologia Social e das Organizações, Escola de Ciências Sociais e Humanas do ISCTE-IUL, Lisboa, onde é professor auxiliar desde 2007. Recentemente, realizou o seu pós-doc nas Universidades Paris Ouest Nanterre La Défense, Paris Descartes e na Universidade do Porto. Os seus interesses de pesquisa actuais centram-se nos mecanismos utilizados pelo senso comum para validar o conheci-

mento quotidiano, a análise do papel do compromisso e da derrogação de alternativas nos comportamentos de permanência ou abandono de relações amorosas, bem como na aplicação de modelos estatísticos à análise de dados em psicologia, mais especificamente no domínio da psicometria.

Prefácio à 2.^a edição (*on-line*)

A 1.^a edição deste livro foi publicada em 1999, na sequência de um projecto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Na data em que foi publicado, este livro representava um dos primeiros projectos de pesquisa orientados para a compreensão das expressões dos racimos em Portugal numa perspectiva teoricamente informada e focalizada no exame de modelos e hipóteses, a maioria dos quais produzidos noutros contextos sociais e políticos. Os resultados publicados mostraram a pertinência desses modelos para ajudar a compreender de que factores se alimenta, também no nosso país, o racismo e o preconceito racial.

Apesar de esgotado há bastantes anos, este trabalho não teve inicialmente uma fácil recepção e a sua difusão foi lenta, acabando, porém, por se cruzar com muitas das pesquisas que posteriormente foram publicadas.

Tratando-se de um estudo que assenta em conceitos como atitude, percepção, orientações comportamentais e outros similares, todos eles conceitos muito marcados pelos contextos sociais e históricos de interacção em que ocorrem os fenómenos que pretendem investigar, e tendo os dados analisados neste estudo sido recolhidos há mais de quinze anos, podemos perguntar-nos porquê trazer de novo este livro a público, agora numa reedição em formato electrónico. A iniciativa de reedição do livro coube à direcção da Imprensa de Ciências Sociais. Trata-se de uma proposta que aceitei e que agradeço por considerar que vale a pena haver um registo acessível de uma pesquisa que pode ser útil não só do ponto de vista da revisão de literatura relativa aos estudos sobre o racismo e o preconceito racial em Portugal, mas também porque contém referências, resultados e modelos que continuam na agenda actual da investigação neste domínio.

Desta forma, a presente edição reproduz a edição de 1999, tendo-se apenas corrigido algumas gralhas. Parte dos avanços conceptuais ou empíricos que fizemos ou integrámos na nossa pesquisa posterior a este trabalho são apresentados no posfácio que encerra esta edição.

Actualidade do problema

Valerá, contudo, continuar a estudar um fenómeno como o racismo e o preconceito racial que para muitos deixou de ter relevância social nas sociedades democráticas contemporâneas?

De facto, a invisibilidade das minorias raciais é tão grande que o preconceito racial só pode aparecer como um fenómeno accidental, que ocorre em casos excepcionais. Os dados dos estudos publicados muito recentemente, porém, põem em causa esta ideia, ela própria, estamos em crer, uma manifestação do que tem sido apelidado de *racismo aversivo*, o racismo que se esconde em justificações e legitimações socialmente aceitáveis.

No plano internacional, a actualidade e as implicações a muitos níveis do racismo, do preconceito e da discriminação racial são objecto de reporte regular por parte da rede de organizações internacionais anti-racistas. Mas a dificuldade de gerir politicamente este fenómeno está bem patente nos conflitos gerados pela última das conferências organizadas pela UNESCO em 2001 em Durban – Conferência Mundial contra o Racismo –, na sequência da qual as Nações Unidas promoveram em 2009 uma conferência com objectivos semelhantes em Genebra e uma nova conferência em 2011 com o fim de comemorar a conferência de Durban. O pedido de indemnizações pela escravatura e os ataques a Israel pelo tratamento desumano dos palestinianos levaram vários países – entre os quais a Austrália, a Alemanha, a França, a República Checa e a Áustria – a não subscrever a declaração de Durban e a boicotar as reuniões subsequentes. A regulação internacional da luta contra o racismo ficou gravemente abalada por estes acontecimentos e as medidas tomadas pelas Nações Unidas têm-se mostrado totalmente ineficazes. E, se os EUA são, neste domínio, um termómetro, então o preconceito racial e a discriminação institucional terão sofrido nos últimos anos uma forte aceleração, como mostram a violência policial contra pessoas negras e a reemergência do Ku-Klux-Klan em moldes que se julgavam ultrapassados.

Na União Europeia são realizados estudos sistemáticos sobre o preconceito racial e sobre as vítimas de racismo, mas a legislação anti-imigração ou usada contra os imigrantes em diferentes países e as não-medidas de apoio aos milhares de imigrantes que tentam atravessar o Mediterrâneo – 29 000 mortos em quinze anos – constituem indicadores de que as instituições europeias não consideram que estamos perante um problema grave, posicionamento que não será estranho a crenças racistas, ainda que escondidas e não estruturadas. Aliás, quando a União Europeia associa as medidas de integração de imigrantes aos problemas de segurança, isso indica que o problema a resolver – a integração de imigrantes de que a Europa precisa – é, afinal, estruturado por um outro problema: a segurança. É, aliás, no cruzamento de imigração com segurança que o problema do racismo institucional difusamente praticado na Europa se legitima. Veja-se como

exemplo a deportação de ciganos e romenos, o sistemático controlo de pessoas negras a que assistimos nas ruas de Paris ou Londres (pode haver sempre entre elas alguém indocumentado ou um criminoso), a segregação destas pessoas nos chamados bairros periféricos e a representação desses bairros como campos inimigos, etc. O problema do racismo difuso na Europa não se confina ao racismo cada vez mais sofisticado da extrema-direita, atravessa as instituições dos Estados. Não foi necessário que a extrema-direita chegasse ao poder para muitas das medidas que propõe terem sido adoptadas em França, no Reino Unido ou na Holanda. Foi a extrema-direita que ergueu um muro contra os refugiados na Hungria, mas não foi a extrema-direita que gerou a indiferença face às mortes de imigrantes e refugiados no Mediterrâneo, nem foi a extrema-direita que abriu um novo cemitério em Calais ou falou dos refugiados como uma «infestação».

Em Portugal, a actualidade deste problema mantém-se igualmente. Mas sabemos mais hoje do que sabíamos há quinze anos sobre a expressão do preconceito racial, sobre as atitudes face aos imigrantes e sobre a sua valiosa contribuição para a economia do país. Ganhámos em informação.

Sabemos também que a legislação com vista à integração dos imigrantes não tem a necessária correspondência nas práticas institucionais, como se mostrou num estudo comparativo sobre a percepção de discriminação racial por parte de minorias, onde algumas das minorias em Portugal se mostraram em vários aspectos mais discriminadas do que minorias noutros países europeus, ao mesmo tempo que se declaravam sensíveis à discriminação institucional na escola e na relação com a polícia. Um rápido levantamento na imprensa lembra casos específicos que ilustram estas percepções. Por exemplo, em Fevereiro deste ano, 2015, a polícia, num gesto recorrente, voltou a agredir pessoas negras na Cova da Moura. Foi na altura aberto um inquérito pela IGAI ao comportamento da polícia cujos resultados finais ainda não são conhecidos. Segundo a Agenda 2016 do SOS Racismo, entre 2000 e 2015, 11 pessoas negras foram mortas pela polícia em circunstâncias muito diferentes, mas todas elas desarmadas.

Refira-se que, segundo um relatório europeu, pelo menos até 2006, Portugal, a Grécia, a Espanha, a Itália e Chipre não dispunham de dados oficiais sobre violência racista. Orgulhamo-nos de uma legislação não discriminatória e aparentemente pró-integração dos imigrantes, mas não só os tornámos invisíveis, como criámos sistemas de monitorização e análise que são avessos ao estudo das representações e atitudes sobre imigrantes e sobre as migrações, bem como sobre as desigualdades baseadas na cor da pele. Estudar estes tópicos não é ainda, no nosso país, estudar o cerne dos fenómenos migratórios. Daí a cegueira institucional à discriminação.

A sensibilidade à pertinência social dos estudos de natureza atitudinal neste domínio deverá crescer e os avanços teóricos e metodológicos que se têm verificado nas ciências sociais deverão ser mobilizados para um melhor entendi-

mento dos significados das diferenças construídas entre os humanos, sobre as condições em que conseguimos reverter os processos de alteridade radical que subjazem ao racismo e sobre os factores que abrem as portas ao universalismo.

Avanços recentes na pesquisa sobre preconceito racial, racismo e discriminação

Ao consultar este trabalho, um dos aspectos que podem surpreender o leitor de hoje é o facto de as técnicas estatísticas de análise de dados que usámos serem recuadas relativamente ao que é agora possível fazer em termos de exploração de hipóteses ou teste de modelos com *software* amigável. Este é de facto um domínio onde muito se avançou, onde se abriram espaços para cruzamentos novos entre teorias, métodos e técnicas de análise de dados.

Um outro aspecto que destacaria nos avanços de que têm sido objecto os estudos neste domínio, como, aliás, tem acontecido noutras campos, é o incremento das análises comparativas sobre os novos racismos em contextos políticos e sociais diferenciados. Foi esta perspectiva que permitiu verificar, por exemplo, como em vários países europeus se tem vindo a assistir a uma redução do racismo baseado na biologia e na ideia de raça para um racismo baseado na cultura, ambos activos nestas sociedades, mas apenas o último agora legitimado socialmente. Esta evolução de um racismo baseado na ideia de raça para um racismo baseado na ideia de cultura havia sido enunciada e o seu desenvolvimento de certa forma previsto por diferentes autores a partir de meados dos anos 80 do século passado, mas foi a pesquisa comparativa entre países que permitiu a análise empírica da evolução desta hipótese e a sua validação.

Na última década cresceu igualmente muito o número de estudos sobre o preconceito racial implícito ou, numa linguagem mais metodológica, desenvolveram-se muito os estudos com base em medidas não obstrutivas de preconceito. Ou seja, há hoje várias medidas que cobrem diferentes dimensões do preconceito e que medem o preconceito sem que os respondentes tenham consciência de que são as suas atitudes preconceituosas que estão a ser medidas. Ora, estas técnicas têm permitido verificar que – sem possibilidade de controlo normativo das respostas – os inquiridos expressam mais preconceito do que quando respondem aos questionários mais comuns em que as suas respostas são filtradas pelas normas sociais. O recurso a medidas implícitas permitiu mostrar que as crenças racistas e os estereótipos mais flagrantes continuam activos nas nossas memórias e continuam a marcar o nosso comportamento. Mais importante, estas novas medidas permitiram o aprofundamento do preconceito no quadro do paradigma cognitivo que distingue entre processos automáticos ou não conscientes e processos deliberativos, controlados ou conscientes. Neste quadro analítico tem sido possível chamar a atenção para reacções preconcei-

tuosas quase automáticas que não envolvem uma deliberação consciente ou não requerem efectiva intencionalidade, como acontece em muitas interações da vida quotidiana. Este tipo de reacções preconceituosas não é inevitável, e a investigação tem mostrado que é sensível a efeitos de contexto e pode ser evitado através de aprendizagens e da activação contextual de valores universalistas e da norma do anti-racismo.

Merece destaque o facto de durante a última década os estudos sobre preconceito racial que envolvem o testemunho das minorias terem aumentado bastante. Apesar disso, estamos perante um campo de investigação que não encontrou ainda uma agenda reconhecida e um lugar de relevo. A necessidade de mais estudos sobre o ponto de vista das vítimas do racismo e sobre as suas reacções ao preconceito e à discriminação é imperiosa, pois, até metodologicamente, o estudo do racismo como uma modalidade de relação social implica o estudo dos vários actores envolvidos. Será no cruzamento entre imagens mútuas que poderemos pensar uma nova agenda para o estudo do racismo e da discriminação.

Poderá dizer-se que as mudanças que salientámos na pesquisa realizada nos últimos quinze anos neste domínio são sobretudo de ordem metodológica. Estas mudanças metodológicas têm, porém, subjacentes mudanças teóricas importantes na definição multidimensional do racismo, do preconceito racial e da discriminação, algumas das quais descrevemos no posfácio a esta edição. É no quadro da alteridade radical que emergem as crenças racistas, cujo núcleo duro é a ideia de diferença inferiorizante que ameaça e que constrói o outro como inimigo.

Agradecimentos

Uma palavra de agradecimento muito especial à directora da Imprensa de Ciências Sociais, Karin Wall, que decidiu publicar esta edição electrónica. Um forte agradecimento a Clara Cabral e a João Segurado, a quem coube a preparação desta nova edição.

Como referi acima, esta edição inclui um posfácio que faz menção a trabalhos que em colaboração com vários colegas publiquei na última década sobre racismo e preconceito racial e que serviram de base ao argumento que desenvolvo nesse posfácio. Assim, para além de citar os seus trabalhos, quero deixar aqui uma palavra de especial reconhecimento a Alice Ramos, Cícero Pereira, Isabel Correia, Marcus Lima e Rui Costa-Lopes. As pesquisas que com eles realizei não teriam sido possíveis sem os co-autores desta obra, Diniz Lopes e Rodrigo Brito, que abriram comigo esta linha de pesquisa e a quem renovo os mais profundos agradecimentos.

Jorge Vala
Azoreique, Junho de 2015

Introdução

Vários indicadores parecem apontar no sentido de um crescendo da visibilidade da discriminação das minorias «étnicas» e «raciais» na Europa.¹ Quer nos países tradicionalmente receptores de imigrantes, como sejam a França, a Alemanha, a Holanda ou a Inglaterra, quer naqueles que recentemente a eles se juntaram, como a Itália, a Espanha ou Portugal, os comportamentos e ações discriminatórios, sejam individuais, colectivos ou mesmo institucionais, têm vindo a ganhar visibilidade.

Segundo o *Eurobarómetro*, n.º 47.1, de 1997, 70% dos europeus reconhecem que os imigrantes legalizados devem ter os mesmos direitos cívicos que os nacionais. Esta abertura à igualdade de direitos é, contudo, acompanhada por tomadas de posição contraditórias. De facto, segundo o estudo citado, apenas 55% dos europeus consideram que os imigrantes legalizados de países não europeus devem ter o direito a ter consigo a sua família, 59% consideram que as minorias (de outra raça, religião ou cultura) abusam do sistema de segurança social, 63% consideram que contribuem para aumentar o desemprego e 45% que são uma das causas de insegurança. Portugal (76%), Irlanda (77%), Bélgica (76%), Áustria (75%), Alemanha (73%), Luxemburgo (72%) e o Reino Unido (70%) são os países onde um maior número de pessoas concorda com a seguinte proposição: «Todos os imigrantes ilegais, sem excepção, devem ser enviados para os seus países de origem.»

O nosso país não constitui, assim, uma excepção no cenário das atitudes racistas.² Por exemplo, segundo o SOS Racismo, durante o ano de 1995 regista-

¹ Ao longo deste texto os termos «raça», «etnia», «negro» e «branco» serão recorrentemente utilizados. Como se trata de termos reportados à linguagem de senso comum deveriam estar sempre assinalados com aspas. Nem sempre o faremos, mas a advertência ao leitor fica feita.

² Podemos ainda invocar outros resultados relativos ao racismo em Portugal. Por exemplo, num estudo recente sobre jovens do concelho de Loures, 43% dos jovens inquiridos concordavam com a afirmação de que existiriam demasiadas pessoas de outros países (africanos, brasileiros, indianos, etc.) em Portugal (Pais 1996, 185). Num outro estudo sobre as atitudes e valores dos portugueses, a distância social dos portugueses face a indivíduos definidos como «pessoas de outra raça», «muçulmanos», «judeus», «hindus» e «imigrantes/trabalhadores estrangeiros» atinge valores expressivos, por vezes maiores, por vezes iguais aos outros países europeus (Santos e Dias 1993).

ram-se, em Portugal, trinta incidentes de carácter racista, com cinco mortos e mais de cinquenta feridos. Os relatórios posteriores, elaborados por esta mesma organização, continuam a sublinhar um número considerável de incidentes racistas. Em 1996 e 1997, a comunidade cigana, que sempre foi alvo de discriminação, ora de forma mais aberta, ora de forma socialmente menos evidente, tornou-se alvo de agressão em várias localidades e objecto de questionamento social.³

Como é sabido, em Portugal a primeira vaga de imigrantes vindos das actuais ex-colónias verificou-se a partir de meados dos anos 60, recebendo um novo incremento no período que imediatamente precedeu e se seguiu à independência desses países, sendo muitos destes cidadãos portugueses.⁴ Nos anos seguintes, a imigração proveniente das ex-colónias, ou países africanos de língua oficial portuguesa, sobretudo de Cabo Verde, apresenta valores expressivos,⁵ tendo entretanto sofrido, muito provavelmente, algum decréscimo devido à legislação adoptada a partir de 1992. Os contextos sócio-políticos destas vagas de imigração foram já analisados por vários autores, entre os quais Saint-Maurice (1997), Pires e Saint-Maurice (1989) e Machado (1992).

Mais recentemente, Portugal tornou-se país de destino de brasileiros, depois de uma história caracterizada pela migração em sentido inverso.⁶ Refira-se ainda a presença de comunidades indianas provenientes das ex-colónias, nomeadamente de Moçambique, e a presença de algumas «hiperminorias» que, exactamente, dada a sua insignificância numérica, adquiriram visibilidade nos meios urbanos.

As categorias minoritárias alvo de discriminação, sobretudo «negros» e ciganos, têm sido associadas, pelo menos pelos órgãos de comunicação social, a problemas como a criminalidade, o desemprego, o tráfico de droga, a economia paralela, o sentimento de insegurança, novos custos sociais, etc. Para a justificação pública da nova legislação sobre imigração introduzida em 1992 e 1993

³ Segundo dados do Alto Comissariado para as Minorias Étnicas, a comunidade cigana em Portugal contará com 30 000 a 50 000 membros.

⁴ Lembre-se que o movimento dos «retornados» incluía cidadãos portugueses nascidos em Portugal, nascidos em África de ascendência portuguesa, de ascendência mista, de ascendência africana e ainda indiana.

⁵ Segundo Pires e Saint-Maurice (1998), o número de cidadãos do conjunto dos PALOP a residir legalmente em Portugal é de 77 600, dos quais 39 800 são cabo-verdianos, de um total de 175 200 estrangeiros. Os cidadãos dos PALOP representam, assim, 44,29% desse total. Refira-se ainda que, para além destes, e segundo dados de 1996, 23 500 indivíduos oriundos dos PALOP pediram a sua legalização no nosso país.

⁶ Os brasileiros a residir legalmente em Portugal são cerca de 20 000 e, para além destes, em 1996, 2600 pediram a sua legalização no nosso país (Pires e Saint-Maurice 1998). Os brasileiros representam, assim, o segundo maior número de estrangeiros legais, a seguir aos cabo-verdianos. Como sabemos, verificaram-se diversos casos públicos de atitudes xenófobas face a brasileiros que tiveram repercussão nos meios de comunicação social.

(Decreto-Lei n.º 212/92, de 12 de Outubro, e Decreto-Lei n.º 59/93, de 3 de Março), bem como para a justificação dos acordos de Schengen e para a justificação da nova lei sobre o asilo político aprovada em 1993,⁷ foram igualmente apresentadas associações daquele tipo.

Contudo, não dispomos de indicadores seguros sobre as modalidades, o significado e a extensão da discriminação por parte dos portugueses «brancos» face a portugueses ou estrangeiros «não brancos», nem se conhecem as configurações dos factores psicológicos, sociológicos e psicossociológicos que sustentam e alimentam o racismo em Portugal. De facto, a investigação no nosso país não erigi-se como problema, a estudar de forma sistemática e teoricamente fundada, o racismo e a xenofobia.⁸ Como se referiu, vários estudos analisaram a dimensão quantitativa do fenómeno da imigração em Portugal (e. g., Pires e Saint-Maurice 1989 e Machado 1992), outros diagnosticaram as identidades e o processo de integração de algumas das comunidades imigrantes provenientes de países africanos (e. g., Saint-Maurice 1997 e Machado 1994), mas não conhecemos nenhuma análise extensiva sobre as percepções e atitudes dos portugueses relativamente a estrangeiros ou a portugueses «negros».

O racismo pode ser estudado a diferentes níveis, como por exemplo: nas suas expressões institucionais; a nível dos comportamentos abertos de discriminação e agressão física ou psicológica; na sua dimensão histórica, nomeadamente no que respeita à compreensão do processo histórico de construção e atribuição de sentido à categorização «branco/negro»;⁹ na sua dimensão cultural e ideológica, ou seja, no plano das representações sociais, utilizando aqui este conceito no seu significado mais abrangente. É sobre esta última dimensão de análise do racismo que incide este estudo.¹⁰

Neste contexto, o presente trabalho propõe-se descrever e enquadrar teoricamente as atitudes dos portugueses «brancos» face a uma categoria minoritária, vista como distinta da maioria da população, tendo maioritariamente um estatuto social baixo, e que se tornou socialmente visível: os «negros» em Portugal. A visibilidade social desta categoria, minoritária, dominada, e percebida como distinta, poderá erigi-la em categoria problemática e, conseqüentemente, suscitar

⁷ Esta legislação foi alterada em 1997, no sentido de aumentar as garantias e o apoio aos candidatos a asilo.

⁸ Não incluímos nesta referência as diversas sondagens de opinião que têm sido realizadas sobre o racismo e que, apesar das suas limitações metodológicas, contribuem para o debate do problema. Por exemplo, com base nas sondagens publicadas ao longo de vários anos pela imprensa portuguesa, Baganha (1996) elaborou um excelente relatório sobre as atitudes dos portugueses face aos imigrantes.

⁹ Esta questão é abordada por Alexandre (1999).

¹⁰ Para o caso francês, as inter-relações entre estes diferentes níveis de análise do racismo foram estudadas por Wiewiorka (1992, v. prefácio). Este mesmo autor propõe uma outra classificação dos níveis de análise do racismo (v. Wiewiorka 1991, capítulo 5).

reacções emocionais, cognitivas e comportamentais negativas. A análise dessas reacções e dos seus correlatos psicossociológicos constitui o objecto de estudo deste trabalho.

Conceitos e perspectivas de análise

O estudo, cujos principais resultados se apresentam neste livro, visa analisar as crenças, atitudes e orientações comportamentais dos portugueses «brancos» residentes na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes relativamente aos *negros em Portugal*. Assim, o alvo da atitude e crenças estudadas é definido pela cor – os *negros*. Contudo, nas questões que remetem directamente para a nacionalidade, e por motivo da lógica das próprias questões, é introduzida a categoria *imigrantes*, passando o alvo da atitude a ser os *imigrantes negros*.

É sabido que os «negros» em Portugal representam uma multiplicidade de situações jurídicas, sociológicas, de origens geográficas e de pertenças comunitárias, sendo uns cidadãos nacionais e outros não, tendo até alguns dupla nacionalidade.¹¹ Contudo, o nosso estudo parte do pressuposto segundo o qual as representações que deles têm os portugueses «brancos» os diluem dentro da mesma categoria lata de pessoas com ascendência africana visível. Assim, estas pessoas serão categorizadas em função da cor, e não tanto com base na categoria de estrangeiro, de português com origem africana, de imigrante, ou a partir das regiões ou países de origem. A categorização com base na cor será, então, aquela que mais automaticamente se tornará saliente nos processos de comparação e discriminação. Este pressuposto encontra os seus fundamentos teóricos nos mecanismos de assimilação (homogeneização) e contraste que subjazem à categorização. Os mecanismos de assimilação, através dos quais os membros de uma categoria são homogeneizados, indiferenciados ou tornados equivalentes, estão particularmente presentes quando os indivíduos categorizados são membros de uma categoria minoritária e de baixo estatuto, como é o caso (v. Deschamps 1987). O segundo pressuposto deste trabalho foi já referido: a visibilidade social da categoria minoritária, e predominantemente de baixo estatuto, «os negros», será por si só suficiente para a erigir em categoria problemática e, consequentemente, suscitar reacções e avaliações, manifestas ou subtis, de orientação predominantemente negativa. Este segundo pressuposto decorre da teoria de Tajfel (1972) sobre a identidade social no quadro das relações intergrupais, a qual tem permitido mostrar a orientação para uma diferenciação positiva em favor do en-

¹¹ Desta forma, quando no texto opomos «portugueses» a «negros», estamos a referir-nos à forma de categorização utilizada no questionário, adequada ao senso comum, mas inadequada do ponto de vista sociológico e legal.

dogrupo¹² e uma orientação para a discriminação dos membros dos grupos que os indivíduos dissociam da sua identidade, nomeadamente quando a esses grupos está associado um estatuto social baixo ou uma situação de dominação social. Na nossa perspectiva, não é o processo de construção da identidade ou o processo de categorização que geram discriminação e preconceito. O que parece ser bastante plausível é que estes processos reflectam as relações sociais onde ocorrem e que, conseqüentemente, as legitimem, quer através da idealização do endogrupo, quer através da construção de uma imagem negativa sobre exogrupos relevantes.

Neste trabalho, o racismo é definido como uma configuração multidimensional e tendencialmente articulada de crenças, emoções e orientações comportamentais de discriminação relativamente a indivíduos membros de um exogrupo, categorizado e objectivado a partir da cor, sendo aquelas reacções suscitadas pela simples pertença desses indivíduos a esse exogrupo. Neste sentido, o racismo é aqui entendido como uma manifestação particular do preconceito negativo, aceitando-se, globalmente, a seguinte definição de preconceito proposta por Brown (1995, 8): «A partilha de atitudes sociais ou crenças cognitivas derogatórias, a expressão de sentimentos negativos, ou a manifestação de comportamentos hostis ou discriminatórios contra membros de um grupo, decorrentes da sua pertença a esse grupo.»

Ao definirmos o racismo como uma *configuração tendencialmente articulada* de crenças, emoções, avaliações e orientações comportamentais, pressupomos que os processos que regulam cada uma destas dimensões de representação do outro poderão não ser homólogos e que, por exemplo, uma diferenciação entre o endogrupo e o exogrupo numa dimensão poderá não ser acompanhada por uma diferenciação do mesmo tipo noutra dimensão. Assumindo a possibilidade de uma não equivalência entre as dimensões conceptuais referidas, assumimos também a possibilidade de combinações diferenciadas entre elas, o que nos leva a supor que o racismo não apresentará uma configuração única, mas configurações variadas, sendo então mais adequado falar em racismos do que em racismo.

Neste mesmo quadro conceptual, os termos *raça* e *etnia* são considerados como construções sociais do pensamento quotidiano usadas para identificar, categorizar e rotular grupos e, a partir daí, pessoas. Tais termos fazem parte de um processo mais geral de hetero-racialização e de hetero-etnicização de grupos humanos, num contexto de relações sociais marcadas pela assimetria de poder

¹² Os termos endogrupo e exogrupo são equivalentes aos termos *ingroup* e *outgroup*, utilizados na literatura anglo-saxónica. A tradução proposta é equivalente àquela que foi recentemente adoptada nos países de língua francesa (*endogroupe/exogroupe*) e no mais recente manual de psicologia social publicado em Espanha (*endogrupo/exogrupo*).

ou por relações de dominação reais ou imaginadas, cuja construção histórica este trabalho não aborda.¹³

Embora, como se referiu, a definição de racismo proposta se aproxime da definição de preconceito apresentada por Brown, ela distingue-se desta em alguns aspectos. Em primeiro lugar, mas apenas por razões metodológicas e instrumentais, não incluímos na nossa definição os comportamentos, mas apenas as *orientações comportamentais*. Em segundo lugar, e como adiante se justificará, não incluímos apenas as crenças ou emoções racistas abertamente negativas – de facto, a não expressão de emoções positivas pode já constituir uma manifestação de racismo subtil e a partilha de crenças aparentemente não derogatórias envolve, muitas vezes, uma atitude racista latente. Finalmente, situámos a nossa definição de racismo no plano das relações intergrupais, o que não está explícito na definição de Brown.

Repare-se ainda que a definição de racismo que orientou este trabalho não refere o conteúdo das crenças racistas. A identificação deste conteúdo faz já parte do próprio objecto de inquirição. No entanto, a identificação desse conteúdo foi orientada pela hipótese de que ele não é unidimensional, sendo possível organizá-lo, e às suas consequências, em dois macroplanos – o da diferenciação e inferiorização racial, decorrente da ideia de que os grupos humanos construídos a partir de características fenotípicas reais ou imaginadas, das quais são inferidas diferenças genotípicas e subespécies humanas, constituem entidades naturais, também hereditariamente diferenciadas a nível cultural, psicológico e comportamental; o da diferenciação e inferiorização cultural, decorrente da ideia de que os grupos humanos construídos a partir de padrões culturais constituem entidades igualmente naturais.

A psicologia social tem desenvolvido uma grande diversidade de modelos de análise no sentido da compreensão e explicação das relações intergrupais e, especificamente, do etnocentrismo e do racismo. Neste estudo são tomados como referência alguns desses modelos ou perspectivas. A sua selecção foi feita de acordo com as manifestações do racismo que nos propusemos estudar, bem como de acordo com a solidez que esses modelos têm mostrado em contextos sociais muito diferentes. Mais do que construir um objecto de análise numa perspectiva nova ou no quadro das perspectivas mais recentes sobre as relações intergrupais, importava-nos, num primeiro estudo extensivo sobre o racismo em Portugal, e numa perspectiva psicossociológica, convocar modelos de análise coerentes com as questões empíricas que colocámos; que se têm revelado heurísticos em contextos muito diversos; que podem ser objecto de leituras integrativas; que facilitam análises comparativas com outros contextos nacionais.

¹³ Para uma análise deste problema em Portugal, v., por exemplo, Alexandre (1999) e, no Brasil, por exemplo, Schwarcz (1996).

Várias revisões de literatura sobre os modelos psicossociológicos de análise das relações intergrupais têm sido publicadas recorrentemente (e. g., Duckitt 1992, Monteiro 1993 e Brown 1995), pelo que não faria sentido proceder aqui a um novo inventário. De entre esse vasto leque de modelos, aqueles que mais frequentemente são referidos ao longo deste trabalho, quer na sua formulação original, quer nas suas extensões, podem ser organizados por níveis de análise.

No quadro de uma compreensão da génese e da persistência do racismo, vários modelos evidenciaram o papel dos factores individuais ou das diferenças individuais, quer num contexto mais psicológico, quer num contexto mais ideológico. Neste primeiro nível de análise, dois modelos clássicos foram tomados como uma referência geradora de hipóteses: a abordagem de Adorno *et al.* (1950), enquanto responsável pela introdução, na análise psicossociológica deste problema, dos efeitos decorrentes de posicionamentos ideológicos individuais, e os trabalhos de Rockeach (1960), que associaram o racismo e o etnocentrismo a diferenças individuais na tolerância à incongruência entre as crenças e valores de um endogrupo e de um exogrupo.

No nível de análise interindividual, a hipótese de Allport (1954) constitui o nosso ponto de referência. Como é sabido, esta hipótese sustenta que o contacto interpessoal entre membros de diferentes categorias sociais pode, dentro de determinadas condições que serão enunciadas e discutidas, contribuir para uma diluição do preconceito. Esta perspectiva teórica assume a possibilidade de uma generalização da mudança de atitudes, ou a transferência da mudança das atitudes no plano das relações interpessoais para o plano das relações intergrupais. Será demasiado simples negar, à partida, esta possibilidade. O que nos importa é questionar empiricamente esta hipótese, ou seja, verificar como o contacto intervém na economia dos estereótipos e das crenças sobre os negros, bem como articular o contacto interpessoal com as relações intergrupais.

No nível de análise das relações intergrupais são mobilizadas diferentes teorias. Em primeiro lugar, o modelo de Sherif *et al.* (1961-1988) que enfatiza o papel das relações de interdependência negativa «reais» ou «imaginadas» entre grupos como fonte do preconceito. Podemos dizer que, para Sherif, o racismo pode ser entendido no quadro de uma competição intergrupar por recursos escassos, ou, como definiu Campbell (1965), como uma teoria sobre os conflitos intergrupais realistas. Note-se, contudo, que no nosso estudo a interdependência entre grupos é analisada como uma percepção, o que está contemplado na hipótese inicial de Sherif. É ainda no contexto da competição por recursos que incluímos o sentimento de privação, tal como proposto por Dollard *et al.* (1939) na sua teoria sobre a relação entre a frustração e a agressão.

O papel das percepções sobre a injustiça social – e o seu enquadramento intergrupar – na construção de posições racistas é estudado, nomeadamente, a partir do conceito de privação relativa intergrupar. Este conceito refere-se, neste

contexto, ao sentimento de que um exogrupo (os negros) ocupa uma situação percebida como injustificadamente melhor do que a do endogrupo. Deve-se a Vanneman e Pettigrew (1972) a extensão das teorias sobre a privação relativa, e, conseqüentemente, sobre a justiça distributiva, ao racismo.

Se as teorias referidas acentuam os conflitos de interesses como factores que estarão na génese do racismo, a teoria de Tajfel (1972) associa o preconceito à competição simbólica, no quadro de um novo entendimento da funcionalidade social do processo de categorização. A perspectiva deste autor e dos seus continuadores, nomeadamente aqueles que enfatizaram as relações entre categorização, assimetrias sociais e discriminação, é igualmente um ponto de referência básico neste trabalho. Neste sentido, esta pesquisa continua os nossos trabalhos anteriores sobre as relações intergrupais e estende-os a um novo domínio da vida social (e. g., Monteiro *et al.* 1994).

Qualquer das teorias que anteriormente referimos articula, de forma mais ou menos explícita, os processos psicológicos e a dinâmica das relações sociais entre grupos. No quadro da análise que desenvolveremos, as diferenças individuais no campo das posições ideológicas serão também articuladas com os processos relativos às relações intergrupais.

Em grandes linhas, são estes os modelos que orientaram o nosso questionamento e muitas das hipóteses que serão referidas no corpo de cada um dos capítulos deste relatório. Contudo, uma outra linha de trabalhos orientou ainda a construção do nosso objecto. Referimo-nos aos estudos sobre o papel dos valores na organização das atitudes e comportamentos racistas.

O racismo foi normativo em muitos ambientes sociais. Noutros foi uma modalidade de relação que não era objecto de censura pública.

Hoje, em Portugal, como na generalidade dos países que subscreveram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o racismo aberto e a racialização dos grupos humanos são objecto de censura pública. Contudo, apesar da censura social e mesmo legal de que é objecto, o racismo persiste. A pergunta que podemos fazer é então a seguinte: que mecanismos psicossociológicos alimentam o racismo em contextos sociais em que este é antinormativo, e que expressões subtis, não antinormativas, assume hoje o racismo? É esta mesma pergunta que desde há uma dezena de anos vêm fazendo vários autores, sobretudo norte-americanos (e. g., McConahay 1986, Sears 1988, Gaertner e Dovidio 1986 e Katz e Hass 1988), aos quais se juntaram, mais recentemente, autores europeus (e. g., Pettigrew e Meertens 1995, Perez *et al.* 1993 e Arcuri e Bocca 1999).¹⁴

¹⁴ O trabalho destes autores teve como ponto de partida um grupo de reflexão sobre o racismo na Europa que incluía ainda J. Jackson (Universidade de Michigan), G. Lemaire (EHESS) e U. Wagner (Universidade de Bochum). Um dos primeiros trabalhos dos membros deste grupo encontra-se publicado em português no livro de M. Wiewiorka, *Racismo e Modernidade*, Bertrand,

As diferentes respostas destes autores para o problema referido podem ser enquadradas teoricamente na redescoberta do papel dos posicionamentos individuais sobre os valores sociais na organização das atitudes racistas e no papel da construção de diferenças de valores e padrões culturais entre os grupos como factor legitimador do preconceito. É este último aspecto que procuraremos acentuar. Antes, porém, passaremos rapidamente em revista os principais aspectos das teorias dos autores acima referidos.

Os autores que propuseram a teoria do racismo moderno ou do racismo simbólico (Ynder e Sears 1981; McConaliay e Hough 1976) definem o novo racismo como a «expressão em termos de símbolos ideológicos abstractos e de comportamentos simbólicos do sentimento de que os negros (*americanos*) violam valores queridos e fazem reivindicações ilegítimas, tendo como objectivo a mudança do *status quo* racial» (McConahay e Hough 1976, 35). Resumidamente, podemos dizer que as hipóteses destes autores sobre o novo racismo incluem uma socialização nos valores religiosos do protestantismo americano, uma socialização no conservadorismo político, o não reconhecimento do racismo e a percepção de que os negros americanos ameaçam os valores do individualismo meritocrático, principalmente quando fazem reivindicações vistas como exageradas e injustas. Os trabalhos de Sears (e. g., Kinder e Sears 1981) propõem ainda que é a ameaça aos valores culturais referidos, e não os conflitos de interesses económicos, que explicam o novo racismo.

Transpostas estas hipóteses para o nosso contexto, dir-se-ia que esta nova expressão do racismo associa, na sua génese, o seguinte conglomerado de factores: a adesão aos valores do individualismo meritocrático, a percepção de ameaça a esses mesmos valores, o conservadorismo político e a negação de sentimentos racistas.

A perspectiva do racismo ambivalente (Katz e Hass 1986) propõe que as atitudes antinegro e as atitudes pró-negro nos EUA derivam de dois valores básicos americanos: o individualismo e o igualitarismo. A tensão entre estes dois valores gera ambivalência e esta ambivalência gera emoções negativas a nível da representação do eu. Para reduzir esta tensão emocional, as respostas relativamente a um «alvo negro» específico são amplificadas, sendo a direcção dessa amplificação orientada por factores contextuais. Esta amplificação das respostas é uma forma de resolver a ambivalência ou a contradição entre as atitudes sentidas, contribuindo, assim, para restaurar nos indivíduos uma auto-imagem não ambígua e positiva.

1995. Refira-se, no entanto, que a tradução é muito deficiente e que os quadros, com resultados estatísticos, apresentam gralhas. Desenvolvimentos mais recentes das orientações desta mesma pesquisa foram, entretanto, objecto de publicação em Portugal (Pettigrew 1999; Meertens e Pettigrew 1999) e nos Estados Unidos da América (Jackson *et al.* 1998).

Salientamos nesta teoria os seguintes aspectos: a ambivalência das atitudes racistas, o carácter situacional da expressão das atitudes e comportamentos racistas e o papel da tensão entre os valores igualitários e individualistas. Nesta linha de análise, importa referir que, segundo Schwartz (1995), os valores devem ser entendidos como uma estrutura conflitual e que uma das tensões entre valores, que este autor identificou num estudo transcultural, verifica-se exactamente entre os valores de universalismo e os valores de realização e poder (aceitação dos outros como iguais e preocupação com o seu bem-estar *versus* concentração no sucesso pessoal e no poder sobre os outros). Desta forma, o conflito de valores que subjaz à ambivalência das atitudes racistas identificada por Katz e Hass não constituirá um fenómeno especificamente americano e a sua teoria pode ter pertinência noutros contextos sócio-culturais.

Gaertner e Dovidio (1986) e Dovidio e Gaertner (1998) propõem igualmente uma distinção entre o racismo tradicional e o que chamam «racismo aversivo». Este último tipo de racismo caracteriza-se pelo facto de os sujeitos que o partilham integrarem os valores igualitários no seu autoconceito. Tais indivíduos apoiam as políticas sociais em favor dos negros, consideram-se não racistas e, contudo, têm sentimentos e crenças negativos sobre os negros, que procuram negar. Quando os contextos de interacção indicam, claramente, o tipo de resposta que é socialmente desejável, ou quando os indivíduos sentem que a sua autodefinição como sujeitos igualitários está em causa, estes indivíduos manifestam comportamentos ou atitudes claramente não racistas. Contudo, quando o contexto de interacção não define claramente qual a norma comportamental desejável, ou quando as dimensões «raciais» da interacção não são precisas, e é possível apresentar uma justificação para um dado comportamento que não envolva a «raça», aqueles indivíduos adoptam atitudes e comportamentos racistas. Por exemplo, um educador pode recusar a presença de um elevado número de crianças negras na sua aula invocando razões culturais e as suas conseqüências pedagógicas.

De novo, também esta outra teoria faz apelos aos valores, ao contexto e à ambivalência para explicar as expressões subtis do racismo. Mas há um aspecto novo nesta teoria relativamente às precedentes – a ideia de que o «racismo aversivo» procurará encontrar uma justificação que não seja definida socialmente como racista para um comportamento racista.

A avaliação deste conjunto de teorias suscita-nos uma observação geral que respeita a todas elas – estas teorias articulam o nível de análise ideológico e cultural com processos individuais, mas não contemplam explicitamente uma análise do racismo como um processo intergruppal. De qualquer forma, elas enunciam um conjunto de hipóteses a que importa atender: a dimensão situacional dos comportamentos racistas; a importância do conflito entre os valores igualitários e individualistas na génese do novo racismo; a percepção de que o exo-

grupo constitui uma ameaça aos valores do endogrupo; a procura de justificações socialmente não definidas como racistas para comportamentos, de facto, racistas.

Como a nossa pesquisa não é experimental, não podemos tomar em consideração o primeiro dos aspectos referidos. Contudo, a ideia de que o contexto e as configurações situacionais são importantes no desencadeamento de comportamentos racistas leva-nos a procurar não objectivar, ao longo deste trabalho, perfis do indivíduo tipicamente racista ou não racista. Dispomos hoje de um certo número de resultados que sustentam a hipótese segundo a qual mesmo aquelas pessoas que melhor configuram os factores que constituem um obstáculo ao racismo, indivíduos classificados como não preconceituosos, têm uma elevada probabilidade de, em determinadas condições, manifestarem preconceito (e. g., Gaertner e McLaughlin 1983).

O segundo aspecto acima referido remete-nos para a hipótese de que os valores ditos igualitários ou universalistas dificultam o racismo, enquanto os valores individualistas ou meritocráticos o propiciam. Esta questão será retomada em várias das nossas hipóteses sobre as diferentes manifestações do racismo.

O terceiro aspecto remete para a percepção de que o exogrupo, neste caso os negros, representa uma ameaça à identidade e aos valores do endogrupo. A hipótese que colocámos é mais extremada: basta que o exogrupo seja percebido como partilhando valores diferentes dos do endogrupo para que se desencadeie uma avaliação negativa do exogrupo. Esta hipótese decorre de estudos anteriores em que mostrámos como a percepção da diferença entre os valores de um endogrupo e de um exogrupo é o principal preditor de uma avaliação negativa desse exogrupo, em contextos de categorização muito variados, embora não incluindo a categorização «racial» (Vala 1997). Estes resultados são teoricamente coerentes com uma leitura «não restritiva» da teoria de Rokeach (1960), segundo a qual o preconceito tem subjacente a ideia de que o outro tem valores diferentes. É verdade que Rokeach pretendia com esta hipótese suprimir os efeitos da categorização «racial». Para nós, contudo, esta hipótese apenas faz sentido após o estabelecimento de uma diferenciação categorial socialmente relevante, neste caso a saliência da categorização «racial» ou «étnica». É esta mesma hipótese que orienta, em parte, o conceito de racismo subtil, em oposição ao racismo flagrante, proposto por Pettigrew e Meertens (1995). Neste trabalho seguimos largamente as hipóteses destes autores, tendo, inclusivamente, adoptado os seus indicadores para a definição do racismo subtil e flagrante, o que, além do mais, nos permite uma comparação com o estudo realizado em quatro países europeus e que estes mesmos autores teorizaram.

O facto de considerarmos que a percepção de diferenças de valores culturais está na génese das novas expressões do racismo constitui já um anúncio sobre o nosso entendimento relativamente à proposição de Gaertner e Dovidio

(1986), segundo a qual o «racismo aversivo» (ou os novos racismos) se apoia em justificações aparentemente não racistas para um comportamento, uma emoção ou uma crença que são, de facto, racistas. É esta a questão que passamos agora a referir.

Em nosso entender, as «diferenças raciais» deixaram de poder constituir, para uma larga faixa da população, uma justificação aceitável para a discriminação com base na cor. Como desenvolveremos ao longo deste trabalho, factores decorrentes de novas normatividades sociais difundidas a partir do pós-guerra e que em muitos países assumiram até um carácter jurídico-legal, associados à divulgação científica que questiona as teorias raciais, conduziram à não aceitação pública das hierarquias «raciais». Como justificar então a discriminação «racial» de forma publicamente aceitável, ou justificar comportamentos, de facto, racistas sem ofender as normas do igualitarismo e um autoconceito manifestamente anti-racista? A nossa hipótese é a de que isso se torna possível com a acentuação das diferenças culturais. Como procuraremos mostrar com base nos dados recolhidos, quando dizemos que somos diferentes culturalmente, estamos a dizer que somos melhores culturalmente. As hierarquias «raciais» estariam, assim, a ser substituídas pelas hierarquias «culturais». À hetero-racialização estaria a seguir-se a hetero-etnicização. Do nosso lado, do lado do endogrupo, da cultura ocidental, estaria o *homem*. Do outro lado, do lado do exogrupo, negro, amarelo ou de qualquer outra cor, estaria a etnia, a diferença relativamente a um padrão cultural por nós instituído como verdadeiramente humano. Este processo seria homólogo do processo de hetero-racialização, mas apresentaria a enorme vantagem de ser caucionado pelas ciências sociais, peritas na descrição das diferenças culturais, e de não ser antinormativo. Não pretendemos dizer que o conceito de cultura ou as análises a partir da ideia de diferenças culturais não são úteis no quadro actual dos nossos conhecimentos; elas correspondem, aliás, a evidências, e o seu reconhecimento pode até constituir um obstáculo à hegemonia de um universalismo cultural. A nossa hipótese apenas sustenta que, no pensamento quotidiano, a acentuação de diferenças culturais, num quadro de relações intergrupais assimétricas, se transforma em hierarquização cultural e é um organizador, percebido como legítimo, de atitudes e comportamentos discriminatórios.¹⁵

¹⁵ Um caso exemplar desta orientação refere-se à apropriação social dos estudos sobre o colectivismo e o individualismo em diferentes culturas. O que são descrições tornam-se hierarquias, sendo o colectivismo concebido como uma orientação cultural disfuncional para o desenvolvimento sócio-económico e o individualismo o padrão onde já chegaram os civilizados e para onde caminham os ainda não civilizados.

Percurso da análise do racismo em Portugal

A nossa abordagem do racismo inicia-se com uma das suas expressões mais tradicionais, mas cuja permanência, segundo as nossas hipóteses, é plausível – a percepção de que os negros podem constituir uma ameaça social no plano económico e no plano da segurança individual e colectiva.

Como referimos, a justificação pública para fechar as fronteiras, quer em Portugal, quer noutros países europeus, tem invocado a incapacidade destes países para absorverem novos imigrantes, sobretudo num contexto de crise económica, de desemprego e de aparente impossibilidade de os Estados assumirem responsabilidades sociais para com novos imigrantes. Terá a difusão deste discurso sido integrada pelo homem comum? Teremos nós a percepção de que os recursos escassos, por exemplo, empregos e apoios da segurança social, são canalizados indevidamente para os imigrantes?

Uma segunda dimensão da ameaça poderá atravessar o discurso social: a percepção de que os negros facilmente se envolvem em comportamentos antinormativos e que a sua situação de exclusão social facilmente os conduz ao «mundo da droga e do roubo». Num programa de televisão recentemente emitido sobre as novas marginalidades juvenis, o protótipo de delinquente que durante cerca de uma hora foi exibido ao país foi o de um jovem negro da margem sul. Tal exibição ocorria num contexto de não racismo manifesto. Esta associação será um epifenómeno ou algo de recorrente? Independentemente da extensão destas percepções, o nosso trabalho dirige-se para a compreensão da sua génese.

A análise das associações entre a percepção de ameaça económica e os factores que podem facilitar a construção dessa percepção é feita no quadro das teorias que estudaram as relações intergrupais enquanto orientadas pela competição realista, num contexto percebido como marcado pela escassez de recursos: a privação objectiva no quadro da relação frustração-agressão (Dollard *et al.* 1939); a privação relativa intergrupar (Vanneman e Pettigrew 1972); a teoria dos conflitos intergrupais realistas de Sherif (Sherif *et al.* 1961-1988). Complementarmente às percepções sobre a justiça distributiva implicadas no conceito de privação relativa, são ainda estudados os efeitos das normas de justiça distributiva e da sensibilidade à inequidade do sistema social, na génese da representação dos negros como uma ameaça económica. Relativamente à percepção de que os negros constituem uma ameaça à segurança, a hipótese que colocámos articula a génese desta percepção com a génese mais geral do sentimento de insegurança. São, assim, estudadas as relações entre esta percepção, a idade, o sexo e o conservadorismo.

Verificada a correlação entre a percepção de ameaça e uma atitude negativa face aos negros, procurámos examinar algumas formas mais subtis do racismo. Esta análise inicia-se no capítulo 2.

Como é sabido, a literatura psicossociológica tem dedicado muita atenção ao papel dos estereótipos sobre um exogrupo, como justificadores e legitimadores da discriminação desse exogrupo. Porém, alguns estudos recentes mostraram que um julgamento a partir dos estereótipos sobre uma categoria de pessoas pode ser percebido como antinormativo (Yzerbyt *et al.* 1994). Esta constatação levou-nos a examinar a hipótese de que, no quadro actual da anti-normatividade do racismo, os estereótipos sobre os negros podem não representar hoje, como representaram no passado, a melhor justificação para as atitudes racistas. Por outro lado, estudos também recentes (Gaertner e McLaughlin 1983; Perez *et al.* 1993) concluíram que a expressão do racismo, a nível dos estereótipos, se fará hoje de forma subtil: não através da expressão de uma imagem negativa do exogrupo, mas através da expressão de uma imagem mais positiva do endogrupo do que do exogrupo. Ou seja, não pela discriminação do exogrupo em dimensões negativas, mas através do favoritismo pelo endogrupo em dimensões positivas, hipótese que vem recebendo um apoio empírico cada vez mais sólido (Wenzel e Mummendey 1996; Brito 1998). No quadro da hipótese de uma pressão social para a não estereotipificação dos grupos, é possível que as emoções expressas relativamente aos negros estejam mais correlacionadas com as atitudes face a este grupo do que os estereótipos. Vários autores vêm, de facto, centrando a sua atenção nas bases emocionais do preconceito (e. g., Smith 1997), e resultados obtidos noutros países europeus (Pettigrew e Meertens 1995) levam-nos a estudar a hipótese de que, no quadro da construção social de um racismo mais subtil, a atitude face aos negros se estrutura mais a partir da negação de emoções positivas face a este grupo do que a partir da expressão de emoções negativas. Esta questão é ainda analisada no quadro das percepções das relações intergrupais com os negros, nomeadamente as percepções de ameaça e de interdependência negativa.

Este capítulo 2 termina com o exame da hipótese do contacto formulada por Allport (1954). Apesar de discutida em múltiplos contextos nacionais e em diferentes quadros institucionais, essa hipótese permanece controversa. Em contexto europeu, ela foi recentemente avaliada, numa pesquisa semelhante à nossa, por Pettigrew (1997) e por Hamberger e Hewstone (1997), mostrando ambos os estudos um maior efeito do contacto interpessoal na reavaliação de categorias alvo de discriminação no campo das emoções do que no campo de dimensões cognitivas.

O capítulo 3 examina as relações entre as percepções de diferenças de valores culturais e a atitude face aos negros.

Na representação social de um grupo sobre um outro grupo podemos considerar diferentes dimensões: as emoções que esse grupo suscita; os estereótipos ou crenças acerca dos traços psicológicos ou atributos desse grupo; as crenças relativas aos objectivos e valores finais partilhados e defendidos por esse grupo

(Haddock, Zanna e Esses 1994). A distinção que propomos – entre crenças sobre os traços que caracterizam um grupo (estereótipos) e as crenças sobre os valores de um grupo – pode parecer artificial. Lembremos, no entanto, a distinção estabelecida por Rokeach (1968) entre os valores instrumentais e os valores finais. Conceptualmente, os estereótipos encontram-se próximos dos valores instrumentais, enquanto os valores, que estudamos aqui como valores atribuídos a um grupo, são valores culturais e encontram-se próximos dos valores finais na definição de Rokeach. Contudo, o que é importante fazer notar é que esta distinção faz sentido empiricamente, tendo várias pesquisas mostrado que, por exemplo, estas dimensões das crenças (estereótipos e valores) dos grupos sobre os grupos não apresentam uma dinâmica homóloga a nível dos processos de discriminação intergrupala (Vala 1997; Haddock, Zanna e Esses 1993).

A análise proposta da percepção de diferenças de valores entre o endogrupo e o exogrupo estudados pretende verificar se esta percepção pode ser considerada uma expressão de racismo e se ela acrescenta alguma inteligibilidade à gênese das atitudes racistas, quando comparada com os estereótipos e as emoções, duas dimensões geralmente consideradas nas abordagens sócio-culturais do racismo. O estudo desta hipótese é justificado pela perspectiva, já referida, segundo a qual as diferenças percebidas nos valores constituiriam, hoje, uma forma não antinormativa de discriminação de grupos minoritários ou de grupos com baixo estatuto.

A análise da diferenciação dos valores dos portugueses relativamente aos dos negros é enquadrada, quer pelos estudos realizados na sequência da hipótese formulada por Rokeach sobre diferenças de valores e etnocentrismo, quer pelos estudos deste mesmo autor sobre o papel das diferenças individuais relativas à tolerância à incongruência de crenças na percepção das diferenças de valores. Complementarmente, analisamos a hipótese de que as percepções de diferenças culturais podem ser mediadas por factores ideológicos, como o conservadorismo político, o conservadorismo moral ou a autocategorização no espectro político direita *vs.* esquerda. Se o racismo mais subtil recorre, estrategicamente, à acentuação das diferenças de valores, como supomos, então nos não conservadores as percepções de diferenças de valores devem contribuir mais para a formação da atitude face aos negros e nos conservadores essa atitude deve ancorar mais nos estereótipos negativos e na expressão de emoções negativas.

No capítulo 4 aprofundamos o significado dos resultados obtidos no capítulo anterior, resultados estes que mostram que, para um número importante de indivíduos, as percepções de diferenças de valores entre portugueses e negros constituem uma expressão de racismo.

Parte-se da hipótese segundo a qual o pensamento de senso comum teria acompanhado a evolução registada no campo das ciências, que deixaram de procurar compreender as diferenças de comportamentos entre grupos humanos

a partir de uma base genética para invocarem explicações culturais.¹⁶ Para além disso, uma vez que passou a ser ilegítimo invocar diferenças «raciais» e hierarquias «raciais» para representar e categorizar grupos humanos, a ideia de «etnia» e de diferenças culturais oferecerá ao senso comum a possibilidade de representar e categorizar o «outro diferente» de forma socialmente aceitável. Estaríamos, assim, a passar de uma forma de teorização social sobre o outro a partir da ideia de raça para o fazermos a partir da ideia de cultura. Neste contexto são examinadas as seguintes hipóteses: as percepções de diferenças raciais e culturais são duas dimensões de categorização diferentes, mas correlacionadas; as percepções de diferenças culturais são mais facilmente expressas do que as percepções de diferenças raciais; quer as percepções de diferenças culturais, quer as percepções de diferenças raciais são expressões do racismo; não é necessário associar as diferenças culturais a percepções de ameaça à cultura do endogrupo para que essas percepções revelem já racismo. No quadro da análise que propomos, estas duas dimensões de representação do outro podem ser entendidas como duas formas de essencialização das categorias sociais e como duas expressões da distintividade social do endogrupo, associadas à identidade social, mais especificamente à identidade racial e à identidade nacional.

O capítulo 5 integra os resultados anteriormente apresentados, seguindo, para o efeito, a tipologia proposta por Pettigrew e Meertens (1995), que distingue entre racismo subtil, racismo flagrante e igualitarismo, a partir da combinação das seguintes expressões do racismo: percepção de ameaça; rejeição de intimidade; percepção de diferenças de valores (diferenças culturais e incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa); e emoções. Esta análise permite-nos uma comparação dos nossos resultados com os resultados daqueles autores obtidos num estudo realizado na Alemanha, França, Reino Unido e Holanda. Esta análise comparativa será realizada não só a nível da organização das dimensões do racismo referidas, como a nível dos preditores, quer do racismo subtil, quer do racismo flagrante. A pergunta que fazemos incide sobre a procura de eventuais especificidades da amostra que estudámos relativamente às amostras dos países europeus que o referido estudo analisou. Será que estas expressões do racismo se organizam em Portugal de forma diferente do que ocorre noutros países europeus, dada a especificidade da nossa cultura, da nossa história colonial e do tipo de imigrantes ou nacionais de origem africana que recebemos? Será que, por essas mesmas razões, os factores que subjazem à expressão do racismo flagrante e subtil serão diferentes, em Portugal, quando comparados com o que ocorre noutros países europeus?

¹⁶ Os resultados e a reflexão apresentados neste capítulo, e no capítulo seguinte, foram objecto de comunicações num seminário internacional sobre racismo, realizado no Palácio Fronteira em Outubro de 1997 (v. Vala 1999). O presente livro e aquele que se publicou na sequência deste seminário fazem parte de um mesmo projecto de investigação.

A pesquisa apresentada é uma pesquisa exploratória, correlacional e de orientação comparativa. Em nosso entender, esta pesquisa pode abrir caminho à formulação de novos problemas, apontando uma variedade de vias para a investigação futura sobre o racismo em Portugal.

Este livro foi redigido por forma a poder ser útil a todos aqueles que, como analistas ou interventores sociais, se interessam pelos fenómenos de discriminação social e pela construção das desigualdades sociais. Mas este livro é também um relatório de pesquisa. Procurámos, pois, compatibilizar o melhor possível estes dois objectivos. Por exemplo, reduzimos as referências bibliográficas, tornando o texto o mais autónomo possível, mas mantendo a sua coerência científica. Reduzimos a ilustração estatística dos resultados, sem diminuirmos o peso que a estatística reveste no nosso tipo de argumentação. Deixámos o aprofundamento de algumas questões para outros textos, mas procurando não criar no leitor a ilusão de que as respostas encontradas para essas questões eram já suficientes.

Nota sobre a orientação metodológica do estudo

Os resultados analisados foram recolhidos através de um questionário realizado junto de uma amostra de 600 indivíduos (respostas válidas, 533). Trata-se de uma amostra aleatória e representativa da população, com idades entre os 18 e os 64 anos, residente em Lisboa e em 15 freguesias limítrofes, dos concelhos da Amadora, Loures e Oeiras. A extracção da amostra foi polietápica, com estratificação por freguesia com base no seguinte critério: presença nula, moderada ou forte de bairros degradados com populações maioritariamente de origem africana.¹⁷

O trabalho de recolha de dados decorreu entre Abril e Maio de 1996 e foi coordenado, bem como a construção da amostra, pela Dr.^a Patrícia Ávila e pela Dr.^a Helena Carvalho, do CIES do ISCTE. Na fase de construção do questionário a nossa equipa contou ainda com a colaboração da Dr.^a Alice Ramos.

Este estudo é, assim, um estudo correlacional, sendo portanto limitada a possibilidade de inferências causais. Parece-nos ainda importante observar que o estudo está orientado para a análise das relações entre variáveis, e não tanto para a descrição quantitativa de uma determinada opinião através de percentagens. De facto, a representatividade e a aleatoriedade da amostra permitem-nos estimar com um erro aceitável ($\pm 4\%$, $< 0,05$) a distribuição de uma dada resposta na população. Não é esse, porém, o nosso objectivo. Pensamos que, mais

¹⁷ Para este efeito socorremo-nos de um estudo elaborado pelo Centro de Reflexão Cristã para a Câmara Municipal de Lisboa.

do que quantificar um fenómeno, isolando-o de outros fenómenos, importa compreender os factores que lhe subjazem e que a quantificação simples de um fenómeno pode até contribuir para a sua objectivação como uma realidade estática. Os fenómenos que estamos a estudar são dinâmicos e o nosso propósito é conhecer alguns dos factores que regem essa dinâmica.

É neste sentido que este estudo não pode ser confundido com uma sondagem de opinião: as perguntas que foram construídas são perguntas teoricamente justificadas; cada domínio de inquirição foi abordado através de vários indicadores, avaliando-se a sua validade; a análise das relações entre indicadores, os que pretendem descrever um fenómeno e os que pretendem compreender esse mesmo fenómeno, foi estatisticamente controlada por forma a permitir eliminar hipóteses não consistentes com os resultados.

Agradecimentos

O questionário utilizado neste estudo recebeu sugestões e críticas da Prof.^a Luísa Lima, da Prof.^a Ana Nunes de Almeida e da Prof.^a Ana Saint-Maurice. Agradeço o contributo valioso destas colegas. À Dr.^a Alice Ramos agradeço a colaboração que prestou na primeira fase deste estudo. Agradeço também a qualidade do trabalho de campo realizado pelo CIES do ISCTE, especialmente o enorme empenho e competência metodológica da Dr.^a Patrícia Ávila e da Dr.^a Helena Carvalho.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ex-JNICT), que me concedeu uma bolsa (PCSH/C/PSI/1093/95) para a realização deste trabalho, exprimo os meus agradecimentos.

Aos meus colegas do ICS e do ISCTE agradeço o ambiente de estímulo intelectual que permitiu a realização deste estudo.

Jorge Vala
Agosto de 1998

Capítulo 1

Racismo e percepção de ameaça: «eu estou tão mal como tu, mas eles estão melhor»

As percepções de ameaça económica e de ameaça à segurança foram duas das primeiras manifestações do racismo que a literatura psicossociológica teorizou. No quadro da teoria sobre a relação entre a frustração e a agressão, Hovland e Sears (1940) verificaram que no Sul dos EUA se registava uma correlação negativa entre os preços do algodão e os linchamentos de negros, o que foi explicado como um resultado do deslocamento da responsabilidade pelos problemas económicos para um grupo minoritário vulnerável. Mais tarde, outras teorias procuraram elucidar este mesmo fenómeno de percepção de ameaça económica.

Mas os grupos minoritários não têm sido apenas percebidos como uma ameaça na competição por recursos económicos escassos. Também nos planos da segurança individual e colectiva, os grupos minoritários têm sido recorrentemente percebidos como contribuindo para a insegurança. Os estereótipos frequentemente negativos associados a estes grupos, pelo menos nos EUA, incluem dimensões ligadas à criminalidade e à agressividade (e. g., Devine 1989). Na área da cognição social, foi proposta uma explicação para esta associação estereotípica, baseada num conhecido mecanismo de enviesamento cognitivo: o fenómeno das correlações ilusórias (Hamilton e Guifford 1976), que desenvolveremos adiante. Mas esta relação entre minorias e ameaça à segurança pode, de forma mais imediata, ser associada à percepção de vulnerabilidade pessoal e ser potenciada pelo conservadorismo ideológico.

Dispostemos de exemplos públicos sobre a permanência, nos dias de hoje, deste tipo de percepções?

Vejamos, em primeiro lugar, o caso da percepção de ameaça económica. Em Portugal, a discussão em torno da lei do asilo aprovada em 1993 mostrou que os custos económicos eram apresentados como justificação para o carácter restritivo dessa lei, nomeadamente pelo medo de que a imigração económica pu-

desse passar sob a capa de razões humanitárias. Na mesma altura, a forma como foi conduzido o processo de legalização dos imigrantes ilegais deixou claro que o objectivo não era facilitar a legalização. Como referia um cabo-verdiano citado pela revista *Visão* (3-10-1996): «Seguramente que o Estado não quer pagar reformas a milhares de velhos daqui a vinte ou trinta anos e ter de transferir não sei quantos milhões de contos para África.» Segundo o nosso conhecimento, ainda não foi revogada a lei que dita a impossibilidade legal de as empresas admitirem mais de 10% de trabalhadores imigrantes e só recentemente esta lei começa a ser discutida. Em França foram também razões económicas e o desemprego crescente que foram apresentados como justificação para a lei Debré (Fevereiro de 1997) sobre a imigração, que obrigava os anfitriões de estrangeiros extracomunitários a declararem a sua partida nas câmaras municipais. Mas estará esta percepção de ameaça económica associada a um preconceito racista, ou decorrerá apenas de um juízo objectivo sobre a situação económica da Europa e, especificamente, de Portugal? Como compreender que 79% dos europeus considerem que os membros de minorias dão menos ao sistema de segurança social do que beneficiam dele, 63% declarem que essas mesmas minorias contribuem para o desemprego e 59% considerem que «eles abusam do sistema de benefícios sociais»? [*Eurobarómetro*, n.º 47 (1), 1997].

E, no caso da ameaça à segurança, disporemos igualmente de exemplos actuais? Durante 1996 e 1997, os jornais relataram tentativas de expulsão de ciganos de localidades do Norte do país. Mas, já em Maio de 1993, a autarquia de Ponte de Lima decidira expulsar os ciganos em «situação ilegal» porque estariam, supostamente, ligados à distribuição de droga. No concelho de Vila Verde o processo de expulsão prolongou-se durante vários meses. Segundo o jornal *Público* (3-3-1995), um programa político local para as autarquias refere: «Mesmo não sendo da nossa competência, contribuímos para a transferência da população de etnia cigana, melhorando significativamente o ambiente e segurança dos residentes da Buraca.» Mas a ideia de ameaça à segurança não é apenas associada aos ciganos. Como referia à Lusa o presidente da Junta de Freguesia de Paredes: «Se estivesse a falar de Lisboa referia-me aos negros, que lá são muitos e toda a gente sabe que roubam mais» (*Público*, 6-3-1997). No editorial de *O Dia* de 7-8-1996 podia ler-se: «A comunidade negra existente em Portugal constitui hoje uma séria ameaça à paz social.» E o relatório de 1996 do Centro Europeu para a Pesquisa e Acção contra o Racismo e o Anti-Semitismo (CERA) refere que um relatório do SIS de 1994 responsabiliza os «bandos negros» pelo crescente clima de insegurança nas principais cidades. Estes bandos de jovens adolescentes foram descritos da seguinte forma no *Expresso* de 28-6-1997: «O crime organizado é o seu lema. Brincam a própria morte [...] por enquanto não passam de gangsters de trazer por casa, mas nunca se conseguem roubar o sonho de uma criança [...] Gostam de encarar as vítimas nos olhos.» Num artigo da revista

V. (n.º 4, de Abril de 1998), sobre a delinquência juvenil, intitulado «As caras da violência», os rostos que a personificavam, nas fotografias que ilustravam esse artigo, eram todos negros.

Os episódios sociais, e os discursos a eles associados, relatados acima, são ilustrações de percepções cujos contornos, significados e forma de construção, qualquer que seja a sua extensão, merecem ser estudados.

Assim, neste capítulo começámos por verificar se estas duas dimensões de percepção de ameaça, associadas à presença de negros em Portugal, são dimensões independentes ou constituem um único factor de percepção de ameaça social. Procuramos, depois, saber se a estas percepções subjaz algum juízo avaliativo negativo relativamente aos negros. A terceira etapa da nossa análise consiste na identificação de factores que podem ajudar a entender as percepções de ameaça.

Relativamente à percepção de ameaça económica, começamos por estudar a génese desta percepção no quadro da competição por recursos escassos; depois analisamos a sua associação com percepções de justiça e de privação relativa.

Quanto à construção da percepção de que os negros constituem uma ameaça à segurança, analisa-se em primeiro lugar esta percepção no contexto mais geral da percepção de vulnerabilidade e de insegurança. Em segundo lugar, analisa-se a hipótese de que a percepção de ameaça à segurança pode ser facilitada por configurações ideológicas conservadoras.

Para analisar as percepções de ameaça associadas à presença de negros no nosso país, incluímos no questionário indicadores orientados para o levantamento de duas das dimensões que a percepção de ameaça pode revestir e que foram, anteriormente, referidos. Os indicadores de ameaça económica foram retirados da escala de percepção de ameaça construída por Pettigrew e Meertens (1995) e cobrem os domínios do emprego e das políticas de segurança social. Os indicadores da segunda dimensão foram concebidos para este questionário e referem-se ao aumento do consumo e tráfico de droga e dos crimes contra a propriedade.

A fim de verificarmos se os indicadores referidos correspondem a duas dimensões distintas de percepção de ameaça, procedemos a uma análise factorial em componentes principais (quadro 1.1).¹ Os dois factores obtidos correspondem à organização dimensional pressuposta. A partir das pontuações nos indicadores com maior peso factorial em cada um dos factores, construímos dois índices de ameaça, com alfas muito aceitáveis (quadro 1.1).

As pontuações dos indicadores de percepção de ameaça económica são, em média, inferiores ao ponto médio da escala (média = 2,50; desvio-padrão = 1,22; $t(489) = -9,11$; $p < 0,001$); pelo contrário, as pontuações dos indi-

¹ KMO = 0,76; teste de esfericidade de Bartlett = 810,94, $p < 0,001$.

**Quadro 1.1 – Percepção dos negros como uma ameaça social:
análise factorial em componentes principais**

	Ameaça económica	Ameaça à segurança individual e pública
A maior parte dos imigrantes negros que recebem apoio da segurança social podiam muito bem passar sem ele se quisessem	0,78	0,14
A maior parte dos governantes do país preocupam-se demasiado com os imigrantes negros e não o suficiente com os portugueses	0,75	0,33
Os imigrantes negros têm empregos que deveriam pertencer a portugueses	0,74	0,17
A vinda de negros para Portugal contribuiu para o aumento dos roubos e assaltos	0,17	0,89
A vinda de negros para Portugal contribuiu para o aumento do consumo e tráfico de droga	0,28	0,84
Variância explicada	52,4%	17,4%
Alfa de Cronbach	0,70	0,76

cadores de percepção de ameaça à segurança individual e pública são, em média, superiores a esse ponto (média = 3,72; desvio-padrão = 1,23; $t(503) = 13,37$; $p < 0,001$). Um teste t mostra ainda que estas duas médias são diferentes ($t(470) = 21,97$; $p < 0,001$), ou seja, que a percepção dos negros como uma ameaça à segurança é mais elevada do que a percepção dos negros como uma ameaça económica.

Importa agora verificar se as percepções de ameaça que os inquiridos associam à presença de negros no país estão de facto relacionadas com uma atitude negativa face a esta categoria social. Como sabemos, uma atitude face a um objecto é tradicionalmente definida como uma organização de crenças, emoções e intenções comportamentais inter-relacionadas face a esse objecto. A partir das pesquisas de Fishbein e Ajzen (1975), muitos autores mostraram as vantagens da conceptualização das atitudes como um conceito unidimensional. A vantagem desta conceptualização decorre do facto de dimensões que, anteriormente, eram integradas no conceito (crenças e emoções) serem, agora, vistas como factores que estruturam as atitudes. Neste estudo adoptámos a definição unidimensional de atitude proposta por Zanna e Rempel (1988): uma atitude face a um objecto corresponde à sua categorização numa dimensão avaliativa (por exemplo: bom-mau, agradável-desagradável, favorável-desfavorável). No caso em estudo, as crenças sobre a ameaça social são entendidas como factores que, potencialmente, contribuem para estruturar uma atitude negativa face aos negros.

Para a construção desta medida de atitude, os respondentes foram convidados a indicar a apreciação que fazem desse grupo (1 – nada favorável; 5 – muito favorável; média = 3,16). Da mesma forma, foram convidados a situar o endo-grupo (os portugueses) numa escala equivalente (média = 3,87). Para construir

a medida de atitude face aos negros, à favorabilidade atribuída aos portugueses foi subtraída a favorabilidade atribuída aos negros. Valores positivos indicam uma atitude mais favorável aos portugueses do que aos negros, e o índice construído varia entre +4 e -4. Esta medida revela favoritismo intergrupar, já que a média (0,7) é significativamente superior a 0 ($t(524) = 11,89; p < 0,001$). Assim, os inquiridos fazem uma apreciação, em média, significativamente mais positiva do endogrupo do que dos negros que vivem em Portugal, o que constitui um indicador de disposição para a discriminação.

Construída a medida de atitude, procedeu-se a uma análise de regressão linear múltipla, método *stepwise*, tomando como variáveis independentes as variáveis correspondentes às duas dimensões de percepção de ameaça e como variável dependente a atitude face aos negros. Os resultados indicam que as duas variáveis estão relacionadas com esta atitude, sendo, no entanto, a percepção de ameaça económica mais preditiva ($\beta = 0,31; p < 0,001$) do que é a percepção de ameaça à segurança individual e pública ($\beta = 0,10; p < 0,04$). Por outro lado, quando a percepção de ameaça à segurança é acrescentada à percepção de ameaça económica, a variância explicada sobe apenas de 13% para 14%. Se a ordem de entrada na equação for inversa, a ameaça à segurança explica 7% da variância, subindo para 14% com a introdução da segunda variável. O que estes resultados nos indicam é que, em média, as pessoas expressam maior preocupação com a segurança, mas que essa preocupação estrutura menos a sua atitude relativamente aos negros do que a preocupação com a ameaça económica que este grupo possa representar.

Competição por recursos e percepção de ameaça económica

Dollard *et al.* (1939) analisaram o racismo como uma agressão de um grupo, em situação de privação económica, relativamente a outro grupo julgado responsável por essa situação. Esta agressão teria subjacentes os mesmos mecanismos da agressão interpessoal. Para Sherif *et al.* (1961-1988), a competição intergrupar por recursos materiais constitui o fenómeno a partir do qual o etnocentrismo e o racismo devem ser entendidos. São estas as duas primeiras teorias que orientam a nossa análise sobre as percepções de ameaça económica e as atitudes racistas.

A privação económica e a teoria da frustração-agressão

É no contexto da privação económica que Dollard *et al.* (1939) aplicam a sua teoria da frustração-agressão à conceptualização do racismo. Segundo estes

autores, em situação de frustração ou crise económica, um grupo pode ser levado a agredir outro grupo percebido como, directa ou indirectamente, responsável pela produção da situação de crise. Foi no quadro desta teoria que Hovland e Sears (1940) correlacionaram o número de linchamentos de negros por brancos no Sul dos EUA com as flutuações dos preços do algodão. A correlação obtida, de acordo com as hipóteses, era uma correlação negativa entre o número de linchamentos e os preços do algodão. Ou seja, verificar-se-ia aqui um fenómeno de *deslocamento*: a agressão não é dirigida contra o alvo produtor da privação (o sistema económico ou outros factores), mas para o alvo a que é atribuída a responsabilidade por essa privação. Esse alvo seria, geralmente, um grupo vulnerável, com meios de defesa reduzidos. Esta hipótese ficou conhecida como a hipótese do *bode expiatório*.

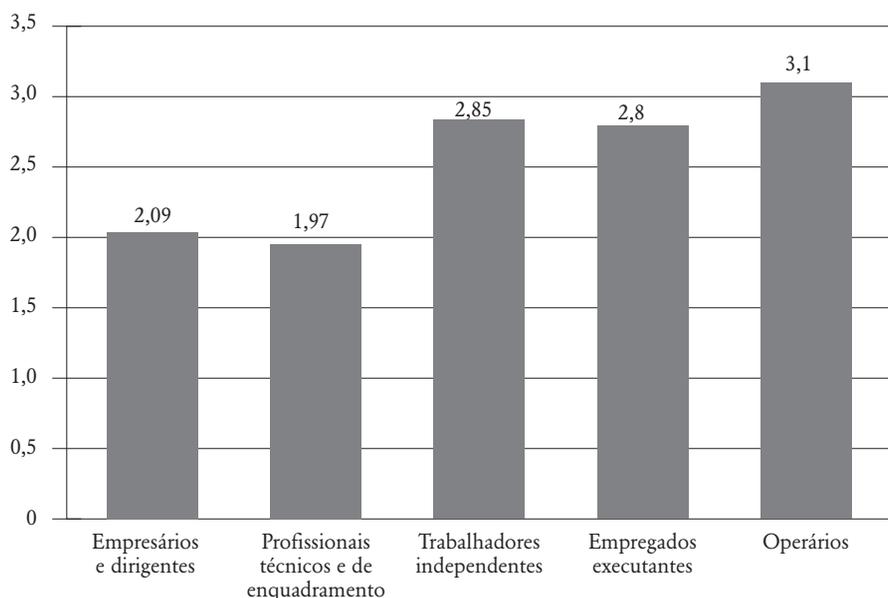
No contexto do nosso estudo, avaliamos esta perspectiva, assumindo que a privação económica (frustração) pode desencadear a percepção de que os negros são responsáveis por essa privação (deslocamento) e, conseqüentemente, conduzir à percepção de que esse grupo constitui uma ameaça económica e à construção de uma atitude negativa face a esse grupo (agressão simbólica).

Para analisar esta hipótese, tomámos como indicadores de privação económica (frustração) o rendimento declarado do núcleo doméstico e o grupo sócio-profissional do agregado familiar. Tem-se em conta que o indicador de rendimento não é muito fiável como variável «objectiva», essencialmente devido aos enviesamentos para baixo nas respostas dos inquiridos. Ainda assim, considerou-se ser uma variável útil para analisar a hipótese em causa. Para medir o rendimento, convidavam-se os inquiridos a situarem o seu rendimento familiar global numa escala de intervalos (variando entre menos de 50 contos/mês e mais de 300 contos/mês).

No quadro desta teoria, e tomando como indicador de privação económica o rendimento declarado pelos inquiridos, a hipótese que formulámos é a de que, quanto mais baixos os rendimentos, maior a privação e, conseqüentemente, maior a percepção de ameaça. Os resultados indicam que existe, de facto, uma correlação significativa, e negativa, entre as duas variáveis ($r = -0,32$; $p < 0,001$).

A segunda medida de privação económica usada foi, como referido, o grupo sócio-profissional. As medidas de classe social ou de grupo sócio-profissional baseiam-se essencialmente nas relações de produção e na inserção específica dos indivíduos nessas relações. Considerando-se que é o *núcleo doméstico de pertença* o núcleo privilegiado para a socialização, partilha de recursos e estruturação de estilo de vida, escolheu-se, para determinar o grupo sócio-profissional, o indivíduo que mais contribui para o rendimento do agregado familiar.

A tipologia de grupos sócio-profissionais a que se recorreu foi criada para o Estudo Nacional de Literacia (Benavente et al. 1996), com base nas conceptua-

Gráfico 1.1 – Percepção de ameaça económica em função do grupo sócio-profissional (médias)

lizações propostas por Almeida et *al.* (1994). Esta tipologia considera as dimensões de posição nas relações de produção (situação na profissão), tipo e nível de qualificações (escolaridade ou outras), especialidade profissional (profissão), situação na hierarquia, situação laboral e sector de actividade. Os grupos criados com base nestes critérios são apresentados no gráfico 1.1.²

Os resultados da análise de variância indicam um efeito significativo do grupo sócio-profissional sobre a percepção de ameaça ($F(4,447) = 17,46$; $p < 0,001$). De acordo com os testes *post hoc* Scheffé ($p < 0,05$), os dois primeiros grupos (empresários e dirigentes; profissionais técnicos e de enquadramento) têm uma percepção de que os negros constituem uma ameaça económica sig-

² O grupo dos empresários e dirigentes inclui empresários e quadros superiores, dirigentes de empresas e da administração pública. Inclui ainda as profissões liberais com formação superior. O grupo dos profissionais técnicos e de enquadramento inclui os quadros médios com responsabilidades de chefias intermédias, os professores, investigadores e as profissões técnicas e intelectuais com formação académica superior, mas apenas por conta de outrem. O grupo dos trabalhadores independentes inclui os pequenos empresários por conta própria ou com um número reduzido de empregados (inferior a 10) e os profissionais livres mas sem formação superior, como, por exemplo, os operários qualificados que trabalhem por conta própria. O grupo dos operários inclui apenas os operários que trabalhem por conta de outrem na indústria ou na construção civil. O grupo dos empregados executantes inclui todos os trabalhadores dos serviços que trabalhem por conta de outrem, não tendo formação superior, nem posição de chefia ou de enquadramento.

Quadro 1.2 – Rendimento, grupo sócio-profissional, escolaridade e percepção de ameaça económica: análise de regressão linear múltipla

	Valores <i>beta</i>	<i>p</i>
Escolaridade	-0,35	< 0,001
Grupo sócio-profissional*	0,18	< 0,001
Rendimento declarado	-	n. s.
R^2 ajustado	0,22	-

* O grupo sócio-profissional é uma variável *dummy*. As variáveis *dummy* foram construídas com base nos procedimentos tradicionais (Bryman e Cramer 1992). O tratamento destas variáveis nas equações de regressão apresentadas seguiu, porém, alguns procedimentos específicos que visam obter informação sobre o peso da variável *dummy*, e não dos seus vários níveis, sobre a variável dependente. Para isso, começámos por calcular os coeficientes de regressão não standardizados de uma dada variável *dummy* para cada variável dependente. Num segundo momento, estes coeficientes foram linearmente combinados numa nova variável. Esta nova variável substitui a variável *dummy* original e é ela que é inserida na equação de regressão. Este procedimento é proposto por Van Snippenburg e Scheepers (1989), com base em Jagodzinski e Weede (1981).

nificativamente inferior à dos outros três grupos (trabalhadores independentes; empregados executantes; operários).

Os resultados descritos atrás parecem apoiar a hipótese da frustração-agressão. Note-se, no entanto, que a correlação entre o rendimento e a percepção de ameaça económica, quando se controla a escolaridade, não é significativa ($r = -0,08$; $p = 0,083$). Para controlarmos a independência do efeito do rendimento e do grupo sócio-profissional relativamente ao efeito da escolaridade realizámos uma análise de regressão múltipla (quadro 1.2).

Os resultados indicam que os efeitos do grupo sócio-profissional são independentes do efeito da escolaridade, o mesmo não acontecendo com a variável «rendimento declarado». Note-se, contudo, que o incremento de variância explicada pelo grupo sócio-profissional é de apenas 2%, o que nos leva a sublinhar a importância da escolaridade na compreensão desta dimensão do racismo, bem como de outras dimensões, como adiante mostraremos, e a relativizar a importância da privação económica e, conseqüentemente, da hipótese da frustração-agressão.

De facto, em diversos estudos americanos e europeus têm-se verificado sistematicamente correlações negativas entre o grau de escolaridade e o preconceito. Uma hipótese sobre esta correlação explica-a pelo maior controlo cognitivo sobre os questionários por parte dos respondentes mais escolarizados, que saberiam escolher melhor as respostas socialmente desejáveis (não preconceituosas). Esta hipótese foi testada, entre outros, por Wagner e Zick (1995). Num primeiro estudo, estes autores compararam os resultados do mesmo inquérito em diversas amostras nacionais na Europa (Alemanha, França, Holanda e Grã-Bretanha) e verificaram que a correlação referida se mantinha para todas as amostras. Ainda nesse primeiro estudo, calcularam as correlações da educação com uma medida de preconceito subtil, considerado socialmente menos inde-

sejável do que o preconceito flagrante. Os autores verificaram igualmente que as diferenças explicadas pela escolaridade, embora menores, se mantinham.

Também neste mesmo estudo, aqueles autores realizaram uma *path analysis* com diversas variáveis que se supõe poderem ser mediadoras entre a educação e o preconceito, verificando que, apesar de essa mediação ser significativa para a maior parte das variáveis usadas (privação relativa intergrupala, privação relativa intragrupal, incongruência de normas, conservadorismo, orgulho nacional, contacto), existia também uma importante relação directa entre educação e preconceito.

Num segundo estudo, os autores referidos usaram um procedimento convencional de medição de atitudes, por preenchimento de questionário (condição controlo), e um procedimento de medição de atitudes mais fiável, chamado *bogus pipeline*, no qual os sujeitos são levados a crer que os seus verdadeiros sentimentos estão a ser medidos por um computador (condição experimental). As medidas de atitude eram as mesmas. A hipótese previa que os sujeitos mais escolarizados mostrar-se-iam menos preconceituosos do que os menos escolarizados na condição controlo, mas tão preconceituosos como estes na condição experimental, na qual sentiam que não poderiam esconder as suas verdadeiras atitudes. Verificou-se que, na condição controlo, os sujeitos mais escolarizados mostravam menos preconceito do que os menos escolarizados. Na condição experimental, ambos os grupos mostravam mais preconceito do que evidenciavam na condição controlo, mantendo-se as diferenças significativas entre o preconceito médio dos dois grupos. Assim, o estudo descrito não apoia a hipótese do controlo cognitivo sobre a desejabilidade social das respostas para explicar a correlação negativa entre escolaridade e preconceito.

Outras hipóteses referidas pelos mesmos autores salientam o carácter *mediado* da influência da escolaridade sobre o preconceito, que opera, nomeadamente, através da aquisição da flexibilidade e complexidade cognitiva, da auto-estima e da maior adesão a valores democráticos (Wagner e Zick 1995, 50):

Numa série de estudos, Schönbach e Wagner (Schönbach 1970; Schönbach *et al.* 1980; Wagner e Schönbach 1984) analisaram a influência de mediadores cognitivos, como, por exemplo, a flexibilidade associativa, a complexidade cognitiva e a inteligência verbal, sobre a rejeição de minorias. Os resultados desses estudos sugerem que parte da diferença entre o nível de preconceito dos inquiridos menos escolarizados e dos mais escolarizados poderá ser explicada por diferenças nas respectivas aptidões cognitivas. Um certo número de estudos investigaram a co-variação entre auto-estima e preconceito étnico (Adorno *et al.* 1950; Luhtanen e Crocker 1990) e, por outro lado, foram identificados efeitos da auto-estima sobre a relação entre a educação formal e o preconceito étnico (Wagner 1983). Outros estudos ainda consideraram variáveis como a adesão a normas democráticas de igualdade, que estão associadas à escolaridade, e que, por seu turno, se pode assumir que influenciam o nível de rejeição de exogrupos (Lipset 1983).

Podemos, assim, formular a hipótese geral de que, quanto maior a educação escolar, menores os *scores* em, pelo menos, algumas das dimensões de racismo, podendo a variável «educação» constituir um indicador de *complexidade e flexibilidade cognitiva* e de *acesso à informação*. Esta hipótese não obsta a que o efeito da escolaridade sobre o preconceito seja mediado por orientações no campo ideológico, hipótese que analisaremos no capítulo 4.

Resumindo, a teoria da frustração-agressão (Dollard *et al.* 1939) é uma das teorias clássicas sobre as formas mais extremas de racismo, tendo sido usada para explicar o racismo no Sul dos Estados Unidos e a difusão do anti-semitismo virulento na Alemanha nazi (v. Duckitt 1992). A hipótese da frustração-agressão é mediaticamente apelativa e facilmente assimilável pelo senso comum. Fornece uma explicação simples que tem o risco de poder conduzir à objectivação do racismo como um fenómeno típico dos grupos sociais mais desfavorecidos. No entanto, como mostrámos, o efeito da privação económica sobre o preconceito não é independente da escolaridade e, como adiante se verá, os sentimentos de privação são mediados por factores cognitivos e por percepções relativas às relações intergrupais.

Competição por recursos, percepção de interdependência e percepção de ameaça económica

Outra forma de posicionar a génese do racismo, no quadro da competição por recursos económicos, é-nos oferecida pela teoria dos conflitos intergrupais realistas (Sherif *et al.* 1961-1988). Contrariamente ao modelo anterior, que analisa o racismo no quadro do nível de análise interindividual, este modelo situa o racismo no quadro das relações intergrupais.

A ideia central de Sherif é a de que para compreender o comportamento intergrupar é necessário analisar as relações funcionais que se estabelecem entre os grupos, relações essas que podem ser de competição ou de cooperação, ou, noutra linguagem, de interdependência negativa ou de interdependência positiva. Enquanto a cooperação, ou percepção de interdependência positiva, gerada pela adesão a um objectivo comum ou pela percepção de um destino comum, daria origem a percepções e a comportamentos positivos, a competição, ou percepção de interdependência negativa, constituiria um mecanismo gerador de atitudes e comportamentos desfavoráveis face ao exogrupo. Esta competição pode ser real ou imaginada, podendo os interesses grupais ser definidos como «uma ameaça real ou imaginada à segurança do grupo, um interesse económico, uma vantagem política, uma posição militar, prestígio, ou outras considerações»

(Sherif 1966, 15). Por outro lado, os estudos de Sherif *et al.* (1961-1988) indicam que, mesmo em situação de «independência» entre grupos, estes podem desenvolver atitudes favoráveis ao conflito.

No quadro da teoria de Sherif, podemos então formular a hipótese de que, quanto maior a percepção de interdependência negativa entre «portugueses» e «negros em Portugal», no plano sócio-económico, e quanto menor a percepção de interdependência positiva, maior a percepção de que os negros constituem uma ameaça económica. Repare-se que, enquanto Sherif *et al.* (1961-1988), apesar de reconhecerem que os conflitos de interesses podem corresponder a representações sobre as relações sociais, sublinham «os conflitos objectivos de interesses», nós sublinhamos o sentido subjectivamente atribuído às relações intergrupais que estamos a estudar.

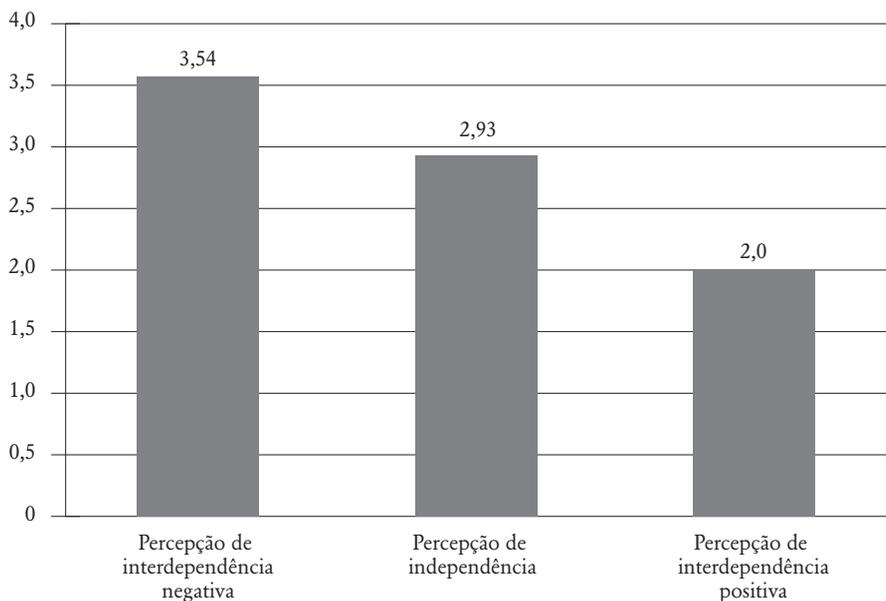
Para analisar esta hipótese construímos um indicador comum de percepção de interdependência negativa, de interdependência positiva e de independência no qual se pedia aos inquiridos para escolherem, de três afirmações, aquela que melhor correspondia à sua opinião: «É necessário defender os interesses dos portugueses antes de defender os interesses dos negros em Portugal» (*interdependência negativa*; 23% dos inquiridos);³ «Os interesses dos portugueses e os interesses dos negros devem ser defendidos separadamente» (*independência*; 18%); «Os negros e os portugueses têm interesse em defender os seus interesses em comum» (*interdependência positiva*; 59% dos inquiridos). Este indicador foi adaptado de um estudo de Roux *et al.* (1994).

Para analisar a relação entre a medida de interdependência e a percepção de ameaça começámos por realizar uma análise de variância, tomando a percepção de interdependência como variável independente e a percepção de que os negros constituem uma ameaça económica como variável dependente (gráfico 1.2).

Os resultados indicam um efeito da percepção de interdependência sobre a percepção de ameaça económica ($F(2,479) = 92,08; p < 0,001$). Existem diferenças significativas entre cada um dos três grupos de respondentes (testes *post hoc* Scheffé; $p < 0,05$). Os que partilham uma percepção de interdependência negativa têm uma percepção de ameaça económica significativamente superior à daqueles que partilham uma percepção de interdependência positiva ou de independência, e estes têm também uma percepção de ameaça superior aos que partilham a percepção de interdependência positiva. Assim, não é necessário que haja uma percepção de interdependência negativa para que se verifique uma percepção de ameaça económica, basta haver uma percepção de independência entre os grupos.

³ Neste e nos restantes capítulos, os valores percentuais apresentados referem-se à amostra ponderada.

Gráfico 1.2 – Percepção de ameaça económica em função da percepção de interdependência (médias)



Para testar a capacidade preditiva da percepção de interdependência sobre a percepção de que os negros constituem uma ameaça económica foi ainda realizada uma análise de regressão múltipla, usando as percepções de interdependência como variável independente.⁴ Os resultados indicam que as percepções de interdependência são preditivas da percepção de que os negros constituem uma ameaça económica. Ou seja, a percepção de interdependência positiva prediz *negativamente* a percepção de ameaça económica ($\beta = -0,37$; $p < 0,001$) e a percepção de interdependência negativa prediz *positivamente* essa mesma percepção ($\beta = 0,2$; $p < 0,001$). Note-se que a variância explicada por estas duas variáveis é bastante razoável (R^2 ajustado = 0,27). Observe-se ainda que a negação da percepção de interdependência positiva prediz melhor a percepção de que os negros constituem uma ameaça económica do que a percepção de interdependência negativa. Este resultado vai de par com resultados que apresentaremos adiante, de acordo com os quais o racismo se manifesta hoje sobretudo de forma velada. Para exprimir racismo basta não manifestar atitudes e crenças positivas sobre os negros, não é necessário exprimir atitudes e crenças negativas.

⁴ Variável introduzida como *dummy*, sendo usada a percepção de independência como variável de referência.

Percepções de justiça, privação relativa e percepção de ameaça económica

As teorias sobre a privação relativa oferecem um novo quadro para a compreensão das consequências da privação sobre as relações intergrupais. Estas teorias deslocam a privação do nível «objectivo», nível a que se situam Dollard *et al.* (1939), para o nível «subjectivo» e comparativo. Ou seja, a privação não é um estado absoluto, mas relativo, resultante de uma comparação. Esta comparação pode ser intra-individual (Davis 1971; Gurr 1971), interpessoal (Martin e Murray 1983; Crosby 1976) ou intergrupar (Runciman 1966; Vanneman e Pettigrew 1972; Pettigrew e Meertens 1995). Neste estudo considerámos o nível intergrupar dos sentimentos de privação relativa.

As teorias sobre a privação relativa constituem uma das primeiras teorias sobre a justiça distributiva, permitindo, assim, associar a discriminação às percepções de justiça social. Apesar da posição muito crítica de Tajfel (1982) sobre as teorias da justiça distributiva e sobre as teorias da privação relativa, vendo-as como teorias que se situam ao nível da análise interindividual, este autor viria a reconhecer mais tarde a necessidade de situar as relações intergrupais no quadro das percepções sobre a justiça e a justiça social (Tajfel 1984). Assim, para além da análise de hipóteses suscitadas pelas teorias da privação relativa, colocamos ainda a seguinte questão: será que a norma do igualitarismo, como norma de justiça, ou que uma maior sensibilidade às desigualdades no sistema social dificultam a expressão do racismo, pelo menos na sua dimensão de percepção de ameaça económica?

Privação relativa e percepção de ameaça económica

É no quadro da privação relativa que Runciman (1966) estabelece a distinção entre privação fraterna (intergrupar) e privação egoísta (intragrupar) e formula a hipótese de que apenas a primeira se encontra associada à insatisfação colectiva e ao protesto social. A literatura tem, de facto, mostrado que apenas a privação relativa intergrupar ou fraterna conduz com alguma probabilidade ao protesto social⁵ e que as outras formas de privação relativa têm mais probabilidade de conduzir a comportamentos individuais desajustados ou a estados de perturbação emocional, como o *stress*, a ansiedade ou o sentimento de impotência (e. g., Guimond e Tougas 1994). Estudos realizados em Portugal, quer em contexto

⁵ A privação fraterna refere, para Runciman, o sentimento de privação decorrente da comparação entre o endogrupo (o grupo a que se pertence) e o exogrupo (um outro grupo). A privação egoísta decorre de uma comparação entre o indivíduo e o seu grupo.

organizacional (Monteiro *et al.* 1994), quer em contexto político (Vala 1993), suportam igualmente a hipótese de Runciman.

Coube a Vanneman e Pettigrew (1972), num estudo realizado nos Estados Unidos, formular a hipótese de que a privação relativa intergrupala pode conduzir a comportamentos de discriminação. Estes autores constataram, de facto, que os indivíduos brancos que sentiam privação relativa intergrupala apresentavam maiores índices de discriminação face aos negros do que aqueles que exprimiam sobretudo privação relativa intragrupal. Estes mesmos resultados foram obtidos num estudo recente de Pettigrew e Meertens (1995) sobre atitudes face a minorias, realizado em vários países europeus, e por Pedersen e Walker (1997) sobre atitudes dos australianos brancos face a aborígenes. Concretamente, a nossa hipótese é a de que, quanto maior a privação relativa intergrupala dos portugueses brancos, maior a percepção dos negros como uma ameaça económica e mais negativa a avaliação ou atitude relativamente aos negros.

A análise desta hipótese exige, contudo, algumas precisões conceptuais: como observa Tyler (1984), as diferentes teorias sobre a privação relativa não explicitam quais as normas de justiça que subjazem ao sentimento de privação, com uma excepção – a definição de Crosby (1976), que remete para a norma da igualdade.

É no quadro desta questão, a de saber que normas de justiça subjazem ao sentimento de privação, que Vala *et al.* (1987) propuseram uma outra forma de operacionalizar a privação relativa. Esta operacionalização entra em linha de conta não apenas com os *ganhos* sociais percebidos, como também com os *investimentos* sociais percebidos. Esta nova operacionalização permite um cálculo da privação relativa a partir da norma de justiça distributiva *meritocrática*, norma essa que supõe como justa uma situação na qual os ganhos sejam proporcionais aos investimentos (Adams 1965) e que se sabe ser a norma mais saliente quando estão em causa recursos económicos (v. Tyler 1984). A operacionalização proposta, com base na norma meritocrática, permite a construção de uma variável que se refere à privação relativa intragrupal (comparação eu-nós) e de uma variável que se refere à privação relativa intergrupala (comparação nós-eles). A construção destas medidas é apresentada na figura 1.1.

No quadro 1.3 podemos ver os resultados resumidos destas duas variáveis. Podemos ainda observar que são mais elevados os valores de privação relativa intergrupala do que intragrupal ($t(455) = -2,7; p < 0,01$), o que constitui um indicador de que, em média, os inquiridos se sentem mais privados quando se comparam com os negros em Portugal do que quando se comparam com a generalidade dos portugueses.⁶

⁶ Para facilitar a leitura, nas análises subsequentes serão utilizadas as medidas invertidas, nas quais as pontuações positivas mais elevadas corresponderão a maior privação relativa.

Figura 1.1 – Operacionalização da privação relativa intergrupl e da privação relativa intragrupal

Privação relativa intergrupl	
$\frac{\text{compensações sociais dos portugueses}}{\text{investimentos sociais dos portugueses}}$	$\frac{\text{compensações sociais dos negros}}{\text{investimentos sociais dos negros}}$
Privação relativa intragrupal	
$\frac{\text{compensações sociais da sua família}}{\text{investimentos sociais da sua família}}$	$\frac{\text{compensações sociais dos portugueses}}{\text{investimentos sociais dos portugueses}}$

Quadro 1.3 – Privação relativa – distribuição de respostas

Respostas acumuladas	Privação intragrupal	Privação intergrupl
Privação (valores negativos)	35,2%	34,9%
Não privação (0)	39,4%	27,7%
Gratificação (valores positivos)	25,4%	37,4%
Média	-0,06	-0,19
Desvio-padrão	0,37	0,84
Respostas válidas	480	464

Escala: máximo de privação: -4,8; não privação: 0; mínimo de privação: 4,8.

Para verificar a capacidade preditiva sobre a percepção de ameaça económica destas dimensões de privação relativa realizámos uma análise de regressão. Os resultados mostram que a privação relativa intergrupl é mais preditiva ($\beta = 0,46$; $p < 0,001$) do que a privação relativa intragrupal ($\beta = 0,11$; $p < 0,01$). A variância da percepção de ameaça económica explicada pela privação relativa intergrupl é de 19%, subindo apenas para 21% com a introdução da privação relativa intragrupal. Desta forma, verifica-se a hipótese de que é a privação relativa intergrupl, e não a privação relativa intragrupal, que pode conduzir a comportamentos discriminatórios. Adiante desenvolveremos ainda esta mesma questão.

A privação relativa operacionalizada com base na norma meritocrática tem ainda implícito o pressuposto de que a privação pode expressar-se diferentemente na diferenciação negativa de *ganhos* e na diferenciação positiva de *investimentos*, podendo o endogrupo não ser avaliado como ganhando necessariamente mais, mas sim como investindo mais, *merecendo implicitamente* mais do

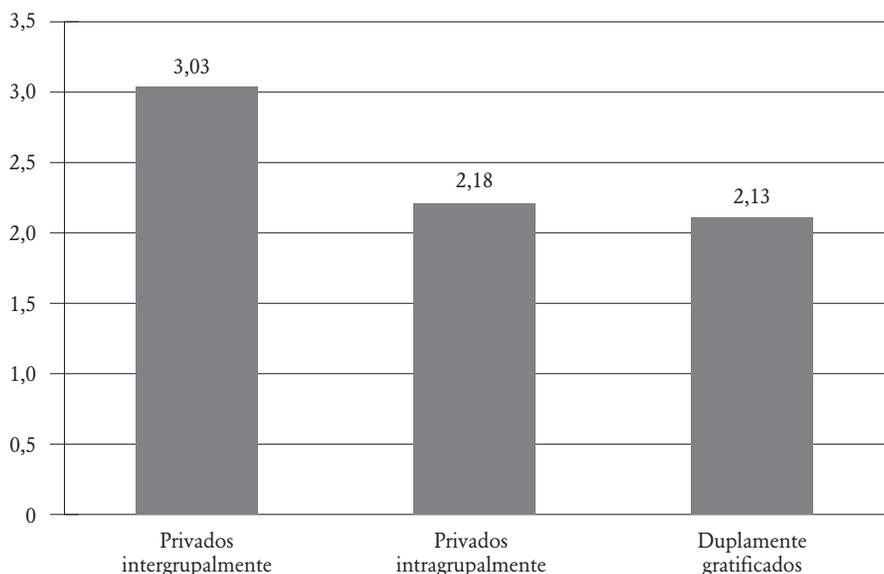
que o exogrupo. A privação manifestar-se-ia então mais pela diferenciação na avaliação de *investimentos*. Esta situação pode ocorrer quando o grupo privilegiado, ao sentir a sua situação ameaçada, reage, discriminando o grupo dominado, ou seja, desvalorizando o seu valor, capacidades e esforço.

De modo a verificar se uma destas dimensões (*ganhos* e *investimentos*) não pesaria mais do que a outra na predição da percepção de ameaça, realizámos uma análise de regressão linear múltipla, utilizando como variáveis independentes as diferenças percebidas de *ganhos* e as diferenças percebidas de *investimentos* entre os dois grupos. Os resultados indicam que ambas as variáveis são bons preditores da percepção de ameaça económica, embora as diferenças percebidas nos *investimentos* sejam ligeiramente mais relevantes ($\beta = 0,30$; $p < 0,001$) do que as diferenças percebidas de *ganhos* ($\beta = -0,24$; $p < 0,001$; R^2 ajustado = 0,18). Ou seja, por um lado, quanto mais os inquiridos percebiam os investimentos sociais dos portugueses como sendo superiores aos dos negros, mais percebiam este grupo como uma ameaça económica. Por outro lado, quanto mais percebiam os ganhos sociais dos portugueses como superiores aos dos negros, menos percebiam este grupo como uma ameaça. Refira-se ainda que a diferença percebida de investimentos explica, por si só, 12% da variância, aumentando esta para 18% com a introdução da diferença de ganhos na equação. A correlação entre estas duas dimensões de privação é negativa e significativa, embora não seja elevada ($r = -0,21$; $p < 0,001$). Sendo assim, consideramos que as duas componentes da privação relativa intergrupais são igualmente importantes para a predição da percepção de ameaça económica, o que justifica a utilização da medida completa.

De acordo com as hipóteses que formulámos inicialmente, no seguimento dos resultados de Vanneman e Pettigrew (1972), a privação relativa só deverá ter efeitos na discriminação se a sua expressão em termos intergrupais (comparação de um grupo de pertença com um grupo respectivo de não pertença) for mais elevada do que em termos intragrupalis (comparação do eu com um grupo de pertença).

Para testar esta hipótese construiu-se uma variável nominal com três posições que atende aos diferentes tipos de privação relativa referidos por Runciman (1966):

- a) Se tanto a privação intragrupal como a intergrupais apresentarem valores positivos (gratificação), o grupo resultante é o dos *duplamente gratificados* (40,6%);
- b) Se a privação intragrupal apresentar um valor negativo e mais importante do que o da privação intergrupais, o grupo é o dos *privados egoicamente ou privados intragrupalmente* (26,2 %);

Gráfico 1.3 – Percepção de ameaça económica em função do tipo de privação (médias)

c) Se a privação intergrupalmemente apresentar um valor negativo e mais importante do que o da privação intragrupal, o grupo é o dos *privados fraternamente ou privados intergrupalmemente* (33,2 %).⁷

A nossa hipótese é a de que apenas a privação fraterna ou intergrupalmemente conduz à acentuação da percepção de ameaça económica.

Os resultados da análise de variância (gráfico 1.3) indicam um efeito do tipo de privação sobre a percepção de ameaça económica ($F(2,430) = 28,88$; $p < 0,001$). Os privados intergrupalmemente manifestam significativamente mais percepção de ameaça económica do que os privados intragrupalmente e do que os duplamente gratificados (testes *post hoc* Scheffé, $p < 0,05$), confirmando a nossa hipótese. Ou seja, apenas um sentimento de privação relativa intergrupalmemente, e que seja mais saliente do que um sentimento de privação relativa intragrupal, tem efeitos sobre esta dimensão do racismo.

Normas de justiça social distributiva, percepção de equidade social e percepção de ameaça económica

A forma mais imediata de associar as percepções de justiça aos fenómenos de discriminação é no quadro das teorias da privação relativa, como fizemos

⁷ Note-se que em nenhum caso as duas privações (intergrupalmemente e intragrupalmente) apresentaram valores negativos iguais um ao outro, o que não nos permite construir um grupo dos duplamente privados.

no ponto anterior. Uma outra forma de responder ao imperativo de Tajfel (1984) para uma associação entre as percepções de justiça e os fenómenos de discriminação consiste em analisar a relação entre a saliência das normas de justiça distributiva, a percepção de equidade do sistema social, e a discriminação intergrupal, neste caso o racismo.

Segundo Lerner (1977), em função dos contextos de interacção, pode tornar-se saliente para os sujeitos envolvidos uma das seguintes seis normas de justiça distributiva – proporcionalidade (mérito), igualdade, necessidade, interesse pessoal justificado (não existe uma boa forma de distribuição de recursos; a repartição final é ditada por factores muito diferenciados; basta garantir as mesmas regras de jogo para todos), luta pela vida e contrato/reciprocidade («faz aos outros o que gostarias que te fizessem a ti»). Heath (1976) identifica ainda outra norma – a dos direitos adquiridos. Estudos mais recentes (Swift *et al.* 1995) mostram, contudo, que as normas de justiça mais salientes nas nossas sociedades ocidentais são hoje a norma do *mérito* (proporcionalidade) e a da *igualdade*, acompanhadas de juízos paralelos assentes na norma da *necessidade* (quer dizer, entende-se que a distribuição de recursos não deve atentar contra a sobrevivência de ninguém).

Ora, Katz e Hass (1988) argumentam que as atitudes raciais dos americanos brancos face aos americanos negros se tornaram complexas e multidimensionais. Os autores sugerem que a ambivalência é uma característica difusa das atitudes raciais: atitudes pró e antinegros coexistem frequentemente no mesmo indivíduo quando se trata de avaliar os direitos cívicos ou de apoiar a promoção social e económica dos negros. Estes sentimentos ambivalentes têm origem em valores de natureza independente. As atitudes pró-negros reflectem valores humanitários e igualitários que enfatizam os ideais de igualdade. Por outro lado, as atitudes antinegros reflectem valores impregnados da ética protestante, como sejam o trabalho, o sucesso individual e a disciplina, remetendo para a norma do mérito.

A hipótese de Katz e Hass sugere-nos que a saliência de uma norma de justiça igualitária dificulta a expressão do racismo, enquanto a saliência de uma norma de mérito facilita a sua expressão.

Para medir estas normas era pedido aos inquiridos para escolherem uma das três proposições seguintes: «a cada um segundo as suas necessidades» (*norma da necessidade*; 16% dos inquiridos); «a todos por igual» (*norma da igualdade*; 24%); «a cada um segundo o seu esforço e mérito» (*norma do mérito*; 60%). É de notar o predomínio da norma do mérito, com uma minoria grande a aderir à norma da igualdade e uma minoria mais reduzida exprimindo a preferência pela norma da necessidade.

Para testar a hipótese proposta acima realizou-se, em primeiro lugar, uma análise de variância, tomando como variável independente as normas de justiça social distributiva e como variável dependente a atitude face aos negros.

Os resultados indicam não haver diferenças significativas entre grupos ($F(2,511) = 0,22$; $p = n. s.$). De seguida, realizou-se uma análise de variância tomando ainda como variável independente as normas de justiça social distributiva e como variável dependente a percepção de que os negros constituem uma ameaça económica. Os resultados indicam, também neste caso, não haver diferenças significativas entre grupos ($F(2,477) = 0,9$; $p = n. s.$). Numa terceira análise de variância consideraram-se apenas as normas mais salientes (igualdade e mérito), não se mostrando os resultados também significativos.

Os resultados referidos podem ser devidos à simplicidade das nossas medidas relativas às normas de justiça distributiva quando comparadas, por exemplo, com as de Swift *et al.* (1995). Pode ainda acontecer que não se verifique uma relação entre a saliência das normas de justiça e esta dimensão específica do racismo (percepção de ameaça económica), podendo estas normas estar relacionadas com outras dimensões do racismo, como adiante mostraremos.

A abordagem de Katz e Hass e os problemas salientados por Tajfel (1984) no seu texto sobre relações intergrupais e justiça sugerem-nos ainda outra hipótese. Esta nova hipótese tem a ver com a relação entre a avaliação que os indivíduos fazem da equidade ou justiça do sistema social e a percepção de que os negros constituem uma ameaça económica: quanto maior a sensibilidade às desigualdades sociais, manifestada numa percepção de maior iniquidade do sistema social, menor a percepção de ameaça.

No entanto, as percepções sobre a equidade do sistema social podem levar à formulação de uma hipótese contrária. Por exemplo, Bobo e Hutchings (1996) verificaram, nos Estados Unidos, que a percepção de que um exogrupo minoritário constitui uma ameaça económica é menos saliente nos indivíduos que percebem a estrutura de oportunidades como justa e aberta. Ou, noutro sentido, são os indivíduos que percebem a estrutura social como injusta que estão mais predispostos a considerar outras categorias raciais como uma ameaça económica. Esta hipótese decorre de uma associação directa entre a percepção de injustiça no sistema social e a privação relativa.

Para analisar estas hipóteses servimo-nos da medida de percepção de equidade, ou justiça, do sistema social construída por Villaverde Cabral *et al.* (1995). Realizámos uma análise de correlação simples entre esta medida e a percepção de que os negros constituem uma ameaça económica. Os resultados indicam que existe uma correlação fraca e negativa entre as duas variáveis ($r = -0,11$; $p < 0,02$). A direcção desta correlação é contrária à nossa primeira hipótese, mas apoia a hipótese de Bobo e Hutchings (1996). De seguida, realizámos uma análise de correlação simples entre a percepção de equidade do sistema social e a atitude face aos negros. Os resultados indicam que esta correlação não é significativa ($r = 0,02$; $p = n. s.$).

A interpretação que formulamos sobre estes resultados é a de que a medida de percepção de equidade do sistema social é sobretudo sensível à percepção de realização das aspirações pessoais. Compreende-se, assim, que, embora apenas tendencialmente, sejam os indivíduos para quem o sistema social não responde às aspirações pessoais aqueles que revelam percepção de ameaça.

Esta interpretação leva-nos a colocar a hipótese de que o impacto da percepção de realização das aspirações pessoais (revelada por uma mais elevada percepção de equidade do sistema social) sobre a percepção de ameaça económica não será um impacto directo, mas um impacto mediado pela privação relativa intergrupala, questão que analisamos adiante.

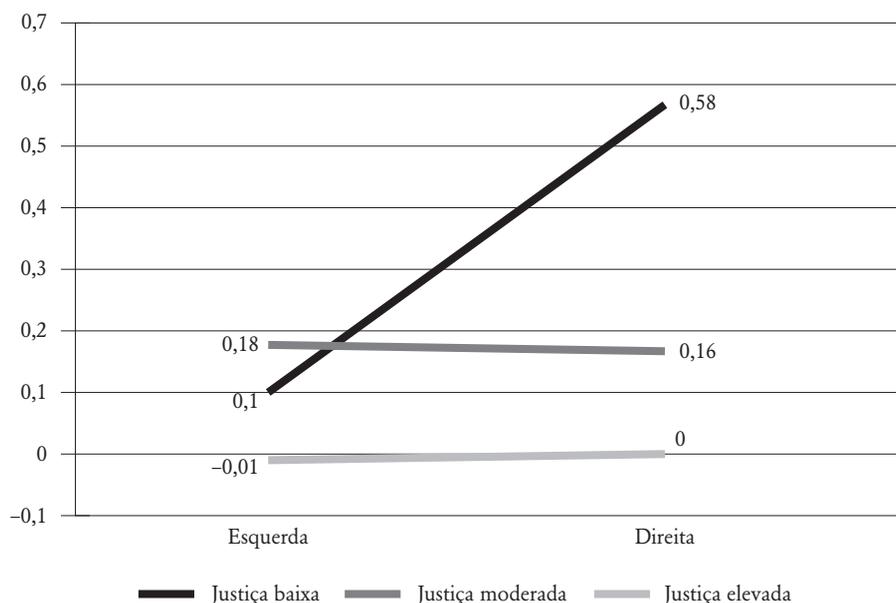
Por ora, e para podermos sustentar esta última hipótese, vamos analisar o efeito da percepção da realização das aspirações pessoais (ou equidade percebida do sistema social) sobre a privação relativa intergrupala, enquanto mediado por factores ideológicos. Assim, e mais uma vez, afastamo-nos das leituras que estabelecem uma relação directa entre a ausência de bem-estar económico e o racismo.

Para este efeito, realizámos uma análise de variância, tomando como variáveis independentes a percepção de realização das aspirações pessoais (níveis de equidade percebida) e as orientações ideológicas dos inquiridos (direita-esquerda) e como variável dependente a privação relativa intergrupala.

Os resultados apresentados no gráfico 1.4 mostram que, quanto maior a equidade percebida do sistema social (ou a percepção de realização das aspirações pessoais), menor a privação relativa intergrupala. O efeito do posicionamento político revela que os indivíduos de direita exprimem mais privação relativa intergrupala do que os de esquerda.

Finalmente, o efeito de interacção mostra que, enquanto os indivíduos de esquerda, que percebem o sistema como iníquo, apresentam valores baixos de privação relativa intergrupala, os indivíduos de direita, que percebem o sistema como iníquo, apresentam os valores mais elevados de privação relativa intergrupala. Assim, estes resultados permitem que adiante avaliemos a hipótese de uma relação entre a percepção de equidade do sistema social, associada às orientações ideológicas, e a percepção de ameaça económica, enquanto mediada pela privação relativa intergrupala. Mas estes resultados indicam ainda que a percepção de injustiça no sistema social, nomeadamente nos indivíduos de direita, pode conduzir a sentimentos de privação intergrupala, abrindo caminho a comportamentos de discriminação.

Gráfico 1.4 – Privação relativa intergrupual em função da justiça percebida do sistema social e do autopoicionamento político (médias)*



Escala: 4 – máximo de privação relativa intergrupual; -4 – mínimo de privação relativa intergrupual.

* Resultados da análise de variância para a privação relativa intergrupual:

Justiça percebida: $F(2, 320) = 2,94, p < 0,06$;

Autopoicionamento político: $F(1,320) = 4,72, p < 0,04$;

Justiça percebida \times autopoicionamento político: $F(2,320) = 3,16, p < 0,05$.

Competição por recursos, justiça e percepção de ameaça económica – articulação de perspectivas de análise

No sentido de articular os resultados apresentados, começámos por comparar a capacidade preditiva do modelo de privação económica, ou da frustração-agressão, com a capacidade preditiva dos modelos sócio-cognitivos que situam a percepção de ameaça económica no quadro das relações intergrupais – a privação relativa e a percepção de interdependência. Realizou-se uma análise de regressão múltipla, tomando o grupo sócio-profissional, as percepções de interdependência e a privação relativa intergrupual como variáveis independentes e a percepção de ameaça económica como variável dependente. Não incluímos aqui o rendimento declarado por já se ter mostrado que a sua relação com a percepção de ameaça económica não é significativa quando se controla a escolaridade.

Quadro 1.4 – Percepção de ameaça económica em função da privação, da privação relativa intergrupala e das percepções de interdependência: análise de regressão linear múltipla

Varáveis independentes	Valores <i>beta</i>	<i>p</i> <
Grupo sócio-profissional*	0,22	0,001
Percepções de interdependência*	0,38	0,001
Privação relativa intergrupala	0,27	0,001
<i>R</i> ² ajustado	0,40	–

* Variáveis *dummy*.

Como pode observar-se no quadro 1.4, as percepções de interdependência e de privação relativa intergrupala são melhores preditores da percepção de ameaça económica do que o grupo sócio-profissional, indicador de privação económica. Enquanto o grupo sócio-profissional explica 13% da variância da percepção de ameaça, a introdução das variáveis relativas às percepções de interdependência e de privação relativa intergrupala permite incrementar a variância explicada para 40%.

Num segundo momento desenvolvemos um modelo de análise integrado que pudesse dar conta, de forma compreensível, das percepções de ameaça económica subjectivamente construídas. O modelo está descrito na figura 1.2.

Concebemos, neste modelo, que a percepção de ameaça dependerá, por um lado, da privação económica e, por outro lado, de variáveis sócio-cognitivas de nível intergrupala (a privação relativa intergrupala e as percepções de interdependência). As justificações teóricas para estas relações foram apresentadas anteriormente. Por outro lado, o modelo pressupõe que a própria privação relativa intergrupala depende das percepções de interdependência. Esta hipótese foi-nos sugerida pelos trabalhos de Bobo (1988, *cit. em* Ecliebarria *et al.* 1995), autor que procurou articular a teoria de Sherif com as teorias da privação relativa. Segundo aquele autor, a interdependência positiva deve conduzir a menores sentimentos de privação relativa e a interdependência negativa conduzir a maiores. O modelo pressupõe ainda que a privação relativa intergrupala depende também da interacção entre a percepção de justiça no sistema social e o posicionamento político, como vimos e justificámos anteriormente.

Para testar este modelo foi realizada uma análise de caminhos (*path analysis*) com o apoio de duas equações de regressão. Uma em que a variável dependente é a privação relativa intergrupala e outra em que a variável dependente é a percepção de ameaça económica. Os resultados significativos são apresentados na figura 1.3.

Relativamente à privação relativa intergrupala, os resultados indicam que esta depende da percepção de interdependência negativa e da interacção entre a justiça percebida do sistema social e da ideologia política (autocategorização es-

Figura 1.2 – Modelo de análise

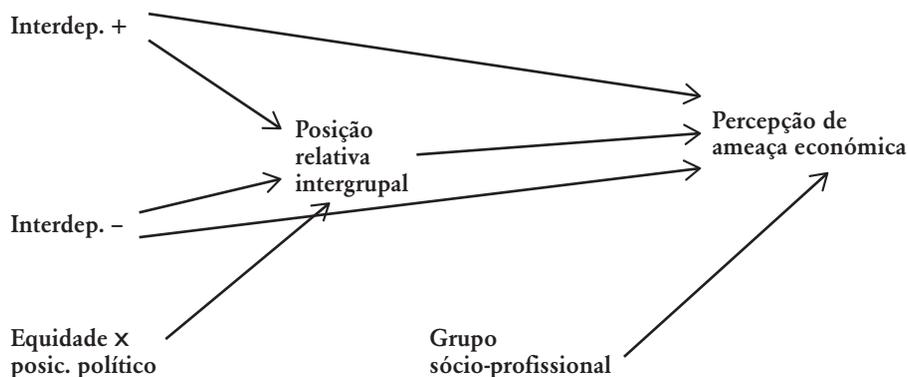
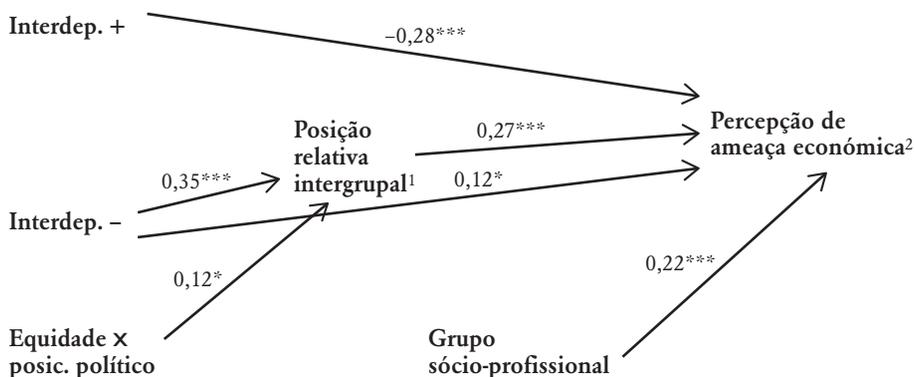


Figura 1.3 – Resultados do modelo de análise



¹ $R^2 = 0,13$; err. = 0,93;

² $R^2 = 0,40$; err. = 0,78.

querda-direita). A relação pressuposta entre a percepção de interdependência positiva e a privação relativa intergrupala não é significativa. Os resultados indicam ainda que os caminhos directos mais fortes para a percepção de ameaça económica são a percepção de interdependência positiva (negativamente) e a privação relativa intergrupala. Verifica-se também uma relação entre o grupo sócio-profissional e a percepção de ameaça.

A análise dos diversos caminhos, ou seja, dos efeitos directos e indirectos das diferentes variáveis independentes sobre a percepção de ameaça, permite verificar os seus efeitos totais (quadro 1.5). Podemos, assim, ver que a variável que acumula mais efeitos sobre a percepção de ameaça económica é a percepção de interdependência positiva, sendo também importante o caminho da privação

**Quadro 1.5 – Competição por recursos e percepção de ameaça económica:
Path Analysis – valores beta dos caminhos**

	Efeitos directos	Efeitos indirectos	Efeitos totais
	Valores beta		
Interdependência positiva	0,280	–	–0,280
Interdependência negativa	0,120	–	0,120 + 0,094 = 0,214
Grupo sócio-profissional	0,223	–	0,223
Privação relativa intergrupl	0,272	–	0,272
Interdependência → privação relativa intergrupl		–0,347 × 0,272 = 0,094	0,094
Equidade × conservadorismo → privação relativa intergrupl	–	0,118 × 0,272 = 0,032	0,032

relativa intergrupl para esta percepção de ameaça. Os resultados permitem-nos sublinhar, de novo, que o impacto da percepção de interdependência negativa na produção da percepção de ameaça não é tão saliente como o impacto da percepção de interdependência positiva. Ou seja, basta não haver percepção de interdependência positiva para facilitar a percepção de ameaça económica.

Percepção de ameaça à segurança

A segunda dimensão de percepção de ameaça que identificámos é a percepção de que os negros constituem uma ameaça à segurança pessoal e social. Esta percepção de ameaça, embora não seja um preditor tão bom da atitude face aos negros como o é a percepção de ameaça económica, encontra-se significativamente associada a essa atitude. Lembre-se que os indicadores desta dimensão exprimem a crença no contributo dos negros para o aumento da criminalidade e para o aumento do consumo e tráfico de droga. Como se referiu na introdução a este capítulo, esta é, aliás, uma das dimensões de ameaça mais discutidas publicamente.

Um primeiro nível de explicação da associação entre a criminalidade e a presença de um grupo minoritário como os negros, é oferecido por alguns estudos na área da cognição social. Por exemplo, tem sido possível verificar, empiricamente, uma associação, decorrente de um enviesamento cognitivo, entre um grupo minoritário e comportamentos indesejáveis e pouco frequentes (Hamilton e Guifford 1976), nomeadamente quando esse grupo é um exogrupo. Este fenómeno é conhecido pelo fenómeno das correlações ilusórias. Assim, em países com população predominantemente branca, os brancos registam na

memória mais facilmente comportamentos anti-sociais ou negativos (menos frequentes) do que comportamentos positivos; e registam igualmente mais comportamentos de um grupo numericamente minoritário (por exemplo, os negros) do que comportamentos de um grupo numericamente maioritário (os brancos). Logo, haverá uma sobrestima dos comportamentos negativos de negros. Daqui decorreria a probabilidade de uma correlação ilusória entre comportamentos negativos e grupos minoritários, neste caso os negros.

No entanto, em nosso entender, é necessário que os processos sociais tenham investido de valor o endogrupo e desvalorizado o exogrupo e tornado, além disso, relevante a comparação entre endogrupo e exogrupo para que estes processos cognitivos se tornem operativos e socialmente funcionais. O nosso pressuposto é o de que a associação entre comportamentos socialmente indesejáveis, vistos como menos frequentes do que os comportamentos normativos, e indivíduos negros, menos frequentes do que os brancos, seja funcional para estes últimos, legitimando as desigualdades entre estas categorias sociais.

Uma segunda via de compreensão da associação que se faz entre a criminalidade e as minorias pode ser desenvolvida a partir da literatura sobre o sentimento de insegurança. Esta literatura mostra bastante evidência empírica sobre a correlação entre este sentimento, o género e a idade (v. Maia 1997). Em Portugal, quer no relatório de 1991 sobre a vitimação, quer no relatório de 1992 (Almeida 1991-1992), editados pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, verifica-se que é mais fácil as mulheres exprimirem sentimentos de insegurança do que os homens, notando-se igualmente uma progressão do sentimento de insegurança com a idade. Além disso, os trabalhos iniciais de Adorno *et al.* (1950) sobre o preconceito mostram que a sensibilidade aos comportamentos «desviantes» é uma das dimensões do conservadorismo e que o conservadorismo se encontra associado ao preconceito.

Se admitirmos, por um lado, que o sentimento de insegurança é mais saliente nas mulheres do que nos homens, que progride com a idade e que está associado, a nível ideológico, ao conservadorismo, podemos supor que estas mesmas variáveis facilitarão a associação entre os negros e a criminalidade.

Conservadorismo e percepção de ameaça à segurança

Para testar a hipótese de que o conservadorismo facilita a percepção de que os negros constituem uma ameaça à segurança construímos indicadores de conservadorismo político e conservadorismo moral, na linha dos indicadores de autoritarismo da escala *F* de Adorno *et al.* (1950).

O indicador de conservadorismo político foi operacionalizado a partir de dois itens: um, remetendo para o apoio à ordem social, ou *conservadorismo* («manter a ordem no país»); o outro, para a participação política democrática

ou *não conservadorismo* («ouvir os cidadãos em decisões importantes do governo») (Inglehart 1977). Era pedido aos sujeitos que escolhessem uma daquelas duas frases. Estudos anteriores mostraram que estes indicadores eram um dos organizadores do factor «conservação *versus* mudança da ordem social», que, em estudos nacionais, se revela ser uma das dimensões organizadoras da escala de pós-materialismo de Inglehart (Garcia *et al.* 1993). Os resultados indicam que 40% dos inquiridos optam pela frase indicadora de conservadorismo e 60% pela frase indicadora de não conservadorismo.

Os indicadores de conservadorismo moral compreendem três questões: duas relacionadas com a repressão de comportamentos «desviantes» (repressão do aborto e repressão penal do crime) e uma com o autoritarismo educativo (valor da obediência e do respeito pela autoridade), adaptadas da escala *F forms 45/40* de Adorno *et al.* (1950), que estão próximas das dimensões *submissão à autoridade*, *agressão autoritária* e *convencionalismo* da escala de *autoritarismo de direita* (RWA) de Alterneyer (1994). Os inquiridos respondiam às questões numa escala de 1 («discordo totalmente») a 5 («concordo totalmente»), tendo-se construído um índice de conservadorismo moral que apresenta uma média de 3,19 e um desvio-padrão de 1,08 ($n = 520$).

Para testar as hipóteses propostas atrás realizámos, em primeiro lugar, uma análise de variância, tomando como variável dependente a percepção de ameaça à segurança e como variável independente o conservadorismo político. Os resultados indicam que o conservadorismo político facilita a percepção de que os negros constituem uma ameaça à segurança ($F(1,480) = 15,04; p < 0,001$). Realizámos também uma análise de variância, tomando a percepção de ameaça à segurança como variável dependente e o conservadorismo moral, dicotomizado em duas posições (acima e abaixo da mediana), como variável dependente. Verifica-se igualmente uma relação significativa entre esta outra dimensão do conservadorismo e a percepção de que os negros constituem uma ameaça à segurança pública ($F(1,429) = 48,54; p < 0,001; r = 0,34; p < 0,001$). A associação entre o preconceito racista e o conservadorismo, verificada por Adorno *et al.* (1950), continua a verificar-se, quase cinquenta anos depois. No entanto, no capítulo 3 mostraremos como esta associação entre o conservadorismo e o racismo é mais forte no caso do conservadorismo moral do que no caso do conservadorismo político.

Género, idade e percepção de ameaça à segurança

No quadro 1.6 são apresentadas as análises de variância para verificar a associação entre, por um lado, o sexo e a percepção de ameaça à segurança e, por outro, a idade e esta mesma percepção de ameaça. Os resultados mostram que esta percepção não está relacionada com o sexo ($F(1,502) = 0,03; p = n. s.$), mas

Quadro 1.6 – Sexo, idade e percepção de ameaça à segurança (médias)

	Percepção de ameaça à segurança
Sexo	
Homens	3,74 a
Mulheres	3,72 a
Total	3,73
Idade	
18-24 anos	3,54 ab*
25-34 anos	3,26 a
35-49 anos	3,77 bc
50-64 anos	4,11 c
Total	3,73

Escala: mínimo = 1; máximo = 5.

* Valores com as mesmas letras não são significativamente diferentes entre si (teste de Scheffé, $p < 0,05$).

Quadro 1.7 – Percepção da ameaça à segurança, conservadorismo e idade: análise de regressão linear múltipla

Variáveis independentes	Valores <i>beta</i>	<i>p</i> <
Conservadorismo moral	0,31	0,001
Geração de socialização escolar	0,14	0,001
Conservadorismo político	–	n. s.
R^2 ajustado	0,13	–

que se encontra significativamente associada à idade ($F(3,500) = 10,42; p < 0,001$). Verifica-se um incremento da percepção de ameaça nos dois últimos grupos etários, o que está de acordo com as nossas hipóteses. Ainda de acordo com as nossas hipóteses, o grupo dos mais jovens exprime uma menor percepção de ameaça do que o grupo dos mais velhos, resultado que pensamos decorrer da maior percepção de vulnerabilidade pessoal por parte dos mais idosos.

Finalmente, realizámos uma análise de regressão múltipla para avaliarmos os efeitos relativos do conservadorismo moral, do conservadorismo político e da idade na percepção de ameaça à segurança. Os resultados (quadro 1.7) indicam que o melhor preditor desta percepção de ameaça é o conservadorismo moral e que o conservadorismo político não entra na equação de regressão. Este último resultado não é devido a efeitos de correlação entre o conservadorismo moral e o conservadorismo político, já que estas duas variáveis não apresentam uma correlação elevada. Desta forma, parece plausível a hipótese segundo a qual a percepção de que os negros representam uma ameaça à segurança se encontra associada a percepções mais gerais de vulnerabilidade pessoal e a uma configuração de crenças que envolve a submissão à autoridade, a agressão autoritária e o convencionalismo.

Quadro 1.8 – Percepções de ameaça, avaliação da presença de negros em Portugal e posições sobre políticas de imigração (médias)

	Avaliação da presença de negros em Portugal*	Posição sobre políticas de imigração**
Percepção de ameaça económica:		
Elevada	2,84	2,46
Baixa	2,13	1,91
Percepção de ameaça à segurança:		
Elevada	2,69	2,39
Baixa	2,06	1,83

* Escala: 1 – «uma coisa boa»; 4 – «uma coisa má»;

** Escala: 1 – «pode aumentar sem problemas»; 3 – «é desejável que diminua».

Quadro 1.9 – Percepção de ameaça económica e discriminação na protecção social (médias)

	Discriminação*
Percepção de ameaça económica:	
Elevada	532,96
Baixa	516,25

* Valores superiores a 500 indicam favoritismo endogrupal.

Consequências das percepções de ameaça: intenções e atitudes discriminatórias

Nos pontos anteriores verificámos como a percepção de que os negros em Portugal constituem uma ameaça económica, uma expressão tradicional de racismo, decorria de factores de ordem cognitiva e de percepções subjectivas das relações intergrupais, e não tanto de factores objectivos relacionados com a privação económica. Verificámos ainda que a percepção de que os negros constituem uma ameaça à segurança depende da idade e de factores ideológicos, nomeadamente do conservadorismo moral. Vamos agora analisar a forma como estas crenças contribuem para facilitar atitudes e intenções comportamentais discriminatórias dos negros em Portugal.

Em primeiro lugar, podemos interrogar-nos sobre se estas crenças contribuem para a avaliação da presença de negros em Portugal e para posições discriminatórias a nível das políticas de imigração, nomeadamente no que se refere ao número de negros em Portugal.

Para medir a avaliação sobre a presença de negros em Portugal perguntava-se aos inquiridos se essa presença era uma coisa boa ou má (1 – «boa»; 2 – «boa em parte»; 3 – «má em parte»; 4 – «má»). Para medir a posição dos inquiridos sobre uma dimensão das políticas de imigração perguntava-se se o número de

negros que vivem em Portugal: «pode aumentar sem problemas» (1); «é desejável que não aumente» (2); «é desejável que diminua» (3).

Para verificar em que medida é que as percepções de ameaça económica e de ameaça à segurança contribuem para estas avaliações e posições realizámos análises de variância, tomando essas avaliações e posições como variáveis dependentes e as percepções de ameaça, divididas em dois níveis (baixa-abaxo da média; elevada-acima da média), como variáveis independentes.

Os resultados (quadro 1.8) indicam efeitos significativos da percepção de ameaça económica sobre a avaliação da presença de negros em Portugal ($F(1,456) = 102,3; p < 0,001$). Da mesma forma, os indivíduos com mais elevada percepção de ameaça económica fazem uma avaliação mais extremada sobre a indesejabilidade do aumento do número de negros no país ($F(1,481) = 97,79; p < 0,001$). Os resultados indicam ainda o mesmo tipo de efeitos da percepção de ameaça à segurança sobre a avaliação da presença de negros em Portugal ($F(1,496) = 90,91; p < 0,001$) e sobre as posições face às políticas de imigração ($F(1,468) = 76,43; p < 0,001$).

Em segundo lugar, devemos interrogar-nos se a percepção de ameaça económica contribui, mais especificamente, para a discriminação na protecção social. Para isso foi apresentada aos inquiridos uma situação hipotética. Era-lhes dito que a Câmara Municipal de Lisboa tinha decidido distribuir 1000 contos pelos 50 negros mais desfavorecidos e pelos 50 portugueses mais desfavorecidos de uma freguesia. A seguir, pedia-se-lhes para distribuírem esse dinheiro pelos dois grupos. O dinheiro atribuído aos membros do grupo «portugueses desfavorecidos» pode ser usado como uma medida de discriminação: os valores acima de 500 contos são tanto mais discriminatórios quanto mais elevados. Verificou-se, em primeiro lugar, uma tendência, embora ligeira, mas estatisticamente significativa, para a discriminação: na amostra global, o valor médio de dinheiro atribuído aos portugueses desfavorecidos (529,64 contos) é significativamente superior ao valor «igualitário» de 500 contos ($t(525) = 6,77; p < 0,001$). Em segundo lugar, verificou-se que os inquiridos com maior percepção de ameaça económica estão mais predispostos à discriminação na protecção social do que os indivíduos com menor percepção dessa ameaça ($F(1,481) = 10,36; p < 0,001$) (quadro 1.9).

Em resumo, as percepções de que os negros constituem uma ameaça económica e à segurança não são juízos perceptivos subjectivos sem consequências práticas, mas podem contribuir para estruturar atitudes e intenções comportamentais favoráveis a comportamentos e acções políticas discriminatórias.

Resumo e conclusões

Neste capítulo analisámos uma das expressões mais tradicionais do racismo: a percepção de que um grupo definido pela cor – os negros – constitui uma ameaça no plano económico e no plano da segurança pública. Este tipo de percepção é recorrentemente expresso nos meios de comunicação social e tem sustentado a tomada de medidas no plano legislativo, no quadro de políticas restritivas da imigração extra-europeia. Os resultados obtidos indicam que a percepção de ameaça à segurança é mais saliente, na nossa amostra, do que a percepção de ameaça económica, mas que esta é mais estruturante de atitudes negativas do que aquela. Estas percepções encontram-se fortemente associadas a posições restritivas sobre as políticas de imigração. E o sentimento de ameaça económica encontra-se associado à orientação para a discriminação dos negros em medidas de protecção social. A percepção de ameaça social não é apenas um indicador de preconceito: é a raiz de orientações comportamentais discriminatórias. Tendo presentes estes resultados e o ambiente teórico da psicologia social, podemos pensar que a acentuação do sentimento de ameaça, decorrente de episódios ou acontecimentos pontuais, pode exacerbar as atitudes negativas e pode conduzir a comportamentos hostis, percebidos como legítimos.

Para compreender a construção da percepção de que os negros constituem uma ameaça económica recorremos à hipótese da privação económica (Dollard *et al.* 1939), da interdependência intergrupar (Sherif *et al.* 1961-1988), e às percepções sobre justiça social, nomeadamente à teoria da privação relativa (Vanneman e Pettigrew 1972). Na sequência das análises parciais, construímos um modelo com o fim de articular os diversos factores que verificámos estarem associados à percepção de ameaça económica.

Os resultados mostram que as percepções de privação relativa intergrupar, mas não as percepções de privação intragrupal, se encontram associadas significativamente à percepção de ameaça económica. Esta importância do sentimento de privação relativa intergrupar na construção do racismo é reforçada pelos resultados de outros trabalhos realizados, por exemplo, nos Estados Unidos (Vanneman e Pettigrew 1972), noutros países europeus (Pettigrew e Meertens 1995; Pettigrew 1998), ou mesmo na Austrália (Pedersen e Walker 1997). O modelo de análise utilizado mostra ainda que a privação relativa intergrupar depende da percepção de interdependência negativa e da interacção entre a equidade percebida do sistema social e o posicionamento político. Este último resultado indica que a associação entre a percepção de dificuldade de realização das aspirações pessoais no sistema social com uma posição ideológica de direita incrementa a privação relativa intergrupar e, conseqüentemente, a percepção de ameaça económica.

O modelo que construímos indica ainda que os caminhos directos mais fortes para a percepção de ameaça económica são a percepção de interdependência

positiva (negativamente) e a privação relativa intergrupar, embora se verifique também um efeito importante do grupo sócio-profissional, variável aqui tomada como indicador de privação económica. Ou seja, os resultados apontam, claramente, para o desenvolvimento da análise desta dimensão do racismo no campo das relações intergrupais assimétricas, e menos para a sua conceptualização a partir de mecanismos intra-individuais ou interindividuais, como os enunciados pela teoria da frustração-agressão.

Alargando o impacto destes resultados à produção teórica sobre as relações intergrupais, somos levados a questionar a acuidade teórica e empírica, recorrente na literatura, da oposição entre o modelo da identidade social, baseado na categorização social, e os modelos da interdependência, baseados nas percepções da natureza das relações entre grupos. De facto, é muito provável que a saliência de uma categorização social do tipo endogrupo-exogrupo facilite a percepção de interdependência negativa e que a percepção de interdependência negativa exacerbe a saliência da categorização e a hostilidade intergrupar. Da mesma forma, e como mostram os nossos resultados, a percepção de interdependência positiva está associada a menor hostilidade intergrupar.

Relativamente à percepção de que os negros constituem uma ameaça à segurança, verificámos que o conservadorismo moral, mais do que o conservadorismo político, se encontra associado a esta percepção. A associação entre o racismo e o conservadorismo político é uma associação recorrente, embora nem sempre encontre apoio nos estudos empíricos. Ao longo deste trabalho, e a partir dos resultados obtidos, discutiremos a relevância daquela associação. Por ora, registre-se que, pelo menos no que toca à dimensão do racismo analisada neste capítulo, o conservadorismo político não se apresenta como um forte preditor do racismo.

Verificámos, também, que a percepção de ameaça à segurança se encontra mais saliente entre os mais idosos e menos entre os mais jovens, o que poderá explicar-se pela maior vulnerabilidade pessoal sentida pelos primeiros.

No conjunto, estes resultados indicam que a percepção dos negros como uma ameaça social, percepção que pode ser associada ao racismo mais tradicional e flagrante, perdura na nossa sociedade e que os factores que na sociedade portuguesa contribuem para essa percepção não são específicos desta sociedade, na medida em que são os mesmos que a literatura vem identificando noutros contextos nacionais e para outros grupos alvo de discriminação.

Embora a literatura científica e os discursos quotidianos coloquem uma enorme ênfase na acentuação da percepção de ameaça no desencadear de atitudes racistas, o racismo reveste hoje formas mais subtis e difusas. São essas novas expressões do racismo que analisamos no capítulo seguinte.

Capítulo 2

Racismo, estereótipos e emoções: «eles não são piores do que nós, mas nós somos melhores do que eles»

Examinámos a construção de uma das expressões tradicionais do racismo – a crença de que os negros representam uma ameaça social no plano económico, laboral e da segurança pública. Esta expressão do racismo permanece apesar de, como sabemos, desde o fim da Segunda Guerra Mundial e da vitória dos aliados sobre o nazismo, o racismo ser alvo de censura pública na generalidade das sociedades ocidentais. Os resultados apresentados no capítulo anterior, da mesma forma que outras pesquisas em ciências sociais, ou a simples observação das realidades sociais, permitem afirmar que a percepção de ameaça, como raiz do racismo, persiste na nossa sociedade, tal como nas outras sociedades que rejeitam o racismo a nível público, político e legal, nomeadamente as sociedades europeias e norte-americana. No entanto, vários estudos vêm apontando para o facto de o racismo estar a assumir expressões mais veladas e subtis, que não põem em causa as normas anti-racistas sociais e institucionais.

A constatação do paradoxo da persistência do racismo em sociedades formalmente anti-racistas tem sido uma das motivações centrais das diversas linhas de investigação que se preocupam com este problema. Compreende-se, assim, que o esforço para explicar o racismo mais aberto e activo, presente nos trabalhos que surgiram após a segunda guerra (e. g., Adorno *et al.* 1950), tenha vindo a ser gradualmente substituído pela preocupação em revelar as formas menos evidentes e mais difundidas de racismo, formas essas que reproduzem atitudes discriminatórias, sem desafiar a norma social de indesejabilidade do racismo. Esta preocupação deu lugar a abordagens diversas que têm em comum a ideia da ubiquidade social da persistência de sentimentos e atitudes racistas que não desafiam abertamente a norma do anti-racismo. Entre estas abordagens incluem-se a teoria da ambivalência/amplificação das atitudes raciais (Katz 1981; Katz *et al.* 1986), a teoria do racismo aversivo (Gaertner e Dovidio 1986), o con-

ceito de racismo simbólico (Sears e McConahay 1973) ou de racismo moderno (McConahay 1986), nos Estados Unidos, e de racismo latente (Pérez *et al.* 1993) e racismo subtil (Meertens 1993; Pettigrew e Meertens 1995), na Europa, conceitos e teorias a que já nos referimos e que retomaremos recorrentemente ao longo deste trabalho.

Paralelamente à análise da crença de que os negros representam uma ameaça social, uma outra forma de analisar o racismo mais tradicional consiste em estudar os estereótipos. No passado, a pesquisa mostrou que eram, tradicionalmente, associados atributos negativos a exogrupos racializados. A pesquisa mostrou também que esses atributos negativos têm como funções sociais a legitimação das desigualdades sociais, a explicação dessas desigualdades e a diferenciação positiva do endogrupo (Tajfel 1982b). Mas será que, num contexto em que é saliente a norma anti-racista, os indivíduos continuarão a atribuir, facilmente, traços ou atributos negativos a exogrupos como os negros? E, no quadro desta pergunta, que alguns estudos têm mostrado que o preconceito expresso através dos estereótipos está a assumir formas veladas, embora com as mesmas consequências que as suas formas tradicionais.

Estudos recentes mostraram também que as emoções seriam hoje um melhor preditor da atitude face a um exogrupo do que os estereótipos (Haddock *et al.* 1994). Em nosso entender, esta orientação será devida ao facto de o recurso aos estereótipos para descrever exogrupos ser, hoje em dia, mais censurado socialmente do que a expressão de emoções relativamente a esses mesmos grupos. Compreende-se, assim, que alguns autores entendam ser importante analisar a dimensão emocional do preconceito e proponham que, em muitas situações, este se baseie mais em emoções negativas do que em crenças sobre os traços negativos de exogrupos (Smith 1997). Contudo, e tal como nos interrogámos anteriormente relativamente aos estereótipos, podemos também questionar-nos sobre se, num contexto em que a norma anti-racista seja saliente, os indivíduos continuarão a expressar emoções negativas sobre exogrupos racializados, como os negros.

Neste capítulo começamos por estudar de que forma o racismo se manifesta através de estereótipos e de emoções. Concretamente, analisamos a hipótese de que a negação dos estereótipos positivos e a negação de emoções positivas contribuem para a formação de uma atitude racista. Analisamos depois a hipótese segundo a qual as emoções contribuem mais, hoje em dia, para a formação da atitude face aos negros do que os estereótipos. Finalmente, analisamos os efeitos do contacto (Allport 1954) sobre os estereótipos e as emoções, hipótese que permanece em discussão (Pettigrew 1986 e 1997). Analisaremos, assim, em que medida, e sob que condições, o contacto relacional «inter-racial» contribui para a construção de estereótipos e emoções mais positivas, reduzindo, desta forma, condições facilitadoras da discriminação.

Racismo, diferenciação intergrupar e construção social dos estereótipos sobre os negros

Partindo do processo de categorização, Tajfel (e. g., Tajfel *et al.* 1971 e Tajfel 1982b) desenvolveu um programa de pesquisa sobre a categorização social que procurou estabelecer as condições mínimas para que haja preconceito e discriminação intergrupar. Este autor concluiu que basta tornar saliente a pertença de um indivíduo a uma categoria social ou grupo para que o favoritismo por esse grupo (endogrupo) e a discriminação face a membros de uma outra categoria (exogrupo) ocorram. Assim, a condição mínima para gerar discriminação seria a saliência da pertença a uma categoria social, ainda que irrelevante, à qual se opõe uma categoria simétrica (de estatuto e dimensão equivalente) de não pertença, perspectiva que Tajfel viria a integrar na sua teoria da identidade social (v. Amâncio 1996). De acordo com esta teoria, a diferenciação intergrupar na atribuição de recursos, evidenciada pelas experiências com os grupos mínimos, decorre da motivação para construir uma imagem do endogrupo mais positiva do que a do exogrupo, contribuindo assim para uma imagem pessoal também mais positiva.

No âmbito da investigação desenvolvida a partir desta perspectiva, um dos indicadores mais estudados da distintividade intergrupar tem sido a avaliação do endogrupo e do exogrupo através da atribuição de traços estereotípicos, definindo-se o estereótipo como uma crença acerca dos traços e atributos psicológicos que caracterizam um grupo. Os resultados de múltiplas pesquisas em contextos variados mostraram que os estereótipos não correspondem a «dados», mas a construções sociais funcionais; que existe um enviesamento consistente na construção de uma imagem mais positiva do endogrupo do que do exogrupo; que é nomeadamente quando os grupos em presença são grupos assimétricos (dominante/dominado; maioria/minoria, estatuto social elevado/baixo) que este fenómeno de discriminação intergrupar ocorre com maior expressão, sendo os grupos maioritários, dominantes ou de estatuto mais elevado que mais discriminam através deste enviesamento (v. Monteiro *et al.* 1994).

Neste estudo, os inquiridos eram confrontados com uma lista de oito traços ou características. Quatro destes traços eram positivos (alegre, bonito, inteligente e trabalhador) e quatro negativos (desonesto, egoísta, impulsivo e agressivo). Com base nesses traços, pedia-se-lhes que indicassem aqueles que reflectiam a sua opinião sobre um português típico e sobre um negro típico. Os traços referidos foram recolhidos num estudo exploratório e seleccionados de modo a cobrirem diferentes aspectos das relações sociais.¹

¹ Na selecção destes traços não nos preocupámos com a sua representatividade como traços estereotípicos de portugueses e de negros, mas sim com a sua representatividade para descrever pessoas de forma positiva ou negativa. O conceito de estereótipo é aqui entendido de forma ampla.

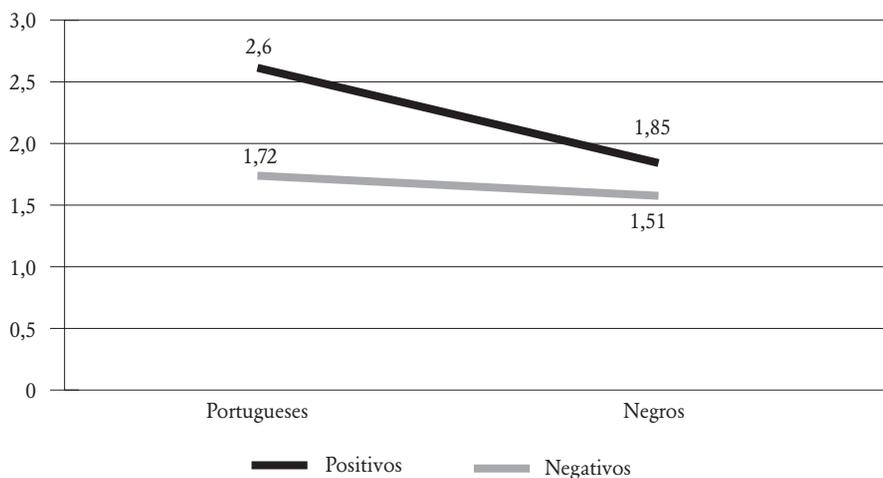
De acordo com as hipóteses de Tajfel e com os resultados obtidos na sequência da sua obra, assim como com os resultados tradicionais dos estudos sobre estereótipos (Katz e Braly 1933), deverá então esperar-se que os sujeitos inquiridos mostrem um claro favoritismo pelo seu grupo – os portugueses –, atribuindo-lhe mais traços positivos e menos traços negativos do que aos negros.

No entanto, a indesejabilidade social do preconceito relativamente a este grupo, como a outros grupos «raciais» ou «étnicos», poderá implicar um processo mais fino de discriminação. Por exemplo, num estudo realizado recentemente em Espanha (Pérez *et al.* 1993; Pérez 1996) que tinha como exogrupo-alvo os ciganos desse país verificou-se que os inquiridos atribuíram mais traços positivos ao endogrupo do que ao exogrupo, mas de forma estatisticamente não significativa. Esse mesmo estudo mostra até que os sujeitos atribuem mesmo mais traços negativos ao endogrupo do que ao exogrupo. Por outras palavras: verificou-se que os sujeitos procuraram claramente manifestar-se não racistas. Dito de outra forma, constatou-se uma tendência para o favoritismo pelo endogrupo, mas não uma derrogação do exogrupo. Num outro estudo, com estudantes norte-americanos brancos, Gaertner e McLaughlin (1983) não verificaram diferenças significativas entre a associação de palavras negativas ao estímulo «brancos» e ao estímulo «negros», mas encontraram uma associação mais forte entre palavras positivas e «brancos» do que entre palavras positivas e «negros». Estes resultados indicam que o processo de discriminação já não segue a expressão tradicional do tipo «nós somos melhores do que eles e eles são piores do que nós». Como Dovidio (Dovidio *et al.* 1989), poderíamos então dizer que, para aqueles estudantes americanos, como para outras pessoas, «os negros não são piores, mas os brancos são melhores» (p. 88).

À luz destes resultados, supomos então que o racismo se expressa hoje em dia mais pela negação de traços positivos do que pela atribuição de traços negativos a um grupo-alvo. Ou seja, serão atribuídos mais traços positivos ao endogrupo do que ao exogrupo (favoritismo endogrupal), mas não necessariamente mais traços negativos ao exogrupo do que ao endogrupo (derrogação exogrupal). Esta hipótese não contradiz a hipótese de Tajfel sobre a construção de uma imagem mais positiva do endogrupo do que do exogrupo. No entanto, esta imagem mais positiva não se exprime através da diferenciação do endogrupo em dimensões negativas, o que é hoje socialmente censurado, mas através da diferenciação em dimensões positivas.

Para testar a hipótese formulada contrastámos o número de traços positivos e negativos atribuídos a portugueses e a negros. Realizámos uma análise de variância (gráfico 2.1), tomando como variáveis independentes o grupo-alvo (endogrupo – portugueses/exogrupo – negros) e a valência dos traços (positivos/negativos). Estes dois factores são factores *within* e a variável dependente é o número de traços positivos e negativos escolhidos para caracterizar cada um dos dois grupos.

Gráfico 2.1 – Estereótipos dos portugueses e negros – atribuição de traços negativos e positivos (médias)*



Escala: mínimo de traços = 0; máximo de traços = 4.

* Resultados da análise de variância para a atribuição de traços estereotípicos:

Grupo-alvo: $F(1,532) = 122,3, p < 0,001$;

Valência: $F(1,532) = 143,1, p < 0,001$;

Valência \times grupo-alvo: $F(1,532) = 34,1, p < 0,001$.

Obteve-se um efeito principal do grupo-alvo; isto é, os sujeitos utilizaram um maior número de traços para descrever os portugueses do que os negros. Obteve-se também um efeito principal de valência: os inquiridos escolheram mais traços positivos do que traços negativos. Este efeito verifica-se quer nos traços atribuídos aos portugueses ($t(532) = 4,76; p < 0,001$), quer nos traços atribuídos aos negros ($t(532) = 4,76, p < 0,001$). Este efeito corresponde a uma orientação geral para a positividade na descrição de pessoas encontradas em múltiplos estudos (v. Zajonc 1968). Quer dizer, trata-se de uma expressão da maior desejabilidade social de afirmar coisas positivas do que negativas sobre pessoas e grupos sociais.

Os efeitos principais descritos são qualificados por uma interacção. Esta interacção, como pode visualizar-se no gráfico 2.1, indica que, apesar de os sujeitos atribuírem a ambos os grupos mais traços positivos do que negativos, atribuem claramente mais traços positivos aos portugueses do que aos negros. Ou seja, os inquiridos manifestaram abertamente favoritismo endogrupal a nível dos traços positivos. A nível dos traços negativos, verifica-se até uma orientação para a derrogação do endogrupo.²

² Posteriormente, realizámos uma avaliação da valência dos traços por juizes independentes. Esta avaliação revelou que um dos traços «negativos» (impulsivo) e um dos traços «positivos» (bonito) tinham uma valência ambígua. Assim, voltámos a realizar estas análises com os restantes tra-

O efeito principal do grupo-alvo, traduzido no facto de os inquiridos usarem mais traços para descreverem os portugueses do que os negros, corresponde a um efeito descrito na literatura como o efeito de maior variabilidade ou maior heterogeneidade percebida no endogrupo do que no exogrupo (Park *et al.* 1991). Este efeito pode decorrer apenas de uma maior familiaridade com o endogrupo do que com o exogrupo (Linville *et al.* 1989). Esta explicação, porém, não se adequa aos nossos resultados. De facto, o efeito de interacção mostra que a riqueza na descrição do endogrupo é maior nos traços positivos do que nos traços negativos, quando, de acordo com aquela explicação, deveria ser idêntica. Para outros autores (v. Devos *et al.* 1996), o efeito de heterogeneidade do endogrupo deve ser entendido, não como uma simples expressão do processamento de informação, mas como um fenómeno funcional na economia dos processos de relações intergrupais e de discriminação. Neste caso, o resultado encontrado pode então ser visto como um processo subtil de discriminação: o grupo dominante é descrito pelos seus membros como um conjunto de indivíduos diferentes, como um conjunto de entidades individualizadas e investidas de valor, enquanto o exogrupo é descrito como um agregado indiferenciado, como uma entidade, sendo, por isso, necessários menos traços para o descrever.

Para solidificar esta hipótese calculámos duas medidas: as diferenças entre os traços positivos atribuídos aos portugueses e aos negros e as diferenças entre traços negativos atribuídos a ambos os grupos, dividindo essa diferença pelo número de, respectivamente, traços positivos e traços negativos atribuídos aos dois grupos-alvo (figura 2.1).

Testámos as diferenças para 0 de cada uma destas duas medidas. Os resultados indicam que a diferença é significativa nos traços positivos ($t(532) = 9,96$; $p < 0,001$) e nos traços negativos ($t(532) = 4,2$; $p < 0,001$). A diferença entre estas duas medidas é também significativa, embora em menor grau ($t(532) = 1,86$; $p = 0,063$). Estes novos resultados indicam, assim, que, por um lado, os inquiridos se descrevem de forma mais rica do que descrevem os negros, quer a nível dos traços positivos, quer a nível dos traços negativos, mas que, por outro lado, se descrevem de forma mais rica sobretudo a nível

ços. Os resultados dessas novas análises confirmam os resultados acima apresentados. Assim, mantêm-se os efeitos principais (grupo-alvo, $F(1,532) = 59,55$, $p < 0,001$; valência, $F(1,532) = 443,1$; $p < 0,001$) e a interacção ($F(1,532) = 18,21$; $p < 0,001$). O efeito de valência continua significativo tanto no caso do grupo-alvo, os portugueses ($t(532) = 19,03$; $p < 0,001$), como no dos negros ($t(532) = 12,61$; $p < 0,001$). O efeito de interacção indica ainda que são atribuídos mais traços positivos aos portugueses do que aos negros ($t(532) = 8,41$; $p < 0,001$), mas não são atribuídos mais traços negativos aos portugueses do que aos negros ($t(532) = 1,49$; n. s.). Os resultados de outras análises também realizadas com estes dados (Brito 1998), a partir do teste de diferenças de medidas de comparação intergrupar em traços positivos (favoritismo) e negativos (derrogação) contra 0 (não discriminação), indicam, em média, favoritismo endogrupal significativo, mas não derrogação endogrupal.

Figura 2.1 – Traços atribuídos a portugueses e negros: construção das medidas

Traços positivos		
n.º de traços positivos atribuídos aos portugueses	–	n.º de traços positivos atribuídos aos negros
n.º de traços positivos atribuídos aos portugueses	+	n.º de traços positivos atribuídos aos negros
Traços negativos		
n.º de traços negativos atribuídos aos portugueses	–	n.º de traços negativos atribuídos aos negros
n.º de traços negativos atribuídos aos portugueses	+	n.º de traços negativos atribuídos aos negros

dos traços positivos. Ou seja, o endogrupo é mais percebido como formado por entidades individualizadas do que o exogrupo e estas entidades são descritas de forma mais positiva.

Os dois efeitos principais descritos não estavam previstos nas nossas hipóteses. A nossa hipótese sobre a expressão velada do racismo, através da atribuição de traços estereotípicos, é sustentada pelo efeito de interação. Como se referiu, este efeito indica que o racismo se exprime, aqui, não pela atribuição de um maior número de traços negativos aos negros, mas pelo maior número de traços positivos atribuídos aos portugueses. Esta estratégia permite até que se atribuam mais traços negativos aos portugueses.

Contudo, devemos interrogar-nos sobre se os resultados obtidos representam apenas um efeito específico de uma norma anti-racista, ou serão também a expressão de uma norma mais geral antidiscriminatória ao nível de atribuição de traços negativos, como alguns autores têm vindo a mostrar empiricamente. Por exemplo, Wenzel e Mummendey (1996) realizaram um estudo experimental com estudantes alemães, que foram divididos aleatoriamente em grupos de trabalho. Verificou-se que os sujeitos só favoreciam o endogrupo quando lhes era pedido para avaliarem o trabalho do seu grupo e de um outro grupo em dimensões positivas, mas não quando lhes era pedido para o fazerem em dimensões negativas. De acordo com estes autores, estes resultados seriam uma expressão da antinormatividade da diferenciação em dimensões negativas.

Poderemos, assim, supor que os nossos resultados representam efeitos acumulados de duas normas sociais hoje em dia relevantes: uma que censura a discriminação aberta de grupos «raciais» ou «étnicos» e outra que indicaria que a discriminação em dimensões negativas é socialmente mais inaceitável do que a discriminação em dimensões positivas. Por outro lado, estes resultados mostram ainda que se verifica uma homogeneização do grupo dos negros, a qual, pelas razões referidas, poderá também ser entendida como uma manifestação subtil do racismo.

Racismo, diferenciação intergrupar e expressão de emoções positivas e negativas

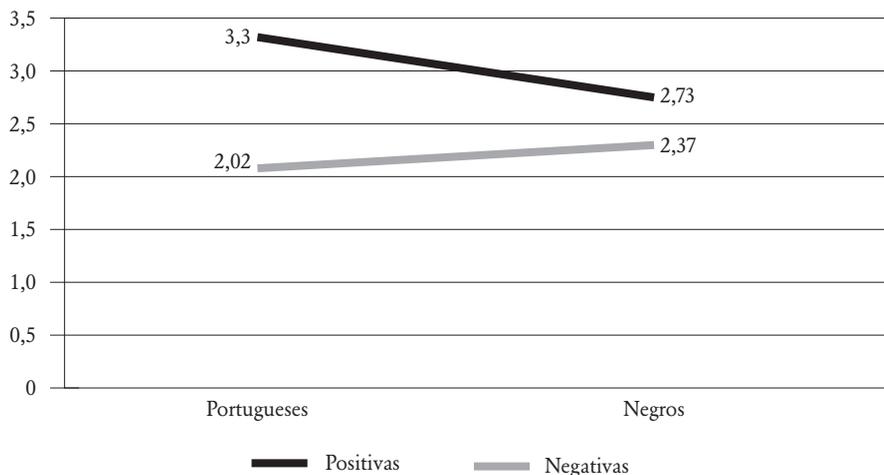
Na representação social de um grupo sobre um outro grupo podemos considerar diferentes dimensões: os estereótipos, ou crenças acerca dos atributos, traços ou características desse grupo; as crenças relativas aos objectivos e valores prosseguidos e partilhados por esse grupo; as emoções que esse grupo suscita (Vala 1997). Entendemos, pois, que as atitudes intergrupais não se estruturam apenas a partir de dimensões cognitivas, mas também emocionais, como vem sendo sublinhado por diversos autores (e. g., Dijker 1987, Haddock *et al.* 1994 e Smith 1997). Por exemplo, Smith (1997) propõe que o preconceito é uma reacção emocional geralmente negativa face a um exogrupo e que a discriminação é um comportamento orientado por essa reacção emocional negativa.

Tradicionalmente, o preconceito tem sido considerado como uma atitude negativa relativamente a um grupo, decorrente da atribuição de traços estereotípicos geralmente negativos. Mostrámos já que, dada a pressão social para a não discriminação aberta, o preconceito pode decorrer não tanto da atribuição de traços negativos, mas da negação de traços positivos e da representação do exogrupo como uma entidade homogénea. É igualmente de admitir que a atitude negativa face a um exogrupo «racial» ou «étnico» tenha subjacente sobretudo a negação de emoções positivas, e não tanto a expressão de emoções negativas (Pettigrew e Meertens 1995).

A operacionalização das emoções positivas foi retirada da escala de preconceito subtil de Pettigrew e Meertens (1995). Aos respondentes era pedido para declararem a frequência com que tinham sentido simpatia e a frequência com que tinham sentido admiração (1 – nunca; 4 – frequentemente) pelo endogrupo e pelo exogrupo. O indicador de emoções negativas foi concebido por analogia com o de emoções positivas: era pedido aos inquiridos para declararem a frequência com que tinham sentido medo de negros e medo de portugueses (1 – nunca; 4 – frequentemente).

Dado que os indicadores de emoções positivas face aos negros se correlacionam bem entre si ($r = 0,67$; $p < 0,001$) e têm um bom alfa de Cronbach (0,80), e dado que as emoções positivas face aos portugueses também se correlacionam bem entre si ($r = 0,48$; $p < 0,001$) e têm um alfa de Cronbach suficiente para construir um índice (0,65), pudemos construir índices de emoções positivas face aos negros e face aos portugueses.

Para analisar as diferenças entre a frequência da expressão de emoções positivas e negativas relativamente ao endogrupo (os portugueses) e ao exogrupo (os negros) realizámos uma análise de variância, tomando como variáveis independentes o grupo-alvo (endogrupo – portugueses/exogrupo – negros) e a va-

Gráfico 2.2 – Emoções positivas e negativas face aos portugueses e aos negros (médias)*

Escala: nunca = 1; muitas vezes = 4.

* Resultados da análise de variância para as emoções:

Valência: $F(1,511) = 338,0, p < 0,001$;

Grupo-alvo: $F(1,511) = 19,7, p < 0,001$;

Valência \times grupo-alvo: $F(1,511) = 195,4, p < 0,001$.

lência das emoções (positivas/negativas). Estes dois factores são factores *within* e a variável dependente é a frequência das emoções positivas e negativas expressas face a cada um dos grupos. Obteve-se um efeito principal da valência das emoções, quer dizer, maior frequência de emoções positivas do que negativas; obteve-se também um efeito do grupo-alvo: maior frequência de emoções face ao endogrupo do que face ao exogrupo. Obteve-se ainda um efeito de interacção (gráfico 2.2). Este efeito mostra que, enquanto os inquiridos exprimem mais emoções positivas relativamente aos portugueses do que aos negros, exprimem mais emoções negativas relativamente aos negros do que aos portugueses.

Os resultados obtidos vão na linha do favoritismo intergrupar mais aberto e não seguem o padrão de respostas obtido para os estereótipos. A nossa hipótese confirma-se, pois, apenas parcialmente. De facto, a diferença da expressão de emoções positivas relativamente aos portugueses e aos negros é ligeiramente superior à diferença na expressão de emoções negativas. Podemos então formular uma nova pergunta: qual a saliência da negação de emoções positivas e da negação dos estereótipos positivos na construção da atitude positiva face aos negros?

Serão os estereótipos e as emoções preditores das atitudes face aos negros?

Os resultados que apresentámos nos pontos anteriores indicam que o racismo pode expressar-se, actualmente, de formas subtis através da negação de estereótipos positivos e da negação de emoções positivas face aos negros. Contudo, não se mostrou até agora se tais expressões são, de facto, expressões do racismo. Só a análise da atitude face aos negros, enquanto dependente das emoções e dos estereótipos, pode ajudar a compreender se estas dimensões da representação dos negros são expressões do racismo e através de qual destas duas dimensões, hoje em dia, se expressa mais claramente o preconceito racial.

Neste sentido, a primeira hipótese que iremos analisar é a seguinte: a negação aos negros de traços positivos e a negação da expressão de emoções positivas são actualmente melhores preditores de uma atitude negativa face a este grupo do que a atribuição de traços negativos e a expressão de emoções negativas. A justificação teórica desta hipótese foi apresentada anteriormente.

A segunda hipótese a estudar é a de que as emoções poderão conduzir a um aumento significativo da explicação da variância da atitude face aos negros, relativamente ao grau de explicação que é obtido apenas com os estereótipos.

Resultados de Haddock *et al.* (1994) apoiam esta última hipótese, sem que, contudo, estes autores apresentem uma justificação teórica para os seus resultados. Em nosso entender, a hipótese que formulámos faz sentido à luz da ideia de haver, nos dias de hoje, uma normatividade contrária à utilização dos estereótipos para fazer atribuições ou inferências sobre grupos sociais ou sobre os seus membros individualmente. Esta hipótese decorre dos estudos sobre julgabilidade social realizados por Leyens *et al.* (1992). De acordo com estes autores, o recurso aos estereótipos ocorre com mais probabilidade quando se pensa que se dispõe de informação individualizante ou específica sobre um indivíduo, ainda que de facto não se possua tal informação. A saliência desta norma, a que os autores chamaram norma da julgabilidade social, terá subjacente, em nosso entender, uma crença na indesejabilidade social do uso dos estereótipos.

Para analisar a primeira hipótese realizou-se uma análise de regressão múltipla, método *stepwise*, tomando a atitude face aos negros como variável dependente (quadro 2.1). A construção da variável «atitude» foi explicada no capítulo anterior. Lembra-se que esta variável assume valores entre +4 (máximo de desfavorabilidade da atitude face aos negros) e -4 (máximo de favorabilidade da atitude face aos negros). As variáveis independentes usadas foram o número de traços positivos e negativos atribuídos a portugueses e negros e a frequência das emoções positivas e negativas expressas relativamente a portugueses e a negros.

Quadro 2.1 – Atitude face aos negros em função dos estereótipos e das emoções: análise de regressão múltipla

	Atitude (valores <i>beta</i>)	<i>p</i> <
Traços positivos dos negros	-0,13	0,002
Traços positivos dos portugueses	-	n. s.
Traços negativos dos negros	-	n. s.
Traços negativos dos portugueses	-	n. s.
Emoções positivas face aos negros	-0,38	0,001
Emoções positivas face aos portugueses	0,18	0,001
Emoções negativas face aos negros	0,11	0,012
Emoções negativas face aos portugueses	-0,16	0,001
<i>R</i> ² ajustado	0,26	-

Como pode ver-se no quadro 2.1, a *desfavorabilidade* da atitude tem mais a ver com a negação da expressão de emoções positivas e a não atribuição de traços positivos aos negros do que com a expressão de emoções negativas e com a atribuição de traços negativos.³ Esta é uma boa corroboração das hipóteses segundo as quais a discriminação se expressaria mais pela diferenciação intergrupar em dimensões positivas do que negativas. Além disso, o melhor preditor da desfavorabilidade da atitude é, neste modelo, a negação das emoções positivas.

A nossa segunda hipótese propõe que a variância explicada da atitude face aos negros aumenta significativamente, relativamente àquela que é explicada apenas pelos estereótipos, com a inclusão das emoções. De facto, se considerarmos a variância explicada pelos traços atribuídos aos negros, esta é de 10%. Quando acrescentamos, aos traços, as emoções, a variância explicada sobe para 21%.

Este resultado apoia a hipótese de a discriminação racial se expressar mais facilmente através das emoções do que através dos estereótipos, resultado que outros autores encontraram noutros contextos intergrupais (e. g., Haddock *et al.* 1994 e Stangor *et al.* 1991). Assim, por um lado, o recurso aos estereótipos será percebido como objecto de alguma censura social e, por outro lado, a negação de emoções positivas parece constituir uma fonte de informação relevante para a estruturação de uma atitude racista.

Além disso, a correlação entre as emoções positivas e as atribuições de traços positivos aos negros é razoável ($r = 0,34$; $p < 0,01$), mas a correlação entre as emoções negativas e a atribuição de traços negativos é mais fraca ($r = 0,19$;

³ Uma análise de regressão com estas mesmas variáveis realizada apenas com seis traços (v. nota 1) apresenta resultados muito semelhantes. A negação de emoções positivas continua a ser o preditor mais forte da atitude. A atribuição de traços positivos aos portugueses, por outro lado, passa a entrar na equação.

$p < 0,01$), o que pode indicar-nos que a expressão ou não de emoções positivas e a atribuição de traços positivos se apresentam mais estruturadas do que a atribuição de traços negativos e a expressão de emoções negativas. Os resultados destas correlações podem ainda indicar que os estereótipos e as emoções, apesar de correlacionados, constituem duas dimensões diferentes da representação deste grupo.

Estes resultados levantam uma nova questão. As estratégias de mudança das atitudes face a grupos minoritários têm ancorado, sobretudo, em dimensões cognitivas, como a procura de mudança dos estereótipos. Ora, o que os resultados apresentados sugerem é a criação de estratégias orientadas para a mudança das emoções.

Outro resultado que deverá ser tomado em atenção é o facto de se ter constatado que, quanto mais frequentes são as emoções positivas face aos portugueses, mais desfavorável é a atitude face aos negros. Assim, as estratégias de mudança deverão incidir sobretudo na reavaliação emocional do exogrupo, mas também numa avaliação emocional mais crítica do endogrupo, sem, contudo, porem em causa a identificação com esse grupo, como decorre da teoria de Tajfel sobre a importância da auto-estima grupal para a auto-estima pessoal.

Emoções, percepção de ameaça e percepção de interdependência

Como já referimos, Smith (1997) propõe uma definição de preconceito como uma reacção emocional a um exogrupo baseado na relação percebida desse exogrupo com o endogrupo. Diferentes emoções reflectem tipos diferentes de relações percebidas. Assim, enquanto a percepção de violação de determinadas normas morais do endogrupo pode causar repulsa, a percepção de ameaça à segurança económica e à segurança pública poderá provocar medo.

Se atendermos aos resultados do quadro 2.2, verificamos que as percepções de que os negros constituem uma ameaça económica e uma ameaça à segurança pública estão muito mais correlacionadas com a negação da expressão de emoções positivas do que com a expressão de uma emoção negativa, o medo. Dividindo os sujeitos naqueles que têm pontuações inferiores e superiores à média em cada uma das escalas de percepção de ameaça descritas no capítulo 1, pudemos realizar análises de variância, tomando a percepção de ameaça (alta ou baixa) como variável independente e a negação de emoções positivas ou a expressão de uma emoção negativa como variável dependente. Os resultados são apresentados no quadro 2.3. Verifica-se que, quanto maior a percepção de ameaça económica e quanto maior a percepção de ameaça à segurança pública, maior a negação de emoções positivas e maior a expressão de medo. Mas as

Quadro 2.2 – Emoções face aos negros e percepções de ameaça: (correlações)

	Ameaça à segurança económica	Ameaça à segurança pública
Negação de emoções positivas	0,48*	0,36*
Emoções negativas (medo)	0,19*	0,16*

* $p < 0,001$.

Quadro 2.3 – Emoções face aos negros e percepções de ameaça (médias)*

Percepções de ameaça	Negação de emoções positivas**	Medo***
À segurança económica:		
Alta	3,17	2,53
Baixa	2,14	2,20
À segurança pública:		
Alta	2,86	2,46
Baixa	2,17	2,20

* Resultados das análises de variância:

Efeitos da variável «percepção de ameaça à segurança económica»:

Negação de emoções positivas: $F(1,395) = 97,62, p < 0,001$;

Medo: $F(1,410) = 12,06, p < 0,001$;

Efeitos da variável «percepção de ameaça à segurança pública»:

Negação de emoções positivas: $F(1,492) = 46,72, p < 0,001$;

Medo: $F(1,496) = 8,55, p < 0,004$.

** Escala: nunca = 5; muitas vezes = 1.

*** Escala: nunca = 1; muitas vezes = 4.

médias apresentadas no quadro 2.3 permitem dizer que a percepção de ameaça económica e a percepção de ameaça à segurança pública se reflectem mais na negação de emoções positivas do que na expressão do medo.

No capítulo anterior analisámos o impacto das percepções de interdependência nas percepções de ameaça. Desde Sherif e colaboradores (1961-1988) que vários estudos têm mostrado que a percepção de interdependência tem impacto na construção dos estereótipos sobre um exogrupo (e. g., Vala 1997) ou sobre a discriminação (Rabbie *et al.* 1989; Correia 1995). Por outro lado, Smith (1997) formula a hipótese de que a percepção de interdependência negativa entre o endogrupo e o exogrupo poderá estar associada à expressão de medo do exogrupo. De acordo com os resultados anteriormente apresentados, a nossa hipótese é a de que a percepção de interdependência negativa estará mais associada à negação de emoções positivas do que à expressão do medo.

Os resultados das análises de variância e as médias apresentadas no quadro 2.4, tomando a percepção de interdependência como variável independente e as emoções como variáveis dependentes, indicam, de facto, efeitos mais claros sobre a negação de emoções positivas do que sobre a expressão de medo.

Quadro 2.4 – Emoções face aos negros e percepção de interdependência (médias)*

	Negação de emoções positivas**	Medo***
Interdependência:		
Interdependência negativa	3,5	2,57
Interdependência positiva	2,16	2,23

* Resultados das análises de variância «efeitos da interdependência»:

Negação de emoções positivas: $F(1,418) = 153,05, p < 0,0001$;

Medo: $F(1,423) = 9,96, p = 0,002$.

** Escala: nunca = 5; muitas vezes = 1.

*** Escala: nunca = 1; muitas vezes = 4.

Tomados no seu conjunto, estes resultados apoiam a hipótese de Smith (1997) segundo a qual a percepção de ameaça e a percepção de interdependência negativa levam à expressão de medo. Contudo, os resultados apoiam, mais consistentemente, a nossa hipótese de que a percepção de ameaça e a percepção de interdependência se reflectem mais na não expressão de emoções positivas do que na expressão de medo.

Uma questão que deixamos em aberto refere-se à relação entre as emoções e a construção dos estereótipos, considerando como variável mediadora desta relação a percepção de relevância, ou não, do racismo, como fenómeno social, no campo de consciência das pessoas (Lima 1997). Em que condições existirá uma correlação positiva entre as emoções negativas face aos negros e a atribuição de traços negativos a este mesmo grupo?

Emoções, estereótipos e posição face aos direitos dos imigrantes negros

Toda a nossa orientação analítica está dirigida para a identificação de diferentes dimensões do racismo, nomeadamente no plano das crenças e das atitudes. As intenções comportamentais de discriminação situam-se, no nosso plano de análise, a jusante das crenças e atitudes.

A questão que aqui colocamos é a seguinte: estarão as expressões de racismo, captadas através das emoções e estereótipos, relacionadas com posições específicas face aos direitos dos imigrantes? E estarão a negação de traços positivos e a negação de emoções positivas mais relacionadas com estas posições do que a avaliação manifestamente negativa dos negros nestas mesmas dimensões?

Construímos um indicador de posições face aos direitos dos imigrantes em que perguntávamos aos inquiridos se esses direitos deveriam ser alargados (1), mantidos como estão (2), ou restringidos (3). No quadro 2.5 são apresentadas as correlações desta variável com os traços atribuídos aos negros e com as emo-

Quadro 2.5 – Posição face aos direitos dos imigrantes, estereótipos e emoções (correlações)

Emoções positivas	Direitos dos imigrantes negros		
	Traços positivos	Emoções negativas	Traços negativos
-0,39**	-0,21**	0,06 (n. s.)	0,12*

* $p < 0,01$.** $p < 0,001$.

ções expressas relativamente a este grupo. Como se verifica, quanto maiores as restrições aos direitos dos imigrantes, menor o número de emoções e traços positivos.

De seguida, realizámos uma análise de regressão linear múltipla, tomando as posições face aos direitos dos imigrantes como variável dependente e os traços e emoções como variáveis independentes. Neste caso, apenas a negação das emoções positivas se mostrou preditora dessas posições ($beta = -39$; $p < 0,001$; R^2 ajustado = 0,15). Estes resultados permitem-nos concluir que as expressões do racismo que temos vindo a analisar estão relacionadas com posições específicas face aos direitos dos imigrantes e que é sobretudo a negação das emoções positivas que prediz posições mais restritivas.

A hipótese do contacto, emoções e estereótipos sobre os negros

Uma vez que mostrámos a saliência da negação de emoções positivas e da negação de traços positivos na organização da atitude negativa face aos negros, interessa agora compreender quais os factores que facilitam ou dificultam a expressão de emoções positivas e a atribuição de traços positivos face a esse grupo, que a lógica das relações sociais fabricou e definiu como diferente. Com este objectivo, iremos analisar o impacto do *contacto* interpessoal na generalização ao conjunto dos negros de emoções e traços positivos.

Allport (1954) formula a hipótese de que o contacto interpessoal pode dificultar a generalização a todos os membros de uma dada categoria minoritária do conjunto de características, normalmente negativas, que são atribuídas a essa categoria e nesse sentido contribuir para uma diminuição do preconceito. Ou seja, o contacto interpessoal dificultaria a atribuição de traços estereotípicos e facilitaria a particularização, ou a construção de informação individualizante, sobre membros de exogrupos, assim como a atracção baseada na semelhança. Contudo, e ainda segundo Allport, o resultado do contacto seria favorável à redução do preconceito apenas quando os participantes fossem de estatuto so-

cial igual, prosseguissem objectivos comuns e o contacto tivesse apoio social e institucional. A definição mais precisa destas condições tem sido uma das preocupações centrais dos trabalhos sobre o contacto, como demonstram diversas revisões de literatura (v. Hewstone e Brown 1986). Para além das condições referidas, Cook (1979) aponta ainda o potencial de conhecimento próximo das situações de contacto (*acquaintance potential*), isto é, a frequência, duração e intimidade das relações. Pettigrew (1971) acentua a importância do estatuto para a redução do preconceito: para que o contacto interpessoal possa ter efeitos os membros de minorias envolvidos no contacto deverão ter estatuto igual ou superior ao dos membros da maioria. Outra condição para que haja influência do contacto na redução do preconceito é a de que este seja agradável ou compensador (e. g., Amir 1969). Quando as condições referidas não se verificam, o contacto poderá não ter qualquer efeito ou ter mesmo efeitos negativos.

De entre as condições referidas, o nosso estudo operacionaliza o grau de intimidade (menor intimidade: vizinhança; maior intimidade: amizade), uma das dimensões do potencial de conhecimento próximo, o estatuto social relativo (mais elevado ou mais baixo) e a agradabilidade do resultado, ou qualidade percebida das relações.⁴

A partir dos nossos indicadores de contacto, podemos formular as seguintes hipóteses:

- A vizinhança com negros, por si só, não deverá ter um efeito sensível sobre a redução do preconceito, devendo, no entanto, haver efeitos positivos claros quando os vizinhos forem descritos como sendo de estatuto social igual e quando as relações forem descritas como boas, ou seja, deverá haver efeitos positivos do estatuto social relativo percebido e da qualidade percebida das relações sobre os estereótipos e as emoções;
- As relações de amizade com negros, porque mais íntimas, deverão ter, por si só, um efeito positivo sobre os estereótipos e as emoções, efeito esse que deverá acentuar-se no caso de os amigos negros serem descritos como sendo de estatuto social igual ao do sujeito;
- O contacto medido pelas relações de amizade terá um maior impacto sobre os estereótipos e as emoções do que o contacto medido pelas relações de vizinhança.

⁴ O nosso estudo também incluía um indicador referente a ter ou não vivido em África, o que pode ser interpretado como uma forma de contacto. Os nossos resultados indicam que não há efeitos, nem positivos nem negativos, de ter vivido em África sobre os estereótipos e as emoções positivas ou negativas. Controlámos o efeito deste indicador de contacto sobre as medidas compostas de racismo flagrante e de racismo subtil (para a construção destas medidas, v. o capítulo 5), verificando que, nesse caso ainda, não havia efeitos. Controlámos ainda os efeitos de interação com a classe social, não se verificando, também nesse caso, efeitos significativos.

Impacto da vizinhança sobre os estereótipos e sobre as emoções

Para analisar o impacto das relações de vizinhança com negros na atribuição de traços positivos e na expressão de emoções positivas face aos negros, em geral, realizámos duas análises de variância, tomando como variáveis dependentes os estereótipos positivos e as emoções positivas e como variável independente o contacto de vizinhança (ter ou não ter vizinhos negros, respectivamente, $n = 198$ e $n = 334$). Para o caso das emoções, os resultados obtidos indicam uma diferença tendencialmente significativa entre o grupo dos que têm e o dos que não têm vizinhos negros ($F(1,516) = 3,29$; $p < 0,07$). Para o caso dos estereótipos, as diferenças não são significativas ($F(1,530) = 1,87$; n. s.). Assim, a simples existência do contacto de vizinhança pode conduzir a alguma mudança nas emoções, mas não nos estereótipos. Este resultado, porém, não contempla o efeito do estatuto percebido dos vizinhos.

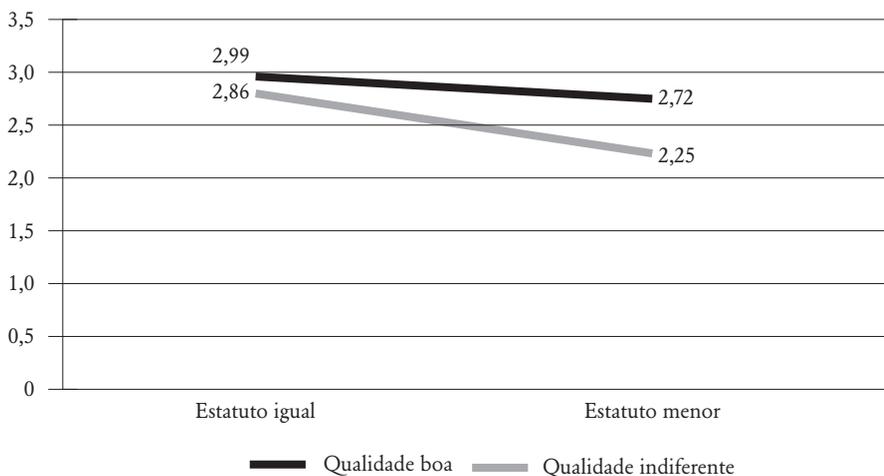
Assim, e considerando apenas os indivíduos que declararam ter contacto de vizinhança com negros, analisámos os efeitos do estatuto social relativo percebido e da qualidade percebida da relação sobre os estereótipos positivos e as emoções positivas. Para este efeito, foram realizadas duas análises de variância, tomando como variáveis dependentes cada uma daquelas dimensões e como variáveis independentes o estatuto social relativo percebido e a qualidade percebida das relações com os vizinhos negros.

A operacionalização da variável independente «estatuto» foi feita da seguinte forma: aos inquiridos que respondiam ter ou ter tido um vizinho negro era perguntado se consideravam que o estatuto social desse vizinho era superior, igual ou inferior ao seu. Apenas foram retidos para análise os sujeitos que declaravam que o vizinho tinha estatuto igual ($n = 95$) ou inferior ($n = 65$), sendo excluídos os que declaravam que o vizinho tinha um estatuto superior por representarem um número demasiado reduzido ($n = 15$).

A operacionalização da variável independente da qualidade percebida da vizinhança era feita perguntando aos inquiridos se consideravam as suas relações com o vizinho negro muito boas, boas, indiferentes, más ou muito más. Agregaram-se as respostas de «boas» e «muito boas» (relações boas, $n = 151$), que foram contrastadas com as respostas de «indiferentes» ($n = 40$). As respostas de «más» ou «muito más» foram excluídas por apresentarem uma frequência demasiado baixa ($n = 3$).

No gráfico 2.3 podemos ver o resultado da primeira análise, tomando como variável dependente a expressão de emoções positivas relativamente a negros. Obteve-se um efeito principal da qualidade das relações e um efeito principal do estatuto social relativo. O efeito de interação não é significativo. Estes resultados indicam, assim, que tanto o estatuto social igual do vizinho como a qualidade de relações, percebida como boa, facilitam a expressão de emoções

Gráfico 2.3 – Emoções positivas face aos negros em função do estatuto social e da qualidade de relações com vizinho negro (médias)*



Escala: nunca = 1; muitas vezes = 4.

* Resultados da análise de variância para as emoções positivas:

Qualidade: $F(1,150) = 3,88, p = 0,05$;

Estatuto: $F(1,150) = 7,81, p < 0,01$;

Qualidade \times estatuto: $F(1,150) = 1,32, p = 0,25$.

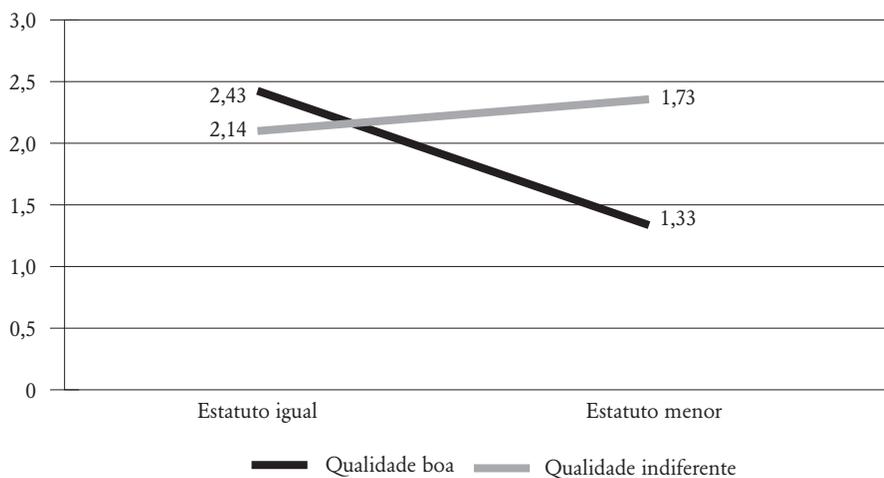
positivas relativamente aos negros em geral. O estatuto social tem um efeito aparentemente mais significativo do que a qualidade das relações.

No gráfico 2.4 podemos ver o resultado da segunda análise, tomando como variável dependente a atribuição aos negros de traços positivos. Neste caso, apenas se obteve um efeito significativo do estatuto social relativo, indicando que os sujeitos com vizinhos negros de estatuto social percebido como igual ao seu atribuem significativamente mais traços positivos aos negros em geral ($M = 2,17$) do que os sujeitos com vizinhos negros com estatuto social percebido como inferior ao seu ($M = 1,66$; $F(1,158) = 8,62$; $p < 0,004$).⁵

De acordo com as nossas hipóteses, a vizinhança com negros só representa uma instância de contacto suficiente para facilitar a melhoria das atitudes para com os negros em geral, medida pela expressão de emoções positivas e pela atribuição de traços positivos, quando o estatuto social relativo percebido desses vizinhos é igual ou quando a qualidade percebida das relações com os vizinhos é boa. No entanto, estas duas variáveis não têm efeitos paralelos sobre as emoções e os estereótipos. No caso da expressão de emoções positivas, ambas as

⁵ A mesma análise de variância, realizada apenas com os traços claramente positivos (v. nota 2), apresenta resultados globalmente semelhantes, com a diferença de que o efeito de interação passa a ser claramente significativo ($F(1,153) = 5,48$; $p = 0,021$).

Gráfico 2.4 – Traços positivos atribuídos aos negros em função do estatuto social relativo e da qualidade de relações com vizinho negro (médias)*



Escala: mínimo = 0 traços; máximo = 4 traços.

* Resultados da análise de variância para os traços positivos:

Qualidade: $F(1,153) = 0,05, p < 0,05$;

Estatuto: $F(1,153) = 9,44, p < 0,01$;

Qualidade \times estatuto: $F(1,153) = 2,79, p = 0,12$.

variáveis têm efeitos, mas o estatuto parece, no entanto, ter um efeito mais forte; no caso da atribuição de traços positivos, existe apenas um efeito principal do estatuto. Em termos globais, a variável crítica para a redução do preconceito parece ser o estatuto social relativo percebido dos vizinhos negros: um estatuto percebido, pelo menos, como igual é a condição que mais facilita atitudes positivas face aos negros em geral.

Impacto das relações de amizade sobre os estereótipos e as emoções

Como referimos, pensamos que o impacto das relações de amizade, porque mais próximo e porque se processa claramente ao nível relacional, deverá ter um efeito mais directo sobre a redução do preconceito do que o impacto da vizinhança.

Realizámos duas análises de variância, tomando como variáveis dependentes os estereótipos positivos e as emoções positivas e como variável independente as relações de amizade (declararam ter amigos negros, $n = 358$; não ter amigos negros, $n = 171$). Os resultados obtidos, tal como pode ver-se no quadro 2.6, indicam haver um efeito positivo da amizade tanto nas emoções positivas expressas face aos negros, em geral, como nos traços estereotípicos positivos atribuídos aos negros.

Quadro 2.6 – Expressão de emoções positivas face a negros e a atribuição de traços positivos a negros em função de ter ou ter tido um amigo negro (médias)*

	Emoções positivas **	Traços positivos ***
Amigo negro:		
Tem ou já teve	2,89	1,93
Nunca teve	2,38	1,70

* Resultados da análise de variância (efeitos do amigo negro):

Emoções positivas: $F(1,513) = 54,88, p < 0,01$;

Traços positivos: $F(1,527) = 5,28, p < 0,03$.

** Escala: nunca = 1; muitas vezes = 4.

*** Escala: mínimo = 0; máximo = 4.

Tal como para a vizinhança, estávamos interessados em saber em que medida é que a condição proposta por Allport (1954), no que respeita ao estatuto social relativo do grupo discriminado, contribui para a redução do preconceito. Assim, contrastámos os que descrevem o amigo negro como tendo um estatuto social igual ao seu com os que o descrevem como tendo um estatuto inferior. A análise de variância não revelou diferenças significativas entre estes dois grupos, nem ao nível da expressão de emoções positivas face a negros ($F(1,320) = 2,68; p < 0,10$), nem ao nível da atribuição de traços positivos ($F(1,326) = 1,19; p < 0,28$). Assim, o estatuto não parece ser uma variável consistentemente relevante no caso das relações de amizade, embora o seja no caso das relações de vizinhança.⁶

Por outro lado, atendendo ao elevado número de respondentes que declararam ter amigos negros, podemos supor que muitos destes não serão mais do que «conhecidos». Ora, o facto de se expressar essa relação como uma relação de amizade poderá, por si só, ter impactos positivos na representação do exo-grupo.

Impacto da vizinhança e da amizade: contacto ou relacionamento?

Podemos então assumir que o contacto a nível das relações de vizinhança só terá impacto nos estereótipos e emoções quando os vizinhos negros forem, pelo menos, de estatuto social igual ao dos sujeitos, enquanto o impacto nas atitudes do contacto no plano da amizade é independente do estatuto social relativo.

⁶ As análises apenas com os traços claramente positivos (v. nota 2) revelam um aumento do nível de significância do efeito de ter um amigo negro sobre os traços positivos atribuídos aos negros ($F(1,527) = 5,28; p = 0,02$), assim como do estatuto do amigo sobre essa mesma variável ($F(1,326) = 2,57; p = 0,11$).

Quadro 2.7 – Impacto da vizinhança e da amizade na expressão de emoções positivas e na atribuição de traços positivos aos negros: análise de regressão linear múltipla

	Emoções positivas		Traços positivos	
	Valores <i>beta</i>	<i>p</i> <	Valores <i>beta</i>	<i>p</i> <
Amizade com negros	0,29	0,01	–	n. s.
Vizinhança com negros de estatuto igual	0,10	0,03	0,14	0,01
<i>R</i> ² ajustado	0,10	–	0,02	–

Interessa-nos então contrastar o impacto das relações de amizade, mais íntimas, com o impacto da vizinhança com negros de estatuto social igual na predição dos estereótipos e das emoções positivas. Nesse sentido, realizámos duas análises de regressão múltipla, tomando como variáveis dependentes a expressão de emoções positivas e a atribuição de traços positivos a negros e como variáveis independentes (variáveis *dummy*) a amizade com negros (1 – não ter amigo negro; 2 – ter amigo negro) e a vizinhança/estatuto (1 – ter vizinhos negros de estatuto social percebido como igual; 2 – não ter vizinhos negros ou ter vizinhos negros de estatuto social percebido como inferior).⁷

Como pode ver-se no quadro 2.7, o contacto prediz melhor a expressão de emoções positivas do que a atribuição de traços positivos. No caso das emoções positivas, a amizade com negros é mais preditora do que a vizinhança com negros de estatuto social igual, mas no caso dos traços positivos apenas esta variável é claramente preditora.⁸

Os nossos resultados apoiam as hipóteses da literatura no que toca à importância do contacto de nível mais íntimo, nomeadamente a amizade (e. g., Cook 1979), na redução do preconceito. Do mesmo modo, a percepção da igualdade de estatuto social revelou-se também uma variável crítica (e. g., Pettigrew 1971). No entanto, se a variância das emoções positivas, explicada pelo contacto, é muito aceitável, o mesmo não sucede com os estereótipos positivos.

Que poderemos então esperar da hipótese do contacto? As linhas de pesquisa baseadas nesta hipótese têm evidenciado a importância das condições necessárias para que esta produza redução do preconceito. Um estudo recente com a integração de crianças ciganas numa escola italiana, por exemplo, mostra que o contacto pode não ter efeitos positivos sobre as atitudes quando se fomenta apenas a familiarização e o conhecimento interpessoal (Trentin *et al.* 1996). No caso desse estudo, o contacto interpessoal com crianças ciganas não

⁷ O coeficiente de contingência entre estas duas variáveis é de 0,15.

⁸ As análises com a escala de traços positivos corrigida (v. nota 2) indicam que a amizade com um negro já é significativamente preditora da atribuição de traços positivos a negros. A percentagem de variância explicada continua, no entanto, baixa.

produziu efeitos positivos, apresentando mesmo efeitos negativos, dado que não foi possível modificar as condições que envolviam o contacto (estatuto, agradabilidade, intimidade) no contexto social mais geral em que se insere a relação das crianças italianas não ciganas com as crianças ciganas.

Um outro estudo recente (Hamberger e Hewstone 1997), com base nos dados do *Eurobarómetro* de 1988, analisa o papel do contacto maioria/minoria na redução do preconceito em quatro países europeus (Alemanha Ocidental, Reino Unido, Holanda e França). Nesse estudo (v. capítulo 5 e Pettigrew 1999), apenas o contacto ao nível da amizade tem efeitos sobre a redução do preconceito flagrante, não o tendo o contacto ao nível da vizinhança nem do trabalho. No entanto, esses autores não dispunham de indicadores sobre o estatuto social relativo percebido dos membros dos exogrupos minoritários com os quais havia contacto. Ora, como vimos, o estatuto é, no nosso estudo, a variável crítica para a melhoria das atitudes no caso da vizinhança. De qualquer modo, estes autores sugerem que deveríamos interpretar a vizinhança, não como um indicador de contacto em si, que se processa ao nível interpessoal, mas apenas como uma situação potenciadora do contacto.

Numa outra análise realizada com base nos mesmos dados do *Eurobarómetro* de 1988, Pettigrew (1997) demonstra que de entre as variáveis de contacto, a amizade intergrupar é a única consistentemente preditora da redução do preconceito. Nessa análise, o efeito mais forte da amizade intergrupar é sobre a componente afectiva ou emocional do preconceito, componente essa que é medida pelos mesmos indicadores de emoções positivas usadas no nosso estudo. Assim, tal como no nosso estudo, o contacto intergrupar de amizade é, sobretudo, preditor da maior frequência de emoções positivas face a um exogrupo «étnico». Note-se ainda que Pettigrew controlou também o efeito, inverso, das emoções sobre o contacto, tendo verificado que este era ligeiramente menor do que os efeitos do contacto sobre as emoções.

Nos dados do *Eurobarómetro* usados em ambos os estudos, as medidas de contacto intergrupar disponíveis não se referiam directamente ao exogrupo referido nas variáveis dependentes, mas sim a pessoas de «outra nacionalidade», «outra religião», «outra cultura», «outra raça» e «outra classe social». Assim, no primeiro estudo, Hamberger e Hewstone (1997) escolheram como indicadores de contacto intergrupar os que referiam «outra nacionalidade», «outra raça» ou «outra cultura», consoante a amostra e o grupo-alvo. No segundo estudo, Pettigrew (1997) usou todos os indicadores, tendo verificado que para cada tipo de contacto (amizade, vizinhança, trabalho) o alfa de Cronbach do conjunto de indicadores apoiava a construção de índices. Apesar das limitações dos indicadores disponíveis nos estudos realizados por estes autores, os seus resultados são semelhantes aos nossos em dois pontos centrais. Primeiro, em ambos os estudos o único tipo de contacto que produz efeitos positivos, por si só, é o da

amizade. Ora, no nosso estudo também não é necessário que o contacto de amizade seja qualificado pela percepção de estatuto social igual para que tenha efeitos positivos. Segundo, no nosso estudo, tal como no estudo de Pettigrew, os efeitos mais fortes da amizade verificaram-se no incremento da expressão de emoções positivas.

Estes resultados podem ser explicados no quadro das hipóteses de Smith (1997) sobre a relação entre preconceito e emoções, hipóteses estas que o autor situa como uma extensão da teoria da autocategorização (Turner 1987) e nas quais se propõe que se conceptualize o endogrupo como uma dimensão do eu. De facto, se uma relação de amizade está integrada na representação do *self*, e se o endogrupo do amigo é uma parte do seu *self*, ter um amigo de um exogrupo incorpora indirectamente esse grupo no *self* do próprio, facilitando uma imagem positiva do mesmo grupo.

Tanto os nossos dados como os dos estudos referidos apontam para a necessidade de se reavaliar a hipótese do contacto, deslocando a atenção do problema da influência do contacto, com condições favoráveis, na desconfirmação dos estereótipos negativos, para o problema da influência do desenvolvimento de laços interpessoais de amizade na criação de emoções intergrupais positivas. De qualquer forma, fica por esclarecer o impacto mais forte das relações de vizinhança, quando o estatuto é percebido como igual, relativamente ao impacto das relações de amizade sobre a generalização de traços positivos.

Resumo e conclusões

No racismo aberto e rude, a representação do outro processa-se através da atribuição de traços estereotípicos negativos. Tais traços justificam as relações de dominação, permitem uma diferenciação claramente positiva do endogrupo e servem para explicar por que razão o exogrupo representa uma ameaça. Ora, neste capítulo analisámos os estereótipos no quadro das novas expressões do racismo. Partimos da hipótese de que, enquanto o racismo tradicional se exprime pela atribuição de traços negativos ao exogrupo, o racismo mais subtil, compatível com a norma da não discriminação com base em critérios raciais, exprime-se pela negação de traços positivos ao exogrupo. Os resultados obtidos apoiam claramente esta hipótese. De facto, verificámos que são atribuídos aos negros menos traços positivos do que aos portugueses, mas não são atribuídos aos negros mais traços negativos do que aos portugueses. Pelo contrário, uma vez diferenciado positivamente o endogrupo numa dimensão positiva, pode até manifestar-se favoritismo exogrupal a nível dos traços negativos. Assim, estes resultados indicam que os inquiridos não se expressaram como racistas na dimensão de valência negativa, ao mesmo tempo que exprimiam uma imagem

mais positiva do endogrupo do que do exogrupo na dimensão positiva. Para explicar esta assimetria entre a discriminação na atribuição de traços positivos e negativos recorreremos à hipótese de que a normatividade social censura mais a discriminação em dimensões estereotípicas negativas do que positivas, sendo hoje esta normatividade particularmente saliente face a grupos tradicionalmente alvos de preconceito. Estes resultados são apoiados por outros estudos realizados, por exemplo, em Espanha (Perez *et al.* 1993) e nos Estados Unidos (Gaerner e McLaughlin 1983), e enquadram-se na linha de pesquisa sobre a assimetria positivo-negativo na discriminação (v. Wenzel e Mummendey 1996 e Brito 1998).

Mas os resultados sobre a atribuição de traços psicológicos a «portugueses» e «negros» permitiram ainda identificar outra estratégia subtil de discriminação. Esta estratégia consiste em descrever de forma mais rica, com mais traços e com mais traços positivos, o endogrupo do que o exogrupo e corresponde à crença implícita de que o endogrupo é formado por entidades diferentes, por indivíduos autónomos, enquanto o exogrupo é, no seu todo, uma entidade internamente indiferenciada. Não será esta uma forma indirecta de desumanizar o exogrupo?

No caso das emoções, as respostas obtidas vão na linha do racismo mais aberto: são associadas mais emoções positivas e menos emoções negativas ao endogrupo do que aos negros. Note-se, contudo, que são mais salientes as diferenças entre as emoções positivas do que as diferenças entre as emoções negativas, resultado que vai na direcção daquele que encontrámos a nível dos estereótipos, o qual anuncia que, também a nível das emoções, se estará a começar a assistir a um deslocamento da manifestação do preconceito, através da expressão de emoções negativas, para a sua manifestação subtil através da negação da expressão de emoções positivas.

Dois resultados são ainda de salientar. Em primeiro lugar, e de acordo com a hipótese da emergência de um novo racismo encoberto, verificámos que a negação de estereótipos positivos e a negação de emoções positivas são melhores preditores de uma atitude negativa do que a atribuição de traços negativos ou a expressão de emoções negativas. Verificámos, por outro lado, que as emoções são um melhor preditor da atitude do que os estereótipos. Este resultado apoia as orientações teóricas e os resultados empíricos segundo os quais o preconceito pode basear-se mais em emoções do que em crenças estereotípicas (Haddock *et al.* 1994; Smith 1997). Contudo, não se tem sublinhado que a atitude face a um grupo «racial» poderá expressar-se hoje mais através da negação de emoções positivas do que da expressão de emoções negativas, resultado por nós obtido e que é concordante com o que relatam Pettigrew e Meertens (1995). Na mesma linha, verificámos ainda que a percepção de interdependência negativa e a percepção de ameaça se encontram associadas à expressão de medo (emoção negativa) e à negação de emoções positivas, mas que os efeitos são, consistentemente, mais fortes neste último caso.

Tal como no capítulo anterior, também neste capítulo relacionámos as crenças racistas com orientações comportamentais de discriminação. Verificámos que, quanto menos se atribui traços positivos aos negros e quanto menos se é capaz de exprimir emoções positivas face a este grupo, maior é a orientação para restringir os direitos dos imigrantes.

A investigação em psicologia social tem procurado identificar os factores facilitadores do preconceito e da discriminação, mas também, embora com menor sucesso, as estratégias que podem conduzir à sua redução, nomeadamente: o contacto interpessoal, a cooperação intergrupar, baseada em percepções de interdependência positiva, a individuação dos membros do exogrupo, baseada em processos de descategorização, ou ainda a recategorização do endogrupo e do exogrupo num novo endogrupo comum (v. Gaertner *et al.* 1993). Neste capítulo avaliamos apenas uma das estratégias para a redução do preconceito: o impacto do contacto interpessoal «inter-racial» na generalização ao conjunto dos negros de emoções e de traços positivos.

As hipóteses da literatura no que toca à importância do contacto de nível mais íntimo, nomeadamente a amizade (e. g., Cook 1979), na redução do preconceito, recebem suporte neste estudo. Os inquiridos que declaravam ter amigos negros expressaram uma maior frequência de emoções positivas face aos negros e atribuíram mais traços positivos a um negro típico do que os que declararam não ter amigos negros. Estes resultados são, no entanto, mais fortes no caso das emoções do que no caso dos estereótipos.

Este estudo também apoia a hipótese da importância da igualdade do estatuto, dos indivíduos em contacto, para a redução do preconceito quando o grupo-alvo de preconceito é minoritário e de estatuto social genericamente baixo (e. g., Pettigrew 1971), nomeadamente no caso do contacto de vizinhança. Assim, este tipo de contacto só tem um impacto positivo quando o estatuto social relativo dos respectivos vizinhos é percebido como igual ao do sujeito. Esta pesquisa indica ainda que é a nível das emoções positivas que estes dois tipos de contacto (vizinhos e amigos) poderão ter efeitos mais positivos.

Analisámos duas das dimensões da representação de um grupo sobre outro grupo associadas ao racismo: as crenças estereotípicas e as emoções. No próximo capítulo, e de novo orientados para a procura de novas expressões do racismo, examinamos uma outra dimensão – as crenças relativas aos valores percebidos como típicos dos negros.

Capítulo 3

Percepção de diferenças culturais e discriminação: «somos diferentes e melhores»

Mostrámos uma das novas formas através das quais o racismo se manifesta e que poderíamos resumir da seguinte forma: eles não são piores do que nós, mas nós somos melhores. É no contexto destas novas estratégias da discriminação que nos interrogamos, neste capítulo, sobre a relação entre a percepção das diferenças culturais e o racismo. Será que, quando dizemos que somos diferentes culturalmente, estamos também a dizer que somos melhores?

As raízes desta pergunta encontram-se em Rokeach (1968), autor que sistematizou o papel da percepção das diferenças de valores culturais na construção do racismo, e podem ser enquadradas no contexto mais geral da análise entre sistemas de valores e preconceito. Mas esta pergunta pode também ser enquadrada na análise das relações intergrupais proposta por Tajfel (1972). De facto, este autor deslocou as relações intergrupais e o preconceito do campo dos conflitos de interesses (Sherif 1961-1988) para o campo dos conflitos e da diferenciação simbólica. À luz desta perspectiva, as diferenças percebidas num plano simbólico são investidas de valor, o que conduz a uma diferenciação positiva do endogrupo e, conseqüentemente, a uma desvalorização do exogrupo, que se traduzirá, em muitas situações, na legitimação da discriminação. Concretamente, um dos planos onde pode operar a diferenciação simbólica e as suas conseqüências é o campo das diferenciações culturais.

Por ora, situamos a questão acima formulada no quadro da relação entre sistemas de valores e preconceito. Biernat *et al.* (1995) mostram que esta relação pode ser analisada de diferentes formas.

Por exemplo, alguns autores estudaram a relação entre os valores igualitários, a preocupação com a justiça social e o preconceito. Nesta dimensão do problema, os resultados mostraram que a partilha dos valores igualitários está associada a uma redução do preconceito (Gaertner e Dovidio 1986; Katz

e Hass 1988).¹ Esta hipótese foi por nós, em parte, analisada no capítulo 1 deste livro. De facto, foi nesta perspectiva que examinámos o papel das percepções sobre a justiça social e sobre as assimetrias sociais na redução do preconceito.

Outros autores analisaram a relação entre os valores e o preconceito numa outra perspectiva. A pergunta incide agora sobre a relação entre a percepção do exogrupo como partilhando um sistema de valores específico e diferente, ou como uma ameaça ao sistema de valores do endogrupo, e o preconceito. Por exemplo, no quadro da teoria sobre o racismo moderno (McConahay 1983), ou sobre o racismo simbólico (Sears 1988), verificou-se que a percepção de ameaça aos valores do endogrupo é um dos factores que estão na origem do racismo moderno. Zanna *et al.* (1990) verificaram também que a ameaça aos valores do endogrupo é um preditor da discriminação intergrupala. Numa perspectiva semelhante, DeRidder e Tripatti (1992) situam a génese do preconceito na percepção de violação das normas do endogrupo pelo exogrupo. Contudo, para Rokeach (1960), a simples percepção de diferenças de valores pode ser responsável pelo antagonismo intergrupala. Esta hipótese foi validada empiricamente, entre outros, por Schwartz e Struch (1989). É esta última hipótese que retomamos neste capítulo.

A análise da relação entre a percepção de diferenças de valores e o racismo pode seguir duas vias, uma mais geral e outra mais específica. Quando falamos na via mais geral, reportamo-nos à ideia segundo a qual o racismo pode manifestar-se pela acentuação de diferenças culturais genéricas, em diferentes planos da vida. Campbell e colaboradores (1968) dimensionam este discurso da discriminação do seguinte modo: os membros do grupo maioritário assumem que a sua forma de pensar e sentir é natural e correcta, percepcionando a forma de pensar e sentir dos membros de outras culturas como diferente, não natural e incorrecta; conseqüentemente, favorecem o endogrupo, sentem-se orgulhosos pela pertença ao seu grupo e agem de forma hostil contra os membros de exogrupos culturais que pensam, sentem e agem de forma não natural e incorrecta. Bierbrauer e Pederson (1996) referem-se a este de forma semelhante: quando diferentes culturas entram em contacto, tornam-se salientes diferenças ao nível da língua, dos costumes e dos comportamentos; existe então uma tendência generalizada para reagir a estas diferenças de uma forma discriminatória, ou seja, os membros do grupo maioritário usam os valores e padrões culturais que os caracterizam para julgar desfavoravelmente os grupos minoritários. Nesta perspectiva, a representação da cultura de um grupo só se torna social e psicologicamente relevante no contacto com um exogrupo. A cultura não é, pois,

¹ Note-se ainda que Swim *et al.* (1995) verificaram que a partilha de valores individualistas e o não suporte aos valores igualitários encontram-se associados ao preconceito racista.

entendida como um dado adquirido, como algo que se encontra fixado de forma definitiva. São as relações intergrupais que vão configurá-la, e a valência dessa configuração será orientada por uma visão positiva do endogrupo e uma visão negativa do exogrupo, nomeadamente quando estão em causa relações sociais assimétricas, como aquelas que estamos a analisar.

A representação das diferenças culturais pode não ocorrer apenas de forma difusa e em diferentes planos da vida, mas centrar-se em dimensões particulares, relevantes para a legitimação da discriminação. De facto, a pesquisa sobre o racismo mostrou que um dos campos onde, especificamente, opera a diferenciação de valores é o campo relativo aos valores de sucesso e esforço. É nesta perspectiva que Jones (1972) fala de racismo cultural: na opinião dos sujeitos preconceituosos, as minorias discriminadas seriam discriminadas por razões que lhes são intrínsecas; porque partilham uma cultura que não lhes permite uma boa adaptação às exigências do sistema económico capitalista. Por outras palavras, existiria um forma ideal de homem, o homem WASP, e formas menores de humanidade que se manifestariam na incapacidade de adaptação às sociedades capitalistas e liberais. Em termos simples, os negros seriam culturalmente diferentes porque, especificamente, não partilham os valores de sucesso nem possuem aptidões e capacidade de esforço necessárias para serem bem sucedidos numa sociedade como a nossa.

De acordo com as hipóteses referidas, começamos este capítulo por examinar a relação entre a atitude face aos negros, a afirmação das diferenças culturais e a afirmação da sua incapacidade de adaptação a uma sociedade como a nossa. Seguidamente, analisamos a contribuição relativa dos estereótipos, das emoções e das diferenças culturais percebidas na explicação da atitude face aos negros. Numa segunda parte questionamos os correlatos possíveis da saliência das diferenças culturais. O primeiro destes correlatos é a intolerância à incongruência de crenças, hipótese que tem na base a teoria de Rokeach (1956) sobre a relação entre dogmatismo e preconceito. Uma vez que esta teoria foi construída por oposição à teoria de Adorno *et al.* (1950) sobre as relações entre autoritarismo e etnocentrismo, confrontámos as perspectivas destes autores. Na sequência desta análise, estudámos os efeitos da autocategorização política na percepção de diferenças culturais. Finalmente, e no prolongamento das análises apresentadas no capítulo anterior, explorámos o impacto do contacto interpessoal na percepção das diferenças culturais. Desta forma, é estudado, neste capítulo, o papel das diferenças individuais no plano ideológico (autoritarismo, conservadorismo, intolerância à incongruência e autocategorização política) e de factores interpessoais (contacto) na acentuação das diferenças culturais entre «portugueses» e «negros».

Percepção de diferenças culturais e construção da atitude face aos negros

Um grande número de pesquisas tem salientado a relação entre crenças estereotípicas e discriminação, tornando habitual a seguinte conclusão: «os conceitos de estereótipo e discriminação possuem uma relação muito estreita, estando a discriminação [...] baseada num estereótipo negativo» (Stroebe e Insko 1989, 4). Especificamente, a maioria dos modelos sobre o preconceito e a discriminação pressupõe a seguinte cadeia associativa: a discriminação e um comportamento negativo face a um grupo que tem como base um preconceito ou atitude negativa, que ancora em estereótipos ou crenças sobre os atributos negativos que caracterizam esse grupo. No capítulo anterior questionou-se esta posição, mostrando-se como a atitude face aos negros era melhor explicada pelas emoções do que pela atribuição de estereótipos, e enquadraram-se teoricamente os resultados obtidos. Neste capítulo, e no quadro da procura de novas manifestações do racismo, analisamos a hipótese de que a percepção das diferenças de valores culturais será igualmente um bom preditor da atitude face aos negros residentes no nosso país.

Como se referiu, Rokeach (1960) encontrou suporte empírico para poder afirmar que as percepções individuais de dissemelhança de valores serviam de mediadores à desfavorabilidade das atitudes intergrupais. Esta hipótese foi formulada no quadro de uma das suas teorias sobre o preconceito, a qual, simplificando, propõe que a percepção de dissemelhança de crenças é mais importante do que a categorização (por exemplo, a categorização racial) para o desenvolvimento do preconceito. Esta hipótese não resistiu a diferentes críticas teóricas e metodológicas (v. Monteiro 1993 e Brown 1995). Contudo, uma versão moderada desta teoria de Rokeach pode ser considerada pertinente. Nesta versão moderada dir-se-á que, uma vez saliente uma modalidade de categorização, a discriminação intergrupar será tanto maior quanto maior for a percepção de dissemelhança entre o endogrupo e o exogrupo. De qualquer forma, e contra esta hipótese, deve atender-se aos resultados que mostram que a saliência de uma categorização intergrupar gera, por si só, a percepção de dissimilaridade de crenças (Allen e Wilder 1979) e um favoritismo pelas crenças e valores do endogrupo (Vala 1997). De acordo com os resultados destes autores, a percepção de diferenças culturais será uma consequência da categorização e das relações intergrupais.

Apesar das limitações referidas, a hipótese de Rokeach tem a vantagem de chamar a atenção para a importância da percepção das diferenças culturais na discriminação e de apresentar uma justificação plausível para esse fenómeno. Segundo Rokeach, a similaridade de crenças gera atracção e a dissimi-

laridade gera distância ou percepção de ameaça e, consequentemente, discriminação (v. Brown 1995). Podemos ainda alargar as bases desta hipótese. As diferenças percebidas entre os valores do endogrupo e os valores do exogrupo poderão ser vistas como uma ameaça aos valores do grupo e à sua validade: ameaça aos valores do grupo porque se imagina a possibilidade de serem contaminados, ou mesmo destruídos, pelos valores do exogrupo; ameaça à validade dos valores do grupo porque o simples confronto com um outro sistema de valores retira aos valores do endogrupo o seu carácter universal e, por isso, indiscutível.

É no contexto da hipótese da importância da percepção de diferenças de valores na formação das atitudes face a um exogrupo que Haddock, Zanna e Esses (1994) propõem que este tipo particular de atitudes se constitui a partir de emoções e de crenças, crenças que se referem não só aos atributos vistos como característicos de um grupo (ou estereótipos), mas também aos valores vistos como específicos desse grupo. Teríamos, assim, na base da formação da atitude face a um grupo dois tipos de informação: informação cognitiva (os estereótipos e os valores) e informação emocional. Importa referir que os valores aqui em causa são valores terminais (Rokeach 1973), valores relativos a estados finais desejáveis de existência. Os valores que Rokeach denominou valores instrumentais são aqueles que estão mais próximos dos conteúdos dos estereótipos. Um exemplo pode ajudar-nos a perceber melhor a pertinência da distinção entre as três dimensões de representação de um grupo (valores, estereótipos e emoções). Considere-se um indivíduo com uma atitude negativa face aos negros. Este indivíduo pode não sentir qualquer emoção particular face a este grupo, evocar o estereótipo segundo o qual os membros típicos deste grupo são alegres e considerar que os membros típicos deste grupo têm crenças religiosas diferentes e ensinam aos filhos valores diferentes dos necessários para se ser bem sucedido numa sociedade como a nossa. Este exemplo mostra que as três dimensões referidas podem não ser distintas e que uma delas, por si só, pode estar na base de uma atitude negativa e justificar a discriminação.

Se, no capítulo anterior, considerámos o peso relativo dos estereótipos e das emoções na formação das atitudes face aos negros, neste capítulo introduzimos os valores que lhes são atribuídos, a fim de testar a hipótese de que estes, por si só, podem contribuir para a formação de uma atitude negativa.

Como referimos anteriormente, consideramos que as diferenças percebidas entre grupos no campo dos valores podem situar-se num nível mais geral e num nível mais específico. A nível mais geral, tomamos as diferenças percebidas no que toca aos padrões culturais concebidos de forma alargada (diferenças nos valores ensinados aos filhos, nos comportamentos sexuais, na religião e na língua). A nível mais específico, consideramos a construção de

diferenças no que se refere à capacidade de adaptação a uma economia capitalista.²

Para os itens relativos à primeira dimensão, solicitava-se o grau de acordo com cinco proposições (escala: 1 – muito semelhantes; 4 – muito diferentes). Para o segundo conjunto de questões, solicitava-se o grau de acordo com três proposições (escala: 1 – discordo totalmente; 5 – concordo totalmente).

Estes itens foram sujeitos a uma análise factorial em componentes principais. Como previsto, os indicadores de diferenças culturais organizam-se em duas dimensões: diferenças de padrões culturais globais (factor 1) e incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa (factor 2) (quadro 3.1).³ Tendo por base os factores extraídos pela AFCP, construíram-se então dois índices com uma consistência interna aceitável (para o primeiro factor um *alfa de Cronbach* de 0,74 e para o segundo factor um *alfa de Cronbach* de 0,63). As médias dos índices criados mostram que, para o conjunto da amostra, os negros, em Portugal, são vistos como culturalmente diferentes dos portugueses não negros (diferenças de padrões culturais: $t(358) = 4,00$; $p < 0,000$; incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa: $t(455) = 7,00$; $p < 0,000$).

De seguida, avaliámos a capacidade preditiva dos estereótipos, das emoções e das duas dimensões de percepção de diferenças culturais, que acabámos de identificar, relativamente à atitude face aos negros.

Para este efeito, calculámos várias equações de regressão, tomando como variável dependente a atitude: na primeira equação apenas incluímos os estereótipos, na segunda incluímos os estereótipos e as emoções e somente na terceira equação incluímos as diferenças culturais. Esta estratégia permite observar o incremento de variância explicada que vai sendo introduzido por cada novo preditor. Finalmente, calculámos uma quarta equação de regressão, que contrasta apenas o valor preditivo dos estereótipos e das diferenças culturais, e uma quinta equação, que pretende verificar o valor preditivo relativo das duas dimensões de percepção das diferenças culturais.

Como se pode observar no quadro 3.2, e como já referimos no capítulo anterior, a inclusão das emoções aumenta significativamente a variância explicada da atitude face aos negros relativamente àquela que é explicada apenas pelos estereótipos (comparação da primeira com a segunda equação de regressão). O mesmo acontece, ainda que de uma forma mais ténue, com a inclusão das diferenças de padrões culturais e a percepção de incapacidade de adaptação aos

² Os indicadores de percepção de diferenças de padrões culturais e de incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa foram, em parte, retirados da escala de preconceito elaborada por Pettigrew e Meertens (1995).

³ O teste de KMO de adequação à amostra revelou-se médio (0,77), e o teste de esfericidade de Bartlett mostrou-se muito significativo ($p < 0,000$).

Quadro 3.1 – Análise factorial em componentes principais dos indicadores

	Diferenças de padrões culturais	Incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa
Diga-nos se considera os negros muito diferentes relativamente a:		
Valores que ensinam aos filhos	0,81	0,05
Educação das crianças	0,79	0,10
Bem-estar das suas famílias	0,67	0,10
Religião – crenças ou prática religiosa	0,60	0,12
Valores e comportamentos sexuais	0,57	0,20
O problema é que algumas pessoas não se esforçam o suficiente. Se os negros se esforçassem um pouco mais, teriam o mesmo sucesso [...]	0,02	0,82
Outros grupos vieram para cá, ultrapassaram os preconceitos e foram bem sucedidos [...]	0,10	0,81
Os negros transmitem aos filhos valores e aptidões diferentes dos necessários [...]	0,34	0,55
Variância explicada	36,0%	16,7%
Média dos índices criados	3,21	3,37
Desvio-padrão	1,01	1,13

Quadro 3.2 – Atitude, estereótipos, emoções, percepção de diferenças de padrões culturais e de incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa: análise de regressão linear múltipla

Atitude face aos negros	Valores <i>beta</i>				
	Primeira equação	Segunda equação	Terceira equação	Quarta equação	Quinta equação
Traços positivos dos negros	-0,28**	-0,15**	-0,13**	-0,22**	-
Traços negativos dos negros	0,18**	0,09*	n. s.	0,11*	-
Emoções negativas face aos negros (medo)	-	n. s.	n. s.	-	-
Emoções positivas face aos negros	-	-0,36**	-0,35**	-	-
Incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa	-	-	0,14**	0,16**	0,20**
Diferenças de padrões culturais	-	-	n. s.	0,13*	0,19**
R ² ajustado	0,10	0,21	0,22	0,14	0,10

* $p > 0,01$.** $p < 0,01$.

valores da sociedade portuguesa (comparação da primeira com a quarta equação de regressão).

Na terceira análise de regressão realizada verifica-se que a inclusão das diferenças culturais, para além dos estereótipos e das emoções, produziu apenas um ligeiro incremento na variância explicada e que este incremento se deve às percepções relativas à incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa. Na quinta

equação de regressão podemos constatar que a acentuação das diferenças culturais, a nível de qualquer das dimensões, contém em si um juízo avaliativo a favor do endogrupo.

Estes resultados suportam, pois, a hipótese da importância da acentuação das diferenças de valores na construção de uma atitude negativa face aos negros e permitem-nos afirmar que, quando dizemos que «somos culturalmente diferentes», estamos a dizer que «somos melhores».

Lembremos que, na perspectiva do racismo simbólico e do racismo moderno, se refere que a percepção de que os negros violam os valores nucleares do individualismo e da ética protestante está subjacente ao racismo americano (Kinder e Sears 1981). No estudo de Haddock *et al.* (1994), ou de Zanna *et al.* (1990), mostra-se que a atitude negativa face a diferentes tipos de exogrupos tem subjacente uma avaliação segundo a qual esses grupos se oporiam ou bloqueariam os valores do endogrupo. No estudo de DeRidder e Tripathi (1992) mostra-se que é a violação das normas do endogrupo, por parte do exogrupo, que conduz ao preconceito.

Os nossos resultados, porém, referem-se apenas a percepções sobre diferenças de valores, e não a julgamentos relativos à violação dos valores do endogrupo por parte do exogrupo. Assim, os nossos resultados mostram que não é necessário que um exogrupo seja representado como constituindo uma ameaça aos valores de um endogrupo para que seja objecto de uma avaliação atitudinal negativa. No presente caso, a simples afirmação de diferenças culturais é já uma afirmação de racismo. Resultados semelhantes foram obtidos por Struch e Schwartz (1989), embora num contexto de relações intergrupais diferente.

Percepção de diferenças culturais, intolerância à incongruência de crenças, conservadorismo e autocategorização política

Como referimos acima, Rokeach (1960) sustenta que as percepções individuais de dissemelhança de valores medeiam a desfavorabilidade das atitudes intergrupais. Os resultados apresentados mostraram de facto que, uma vez saliente uma modalidade de categorização, quanto maior a percepção de dissemelhança de valores, maior a atitude negativa face a um exogrupo (os negros). Desta forma, a versão moderada que inicialmente propusemos da teoria de Rokeach encontra suporte empírico nos nossos dados.

Rokeach (1948 e 1956) sustenta ainda que o preconceito e o etnocentrismo decorrem de um estilo de tratamento da informação – o espírito fechado (*closed mind*), ou *dogmatismo*, associado à *intolerância* a opiniões e valores diferentes. Este estilo de tratamento de informação é caracterizado pela dificuldade de processar nova informação e conciliar pontos de vista diferentes. Daí que esta teoria de

Rokeach estabeleça uma relação entre dogmatismo, intolerância à incongruência de crenças e etnocentrismo. Assim, um grupo percebido como partilhando crenças diferentes será negativamente avaliado, sobretudo por parte de indivíduos com um *espírito fechado* ou intolerantes à incongruência de crenças.

Esta posição de Rokeach havia já sido enunciada, no fim dos anos 40, num trabalho deste autor sobre etnocentrismo e rigidez mental. Quando, em 1950, Adorno e colaboradores publicaram a *Personalidade Autoritária*, Rokeach reagiu à teoria destes autores afirmando que o autoritarismo de que fala Adorno apenas diagnostica o autoritarismo de direita, escondendo o autoritarismo de esquerda. Contudo, qualquer destes autores situa a gênese do etnocentrismo num problema de personalidade: a *personalidade autoritária* para Adorno, a *personalidade dogmática* para Rokeach, dimensões da personalidade associadas a estilos cognitivos e a uma mesma gênese na socialização primária.

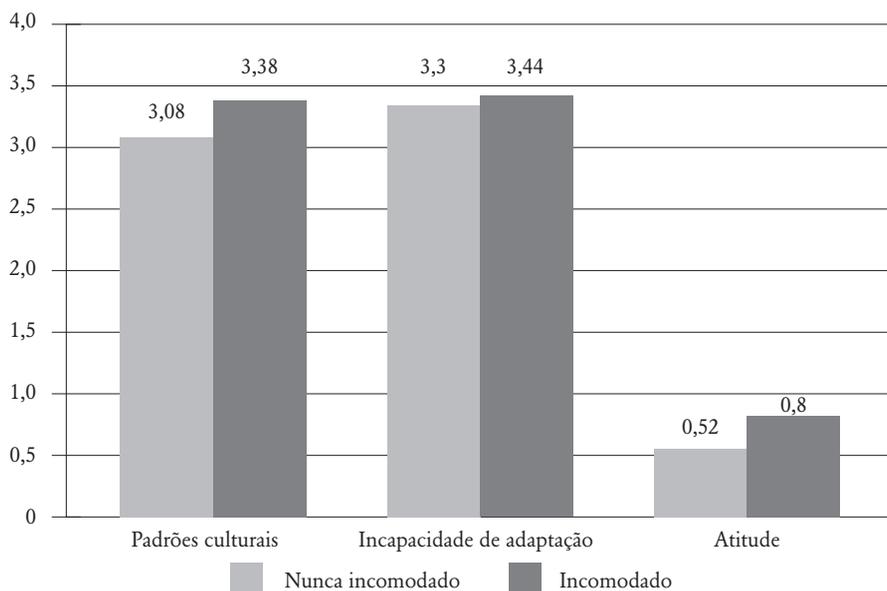
O que importa reter da polémica destes dois autores é que, enquanto para Adorno o racismo não podia ser dissociado de uma configuração ideológica mais global (o autoritarismo/fascismo, ou o conservadorismo), para Rokeach o racismo poderia ser partilhado por conservadores ou não conservadores, desde que caracterizados pela intolerância a sistemas de crenças diferentes.

Uma vez que se introduziram, neste capítulo, as raízes ideológicas do racismo, analisámos também a relação entre a autocategorização política (direita-esquerda) e a dimensão específica do racismo que estamos a estudar. Como sabemos, em muitos países europeus os movimentos racistas encontram-se associados a posições políticas de direita e extrema-direita e no estudo europeu de Pettigrew e Meertens (1995 e 1998) o autoposicionamento político numa escala de direita-esquerda surge como um dos preditores do racismo. Em Portugal, contudo, nenhum partido político se constituiu a partir da defesa de posições racistas ou xenófobas e nenhum partido político, mesmo de direita, defendeu, até agora e de forma aberta, posições antinegro. Mas também é verdade que, por exemplo, nos incidentes com comunidades ciganas registados em 1997 no Norte do país ou nos incidentes ligados ao realojamento no concelho de Cascais de populações maioritariamente negras, nenhum partido político tomou uma posição pública claramente antixenófoba, verificando-se até, em quase todos os partidos, posições contraditórias sobre esta questão. É neste contexto que importa verificar qual o tipo de associação entre a autocategorização política e o racismo em Portugal, nomeadamente no que se refere às suas expressões mais subtis.

Intolerância à incongruência de crenças e percepção de diferenças culturais

Começamos por analisar a hipótese segundo a qual a percepção de diferenças culturais será maior nos indivíduos que manifestam maior intolerância à incongruência de crenças.

**Gráfico 3.1 – Intolerância à incongruência de crenças
(primeiro indicador: incomodidade com opiniões diferentes),
atitude face aos negros e percepção de diferenças culturais (médias)***



* Resultados das análises de variância (efeitos da intolerância):

Diferenças de padrões culturais: $F(1,358) = 7,66, p < 0,006$;

Incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa: $F(1,453) = 1,78, p < 0,182$;

Atitude face aos negros: $F(1,522) = 6,60, p < 0,01$.

Atitude face aos negros: -4 – muito favorável; +4 – muito desfavorável.

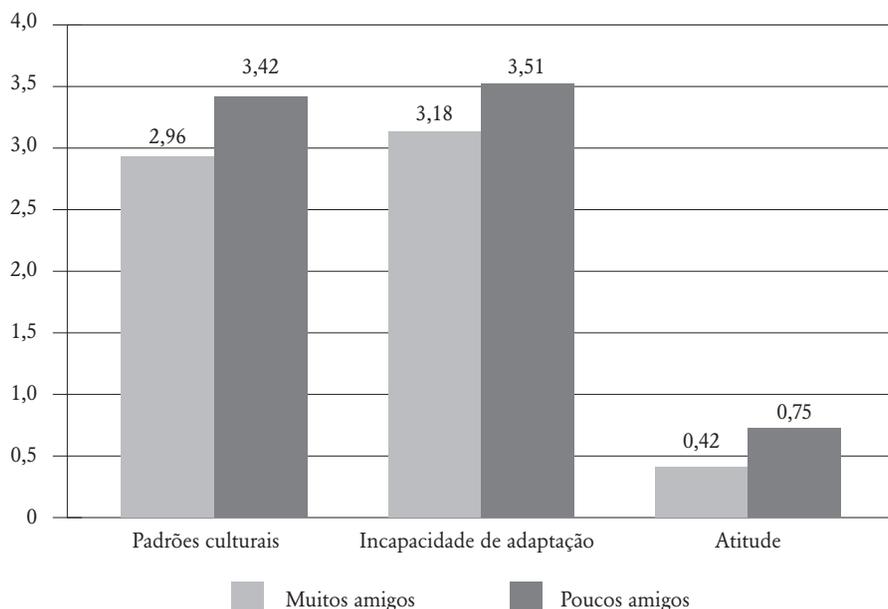
Para operacionalizarmos esta hipótese, e na impossibilidade de utilizar a complexa medida de «dogmatismo» e de «intransigência» ou «intolerância» (*opinionation scale*) de Rokeach, recorreremos a dois indicadores de intolerância à incongruência de crenças: um que avalia o grau de incomodidade no confronto com opiniões e costumes culturais diferentes (1 – nunca incomodado; 2 – raramente incomodado; 3 – algumas vezes incomodado; 4 – frequentemente incomodado),⁴ adaptado de Wagner e Zick (1995) e outro indicador que mede a frequência de amizades intergrupais no plano político (amigos com opção política diferente: 1 – muitos; 2 – poucos; 3 – nenhum).⁵

No que toca ao indicador de incomodidade com opiniões diferentes, os resultados mostram a existência de diferenças significativas (gráfico 3.1) ao nível

⁴ Na nossa amostra, 56,1% dos inquiridos afirmam-se nunca incomodados com opiniões e costumes culturais diferentes, 25,9% raramente incomodados, 15,6% algumas vezes incomodados e 2,1% frequentemente incomodados.

⁵ Na presente amostra, 37,7% dos respondentes afirmam possuir muitas amizades com uma opção política diferente, 42,2% poucas amizades e 6% nenhuma amizade com opção política diferente.

Gráfico 3.2 –Intolerância à incongruência de crenças (segundo indicador: amizades intergrupais), atitude face aos negros e percepção de diferenças culturais (médias)*



* Resultados das análises de variância (efeitos da intolerância):

Diferenças de padrões culturais: $F(1,307) = 15,96, p < 0,001$;

Incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa: $F(1,372) = 8,48, p < 0,004$;

Atitude face aos negros: $F(1,420) = 7,80, p < 0,01$.

Atitude face aos negros: -4 - muito favorável; +4 - muito desfavorável.

da atitude ($p < 0,01$) e ao nível da acentuação de diferenças nos padrões culturais ($p < 0,006$). Isto significa que aqueles que afirmaram sentir-se incomodados com opiniões, costumes e modos de ser de pessoas diferentes manifestaram também uma atitude mais negativa face aos negros e uma maior percepção de diferenças ao nível dos padrões culturais.

No que toca ao segundo indicador de intolerância à incongruência de crenças, ou seja, a frequência de amizades intergrupais (gráfico 3.2), verificámos que aqueles que declararam ter muitos amigos entre pessoas com opção política diferente manifestaram uma atitude mais positiva face aos negros ($p < 0,01$), uma menor percepção de diferenças ao nível dos padrões culturais ($p < 0,001$) e ao nível da incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa ($p < 0,004$).

Os resultados apresentados prestam, globalmente, apoio à hipótese de Ro-keach. Estes mesmos resultados devem, no entanto, ser contextualizados, de uma forma global, com outros estudos recentes realizados a partir desta mesma hipótese (e. g., Biernat *et al.* 1995).

Intolerância à incongruência de crenças, conservadorismo e percepção de diferenças culturais

Como dissemos anteriormente, Rokeach propõe que é o dogmatismo/intolerância à incongruência de crenças e não o autoritarismo/conservadorismo de direita, como propuseram Adorno *et al.* (1950), que explica o preconceito racial. Como referimos também, esta questão interessa-nos no sentido de explorarmos as bases ideológicas do racismo, tal como se manifesta no plano da percepção das diferenças culturais. Ao mesmo tempo, o confronto entre a intolerância à incongruência de crenças e o conservadorismo permite-nos articular dois níveis de análise das diferenças individuais que podem estar relacionadas com o preconceito.

Assim, construímos indicadores de conservadorismo político e de conservadorismo moral, na linha dos indicadores de autoritarismo da escala *F* de Adorno. Estes indicadores foram já apresentados no capítulo 1.

Embora as relações, pressupostas por Adorno, entre conservadorismo e etnocentrismo não façam parte da problemática central deste capítulo, calculámos as correlações entre conservadorismo político e moral e etnocentrismo. A nossa medida de etnocentrismo agrega a atitude face aos ciganos e aos indianos (*alfa de Cronbach* de 0,80). A correlação entre esta medida de etnocentrismo e o autoritarismo político não é elevada (*c. c.* = 0,21; $p < 0,07$) e a correlação entre o etnocentrismo e o autoritarismo moral é mais baixa ($r = 0,11$; $p < 0,02$). No entanto, as análises de variância realizadas, tomando como variável dependente o etnocentrismo e como variáveis independentes o conservadorismo moral e o conservadorismo político, revelaram-se significativas (conservadorismo político: $F(1,488) = 5,33$; $p < 0,02$; conservadorismo moral: $F(1,441) = 5,41$; $p < 0,02$). Finalmente, a correlação entre o etnocentrismo e a atitude face aos negros é bastante elevada ($r = 0,68$; $p < 0,001$).

Assim, os nossos resultados apoiam, parcialmente, a hipótese de Adorno no que respeita à correlação entre etnocentrismo e conservadorismo; e apoiam, claramente, a hipótese deste autor segundo a qual o etnocentrismo face a um grupo particular é uma manifestação de um etnocentrismo mais geral.⁶

Para analisarmos o impacto relativo da intolerância à incongruência de crenças, do conservadorismo político e do conservadorismo moral na atitude face aos negros, na percepção de diferenças culturais e na incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa, realizámos análises de variância. No que diz respeito à atitude, os resultados apresentados no quadro 3.3 mostram os efeitos principais

⁶ A correlação elevada entre o etnocentrismo e a atitude face aos negros mostra que aqueles que manifestam uma atitude negativa face aos ciganos e face aos indianos manifestam também uma atitude negativa face aos negros.

Quadro 3.3 – Atitude face aos negros em função da intolerância à incongruência de crenças, do conservadorismo moral e do conservadorismo político (médias)*

Conservadorismo político	Intolerância à incongruência de crenças	Conservadorismo moral	
		Conservadorismo	Não conservadorismo
Conservadorismo	Tolerante	0,84	0,54
	Intolerante	1,27	0,52
Não conservadorismo	Tolerante	0,45	0,21
	Intolerante	1,27	0,37

* Resultados da análise de variância para a atitude:

Intolerância: $F(1,415) = 7,54, p < 0,006$;

Conservadorismo político: $F(1,415) = 4,55, p < 0,033$;

Conservadorismo moral: $F(1,415) = 14,40, p < 0,001$;

Intolerância \times conservadorismo político: $F(1,415) = 0,74, p < 0,391$;

Intolerância \times conservadorismo moral: $F(1,415) = 3,96, p < 0,047$;

Conservadorismo político \times conservadorismo moral: $F(1,415) = 0,012, p < 0,913$;

Intolerância \times conservadorismo político \times conservadorismo moral: $F(1,415) = 0,022, p < 0,883$.

Atitude face aos negros: -4 – muito favorável; +4 – muito desfavorável.

da intolerância e das duas dimensões do conservadorismo. Os mesmos resultados mostram ainda uma interação entre a intolerância e o conservadorismo moral. Esta interação revela que a variável «intolerância» produz um claro incremento na atitude negativa face aos negros quando acompanhada de elevado conservadorismo moral. Ou seja, para além dos efeitos principais do conservadorismo e do dogmatismo pressupostos, respectivamente, por Adorno e Ro-keach, os nossos resultados evidenciam que os *scores* mais elevados de atitude negativa face aos negros se encontram entre os indivíduos intolerantes e com elevado conservadorismo moral.

Os resultados apresentados sugerem ainda um maior impacto do conservadorismo moral do que do conservadorismo político na atitude face aos negros. Neste sentido, estes mesmos resultados constituem um primeiro indicador da não associação forte, no nosso país, entre conservadorismo político e racismo, contrariamente ao que sucede nos países em que existem partidos políticos com posições claramente racistas, problema que discutiremos no capítulo 5.

No que toca à percepção de diferenças culturais gerais, os resultados apresentados no quadro 3.4 mostram os efeitos principais da intolerância e do conservadorismo político.

Finalmente, e no que toca à incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa, os resultados apresentados no quadro 3.5 evidenciam os efeitos principais do conservadorismo político e moral sobre aquela variável, mas não da intolerância.

No conjunto, estas duas últimas análises permitem-nos observar que os efeitos da intolerância e dos conservadorismos são diferentes na percepção de maio-

Quadro 3.4 – Percepção de diferenças de padrões culturais em função da intolerância à incongruência de crenças, do conservadorismo moral e do conservadorismo político (médias)*

Conservadorismo político	Intolerância à incongruência de crenças	Conservadorismo moral	
		Conservadorismo	Não conservadorismo
Conservadorismo	Tolerante	3,32	3,44
	Intolerante	3,65	–
Não conservadorismo	Tolerante	3,04	2,88
	Intolerante	3,43	3,11

* Resultados da análise de variância para a percepção de diferenças de padrões culturais:

Intolerância: $F(1,286) = 5,50, p < 0,02$;

Conservadorismo político: $F(1,286) = 8,88, p < 0,003$;

Conservadorismo moral: $F(1,286) = 0,96, p < 0,327$;

Intolerância \times conservadorismo político: $F(1,286) = 0,47, p < 0,704$;

Intolerância \times conservadorismo moral: $F(1,286) = 0,05, p < 0,829$;

Conservadorismo político \times conservadorismo moral: $F(1,286) = 0,37, p < 0,542$;

Intolerância \times conservadorismo político \times conservadorismo moral: $F(1,286) = 0,003, p < 0,954$.

res diferenças culturais e na percepção da incapacidade de adaptação. Enquanto, no primeiro caso, a intolerância e o conservadorismo político produzem efeitos no sentido de uma maior percepção daquelas diferenças, no segundo a maior percepção de incapacidade de adaptação mostra-se afectada pelo conservadorismo político e pelo conservadorismo moral. Lembremos que, contrariamente a estes últimos resultados, a afirmação de uma atitude mais negativa face aos negros aparece afectada pela variável intolerância à incongruência de crenças e pelos dois tipos de conservadorismo e ainda por um efeito de interacção entre a intolerância e o conservadorismo moral.⁷

No sentido de sistematizarmos melhor o impacto das dimensões do conservadorismo não só na atitude, mas também na percepção de diferenças culturais, procedemos a uma análise de regressão múltipla (quadro 3.6).

Os resultados obtidos pela análise de regressão mostram que qualquer das dimensões do conservadorismo explica, de forma muito reduzida, quer a atitude face aos negros, quer a percepção de diferenças de padrões culturais. Mas o mesmo não sucede com a explicação da incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa. Neste caso, não só a variância explicada é muito aceitável, como se mostra claramente que, quanto maior o conservadorismo moral e o conservadorismo político, maior a percepção de que os negros não dispõem dos valores que lhes permitem uma boa adaptação à sociedade portuguesa. De novo, no

⁷ Note-se ainda que as duas dimensões de conservadorismo político e conservadorismo moral se encontram correlacionadas ($c. c. = 0,34; p < 0,001$), mas que a intolerância à incongruência de crenças não se correlaciona com o conservadorismo moral ($r = 0,02$) nem com o conservadorismo político ($c. c. = 0,09$).

Quadro 3.5 – Incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa em função da intolerância à incongruência de crenças, do conservadorismo moral e do conservadorismo político (médias)*

Conservadorismo político	Intolerância à incongruência de crenças	Conservadorismo moral	
		Conservadorismo	Não conservadorismo
Conservadorismo	Tolerante	3,90	3,37
	Intolerante	4,01	3,36
Não conservadorismo	Tolerante	3,41	2,85
	Intolerante	3,70	3,00

* Resultados da análise de variância para a incapacidade de adaptação:

Intolerância: $F(1,368) = 1,96, p < 0,163$;

Conservadorismo político: $F(1,368) = 12,70, p < 0,001$;

Conservadorismo moral: $F(1,368) = 27,23, p < 0,001$;

Intolerância x conservadorismo político: $F(1,368) = 0,20, p < 0,894$;

Intolerância x conservadorismo moral: $F(1,368) = 0,49, p < 0,485$;

Conservadorismo político x conservadorismo moral: $F(1,368) = 0,32, p < 0,574$;

Intolerância x conservadorismo político x conservadorismo moral: $F(1,368) = 0,003, p < 0,960$.

Quadro 3.6 – Percepção de diferenças culturais, atitude face aos negros e conservadorismo moral e político: análise de regressão linear múltipla (valores *beta*)

	Atitude face aos negros	Diferenças de padrões culturais	Incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa
Conservadorismo moral	0,21*	n. s.	0,29*
Conservadorismo político	n. s.	0,17*	0,15*
R^2 ajustado	0,04	0,03	0,13

* $p < 0,00$.

entanto, o conservadorismo político é menos preditor do que o conservadorismo moral.

Apesar de existir alguma ambiguidade nestes resultados, achámos importante analisar as diferenças entre conservadores e não conservadores, ao nível da gestão dos estereótipos, das emoções e das diferenças de valores atribuídos aos negros.

A hipótese que formulamos é a de que a atitude negativa face aos negros por parte dos conservadores assentará, sobretudo, na atribuição de traços negativos e na atribuição de emoções negativas, dado que se trata de expressões mais tradicionais do racismo. Por sua vez, os não conservadores deverão fazer radicar a sua atitude na negação de traços positivos, na negação de emoções positivas e na acentuação de diferenças culturais. De facto, esta é a estratégia que corresponde ao racismo mais subtil.

Os resultados apresentados no quadro 3.7 mostram que a atitude dos indivíduos com *scores* mais elevados de conservadorismo político e de conservado-

Quadro 3.7 – Atitude face aos negros e conservadorismo: estereótipos, emoções positivas e percepção de diferenças culturais: análise de regressão linear múltipla

	Atitude relativa face aos negros (valores <i>beta</i>)			
	Conservadorismo político		Conservadorismo moral	
	Conservadorismo	Não conservadorismo	Conservadorismo	Não conservadorismo
Traços positivos	n. s.	-0,14***	n. s.	n. s.
Traços negativos	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
Emoções positivas	-0,42*	-0,29*	-0,43*	-0,29*
Emoções negativas	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
Diferenças de padrões culturais	n. s.	n. s.	n. s.	n. s.
Incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa	n. s.	0,19*	n. s.	0,19**
<i>R</i> ² ajustado	0,17	0,19	0,18	0,14

* $p < 0,00$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,04$.

risimo moral se estrutura sobretudo a partir das emoções. Porém, e contrariamente ao esperado, não são as emoções negativas que estruturam a atitude, mas a negação das emoções positivas. Os indivíduos não conservadores estruturam a sua atitude de uma forma mais complexa (negação de traços e emoções positivas e percepção de incapacidade de adaptação), estratégia semelhante àquela que encontramos para o conjunto da amostra e que se aproxima da expressão subtil do racismo.

Utilizando uma análise estatística semelhante, Zanna e colaboradores (1990), num estudo realizado no Canadá, tendo como objecto as atitudes face aos paquistaneses e aos índios, concluíram que a estratégia de legitimação da discriminação por parte dos conservadores se estrutura, sobretudo, a partir da percepção de diferenças de valores, ao passo que a estratégia dos não conservadores se estrutura a partir das emoções. Estes resultados, que não seguem aqueles que obtivemos, indicam que é necessário analisar melhor a forma como é estruturado o discurso discriminatório de conservadores e não conservadores. Esta questão é particularmente relevante na medida em que a acentuação de diferenças culturais tem vindo a ser teorizada pelos discursos neo-racistas extremistas e pela nova direita (Chombart de Lauwe 1981). Neste sentido, não deveria a acentuação de diferenças culturais ser vista como uma manifestação de um novo racismo flagrante?⁸ Os nossos resultados, porém, não vão neste sentido.

⁸ Atente-se na retórica de um extremista português, em resposta a um inquérito do *Público* de 15 de Setembro de 1996: «[...] o multiculturalismo é um conceito traduzido por uma palavra bonita, que quer dizer «fim e destruição total das diferentes culturas nacionais». A invasão da Europa pelos imigrantes africanos vai, num futuro não muito longínquo, trazer graves problemas

Por outro lado ainda, note-se que a negação de emoções positivas, por nós associada a um racismo mais subtil, é a variável que estrutura melhor a atitude dos conservadores. Será o racismo dos conservadores mais emocional e o dos não conservadores mais legitimado pela afirmação de diferenças culturais e, por isso, de alguma forma, mais reflectido? A análise do impacto da autocategorização na construção da dimensão do racismo que temos vindo a estudar visa contribuir para o esclarecimento desta questão.

Autocategorização política e percepção de diferenças culturais

Como verificámos anteriormente, os conservadorismos político e moral são preditores da atitude negativa face aos negros, embora, aparentemente, de forma mais reduzida do que aquela que tem sido encontrada noutros contextos nacionais (v. Alterneyer 1994).

A pergunta que agora fazemos é relativa às relações entre a autocategorização política e as dimensões do racismo aqui consideradas.

Note-se que a correlação entre o conservadorismo moral, o conservadorismo político e a autocategorização política é de, respectivamente, 0,18 ($p < 0,001$) e 0,27 ($p < 0,001$), correlações que, embora significativas, não são suficientemente elevadas para que se possa falar de redundância entre estas dimensões do pensamento social. Além disso, o conservadorismo e a autocategorização política correspondem a variáveis de natureza diferente. No primeiro caso, a atribuição de um pensamento conservador é feita pelo investigador. No segundo caso, são os sujeitos que se autocategorizam a si próprios na dimensão direita-esquerda.

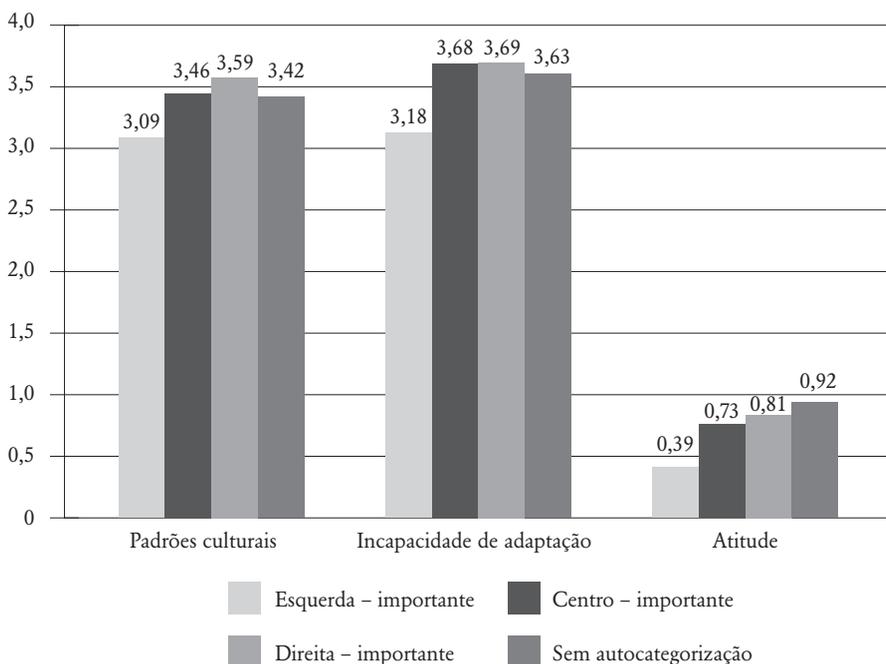
Para responder à pergunta acima formulada operacionalizámos a autocategorização política através de uma escala com cinco posições: direita, centro-direita, centro, centro-esquerda e esquerda.⁹ Para além disso, depois de os indivíduos se definirem nesta escala, procurámos saber qual a saliência que atribuíam à autocategorização que tinham escolhido (1 – isso não é importante para mim; 4 – isso é muito importante para mim).

Realizámos três análises de variância para verificar a relação entre a categorização política (agregada em três posições) e os indicadores de racismo que es-

de natureza social [...] as preocupações profundas encontram-se no domínio do esclarecimento da nossa população nativa, na reposição de valores e princípios e, acima de tudo, na procura de critérios filosóficos e morais próprios da nossa civilização.»

⁹ Na nossa amostra, 15,1% dos respondentes definiram-se como sendo de esquerda, 29% de centro-esquerda, 22,3% de centro, 14% de centro-direita e 9,5% como sendo de direita. Note-se que dispúnhamos ainda de uma outra forma de captar o autoposicionamento político: uma escala com 10 posições (1 – esquerda; 10 – direita). A correlação entre esta escala e a escala anterior é de 0,84 ($p < 0,001$). Assim, decidimos tomar como indicador do autoposicionamento político a escala com cinco níveis, ancorados em posições políticas.

Gráfico 3.3 – Atitude face aos negros, diferenças culturais e saliência da autocategorização política (médias)*



* Resultados das análises de variância (efeitos da saliência da autocategorização política):

Diferenças de padrões culturais: $F(3,203) = 2,78, p < 0,04$;

Incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa: $F(3,257) = 3,97, p < 0,01$;

Atitude face aos negros: $F(3,299) = 2,85, p < 0,04$.

tamos a analisar. Os resultados desta análise mostram não haver efeitos da autocategorização política em qualquer das três variáveis analisadas (atitude face aos negros; percepção de diferenças de padrões culturais; percepção de incapacidade de adaptação).¹⁰

Uma vez que não se verificaram efeitos da autocategorização política e que dispomos de indicadores relativos à saliência e ao significado emocional dessas autocategorizações, que não foram considerados na análise anterior, procedemos a novas análises, tomando em linha de conta a saliência e o significado emocional dessas autocategorizações. Nas análises que vamos apresentar seleccionámos apenas os sujeitos que se posicionaram nos valores 3 e 4 da escala de saliência (é importante para mim [...] ser de esquerda/centro/direita; é muito

¹⁰ Como veremos no capítulo 5, verifica-se uma associação entre o autopoicionamento direita-esquerda, o racismo flagrante e o racismo subtil. Esta associação, embora fraca, é mais forte para o racismo flagrante do que para o racismo subtil. Contudo, numa equação de regressão, o autopoicionamento político não resiste à força de outros preditores do racismo.

importante para mim [...] ser de esquerda/centro/direita). Por outro lado, decidimos considerar como uma dimensão da autocategorização política as respostas «não sei» ou «não responde».

Os resultados apresentados no gráfico 3.3 mostram efeitos da saliência da autocategorização política a nível das três variáveis consideradas. Relativamente à variável «percepção de diferenças de padrões culturais» verifica-se apenas uma clara diferença entre a esquerda e a direita (teste de Duncan; $p < 0,05$). No que toca à incapacidade de adaptação, a saliência da autocategorização de esquerda produz valores mais baixos do que qualquer das outras posições (teste de Duncan, $p < 0,05$). A nível da atitude, o efeito obtido é global, não se verificando diferenças estatisticamente significativas entre qualquer dos grupos. No entanto, note-se como a atitude é tendencialmente mais negativa nos sujeitos que não se autocategorizaram politicamente. O conjunto destes resultados mostra que a acentuação das diferenças culturais é uma resposta menos típica dos indivíduos que se autocategorizaram como sendo de esquerda, mas que, como vínhamos sugerindo, a autocategorização política não parece constituir uma variável claramente importante na predição do racismo.

Percepção de diferenças culturais e hipótese do contacto

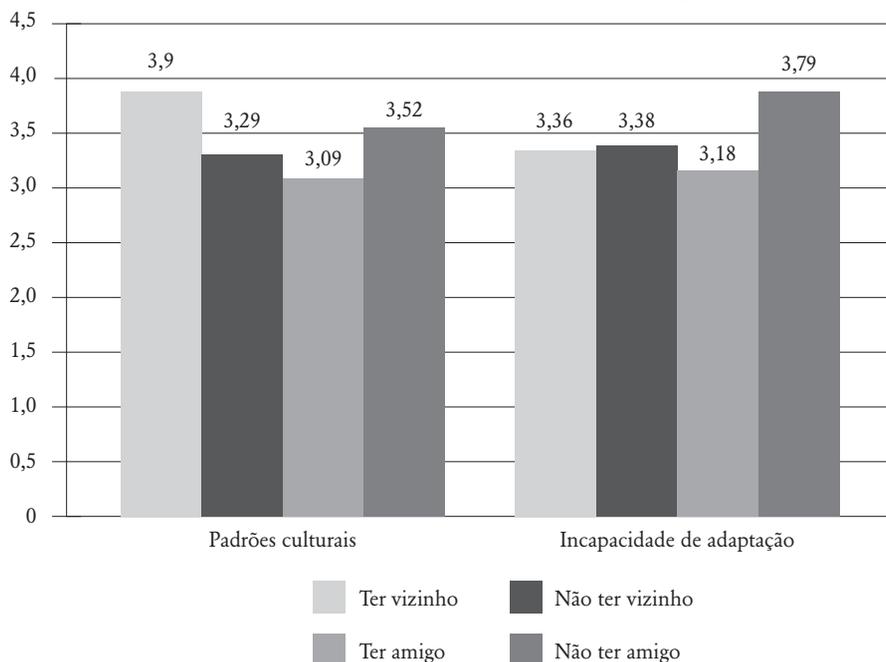
Como vimos no capítulo 2, a hipótese do contacto de Allport (1954) propõe que, sob determinadas condições,¹¹ o contacto entre membros de grupos diferentes permitiria aos indivíduos descobrir semelhanças entre si e, desta forma, reduzir o preconceito face aos grupos no seu conjunto.

Neste contexto, e depois de, no capítulo anterior, termos analisado as implicações do contacto nos estereótipos e nas emoções, analisamos agora as implicações da «hipótese do contacto» ao nível da percepção de diferenças culturais.

Para o presente estudo, o contacto foi operacionalizado através dos indicadores já referidos: as relações de vizinhança com negros e as relações de amizade com negros. Seguindo o modelo já anteriormente apresentado, analisámos, em primeiro lugar, o impacto de ter, ou não, amigos e vizinhos negros na percepção de diferenças culturais. Depois, no caso dos vizinhos, analisámos o impacto da qualidade da relação e do estatuto percebido na percepção de diferenças culturais. No caso dos amigos analisámos apenas, na sequência dos resultados anteriormente apresentados, o impacto do estatuto percebido na percepção de diferenças culturais.

¹¹ Estas condições já foram alvo de exposição no capítulo anterior.

Gráfico 3.4 – Percepção de diferenças culturais, vizinho e amigo negro (médias)*



* Resultados das análises de variância:

Efeitos da variável «vizinho»:

Diferenças de padrões culturais: $F(1,357) = 3,17, p < 0,08$;

Incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa: $F(1,454) = 0,03, p < 0,86$;

Efeitos da variável «amigo»:

Diferenças de padrões culturais: $F(1,357) = 13,86, p < 0,000$;

Incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa: $F(1,453) = 31,14, p < 0,000$.

Os resultados apresentados no gráfico 3.4 mostram que a existência, ou não, de vizinhança com negros não influencia a percepção de diferenças culturais. Por outro lado, a existência de amizades com negros produz uma redução na percepção, quer das diferenças de padrões culturais, quer da incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa. De facto, a existência de uma amizade pressupõe não só uma relação entre pessoas, como também a criação de um «espaço de aprendizagem» tendente à diminuição da percepção de diferenças culturais.

A não existência de um efeito directo do contacto com vizinhos negros na percepção de padrões culturais leva-nos a admitir a importância de variáveis mediadoras, nomeadamente a da qualidade da relação e do estatuto percebido do vizinho negro, como se verificou no capítulo precedente.

Tanto para a percepção de diferenças culturais como para a incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa, as análises de variância revelaram apenas a existência de efeitos principais da qualidade da relação (quadros 3.8 e 3.9). Isto

Quadro 3.8 – Percepção de diferenças de padrões culturais, qualidade da relação e estatuto do vizinho (médias)*

Qualidade da relação	Estatuto igual	Estatuto inferior
Boa qualidade	2,78	3,11
Indiferente/má relação	3,51	4,00

* Resultados da análise de variância para a incapacidade de adaptação:

Qualidade da relação: $F(1,106) = 9,95, p < 0,002$;

Estatuto do vizinho: $F(1,106) = 3,45, p < 0,07$;

Qualidade da relação \times estatuto do vizinho: $F(1,106) = 0,090, p < 0,764$.

Quadro 3.9 – Incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa, qualidade da relação e estatuto do vizinho (médias)*

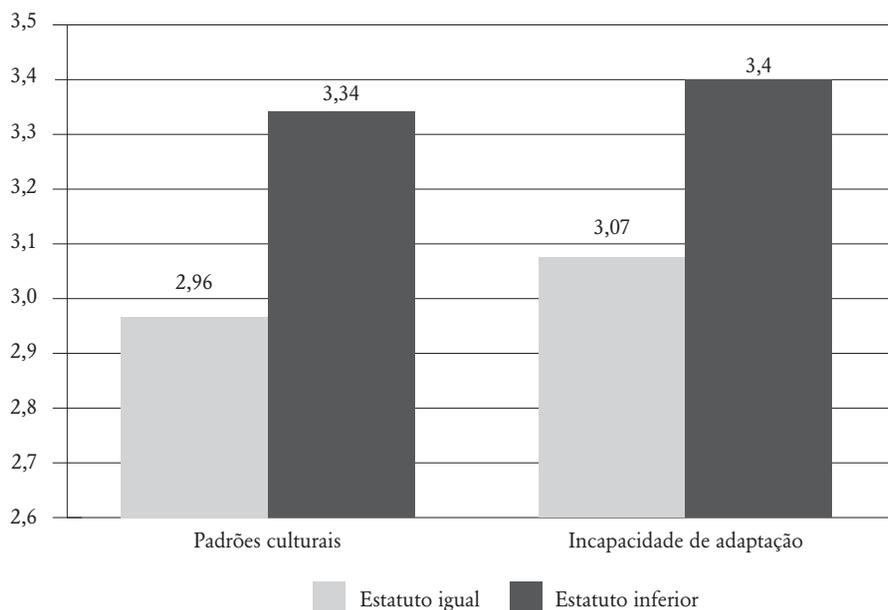
Qualidade da relação	Estatuto igual	Estatuto inferior
Boa qualidade	3,22	3,48
Indiferente/má relação	3,75	4,03

* Resultados da análise de variância para a percepção de diferenças de valores culturais:

Qualidade da relação: $F(1,139) = 4,73, p < 0,03$;

Estatuto do vizinho: $F(1,139) = 1,185, p < 0,018$;

Qualidade da relação \times estatuto do vizinho: $F(1,139) = 0,002, p < 0,97$.

Gráfico 3.5 – Percepção de diferenças culturais e estatuto do amigo negro (médias)*

* Resultados das análises de variância (efeitos do estatuto do amigo):

Diferenças de padrões culturais: $F(1,242) = 7,23, p < 0,01$;

Incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa: $F(1,289) = 4,94, p < 0,03$.

significa que, no primeiro caso, os inquiridos que referiram ter uma boa relação de vizinhança com negros perceberam menores diferenças de padrões culturais; no que toca à incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa, os inquiridos que afirmam ter boas relações com vizinhos negros percebem também menos diferenças nessa capacidade de adaptação.

Referimos, anteriormente, que o facto de se ter, ou não, amigos negros produzia um efeito na percepção de diferenças culturais; ou seja, a existência de amizades com negros diminuiria a percepção destas diferenças. À semelhança do realizado para a variável «vizinhos», testámos a influência do estatuto percebido do amigo na percepção de diferenças culturais.

Os resultados apresentados no gráfico 3.5 permitem-nos concluir que o relacionamento com amigos produz maiores efeitos na diminuição da percepção de diferenças culturais quando esse amigo é visto como tendo um estatuto igual.

Comparando estes resultados com os do capítulo anterior, que, lembre-se, mostraram a não existência de efeitos do estatuto social percebido do amigo negro sobre a atribuição de traços estereotípicos ou de emoções, podemos agora assumir que a percepção do estatuto social do amigo negro é importante quando se trata da percepção de diferenças culturais.

Resumo e conclusões

Neste capítulo procurámos responder à seguinte pergunta: será que, quando dizemos que somos culturalmente diferentes, estamos a dizer que a nossa cultura e os nossos valores são melhores?

Para este efeito, identificámos duas dimensões da percepção de diferenças culturais: uma, a que podemos chamar «padrões culturais», e outra, relativa aos valores que, supostamente, permitem uma adaptação com sucesso a uma sociedade capitalista. Os resultados obtidos mostram que, quanto maior a acentuação de diferenças culturais a nível destas duas dimensões, mais negativa a atitude face aos negros. Confrontando estes resultados com os anteriormente apresentados, verificámos que o valor preditivo, sobre a atitude, da percepção de diferenças culturais é, ligeiramente, superior ao valor preditivo dos estereótipos, mas menos preditivo do que as emoções. A hipótese de que a acentuação das diferenças culturais é uma expressão do racismo é suportada pelos dados obtidos.

Os resultados apresentados mostram ainda que não é necessário que o exogrupo seja representado como constituindo uma ameaça aos valores do endogrupo (como haviam mostrado Kinders e Sears 1981, Haddock *et al.* 1994, Zanna *et al.* 1990 e DeRidder e Tripathi 1992) para que este seja objecto de uma

avaliação atitudinal negativa. A simples afirmação de diferenças nos valores culturais pode constituir já uma afirmação de racismo. É evidente que algumas das pessoas que acentuam as diferenças culturais partilharão uma ideologia que positiva essas diferenças e não hierarquiza as culturas. Mas os resultados apresentados mostram que, de uma forma geral, à acentuação de diferenças culturais subjaz uma atitude negativa face aos negros. Resultados semelhantes aos nossos, que apoiam o interesse renovado pela hipótese de Rokeach sobre a percepção de diferenças e o preconceito (1960), quando enquadrada pelo nível de análise intergrupais, foram obtidos por Struch e Schwartz (1989), num contexto de relações intergrupais diferente do nosso, e por Pettigrew (1998), em contextos de relações intergrupais semelhantes ao nosso.

Situámos a génese da acentuação das diferenças culturais no quadro do conservadorismo e da intolerância à percepção de diferenças de crenças. São conhecidas as relações entre o conservadorismo e o racismo, quer as que são relatadas em estudos clássicos (Adorno *et al.* 1950), quer as relatadas em estudos mais recentes (e. g., Altermeyer 1994 e Pettigrew e Meertens 1995). É também conhecida a polémica entre Rokeach (1960) e Adorno. Para Rokeach o racismo poderia ser partilhado por conservadores e não conservadores, desde que caracterizados pela intolerância a sistemas de crenças diferentes. Os resultados por nós obtidos mostram um efeito do conservadorismo e da intolerância à incongruência de crenças na atitude face aos negros. Verificámos também que a associação entre a intolerância à incongruência de crenças e o conservadorismo moral potencia os efeitos destas variáveis na atitude negativa face aos negros. Registe-se, ainda, que as percepções de diferenças culturais surgem mais claramente associadas ao conservadorismo moral do que ao conservadorismo político.

Verificámos, igualmente, que os indivíduos com *scores* mais elevados em conservadorismo político e moral estruturam a sua atitude face aos negros sobretudo a partir da negação de emoções positivas, enquanto os indivíduos com *scores* mais baixos em conservadorismo político e moral estruturam a sua atitude não só a partir da negação de emoções positivas, como da acentuação da incapacidade dos negros para se adaptarem aos valores da nossa sociedade. Estes resultados poderão indicar que as atitudes raciais dos conservadores têm uma base mais emocional, sendo mais complexa a estruturação das atitudes raciais dos não conservadores.

Ainda no campo das relações entre a ideologia e a percepção de diferenças culturais, analisámos a relação entre estas percepções e a autocategorização política, não se tendo obtido quaisquer efeitos significativos. Porém, quando considerámos apenas as respostas dos sujeitos que revelaram uma elevada saliência da autocategorização política (esquerda, centro e direita), verificámos uma menor acentuação de diferenças culturais entre os sujeitos que se autocategorizaram como sendo de esquerda. No conjunto, os resultados mostram um maior

impacto do conservadorismo moral do que do conservadorismo político e um maior impacto do conservadorismo (político ou moral) na percepção de diferenças culturais do que do autoposicionamento político nas categorias esquerda *versus* direita.

Uma terceira questão abordada neste capítulo, e na sequência dos resultados já apresentados no capítulo anterior, refere-se ao impacto do contacto interpessoal «racial» na percepção de diferenças culturais. Verificámos um impacto das relações de vizinhança, quando qualificadas como positivas, na diminuição da percepção de diferenças culturais, não se tendo verificado um efeito do estatuto social percebido do vizinho. Verificámos também um efeito das relações de amizade na redução desta mesma percepção e um efeito do estatuto do amigo. Este último efeito indica que, quando o estatuto do amigo é visto como igual, a percepção de diferenças culturais é menor. Estes resultados não são totalmente coincidentes com o impacto do contacto interpessoal nos estereótipos e nas emoções. De facto, no capítulo antecedente, e relativamente às emoções e aos estereótipos, verificámos que o estatuto do vizinho era mais importante do que a qualidade da relação. Ora, relativamente aos valores, a qualidade da relação revelou-se mais importante do que o estatuto percebido dos vizinhos. Por outro lado, enquanto o estatuto do amigo é irrelevante para o efeito da amizade nos estereótipos e nas emoções, no caso dos valores, o estatuto ganha relevância na diminuição da percepção de diferenças culturais. Estes resultados devem ser entendidos num quadro mais geral que aponta para a independência relativa destas três dimensões de percepção dos grupos (estereótipos, emoções e valores). Note-se, contudo, que o optimismo que estes resultados sugerem, relativamente aos efeitos do contacto, deve ser relativizado, dado que os estudos realizados através da observação em meio natural, como referimos anteriormente, são, muitos deles, críticos relativamente à hipótese do contacto.

No próximo capítulo procuramos aprofundar o significado da percepção de diferenças culturais como expressão do racismo, comparando os processos de «hetero-etnicização» e os processos de «hetero-racialização».

Capítulo 4

Distintividade racial e distintividade cultural: «eles não são uma raça inferior, mas a nossa cultura é superior»

O racismo pode ser analisado no âmbito do processo mais geral de construção de identidades, isto é, de auto-representações, de representações sobre o outro, de representações das diferenças entre grupos sociais, povos ou comunidades. Ora, a partir de finais do século XIX, as concepções sobre a natureza humana e sobre a variedade dos grupos humanos que foram sendo construídas ao longo da história e que receberam legitimações religiosas, económicas e institucionais de vária ordem são objecto de um novo tipo de caução e de um novo tipo de teorização: a caução científica e o conceito de «raça» (para uma revisão, v. Bracinha-Vieira 1996). É a partir desta altura que, acompanhando a construção de novos impérios coloniais, a ideia de «raça» se torna uma ideia forte nas ciências sociais e na biologia. A ideia de «raça» e as taxonomias raciais passam a constituir o principal analisador da separação entre o homem e o animal, a construir e explicar as diferenças de comportamento entre grupos humanos e a hierarquizar esses grupos.¹ Nos nossos dias, apesar de minoritárias e marginalizadas, as teorias sobre as hierarquias raciais ressurgem, esporadicamente, no campo científico, como atesta o livro que Herrnstein e Murray publicaram em 1994 sobre «raça» e bases genéticas da inteligência (*The Bell Curve*). Mas estes autores não são um caso único. Psicólogos como Eysenk ou Jansen, e outros menos «suspeitos», como Cattell, propõem uma psicologia que sustenta a «ciência» das «raças» e a eugenia. Um prémio Nobel como Konrad Lo-

¹ Como escreve Boas, citado por Klineberg (1957), na 1.ª edição da sua obra *Mind of the Primitive Man* (1911): «Não parece provável que as inteligências das raças, que manifestam variações na sua estrutura anatómica, devam actuar exactamente do mesmo modo. Diferenças de estrutura devem ser acompanhadas por diferenças de função, tanto fisiológica como psicológica; e, como encontramos evidência indiscutível de diferenças de estrutura entre as raças, logo devemos antecipar que também serão descobertas diferenças de características mentais.» Este parágrafo, observa Klineberg, não aparece na edição de 1938 da mesma obra.

renz, etólogo e um dos fundadores da etologia humana e da sociobiologia, permanece um eugenista, cujas análises são retomadas por revistas como a *Nouvelle école*, *Neue Anthropologie* e *The Mankind Quarterly*, que difundem hoje novas versões das «ciências» raciais (v. Billig 1981).

Segundo Barkan (1992), o progressivo abandono da ideia de «raça» não foi um processo simples nem decorreu apenas de uma reacção ao horror do nazismo, mas envolveu, por um lado, factores relacionados com a situação social e o posicionamento ideológico dos cientistas e, por outro, os próprios constrangimentos metodológicos que as diversas ciências envolvidas, nomeadamente a biologia, impunham. Segundo este mesmo autor, tanto racistas como anti-racistas tiveram de submeter a ideia de «raça» às regras da validação científica, o que resultou mais no descrédito de proposições infundadas do que na clarificação de um conceito de «raça». De facto, os desenvolvimentos científicos em várias áreas disciplinares apontaram, desde muito cedo, para a dificuldade em estabelecer tipologias científicas claras de demarcação racial dos grupos humanos. Como refere Gould (1985), a ideia de «raça» é uma ideia arbitrária e «estudos intensivos, durante mais de uma década, foram incapazes de detectar um único gene de «raça», ou seja, um gene presente em todos os membros de um grupo e ausente nos restantes [...] A maior preponderância de variabilidade humana ocorre no seio dos grupos, não nas diferenças entre eles» (p. 202).

É neste mesmo contexto que também as ciências sociais abandonam o conceito de «raça» em favor de novas tipologias de diferenciação dos grupos humanos baseadas no conceito de «etnia». Este último conceito pressupõe a existência de diferenças culturais entre grupos, mas admite que essas diferenças são socialmente transmitidas e não geneticamente herdadas: «O termo *grupo étnico* é mais frequentemente aplicado a qualquer grupo que difere de outros grupos num ou em vários dos seus padrões de estilos de vida socialmente transmitidos, ou que difere na totalidade desses padrões de estilos de vida ou cultura» (Tumin 1964, 243-244). As classificações dos grupos humanos ou de sociedades a partir de eixos analíticos, como a religião, individualismo/colectivismo, saliência ou não do motivo de realização, particularismo/universalismo, etc., são exemplos de classificações que têm subjacente a diferenciação dos grupos humanos a partir de padrões de estilos de vida. Este tipo de classificações não deixa, porém, muitas vezes, de idealizar uma cultura ou um padrão cultural em nome do evolucionismo cultural.² Por exemplo, segundo alguns autores, antropólogos como Morgan, Frazer ou Tylor, «que defendiam a unidade do género humano, propunham que a humanidade só conhecia uma maneira de evoluir e que o caminho certo era sempre rumo à civilização ocidental» (Schwarcz 1996,

² Para uma discussão sobre diferenciação, inferiorização cultural e modernidade, v. Touraine (1992).

166). No campo da sociologia, encontramos no manual de Rocher (1981) a seguinte referência ao trabalho de Lipset sobre os empresários latino-americanos e norte-americanos, trabalho realizado a partir da proposta de Parsons sobre a classificação das sociedades baseada em «variáveis-padrão»: «O empresário latino-americano é mais guiado na sua conduta pelo particularismo (*orientação que não segue critérios gerais*), pelo globalismo (*orientação que consiste em considerar as pessoas na sua totalidade e agir com elas enquanto unidades globais*) e pelo ser (*considerar as pessoas tendo em conta o que se pensa que elas são e não o resultado da sua acção*), contrariamente ao empresário norte-americano, cuja acção se orienta de preferência pelo universalismo, a especificidade e o agir.» O segundo caminho «é mais rentável para os empresários e a colectividade» (pp. 149-150). Por outras palavras: o empresário norte-americano é naturalmente superior ao empresário latino-americano.

Mais recentemente, na área da psicologia do comportamento organizacional, a proposta de Hofstede (1984) de classificação das organizações a partir de eixos culturais nacionais tem também subjacente uma idealização das culturas «brancas» de raiz protestante e anglo-saxónica. É verdade que a antropologia contribuiu, de forma indiscutível, para o abandono da ideia de «raça» e para o relativismo cultural, ou melhor, para dissociar diferenças culturais de hierarquias culturais. Mas também é verdade que a difusão de classificações dos grupos humanos a partir de eixos culturais, proposta pela antropologia, tem contribuído para a difusão das hierarquias culturais. O não reconhecimento das classificações sócio-culturais e étnicas como construções sociais, a sua naturalização difusa e a cegueira em torno da sua eficácia como forma de dominação tornam-nas, funcionalmente, equivalentes às classificações raciais.³

Tal como no campo científico, também a nível institucional e político, a ideia de «raça» foi substituída pela ideia de etnia e de diferenças culturais, nomeadamente a partir da Segunda Guerra Mundial e após a evidência pública da associação entre as hierarquias raciais e o genocídio [para uma revisão, v. Klineberg 1957 (cap. xi)].

O abandono da ideia de «raça» no campo político-institucional não se faz, porém, sem ambiguidades. Por exemplo, em Portugal o «Dia da Raça» só foi eliminado após o 25 de Abril de 1974; e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, ao defender que nenhuma pessoa pode ser discriminada a partir da «raça», contribui, ainda que indirectamente, para a difusão da «raça» como uma entidade. Nos Estados Unidos, os censos populacionais continuam a registar os indivíduos como pertencentes a «grupos raciais»; e durante a década

³ Para uma leitura do debate nacional sobre o conceito de raça e o racismo, v. a obra publicada pela OIKOS – *O Que é a Raça*, onde colaboram A. Amorim, M. Vale de Almeida, P. Gama Mota, L. Souta, E. Cunha e J. Filipe Marques.

de 60 ainda se verificavam, nesse país, conflitos para a revogação de legislação racialmente discriminadora.

Contudo, é verdade que na maioria dos países foram abandonadas, desde o pós-guerra, as políticas raciais eugénicas, as quais, sob influência do darwinismo social, embora contra Darwin, haviam sido implementadas a partir do final do século passado num grande número de sociedades ocidentais. É também verdade que, a partir dessa época, se tornou antinormativo invocar diferenças raciais e ilegal discriminar a partir dessas diferenças. É já no despertar deste novo clima que Gilberto Freire, nos anos 30, na sua obra *Casa Grande e Senzala*, desloca o eixo da discussão sobre a identidade nacional no Brasil da ideia de «raça» para a ideia de cultura, proposta que fez sucesso não só no Estado Novo brasileiro, mas também, mais tarde, no Estado Novo português, permitindo ocultar as relações sociais desiguais e violentas que marcaram a colonização portuguesa e a constituição da sociedade brasileira (Alexandre 1999). É curioso notar que, das duas pesquisas estimuladas pela UNESCO, nos anos 50, para um aprofundamento do trabalho de Gilberto Freire, aquela que o apoiava, conduzida por Donald Pierson, foi publicada por este organismo internacional, enquanto aquela que o contestava, conduzida por Florestan Fernandes, não foi publicada (Schwarcz 1996).

É no quadro deste progressivo abandono da ideia de «raça», não só no campo científico como também no campo político-institucional, que formulamos a hipótese de que o pensamento do senso comum vem deslocando a construção de teorias sociais sobre os grupos humanos e as consequentes formas de categorização social, de ideias sobre a «raça» para ideias sobre as diferenças culturais e étnicas. A difusão de conhecimentos científicos e o apoio institucional à não racialização dos grupos humanos ter-se-ão vindo a traduzir na construção de novas representações sociais (Moscovici 1961) sobre as diferenças entre povos, caracterizadas por uma relativamente maior rejeição do discurso racista tradicional e pela substituição desse discurso por um outro que salienta as diferenças culturais e que opera novas diferenciações a partir dos conceitos de cultura e etnia. A nossa hipótese não é a de que a ideia de «raça» tenha sido abandonada nos discursos quotidianos, mas a de que hoje é mais fácil exprimir diferenças culturais do que raciais e de que aquelas diferenças são socialmente mais normativas para justificar conflitos sociais e relações sociais marcadas por assimetrias de poder.

Depois de sistematizarmos os eixos organizadores da ideia de raça no senso comum, estudamos a organização das crenças sobre a raça e sobre a cultura como duas dimensões diferentes, mas correlacionadas. A seguir, analisamos estas crenças como expressões da distintividade endogrupal. Finalmente, exploramos as ancoragens sociais destas teorias sociais (raciais e culturais) sobre as diferenças entre grupos humanos.

Crenças organizadoras da ideia de «raça» no senso comum

Uma vez que nos propomos confrontar duas formas de categorização de grupos humanos – a categorização racial e a cultural – e as suas consequências, importa lembrar algumas crenças básicas associadas à ideia de «raça», crenças essas que foram transcritas em indicadores, aos quais se avaliou o grau de adesão da nossa amostra.

Seguindo Allport (1954), no senso comum, a «raça» refere-se a uma forma de categorização dos grupos humanos, cuja especificidade é a de agrupar os indivíduos com base na suposição de pertencerem a populações distintas, com ascendências diferentes entre si e comuns dentro de cada uma. A definição que um dicionário clássico de ciências sociais propõe sobre o uso comum do termo «raça» acentua também esta mesma ideia: «Ao nível do senso comum existe um extraordinário consenso internacional sobre o termo raça implicar a ideia de ascendência comum, juntamente com uma confusão tremenda, tanto a nível do senso comum como a nível técnico-científico, sobre o que a ascendência comum significa [...]» (Edmonton 1964, 569-570).

Assim, a nível da construção social de sentido, aquilo que define que as categorias raciais são grupos humanos diferentes é a ideia de que têm um passado separado e não se misturaram significativamente por casamento e filiação. Por outro lado, para que as categorias *continuem* a ser separadas não deverá haver casamento, relacionamento sexual ou descendência mútua (Lemaine e Ben Brika 1989). O que, como lembra Allport, se traduz em normas de rejeição da intimidade sexual e do parentesco com membros de um outro grupo «racial». Esta rejeição de parentesco tem como base a crença segundo a qual as diferenças entre os diversos grupos são inerentes aos seus membros e são transmissíveis aos seus descendentes e uma avaliação de determinados grupos como sendo *inferiores* aos outros.

Como referimos, por razões de normatividade social, por razões político-institucionais, mas também por razões associadas à divulgação do pensamento científico e à autoridade científica, estas crenças, ou pelo menos a sua expressão pública, têm vindo a ser abandonadas pelo senso comum. Acompanhando o pensamento científico, o senso comum terá vindo a adoptar a ideia de cultura, e de diferenças entre culturas, para explicar diferenças de comportamentos que, antes, explicava a partir da «raça». Contudo, a nossa hipótese é a de que, assim como a categorização dos grupos humanos a partir da ideia de «raça» tem associada a ideia de superioridade do homem branco e é uma forma de manifestar a distintividade racial do endogrupo, assim também a categorização dos grupos humanos a partir da ideia de cultura – e como, em parte, mostrámos no capítulo

anterior – tem associada a ideia da superioridade da cultura ocidental e é uma forma de manifestar a distintividade cultural do endogrupo.

Diferenciação cultural e racismo

Qual será então a relação entre a percepção das diferenças culturais e o racismo? Este problema começou a ser analisado no capítulo anterior e é retomado neste capítulo no quadro das hipóteses já referidas.

Se no capítulo 3 considerámos dois planos da percepção das diferenças culturais e dos valores, neste capítulo utilizamos apenas os indicadores relativos à percepção de diferenças culturais globais. De facto, pode colocar-se a hipótese de o outro conjunto de indicadores de diferenças culturais (valores relativos à incapacidade de adaptação à sociedade portuguesa) ser percebido como associado a diferenças de base biológica.

Organização das percepções de diferenças raciais e de diferenças culturais

Na linha da argumentação anteriormente enunciada, construímos indicadores para analisar a percepção de diferenças raciais e a percepção de diferenças culturais. Os indicadores relativos à diferenciação racial incluem as dimensões de rejeição de intimidade sexual e matrimónio, a rejeição da descendência mista e a noção de inferioridade racial dos negros. Para medir a diferenciação cultural era pedido aos inquiridos que avaliassem a diferença entre os portugueses e os negros em diversas dimensões da cultura: educação das crianças, valores que ensinam aos filhos, religião, valores e comportamentos sexuais e preocupação com o bem-estar das famílias (alguns destes indicadores foram já utilizados no capítulo anterior).

Para explorar a organização implícita destas crenças, a matriz dos indicadores de diferenciação racial e de diferenciação cultural foi sujeita a uma análise factorial em componentes principais, com *rotação oblimin*, uma vez que pressupomos que estas duas dimensões de diferenciação se encontram correlacionadas (quadro 4.1). Da análise factorial resultaram dois factores: o primeiro factor agrega os indicadores de acentuação de diferenças culturais; o segundo factor agrega os indicadores de diferenciação racial. Com base nestes resultados, construímos um índice de diferenciação cultural e um índice de diferenciação racial (quadro 4.1).⁴

⁴ Note-se que factorizámos também os indicadores relativos às diferenças culturais, os indicadores relativos às diferenças raciais e os indicadores relativos à incapacidade de adaptação aos valores da sociedade portuguesa. Obtivemos uma solução com dois factores que agrega, no pri-

**Quadro 4.1 – Diferenciação cultural e diferenciação racial:
análise factorial em componentes principais/rotação *oblimin***

	Diferenciação cultural	Diferenciação racial
Diferentes na educação das crianças	0,80	-0,03
Diferentes [...] nos valores que ensinam aos filhos	0,79	-0,01
Diferentes [...] na religião	0,68	-0,11
Diferentes [...] nos valores e comportamentos sexuais	0,62	0,07
Diferentes na preocupação com o bem-estar das famílias	0,61	0,13
Rejeição que familiar casasse com negros	-0,11	0,86
Incomodidade em ter netos mulatos	-0,01	0,77
Rejeição de relações sexuais com negros	0,03	0,67
Crença de que negros são raça menos dotada	0,11	0,55
Variância explicada	33,1%	18,4%
Alfa	0,74	0,68
Média	3,21	2,20
Desvio-padrão	1,01	1,08
<i>N</i>	359	488

Escalas:

* 1 – negação das diferenças raciais; 5 – acentuação das diferenças raciais.

** 1 – (negros) muito semelhantes a (portugueses); 5 (negros) muito diferentes de (portugueses).

As respostas aos dois índices são significativamente diferentes ($t(342) = 17,98$; $p < 0,001$), sendo a média da diferenciação racial significativamente inferior ao ponto médio da escala ($t(487) = -16,34$; $p < 0,001$) e a de diferenciação cultural significativamente superior ($t(358) = 4,00$; $p < 0,001$). As duas escalas apresentam uma correlação média ($r = 0,33$; $p < 0,001$). Esta correlação presta suporte à hipótese de que a diferenciação cultural e a diferenciação racial não são dimensões independentes da representação sobre o outro e podem ser vistas como duas dimensões do racismo. Por outro lado, os valores médios das respostas a cada escala indicam que a adesão assumida à ideia de diferenciação cultural é hoje superior à adesão assumida à ideia de diferenciação racial. Se é antinormativo exprimir a ideia de diferenças raciais, não o é a expressão e a acentuação de diferenças culturais.

Para melhor fundamentar a hipótese de que cada um destes índices, nomeadamente o índice de diferenças culturais, não é apenas uma medida de percepção de diferenças, mas uma medida de distintividade ou superioridade endogrupal, portanto de racismo, realizámos uma análise de regressão linear múltipla, tomando a atitude face aos negros como variável dependente e os referidos ín-

meiro factor, os indicadores de diferenças raciais e os indicadores de incapacidade de adaptação. Como supúnhamos, esta última dimensão está mais próxima da ideia de raça do que da ideia de diferenças culturais, sendo, por isso, ambígua quando está em causa diferenciar raça e cultura.

Quadro 4.2 – Atitude face aos negros em função da diferenciação racial e da diferenciação cultural

	<i>beta</i>	<i>p</i> <
Diferenciação racial	0,28	0,001
Diferenciação cultural	0,16	0,002
<i>R</i> ² ajustado	0,13	–

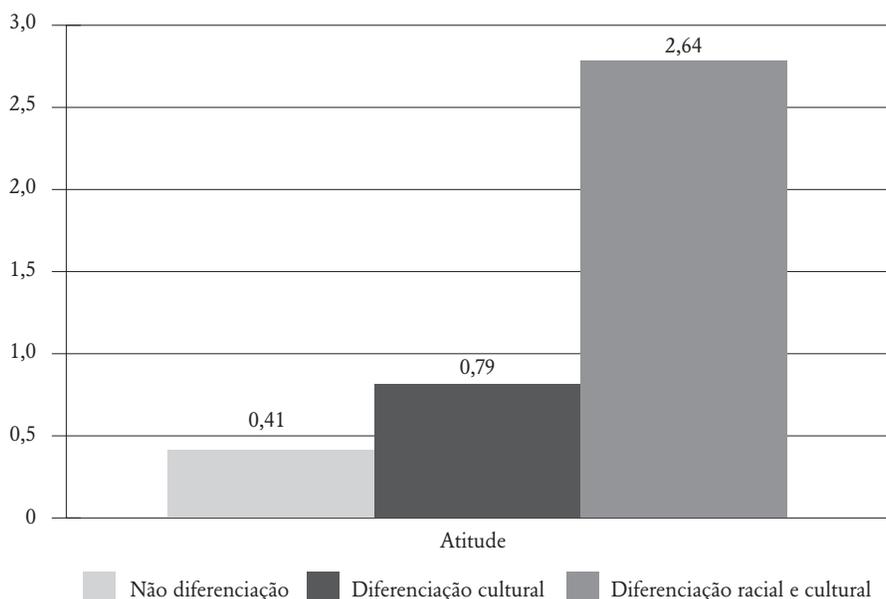
dices como variáveis independentes. Os resultados (quadro 4.2) indicam que ambas as dimensões são bons preditores da atitude face aos negros; quer dizer, quanto maior a percepção de diferenças culturais, ou quanto maior a percepção de diferenças raciais, mais negativa a atitude face aos negros. Neste sentido, quer a representação desta minoria se faça a partir da «raça», quer se faça a partir da cultura, a forma de categorização daí resultante traz associada uma diferenciação positiva de «nós», do endogrupo.⁵ Podemos, assim, falar da diferenciação racial e da diferenciação cultural como duas formas de distintividade endogrupal. Se a diferenciação do outro a partir da ideia de «raça» explícita, desde logo, a ideia de hierarquias raciais, a diferenciação do outro a partir da cultura não explícita, mas tem subjacente, a ideia de hierarquias culturais.

Uma outra forma de analisarmos a relação entre estas dimensões de diferenciação social e a atitude face aos negros consiste em criarmos grupos a partir destas dimensões: um grupo que não faz diferenciação em qualquer das duas dimensões; um grupo que apenas faz diferenciação na dimensão cultural; um terceiro grupo que faz diferenciação nas duas dimensões. De acordo com a nossa hipótese e os resultados precedentes, estes três grupos devem diferenciar-se significativamente na atitude face aos negros.

Os resultados da análise de variância (gráfico 4.1) apoiam as nossas hipóteses. De facto, a resposta de um número considerável de inquiridos que salientam as diferenças culturais só pode ser entendida no quadro de uma hierarquização de culturas ou, pelo menos, no quadro de uma concepção que faz das diferenças culturais diferenças problemáticas, que justificam uma atitude negativa face aos negros. Assim, quando as relações intergrupais se tornam contextualmente conflituais, a argumentação sobre a natureza do conflito e o desenhar de estratégias para a sua resolução podem invocar diferenças culturais. Ora, esta forma de diferenciação, aparentemente não racista, pode legitimar práticas de discriminação e segregação.

⁵ Refira-se que, numa pesquisa realizada em Espanha sobre as teorias implícitas relativas às diferenças entre grupos humanos, a teoria que enfatiza as «diferenças» sociológicas entre «brancos» e «negros» aparece associada ao racismo subtil, enquanto as teorias sobre as diferenças biológicas, mas também as sociológicas, se encontram correlacionadas com o racismo flagrante (Torres e Pérez 1996).

Gráfico 4.1 – Atitude face aos negros em função da diferenciação cultural, da diferenciação racial e da não diferenciação racial e cultural (médias)*



* Resultados da análise de variância (efeitos dos tipos de diferenciação):

Atitude: $F(2,330) = 24,03; p < 0,001$

(grupos significativamente diferentes entre si, $p < 0,05$, teste de Scheffé).

Atitude face aos negros: -4 – muito favorável; +4 – muito desfavorável.

Esta hipótese levou-nos a contrastar as posições dos igualitários (os que não fazem diferenciação cultural ou racial), as posições daqueles que apenas fazem diferenciação cultural e as daqueles que fazem ambas relativamente a um conjunto de questões respeitantes às políticas de imigração. Estas questões foram já apresentadas no capítulo 1.

De acordo com os resultados do quadro 4.3, verificamos que, relativamente a todas as questões, aqueles que acentuam as diferenças culturais manifestam-se mais orientados para a discriminação do que os que não manifestam preconceito cultural nem racial.

Concretamente, no que respeita a «tomar o processo de naturalização dos imigrantes negros mais fácil», enquanto só 10% dos igualitários consideram isso uma «má ideia» (posições 4 e 5 da escala), esta posição recebe apoio de 22% daqueles que fazem diferenciação cultural e de 65% daqueles que fazem diferenciação racial e cultural. Quanto aos direitos dos imigrantes, a resposta média dos que fazem diferenciação cultural é a de que eles «devem ser mantidos como estão», enquanto a resposta dos igualitários se mostra mais aberta ao alarga-

Quadro 4.3 – Tipos de diferenciação e discriminação (médias) *

	Facilitar a naturalização **	Políticas sobre os direitos dos imigrantes ***	Políticas de imigração ****	Discriminação na protecção social *****
Diferenciação racial e cultural:				
1 – Não diferenciação	1,71 a *****	1,58a	1,97a	516,31a
2 – Diferenciação cultural	2,29b	1,83b	2,28b	537,93b
3 – Diferenciação racial e cultural	3,50c	2,42c	2,86c	700,00c
Total	1,93	1,68	2,09	529,64

* Resultados da análise de variância (efeitos dos tipos de diferenciação):

Facilitar a naturalização: $F(2, 330) = 19,76, p < 0,000$;

Políticas sobre os direitos dos imigrantes: $F(2,282) = 14,17, p < 0,000$;

Políticas de imigração: $F(2, 331) = 15,91, p < 0,000$;

Discriminação na protecção social: $F(2,331) = 30,12, p < 0,000$.

** Escala: 1 – uma boa ideia; 5 – uma má ideia.

*** Escala: 1 – alargar; 3 – restringir.

**** Escala: 1 – o número de negros no nosso país pode aumentar sem problemas; 3 – é desejável que diminua.

***** Quanto mais elevado o valor acima de 500, maior a discriminação.

***** Valores com a mesma letra não são significativamente diferentes entre si (teste de Scheffé, $p < 0,05$).

mento dos direitos dos imigrantes. A restrição destes direitos é defendida por 4% dos igualitários, 15% dos que salientam as diferenças culturais e 42% dos que fazem diferenciação racial e cultural. Por outro lado, o aumento do número de imigrantes é visto como não problemático para 26% dos igualitários, contra apenas 14% daqueles que manifestam preconceito cultural. Nenhum dos inquiridos que claramente manifesta preconceito racial declarou que não era problemático o aumento do número de imigrantes.

Uma outra questão procurava avaliar a discriminação na protecção social. Lembremos o cenário apresentado no capítulo 1: «A CML dispõe de 1000 contos para apoiar as pessoas mais desfavorecidas de uma freguesia. A CML decidiu distribuir aquele montante pelos 50 negros mais desfavorecidos e pelos 50 portugueses mais desfavorecidos dessa freguesia. Como é que você distribuiria estes 1000 contos por estas pessoas?» Como referimos no capítulo 1, a resposta média do total dos inquiridos indica uma orientação para a discriminação. Mesmo os sujeitos igualitários, de acordo com a nossa medida, beneficiam, em média, significativamente mais o endogrupo ($t(232) = 3,35; p < 0,001$), o que indica o carácter conservador desta medida de igualitarismo. Contudo, a discriminação do exogrupo nas acções de protecção social sobe, significativamente, entre os que manifestam preconceito cultural e, naturalmente, entre os que partilham crenças sobre as desigualdades raciais e culturais (quadro 4.3).

O conjunto destes resultados indica assim, claramente, que a acentuação das diferenças culturais, ou o preconceito cultural, propicia a orientação para a discriminação, embora em grau menor do que a diferenciação racial. Importa

então analisar quais os factores que facilitam a expressão das diferenças culturais e a distintividade cultural que lhes é inerente.

Distintividade racial, distintividade cultural, escolaridade e conservadorismo

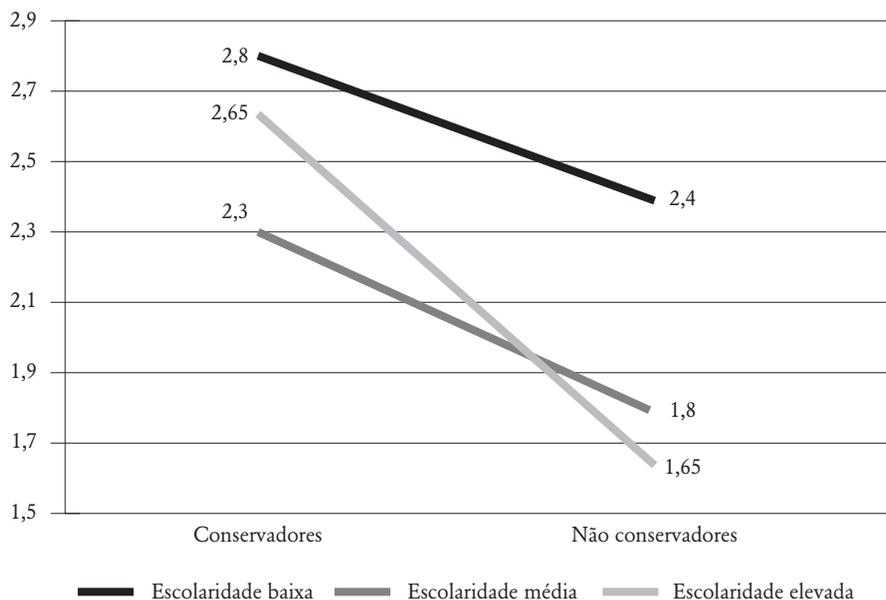
A hipótese que começámos por formular é a de que a escolaridade dificulta a expressão da distintividade racial, mas não da distintividade cultural. Como se relatou no capítulo 1, quanto mais elevada a escolaridade, menor a adesão a uma forma tradicional de racismo – a percepção de ameaça. Ora, sendo a distintividade racial uma expressão do racismo mais tradicional e agressivo, é de esperar que a escolaridade esteja também correlacionada negativamente com a distintividade racial. Esta hipótese pode ser justificada com os argumentos referidos no capítulo 1 (a maior flexibilidade e complexidade cognitiva proporcionada pela escolaridade) e encontra igualmente justificação no facto de sabermos que a escolaridade propicia um maior acesso à informação, nomeadamente à divulgação científica que contesta as hierarquias raciais. Contudo, é esta mesma divulgação científica que, frequentemente, tal como os *media*, em geral, recorre aos conceitos de etnia e cultura para classificar os grupos humanos e salientar as diferenças entre eles. Sendo assim, é de esperar uma correlação negativa entre escolaridade e distintividade racial, de par com uma ausência de correlação entre escolaridade e distintividade cultural.

Contudo, invocar a escolaridade e a exposição à divulgação científica como barreiras à distintividade racial pode ser insuficiente. Como sabemos, os indivíduos não são receptores passivos de informação. A exposição à informação é selectiva, como o é a recepção da informação. Um dos operadores destes processos de selecção serão os factores de ordem ideológica, como o conservadorismo político, que poderão funcionar não só como um filtro na selecção da informação, mas também como um marcador na atribuição de sentido à informação recebida. Se assim for, deverá verificar-se uma interacção entre a exposição à informação científica medida pela escolaridade e o conservadorismo político. Ou seja, a escolaridade estará associada a uma menor diferenciação racial entre os não conservadores, mas não entre os conservadores.⁶

As análises realizadas (gráficos 4.2 e 4.3) mostram um efeito principal da escolaridade ao nível da distintividade racial, mas não da distintividade cultural, o que apoia as nossas hipóteses. Verificam-se ainda efeitos principais do con-

⁶ Quer o indicador de escolaridade, quer o indicador de conservadorismo político, foram já descritos no capítulo 1.

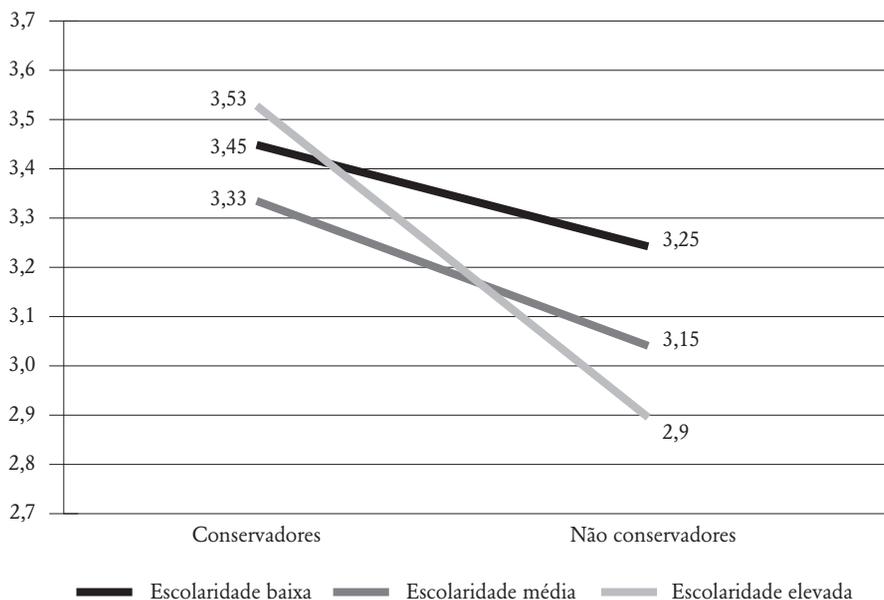
Gráfico 4.2 – Distintividade racial, escolaridade e conservadorismo político (médias)*



* Resultados da análise de variância para a distintividade racial:
 Escolaridade: $F(2,455) = 11,7, p < 0,001$;
 Conservadorismo: $F(1,455) = 26,63, p < 0,001$;
 Escolaridade \times conservadorismo: $F(2,455) = 2,46, p < 0,086$.

servadorismo em ambas as dimensões. O efeito de interação predito entre escolaridade e conservadorismo, a nível da distintividade racial, verifica-se, embora apenas de forma tendencial, indicando que os não conservadores com escolaridade elevada explicitam menor distintividade racial do que os conservadores com escolaridade elevada. Note-se, aliás, que a distintividade racial é mais elevada nos conservadores com escolaridade alta do que nos não conservadores com escolaridade baixa. Estes resultados levam-nos a propor que uma elevada escolaridade, acompanhada de orientações políticas conservadoras, facilita uma adesão ao racismo mais tradicional e que, desta forma, a relação negativa entre preconceito e escolaridade, tantas vezes descrita, deverá ser matizada. Este efeito poderá ser associado ao facto de a estruturação ideológica ser mais elevada nos indivíduos com mais escolaridade, como mostrou Converse (1964). Por outro lado, se a distintividade racial, expressão de um racismo mais tradicional, é menos provável nos indivíduos não conservadores com escolaridade média ou elevada, a distintividade cultural, expressão mais subtil do racismo, não parece depender do grau de escolaridade, como previsto pelas nossas hipóteses.

Gráfico 4.3 – Distintividade cultural, escolaridade e conservadorismo (médias)*



* Resultados da análise de variância para a distintividade cultural:

Escolaridade: $F(2,336) = 1,2, p < 0,303$;

Conservadorismo: $F(1,336) = 5,05, p < 0,025$;

Escolaridade \times conservadorismo: $F(2,336) = 0,45, p < 0,639$.

Distintividade racial, distintividade cultural e identidades sociais

Qual a relação entre a distintividade racial e a distintividade cultural e dimensões da identidade social, como a identidade nacional e a identidade racial? A teoria de identidade social (Tajfel e Turner 1979) propõe que, quanto maior a identificação com um grupo, mais este grupo e as relações que ele mantém com outros grupos afetarão as crenças e o comportamento dos indivíduos nas dimensões relevantes suscitadas por essas relações intergrupais. Ainda no quadro desta teoria, o mecanismo motivacional subjacente à discriminação de um exogrupo e ao favoritismo pelo endogrupo será a procura de uma imagem positiva do endogrupo e, conseqüentemente, de uma auto-imagem também positiva. Esta teoria permite, assim, associar a construção da imagem sobre o outro à construção da auto-imagem.

Será então de prever uma associação significativa entre a saliência da identidade racial e a distintividade cultural e racial. Mais especificamente, a identi-

Quadro 4.4 – Distintividade racial e cultural, identidade nacional e identidade racial (médias)*

		Distintividade racial	Distintividade cultural
Identidade racial (ser branco)	1 – Não importante	1,72	3,01
	2 – Importante	2,61	3,40
	<i>Tótal</i>	2,19	3,22
Identidade nacional (ser português)	1 – Não importante	2,05	3,13
	2 – Importante	2,25	3,24
	<i>Tótal</i>	2,19	3,21

* Resultados das análises de variância:

Efeitos da identidade racial:

Distintividade racial: $F(1,479) = 98,05, p < 0,000$;

Distintividade cultural: $F(1,353) = 13,85, p < 0,00$;

Efeitos da identidade nacional:

Distintividade racial: $F(1,484) = 3,53, p < 0,06$;

Distintividade cultural: $F(0,357) = 0,87, p < 0,35$.

dade racial deve proporcionar comparações com o exogrupo que favoreçam o endogrupo no plano racial e cultural. Quanto à identidade nacional, formulamos a hipótese de que a saliência desta dimensão da identidade deve proporcionar uma acentuação da distintividade cultural. Esta hipótese baseia-se no pressuposto de que a identidade nacional se encontra ancorada em diferenciações culturais. Para medir a saliência da identidade nacional e da identidade racial perguntava-se aos inquiridos qual a importância que atribuíam à pertença à categoria «ser português» (identidade nacional) e à categoria «ser branco» (identidade racial) (escala: 1 – não é importante para mim; 4 – é muito importante para mim).⁷

Os resultados obtidos (quadro 4.4) indicam que a identidade racial, a identidade de branco, é a dimensão da identidade social que mais claramente tem efeitos tanto sobre a distintividade racial como sobre a distintividade cultural. Contrariamente às nossas hipóteses, a identidade nacional não se encontra associada à distintividade da cultura nacional, encontrando-se associada, embora tendencialmente, à distintividade racial. A correlação entre estas duas variáveis,

⁷ Relativamente à identidade nacional, na nossa amostra 25% dos inquiridos afirmaram que era muito importante para si ser português, 46% afirmaram que era importante, 18% que era apenas um pouco importante e 10% que não era importante para si ser português. No que diz respeito à identidade racial, 20% dos respondentes afirmaram que era muito importante para si ser branco, 34% que era importante, 23% que era apenas um pouco importante e 23% que não era importante para si ser branco. A partir destas duas dimensões, e para efeito das análises que efectuámos, construímos novas variáveis que agregam os níveis da escala «é muito importante para mim» e «é importante para mim» numa posição e os níveis «é apenas um pouco importante para mim» e «não é importante para mim» noutra posição.

Quadro 4.5 – Distintividade racial em função da identidade nacional e do conservadorismo político (médias)

	Conservadores	Não conservadores
Identidade nacional baixa	2,66	1,64
Identidade nacional alta	2,57	2,02

identidade nacional e racial, é bastante elevada ($r = 0,41$), mas não suficientemente elevada para que se possa dizer que são dimensões homólogas. Poderá a ambiguidade dos resultados obtidos ser atribuída a uma eventual polissemia da identidade nacional no contexto português? A ausência de estudos, em Portugal, sobre as representações associadas à identidade nacional não permite avançar outras hipóteses de explicação para os nossos resultados. De qualquer forma, um caminho possível para esclarecermos estes resultados será o de analisar uma eventual interação entre a identidade nacional e o conservadorismo, na sua relação com a distintividade cultural e com a distintividade racial. Esta nova análise tem subjacente a hipótese de que a identidade nacional terá significados diferentes para conservadores e não conservadores.

Realizámos então uma nova análise de variância, colocando como variáveis independentes a identidade nacional e o conservadorismo político e como variável dependente a distintividade cultural. Os resultados obtidos mostram apenas um efeito do conservadorismo ($F(1,340) = 9,93; p < 0,002$). Realizámos ainda uma análise de variância, tomando as mesmas variáveis independentes e tendo como variável dependente a distintividade racial. Neste caso, não só obtivemos efeitos principais da identidade nacional ($F(1,459) = 3,77; p < 0,053$) e do conservadorismo ($F(1,459) = 48,41; p < 0,001$), mas também um efeito de interação ($F(1,459) = 4,59; p < 0,033$). Como se pode observar no quadro 4.5, este efeito de interação indica que, enquanto nos conservadores com alta ou baixa identidade nacional a distintividade racial é idêntica, nos não conservadores uma baixa identidade nacional encontra-se associada a uma clara redução da distintividade racial.

Desta forma, e contrariamente às nossas hipóteses, os efeitos da identidade nacional parecem ser mais consistentes na distintividade racial do que na distintividade cultural, nomeadamente para os sujeitos não conservadores. No conjunto, estes resultados devem ser discutidos à luz da ideia segundo a qual, na sociedade portuguesa, identidade nacional, conservadorismo e racismo podem não constituir uma unidade ideológica, como acontece noutros contextos nacionais e como será desenvolvido no capítulo seguinte.

Distintividade racial, distintividade cultural: articulação de perspectivas de análise

Neste capítulo analisámos a distintividade racial e a distintividade cultural a partir de duas hipóteses principais: uma, que associa a não saliência da distintividade racial à apropriação do conhecimento científico que questiona a ideia de hierarquias raciais; outra, que relaciona a saliência da distintividade racial e da distintividade cultural com a identidade nacional e a identidade racial. Propomos agora uma articulação entre estas duas grelhas de leitura e duas outras a que nos referimos em capítulos anteriores: as percepções de interdependência e as percepções de justiça (privação relativa intergrupala e normas de justiça) (v. capítulo 1). Procedemos, assim, a uma análise factorial de correspondências múltiplas (AFCM), que permite uma leitura integrada das relações entre estas variáveis e das relações entre elas e a distintividade cultural e racial.

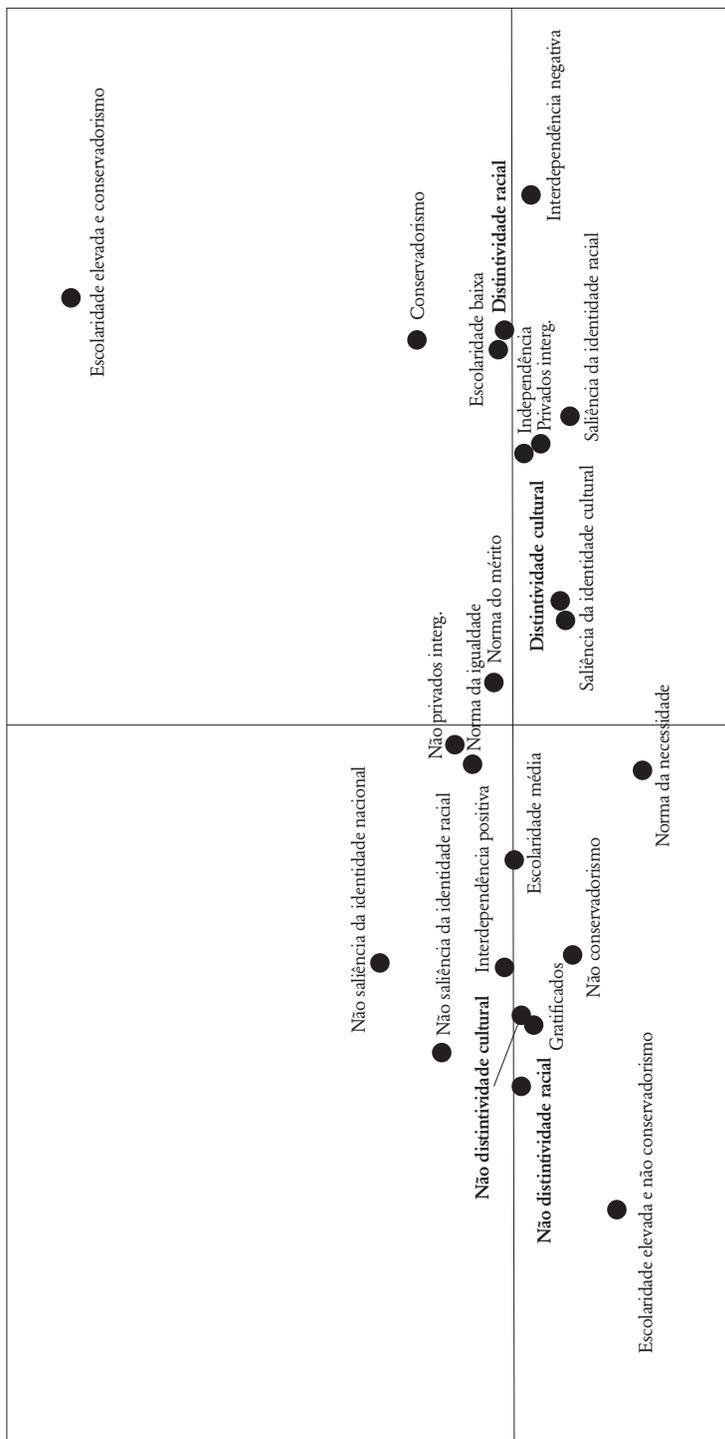
De acordo com os resultados anteriormente apresentados, esperamos que um dos eixos da AFCM oponha a distintividade cultural e a distintividade racial à não distintividade, enquanto outro eixo deve opor a distintividade cultural à distintividade racial.

Os resultados apresentados na figura 4.1 e no quadro 4.6 mostram que as duas dimensões de distintividade se encontram descritas no primeiro eixo, não contribuindo para o segundo eixo. No segundo eixo pesam, sobretudo, os descritores psicossociológicos, com excepção da privação relativa intergrupala, que se encontra bem descrita no primeiro eixo. Explorámos ainda uma solução a quatro dimensões no sentido de procurar uma oposição entre distintividade cultural e distintividade racial. Os resultados não apoiaram, porém, a nossa hipótese.

Quadro 4.6 – Distintividade cultural e racial – coeficientes de discriminação das variáveis: análise factorial de correspondências múltiplas

Variáveis	Dimensões	
	Eixo 1 (valor próprio = 0,30)	Eixo 2 (valor próprio = 0,16)
Distintividade cultural	0,122	0,033
Distintividade racial	0,500	0,001
Privação relativa intergrupala	0,238	0,045
Normas de justiça	0,008	0,156
Saliência da identidade racial	0,432	0,205
Saliência da identidade nacional	0,102	0,332
Conservadorismo	0,372	0,246
Escolaridade	0,458	0,432
Interdependência	0,455	0,010

Figura 4.1 – Distintividade cultural e distintividade racial: AFCM



Desta forma, podemos concluir que a distintividade racial e a distintividade cultural ou étnica, embora não se sobrepondo, fazem parte do mesmo espaço de significados: a ambas subjaz uma discriminação do exogrupo e uma distintividade endogrupal. Neste sentido, note-se como o conservadorismo, a privação relativa intergrupual, a percepção de interdependência negativa, a identidade racial e nacional, a escolaridade baixa ou a escolaridade elevada (acompanhada de conservadorismo) fazem parte do mesmo espaço da distintividade cultural e racial.

Psicologia social do conhecimento, categorização social e análise da hetero-racialização e hetero-etnicização de minorias

Os resultados apresentados neste capítulo podem ser enquadrados pela hipótese de a hetero-etnicização estar a suceder à hetero-racialização das minorias. No entanto, quer a categorização dos grupos sociais minoritários seja feita com base em teorias sociais sobre as culturas e as etnias, quer a sua categorização parta de teorias sociais sobre a «raça», registar-se-á uma essencialização destas categorias sociais e a co-ocorrência de fenómenos de discriminação social. Esta hipótese é um desenvolvimento da hipótese de Rothbart e Taylor (1992) sobre a forma como o senso comum pensa as categorias sociais.

Aqueles autores consideram que o senso comum distingue entre categorias naturais (por exemplo, os pássaros e as árvores) e categorias artificiais (artefactos humanos). As primeiras são vistas como produtos da natureza, independentes dos nossos comportamentos e crenças, enquanto as segundas reflectem necessidades e desejos e são produtos humanos. Às primeiras, o senso comum atribui um maior potencial indutivo do que às segundas. Quer dizer, a nossa experiência mostraria que cometemos menos erros quando fazemos inferências sobre um objecto «natural» do que quando o fazemos sobre um objecto artificial: não erramos sempre que dizemos que uma ave tem sangue quente, mas podemos errar quando dizemos que uma cadeira, porque é uma cadeira, tem necessariamente quatro pernas. Estas diferenças entre categorias de objectos naturais e artificiais conduziriam o senso comum a supor que os primeiros são dotados de essências que justificam a forma como são categorizados e que essas essências se manifestam, muitas vezes, em diferenças perceptíveis. Então o processo de essencialização operar-se-ia através da inferência de uma estrutura profunda (por exemplo, biológica) a partir de diferenças de superfície. Os fenótipos (enquanto diferenças de superfície) seriam, desta forma, associados a uma estrutura genotípica. Uma vez essencializadas, as categorias naturais não só dispõem de um elevado potencial indutivo, como seriam vistas como inalteráveis e exclusivas:

não é possível, para o senso comum, transformar um peixe numa ave; e, se cada objecto tem apenas uma essência, não pode fazer parte de mais do que uma categoria.⁸

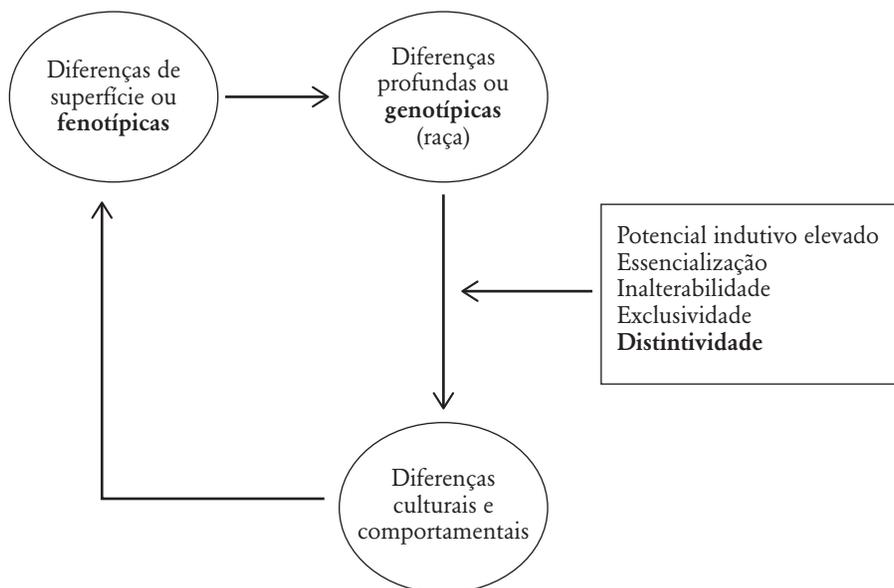
Ora, a hipótese de Rothbart e Taylor é a de que as categorias naturais funcionam como um modelo para pensar as categorias sociais, nomeadamente as categorias raciais, na medida em que, no senso comum, ambas são pensadas como produtos da natureza e não como resultado de uma construção humana. Então, se as categorias sociais e, especificamente, as raciais são vistas como naturais, todas as propriedades que caracterizam estas últimas serão, potencialmente, também atributos daquelas. Desta forma, as categorias sociais serão entendidas como reflexos de essências, como expressões de diferenças numa estrutura básica subjacente, provavelmente biológica. A essencialização reflecte-se ainda na percepção de inalterabilidade das categorias: no senso comum, assim como não é possível fazer de um peixe uma ave, também não será possível fazer de um africano um europeu. Por exemplo, um conhecido líder da «nova direita» inglesa, Enoch Powell, citado por Hopkins *et al.* (1997), afirma: «O indiano ou o antilhês (*West Indian*) não se torna um inglês apenas por ter nascido em Inglaterra. Face à lei, torna-se um cidadão nativo do Reino Unido, mas, de facto, permanece um asiático ou um antilhês» (p. 5).

Uma outra propriedade das categorias vistas como naturais estará presente nas categorias sociais – a exclusividade. Se os seres classificados como naturais apenas podem fazer parte de uma categoria, aquela que reflecte a sua essência, assim também os humanos serão concebidos como membros de apenas uma categoria, na respectiva dimensão. Seria esta propriedade, a exclusividade, que estaria subjacente ao fenómeno, tantas vezes descrito, que consiste em exagerar as semelhanças entre os membros de uma mesma categoria social (efeito de assimilação) e acentuar as diferenças entre membros de diferentes categorias (efeito de contraste) (Tajfel e Wilkes 1963).

Finalmente, tal como as categorias naturais, as categorias sociais, nomeadamente aquelas que decorrem da percepção de diferenças físicas, revestir-se-ão de um elevado potencial indutivo. Ou seja, verificar-se-ia a percepção de uma elevada possibilidade de inferir, sem erro, atributos sobre um membro de uma categoria social a partir da sua simples pertença a essa categoria. Em resumo, num grande número de casos, as categorias sociais serão regidas por um princípio de essencialismo psicológico e estabelecidas a partir de diferenças de superfície, nomeadamente físicas (cor da pele, forma da cabeça – redonda ou alongada –, tipo e forma de cabelo, cor dos olhos e dos cabelos, estatura, forma do nariz, etc.), das quais se inferem diferenças profundas, biológicas ou de perso-

⁸ Para um desenvolvimento da perspectiva antropológica sobre a categorização de objectos naturais, v. Atran (1995).

Figura 4.2 – Categorização e hetero-racialização de minorias



nalidade, depois utilizadas para explicar diferenças nos comportamentos individuais e nas culturas colectivas.

Duas citações de Allport, que revelam a preocupação deste autor com as consequências da essencialização dos grupos humanos, constituíram um estímulo para as reflexões de Rothbart e Taylor que comentámos: «[alguns rótulos são] extraordinariamente salientes e potentes. Tendem a impedir categorizações alternativas, ou mesmo sobreposição de categorizações [...], 'rótulos de potência primordial' [...] actuam como sirenes que nos ensurdecem para discriminações mais finas, das quais nos pudéssemos aperceber» (Allport 1954, 179). «[Na categorização] desenvolve-se uma crença sobre a essência. Existe uma 'judaidade' inerente a cada judeu. 'A alma do oriental', 'o sangue negro', 'a paixão latina', representam crenças em essências» (Allport 1954, 173-174).

A proposta de Rothbart e Taylor afigura-se-nos como uma boa hipótese para pensar a força e a permanência das categorizações raciais e os processos cognitivos aos quais se colam essas classificações arbitrárias, convenções ou construções sociais que servem relações de dominação. Mas a proposta de Rothbart e Taylor sugere-nos alguns comentários que, em nosso entender, podem torná-la mais pertinente. Em primeiro lugar, os autores parecem conferir às diferenças físicas um estatuto de evidência perceptiva que estas, de facto, nem sempre possuem. As diferenças físicas e a sua saliência são já o resultado de teorias e convenções sociais. É por isso que são os indivíduos mais preconceituosos os que

se revelam mais «aptos» a identificar sinais físicos como indicadores de diferenças raciais, ainda que cometendo muitos erros por sobreinclusão de pessoas em exogrupos salientes ou, dito de outra forma, por sobreexclusão do endogrupo, como mostrado, em 1958, no trabalho seminal de Pettigrew, Allport e Barnet (v. também Tajfel 1972 e Leyerís, Yzerbyt e Schadron 1994). Por outro lado, é devido ao facto de as diferenças físicas nem sempre serem pertinentes para as classificações raciais que, ao longo da história, grupos discriminados foram obrigados a usar sinais distintivos, como sucedeu com os judeus, nalguns países, durante a Idade Média e na Alemanha nazi. Mesmo quando essas diferenças físicas se referem a diferenças de cor, a relação entre cor e raça é fluida ou mesmo arbitrária: por exemplo, no Brasil são oficialmente reconhecidas cinco cores (branco, negro, pardo, amarelo e indígena), mas, quando interrogados acerca da sua cor, os brasileiros respondem com um total de 136 rótulos diferentes (Schwarcz 1996). Para além disso, Rothbart e Taylor não salientam que, em muitos casos, é a criação da ideia de raça e das diferenças culturais, daí decorrentes, que leva à construção social de diferenças físicas: em termos quase anedóticos, é este raciocínio que justifica que tenhamos inventado que os judeus se caracterizam pela dimensão do nariz. Assim como não há categorias sociais sem uma teoria social que lhes dê sentido, assim também as diferenças físicas só se tornam significantes a partir de teorias sociais e dos processos de categorização por estas gerados.

O segundo aspecto que entendemos acrescentar à hipótese de Rothbart e Taylor refere-se à relação entre categorização e valor (Tajfel 1957), fenómeno que se torna mais saliente na categorização social (Tajfel 1972). Neste sentido, o processo de distintividade social, associado ao valor de que é investido um endogrupo e à derrogação de exogrupos, é um processo presente na categorização dos grupos minoritários racializados. A distintividade endogrupal é um processo tão importante como a inalterabilidade ou a exclusividade, que acima caracterizámos. Os resultados apresentados neste capítulo mostram como a ideia de raça não existe como ideia neutra, não se apresenta desligada da ideia de hierarquia racial e de superioridade racial do endogrupo, ou seja, é uma ideia investida de valor.

Notemos ainda que Rothbart e Taylor desenvolvem a hipótese da modelagem das categorias sociais pelas categorias naturais a partir das características do processo de categorização descritas experimentalmente por Tajfel e Wilkes (1963) e, depois, repetidamente confirmadas por outros autores (v. Eiser 1986). Referimo-nos, especificamente, à constatação de que a categorização é regida por princípios de exclusividade, diferenciação intercategoriais e homogeneização intracategoriais. Contudo, como sabemos, a este modelo sobre a categorização contrapôs Rosch (1975) o modelo prototípico, à luz do qual se verifica a possibilidade da heterogeneidade intracategoriais e, sobretudo, o carácter difuso das

fronteiras entre categorias que questiona o princípio da exclusividade. Ambos os modelos, o de Tajfel e o de Rosch, foram construídos a partir da observação sobre categorias de objectos «não sociais» e, posteriormente, transpostos para a categorização social.

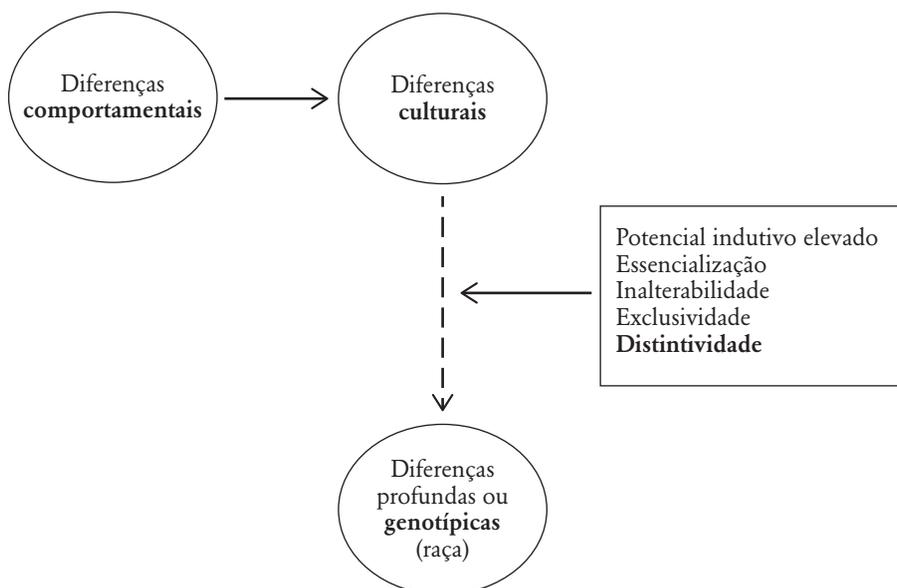
Ora, como mostraram Deschamps (1982) e Lorenzi-Cioldi (1988), entre outros, o modelo prototípico é aplicado, no senso comum, à categorização de grupos dominantes, enquanto o modelo tradicional de categorização, o modelo de Tajfel (categorização *ensembliste*, segundo aqueles autores), é aplicado às categorias sociais dominadas. Neste sentido, as hipóteses de Rothbart e Taylor têm acuidade para entender a essencialização da «raça negra», pelo menos como é operada nos países europeus e norte-americanos, mas não para entender a essencialização da «raça branca». Na mesma linha de raciocínio, e no que toca à percepção de inalterabilidade das categorias raciais no senso comum, podemos perguntar-nos se não será mais fácil conceber a transformação de um europeu num africano do que de um africano num europeu. Por exemplo, não choca ver Orson Wells, pintado de negro, a representar a personagem de *Otelo*, mas não chocaria ver Sidney Poitier, pintado de branco, a representar a personagem de *Hamlet*? O que queremos sublinhar é que o processo de categorização racial não é simétrico para as categorias raciais dominantes e para as categorias raciais dominadas e que a associação proposta entre a categorização social e a categorização de objectos naturais, tal como a descrevem Rothbart e Taylor, só será teoricamente adequada para as categorias raciais dominadas. Dito de outra forma, a hipótese daqueles autores é adequada para a compreensão dos fenómenos de racialização das minorias, aqueles de que nos ocupamos.⁹

Mas será que as categorias sociais vistas como naturais são apenas aquelas que se estabelecem a partir da saliência de diferenças fenotípicas ou de diferenças raciais? Em nosso entender, é possível estender a argumentação de Rothbart e Taylor à construção de categorias étnicas e culturais e ao processo de etnicização das minorias.

Não foi necessário que os nazis tivessem legislado sobre a natureza racial da categoria «judeu» para que a base «natural» desta categoria fosse socialmente saliente. Na Espanha dos séculos XIV e XV, um judeu era alguém que professava a religião judaica e que ainda não se tinha convertido ao cristianismo. A diferença entre judeus e não judeus era, assim, cultural. Mas, posteriormente, quando um judeu se convertia, transformava-se num católico judeu, permanecia portanto judeu, agora designado por «marrano» e objecto de vigilância por parte da Inquisição. Em Portugal, um judeu convertido não era um cristão, mas um cristão-novo. Quer dizer, a natureza de uma categoria social dominada, estabe-

⁹ A essencialização e a «entitativização» das categorias são discutidas, noutra perspectiva, por Hamilton e Sherman (1996).

Figura 4.3 – Categorização e hetero-etnicização de minorias



lecida a partir de um critério cultural, é também percebida como inalterável. Neste sentido, a hipótese que colocamos é a de que mesmo as categorizações estabelecidas a partir de critérios culturais tenderão a ser essencializadas e, conseqüentemente, a ser vistas como inalteráveis e bons preditores de diferenças comportamentais.

A essencialização de categorias sociais estabelecidas a partir de critérios culturais manifesta-se, por exemplo, em conceitos como o de «carácter nacional» ou «identidade cultural», na homologia entre conceitos como «personalidade» (no nível individual) e «cultura» (no nível colectivo), tal como são usados não só na comunicação quotidiana, mas também por muitos cientistas sociais. Toda esta panóplia de conceitos tem sido utilizada para procurar o «nosso ser profundo» e o «ser profundo do outro». A perspectiva *entitativista* e não *processual*, subjacente ao pensamento de senso comum sobre as diferenças entre povos, tribos, etnias, culturas, etc., mobiliza o mesmo tipo de princípios que estão presentes na categorização racial – a inalterabilidade daquelas categorias, a sua mútua exclusividade, o seu elevado potencial indutivo – sobretudo quando são aplicadas à descrição do outro e esse outro é um grupo dominado.¹⁰ A análise da complexidade deste processo ganhará se enquadrada por um conceito abrangente, como o conceito de representação social (Moscovici 1976; Jodelet 1989;

¹⁰ Para uma perspectiva diferente sobre esta mesma questão, v. Moscovici e Perez (1998).

Doise 1990), à luz do qual é possível estudar a funcionalidade social e a eficácia das teorias sociais que sustentam o processo de categorização das minorias dominadas.

Acresce que, como os resultados apresentados neste capítulo mostram, estas outras formas de categorização, nomeadamente as que assentam na diferenciação cultural, são regidas, tal como a categorização racial, pelo mesmo princípio de distintividade social do endogrupo e legitimam, por isso, igualmente as desigualdades sociais. Como bem assinala Pina-Cabral (1997), a definição de racismo que Ruth Benedict propôs, em 1945, contempla já o deslocamento deste fenómeno do domínio da «raça» para o domínio da «etnia», categoria que opera sobre diferenças sócio-culturais: o racismo «é um dogma segundo o qual um grupo étnico é condenado, por natureza, a uma inferioridade congénita e um outro é destinado a uma superioridade congénita» (Benedict 1945, 87). É este deslocamento do conceito de «raça» para o conceito de «etnia», nos processos de inferiorização de minorias, que leva Pina-Cabral (1997) a preferir expressões mais abrangentes para designar esses processos, como os termos «etnocentrismo» ou «preconceito étnico». O paradoxo, porém, reside no facto de o apelo ao uso da expressão «grupos étnicos» ter sido aconselhado pela UNESCO como uma expressão não racista e não discriminatória, quando ela constitui a semente de um novo racismo, como os resultados apresentados ilustram.

Resumo e conclusões

No capítulo anterior mostrámos como a acentuação das diferenças culturais constitui uma expressão do racismo, percebida como não antinormativa. Neste capítulo retomámos a percepção das diferenças culturais para as relacionar com a percepção de diferenças raciais, no quadro mais abrangente da essencialização e naturalização das categorias sociais dominadas, ou seja, no contexto dos processos de hetero-racialização e hetero-etnicização.

Sistematizámos os eixos organizadores da ideia de raça no senso comum e estudámos a organização das crenças sobre a raça e sobre as diferenças culturais como duas dimensões diferentes, embora correlacionadas. A seguir, analisámos estas crenças como expressões da distintividade endogrupal e da derrogação da categoria social – os negros.

Os resultados obtidos mostram que é hoje mais fácil exprimir diferenciações entre grupos humanos, e legitimar modalidades de categorização social, a partir de dimensões culturais do que de dimensões «raciais». Contudo, qualquer destas duas dimensões de diferenciação do outro, e de categorização dos grupos humanos, mostrou-se correlacionada com uma atitude negativa face aos negros. Assim, a percepção de diferenças culturais, mesmo aquela que apenas incide

sobre «padrões culturais globais», como os estudados neste capítulo, e não sobre valores específicos, geralmente associados às culturas ocidentais e ao modo de produção capitalista e liberal, tem subjacente a procura da distintividade social do endogrupo e, conseqüentemente, corresponde a uma inferiorização subtil da cultura do outro.

Analisámos, depois, a relação entre a percepção de diferenças raciais e culturais e a orientação para comportamentos de discriminação. Os resultados mostram que aqueles que fazem diferenciação, quer no plano cultural, quer no plano racial, não apoiam a facilitação do processo de naturalização dos imigrantes, são mais restritivos em matéria de alargamento de direitos e estão mais dispostos a discriminar no campo da protecção social do que aqueles que claramente se mostraram insensíveis às diferenças nos planos referidos. Este resultado constitui um novo argumento para a associação entre a acentuação das diferenças culturais e o racismo. Aliás, a análise factorial de correspondências, que apresentámos, ilustra como a distintividade cultural e a distintividade racial fazem parte de um mesmo conjunto de significados e se encontram mutuamente associadas ao mesmo conjunto de preditores do racismo.

No plano das hipóteses específicas sobre os factores que propiciam o deslocamento da distintividade racial para a distintividade cultural, ou que facilitam a não diferenciação, verificámos que a escolaridade dificulta a expressão da distintividade racial, mas não a expressão da distintividade cultural. Verificámos ainda que os conservadores (conservadorismo político) com escolaridade elevada explicitam maior distintividade racial do que os não conservadores com escolaridade baixa. Este resultado sugere dois comentários. Primeiro, que a correlação negativa entre preconceito e escolaridade, tantas vezes descrita, deve ser matizada. Segundo, que os efeitos do conservadorismo político são mais nítidos na distintividade racial do que na distintividade cultural.

Os efeitos da identidade racial na dupla facilitação da distintividade racial e cultural são claros. Contudo, os efeitos esperados da identidade nacional sobre a distintividade cultural não se verificam. A saliência da identidade nacional reflecte-se, sim, na saliência da distintividade racial, constituindo o não conservadorismo político, associado a uma baixa identidade nacional, um obstáculo à expressão da distintividade racial.

No próximo capítulo prosseguimos a articulação entre as dimensões do racismo que temos vindo a analisar.

Capítulo 5

Racismo flagrante e racismo subtil: uma perspectiva comparativa

Nos capítulos anteriores analisámos separadamente diferentes dimensões do racismo. Contudo, logo no capítulo 3 procurámos articular as dimensões que consideramos relevantes na representação de um grupo sobre outro grupo e que são importantes para o entendimento do racismo: os estereótipos, isto é, crenças sobre os atributos psicológicos ou de personalidade que caracterizam os membros de um grupo; as crenças sobre os valores ou padrões culturais que caracterizam esse grupo; as emoções expressas relativamente a esse grupo. No capítulo 4 contrastámos as crenças sobre as diferenças raciais com as crenças sobre as diferenças culturais e analisámos o seu papel na categorização dos grupos humanos dominados e na essencialização dessas categorias. Por outro lado, se no capítulo 1 identificámos uma das dimensões mais tradicionais e evidentes do racismo (a percepção de ameaça), nos restantes capítulos procurámos analisar as suas formas mais veladas.

O primeiro objectivo deste capítulo é o de prosseguir a articulação entre as dimensões do racismo que já analisámos, identificando um padrão de racismo flagrante e um padrão de racismo mais subtil, de acordo com a conceptualização de Pettigrew e Meertens (1995), estabelecida a partir de uma pesquisa realizada em quatro países europeus.¹

O segundo objectivo é o de proceder a uma comparação entre os nossos resultados e os resultados obtidos por aqueles autores. Será que as crenças racistas se organizam em Portugal da mesma forma que naqueles países? Será que os factores que subjazem a essas crenças serão os mesmos? Esta análise comparativa incide, assim, sobre a estrutura e génese do racismo, e não sobre a sua saliência.

O terceiro objectivo é o de propor, para além da perspectiva comparativa, um conjunto mais alargado de factores potencialmente subjacentes ao racismo

¹ Análises mais recentes dos dados dessa pesquisa são apresentadas por Meertens e Pettigrew (1999).

flagrante e ao racismo subtil. A selecção deste conjunto de factores foi organizada por níveis de análise e no quadro das teorias da psicologia social.

Racismo flagrante e racismo subtil: um estudo em diversos países europeus

As novas abordagens do racismo, referidas nos capítulos anteriores e apresentadas de forma pormenorizada na introdução, articulam o nível de análise ideológico e cultural com processos individuais de natureza cognitivo-emocional e enunciam um conjunto de hipóteses a que importa atender: a dimensão situacional das crenças e comportamentos racistas; o conflito entre crenças pessoais e reacções automáticas; a importância do conflito entre os valores igualitários e individualistas na génese das novas formas de racismo; a percepção de que os grupos racializados ou etnicizados constituem uma ameaça aos valores dominantes; a procura de justificações ou racionalizações que não sejam socialmente definidas como racistas para comportamentos e crenças racistas.

Embora centrando-se em dimensões diferentes, todas estas abordagens do racismo têm um aspecto em comum: o de sustentarem que este fenómeno se manifesta hoje de forma subtil, ou *encoberta*, sem contrariar as normas sociais anti-racistas. Foi esta ideia que levou Pettigrew e Meertens (1995) a conceberem e desenvolverem um conjunto de indicadores a partir dos quais criaram uma medida de *preconceito subtil*.

Se, nas teorias descritas anteriormente, os mecanismos explicativos relativos à relação entre os indivíduos e as crenças racistas são de natureza cognitivo-motivacional, na teoria de Pettigrew e Meertens (1995) a explicação proposta é de natureza sócio-normativa, no quadro dos processos de influência social. Segundo estes autores, as sociedades ocidentais desenvolveram progressivamente, a partir da Segunda Guerra Mundial, uma norma social contra as crenças e os comportamentos racistas tradicionais, podendo a relação dos indivíduos com esta norma ser tipificada a partir dos processos de influência social (Kelman 1961): rejeição de uma nova norma, aceitação ou internalização. A aceitação ou *conformismo* perante uma nova norma corresponde à sua adopção instrumental, por forma a garantir recompensas ou evitar punições, enquanto a *internalização* de uma nova norma ocorre quando existe congruência entre ela e o sistema de valores de um indivíduo. Repare-se que a norma anti-racista incide apenas sobre as expressões tradicionais do racismo. Assim, os indivíduos que rejeitam essa norma não se inibem de exprimir publicamente crenças racistas abertas: as suas respostas são claramente antinormativas (*racismo flagrante*). Os indivíduos que aceitam ou se conformam à norma não exprimem o racismo tradicional, mas não se inibem de exprimir atitudes e crenças que não põem

em causa essa norma (*racismo subtil*). Quanto àqueles que internalizaram a norma, fizeram-no no quadro de valores igualitários mais gerais e, neste sentido, as crenças que partilham estão para além da norma contra o racismo tradicional: não rejeitam apenas este tipo de racismo, mas rejeitam também as expressões novas que o racismo tende a assumir (*igualitarismo*).

O conceito de preconceito ou racismo subtil permite dar conta das diversas dimensões já presentes nas teorias de racismo simbólico ou moderno e de racismo aversivo, sintetizando num só conceito as expressões de preconceito ligadas a configurações de valores individualistas (*racismo simbólico*) e as expressões que não põem em causa um autoconceito igualitário dos indivíduos (*racismo aversivo*).

Os conceitos de racismo flagrante e de racismo subtil foram desenvolvidos empiricamente a partir de um estudo realizado no quadro do *Eurobarómetro* de 1988, envolvendo amostras aleatórias e representativas de quatro países europeus, questionadas sobre sete grupos-alvo: uma amostra britânica inquirida sobre antilhanos *West Indians* ($n = 471$); uma amostra britânica sobre asiáticos (ou seja, oriundos do subcontinente indiano; $n = 482$); uma amostra holandesa sobre surinameses ($n = 462$); uma amostra holandesa sobre turcos ($n = 476$); uma amostra francesa sobre asiáticos (ou seja, oriundos do Sudeste asiático; $n = 475$); uma amostra francesa sobre norte-africanos ($n = 455$); uma amostra alemã sobre turcos ($n = 989$).²

As análises factoriais dos indicadores de preconceito identificaram na amostra global e em cada uma das subamostras cinco dimensões e a organização destas dimensões em dois factores correlacionados: preconceito flagrante e preconceito subtil. O preconceito flagrante integra duas dimensões: a rejeição do exogrupo e a percepção de que este constitui uma ameaça; a rejeição de relações de intimidade interpessoal com membros do exogrupo. O preconceito subtil integra três dimensões: a percepção de que o exogrupo não se conforma aos valores tradicionais da sociedade, nomeadamente aos valores do trabalho e do sucesso; a acentuação das diferenças culturais entre o endogrupo e o exogrupo; a incapacidade de exprimir emoções positivas relativamente aos membros do exogrupo.

Para poder classificar os sujeitos em *flagrantes*, *igualitários* e *subtis*, tipificando as diferentes relações possíveis com a norma social anti-racista, o modelo de Pettigrew e Meertens prevê que as pontuações dos sujeitos na escala subtil sejam consistentemente superiores às pontuações dos sujeitos na escala flagrante, de tal modo que possam dividir-se os sujeitos nos três grupos referidos a partir das

² Os valores de cada amostra referem-se a respostas válidas. O mesmo estudo foi também realizado nos EUA (Jackson *et al.* 1998). Não nos referimos aos resultados obtidos neste país, uma vez que eles não foram integrados no estudo desenvolvido por Pettigrew e Meertens (1995).

suas pontuações nas escalas de preconceito flagrante e de preconceito subtil: os respondentes com uma pontuação superior ao ponto médio da escala flagrante e da escala subtil são designados por *flagrantes*; os que obtêm essa pontuação na escala subtil mas não na escala flagrante são designados por *subtis*; os que obtêm pontuações abaixo desse nível em ambas as escalas são designados por *igualitários*. O modelo prevê ainda que os respondentes com pontuações inferiores à média na escala subtil e superiores na escala flagrante sejam um grupo residual, o que de facto se verificou. Ou seja, os indivíduos que expressam racismo flagrante também expressam racismo subtil, embora o inverso não seja verdade.

Para explicar o preconceito flagrante e o preconceito subtil no conjunto das amostras, os autores usaram um conjunto de variáveis independentes, que inclui as seguintes: etnocentrismo, conservadorismo político, privação relativa intergrupar, interesse pela política, orgulho nacional, apoio a movimentos racistas, amizades intergrupais e ainda variáveis sócio-demográficas (idade, escolaridade).

Os resultados apresentados por estes autores são expostos no quadro 5.1.

Todas as variáveis independentes têm efeitos significativos, quer no preconceito flagrante, quer no preconceito subtil. O etnocentrismo é o preditor mais importante em qualquer das escalas. A aprovação de movimentos racistas e a privação relativa intergrupar mostram-se, claramente, mais correlacionadas com o preconceito flagrante do que com o subtil. Note-se que as variáveis cujo peso revela menor heterogeneidade interpais, na predição do preconceito flagrante, são o etnocentrismo, as amizades intergrupais, o conservadorismo político, a educação e o orgulho nacional. Na predição do preconceito subtil, são o etnocentrismo, as amizades intergrupais, a privação relativa intergrupar, o interesse pela política e a educação que apresentam menor heterogeneidade.

Do conjunto dos resultados do estudo conduzido por Pettigrew e Meertens decorre, assim, a forte acuidade da distinção entre as expressões flagrante e subtil do racismo. A primeira encontra-se associada a diferenciações no plano biológico; a segunda, a diferenciações no plano emocional e dos valores. Mas o facto de ambas se encontrarem relacionadas, o que foi mostrado através de análises factoriais confirmatórias e de simples correlações entre as escalas, mostra que se está perante duas dimensões, diferentes, de um mesmo fenómeno.

Além disso, em todas as amostras europeias, os valores de adesão ao racismo subtil apresentam-se mais elevados do que os de adesão ao racismo flagrante, o que mostra que o primeiro é percebido como socialmente mais aceitável do que o segundo, resultado que apoia o ponto de partida das hipóteses desenvolvidas por aqueles autores. Contudo, este último resultado não pode fazer esquecer que os dados foram recolhidos através de questionário, quer dizer, em condições que não facilitam a expressão do racismo tradicional antinormativo e em que os respondentes têm controlo sobre as suas respostas. Ora, como vá-

Quadro 5.1 – Preditores do preconceito flagrante e subtil (Pettigrew e Meertens 1995)

Variáveis	Escala de <i>d</i> de Cohen	Preconceito <i>r</i>	Flagrante <i>fail safe</i> <i>N</i>	Escala de <i>d</i> de Cohen	Preconceito <i>r</i>	Subtil <i>fail safe</i> <i>N</i>
Etnocentrismo	0,72	0,34	1168	0,54	0,26	666
Aprovação de movimentos racistas	0,55*	0,27	682	0,21*	0,10	87
Amizades intergrupais	-0,31	-0,15	222	-0,35	-0,17	287
Conservadorismo político	0,28	0,14	173	0,25*	0,12	130
Privação relativa intergrupai	0,29*	0,14	188	0,12	0,06	26
Orgulho nacional	0,17	0,08	64	0,17*	0,08	59
Interesse pela política	-0,21*	-0,11	113	-0,19	-0,09	79
Educação	-0,26	-0,13	161	-0,23	-0,11	124
Idade	0,13*	0,07	34	0,16*	0,08	48
Idade (sem amostras do Reino Unido)	24*	0,12	58	0,34*	0,17	123

Todos os efeitos são significativos a $p < 0,0001$.

* Tamanhos dos efeitos significativamente heterogéneos a $p < 0,05$.

rias das teorias que enunciámos predizem, e mostraram empiricamente, em condições em que se torne difícil esse controlo, a expressão do racismo tradicional é muito provável mesmo entre os chamados racistas subtils.³

Por sua vez, os resultados relativos aos preditores do racismo (quadro 5.1) mostram que este não pode ser entendido a partir de teorias unidimensionais ou de uma única hipótese teórica. Pelo contrário, os resultados apresentados salientam a necessidade de articulações entre teorias para um entendimento das várias dimensões de racismo.

Racismo flagrante e racismo subtil em Portugal

Com o objectivo de podermos comparar os nossos resultados com os do estudo europeu que acabámos de descrever, os indicadores da escala de Pettigrew e Meertens foram incluídos no nosso questionário, tendo algumas das dimensões subjacentes a esses indicadores sido já objecto de análise nos capítulos precedentes.

Como referimos, no âmbito da nossa perspectiva comparativa, o primeiro objectivo deste capítulo é o de identificar as dimensões organizadoras de crenças racistas e comparar essas dimensões com as que obtiveram Pettigrew e Meertens (1995) em quatro países europeus. O segundo objectivo é o de identificar os preditores dessas dimensões e compará-los com os resultados obtidos por aqueles autores.

³ V. a introdução.

Dimensões das crenças racistas

As matrizes de correlações dos indicadores de cada uma das escalas, racismo flagrante e racismo subtil, foram sujeitas a análises factoriais em componentes principais, com rotação *oblimin*, uma vez que o modelo de partida pressupõe que os factores se encontram correlacionados. Os factores extraídos correspondem às dimensões conceptualizadas pelos autores do modelo (quadros 5.2 e 5.3). As designações destes factores são as propostas pelos seus autores. Refira-se, contudo, que algumas destas designações não nos parecem conceptualmente as mais adequadas, sobretudo se considerarmos o contexto da sociedade portuguesa, questão que discutimos nos capítulos 3 e 4. A medida de consistência interna dos índices construídos a partir dos indicadores que pesam mais em cada factor revelou-se globalmente adequada, apresentando valores iguais ou até melhores do que as restantes amostras europeias (quadro 5.4).

A escala de racismo flagrante, construída com base nos indicadores das escalas de ameaça e rejeição e de rejeição de intimidade, apresenta uma boa coerência interna (alfa de Cronbach = 0,83; resultados nas amostras europeias: 0,87-0,90). A partir dos indicadores das escalas de negação de emoções positivas,

Quadro 5.2 – Dimensões do racismo flagrante

Indicadores	Ameaça e rejeição	Rejeição de intimidade
A maior parte dos governantes do país preocupa-se demasiado com os imigrantes negros e não o suficiente com os portugueses	0,79	-0,02
Os imigrantes negros têm empregos que deveriam pertencer a portugueses	0,74	-0,06
A maioria dos imigrantes negros que recebem apoio da segurança social podia muito bem passar sem ele se quisesse	0,68	0,12
Os imigrantes negros pertencem a uma raça menos dotada e isso explica por que não estão numa situação tão boa quanto os portugueses	0,67	-0,02
Os portugueses e os imigrantes negros dificilmente conseguirão estar completamente à vontade, ainda que sejam amigos chegados	0,64	0,13
No que respeita à honestidade, acha que os portugueses e os imigrantes negros são muito semelhantes, um pouco semelhantes, um pouco diferentes, ou muito diferentes?	0,58	-0,05
Importava-me que um familiar meu casasse com um(a) negro(a) de meio social semelhante	0,02	0,87
Suponha que um(a) filho(a) seu(sua) casava com um(a) negro(a) e os seus netos eram mulatos. Acha que se sentiria nada incomodado, um pouco incomodado, incomodado ou muito incomodado?	-0,07	0,80
Importava-me que um negro(a) com as competências adequadas fosse meu chefe	-0,02	0,67
À partida excluiria a hipótese de ter relações sexuais com um(a) negro(a)	0,24	0,47
Percentagem da variância explicada	38,3	12,9

Quadro 5.3 – Dimensões do racismo subtil

Indicadores	Defesa de valores tradicionais	Acentuação de diferenças culturais	Negação da expressão de emoções positivas
O problema é que algumas pessoas não se esforçam o suficiente. Se os negros se esforçassem um pouco mais, teriam o mesmo sucesso que os portugueses	0,85	-0,06	-0,05
Outros grupos vieram para cá, ultrapassaram o preconceito e foram bem sucedidos (por exemplo os brasileiros) Os negros deviam fazer o mesmo sem reclamar tratamento especial	0,80	-0,03	-0,04
Os negros que vivem aqui não se deveriam meter onde não são desejados	0,65	-0,01	0,28
Os negros transmitem aos filhos valores e aptidões diferentes dos necessários para se ser bem sucedido na sociedade portuguesa	0,52	0,31	0,00
Valores que ensinam aos filhos, comparando com os portugueses: muito semelhantes – muito diferentes	-0,04	0,75	0,03
Religião – crenças e práticas religiosas, comparando com os portugueses: muito semelhantes – muito diferentes	0,00	0,75	-0,10
Valores e comportamentos sexuais, comparando com os portugueses: muito semelhantes – muito diferentes	-0,02	0,71	0,04
Língua que falam, comparando com os portugueses: muito semelhante – muito diferente	0,04	0,55	0,05
Com que frequência sente admiração pelos negros? muitas vezes – nunca	-0,05	0,02	0,92
Com que frequência sente simpatia pelos negros? muitas vezes – nunca	0,06	0,00	0,87
Percentagem da variância explicada	32,2	15,3	11,8

valores tradicionais, e acentuação das diferenças culturais, foi construída uma escala de racismo subtil. Esta escala tem também uma boa consistência interna (*alfa de Cronbach* = 0,77; resultados europeus: 0,73-0,82).

As duas escalas encontram-se muito correlacionadas ($r = 0,65$; $p < 0,001$), o que confirma que se trata de duas dimensões do mesmo fenómeno. A pontuação média (valores entre 0 e 4) dos respondentes na escala subtil é de 2,25, enquanto na escala flagrante é de 1,30. A pontuação na escala subtil é significativamente superior ($t(2,514) = 29,18$, $p < 0,001$). Este resultado indica que, em Portugal, tal como noutros países europeus, exprime-se hoje mais facilmente racismo subtil do que racismo flagrante.

Ainda com base nos critérios definidos pelos autores do modelo, os respondentes podem ser divididos em três grupos: racismo flagrante (os respondentes com uma pontuação superior ao ponto médio da escala flagrante, bem como da

Quadro 5.4 – Alfas de Cronbach comparativos das subescalas

Subescalas	Resultados europeus	Portugal
Ameaça e rejeição (<i>F</i>)	0,73-0,81	0,79(=)
Rejeição de intimidade (<i>F</i>)	0,70-0,93	0,69(<)
Valores tradicionais (<i>S</i>)	0,53-0,67	0,74(>)
Acentuação das diferenças culturais (<i>S</i>)	0,57-0,72	0,63(=)
Negação de emoções positivas (<i>S</i>)	0,61-0,73	0,79(>)

Alfas portugueses: (>) acima dos limites europeus; (=) dentro dos limites; (<) abaixo dos limites.

escala subtil), racismo subtil (os que pontuam acima do ponto médio na escala subtil, mas não na escala flagrante) e igualitarismo (os que pontuam abaixo desse nível em ambas as escalas). O modelo prevê que os respondentes com pontuações inferiores à média na escala subtil e superiores na escala flagrante sejam um grupo residual, o que de facto se verificou (figura 5.1). Este resultado, tal como outros já referidos, valida a ideia de que a escala de racismo subtil mede preconceito, já que os respondentes que pontuam acima do ponto médio na escala de racismo flagrante também o fazem, quase automaticamente, na escala de racismo subtil.

Mas serão as respostas às escalas de racismo flagrante e, nomeadamente, de racismo subtil indicadoras de racismo? Para responder a esta questão correlacionámos as escalas com a medida de atitude face aos negros.⁴ A análise de regressão múltipla apresentada no quadro 5.5 mostra que ambas as escalas são bons preditores da atitude face aos negros, o que corrobora os resultados, segundo os quais não só a escala de racismo flagrante, mas também a escala de racismo subtil medem expressões do racismo. Por outro lado, o facto de o racismo subtil aparecer como um preditor da atitude indica que muitos dos respondentes com atitude negativa não partilham as crenças racistas tradicionais, embora subscrevam o novo tipo de crenças racistas. Dito de outra forma, não é hoje necessário racializar os negros, ou percebê-los como uma ameaça, para manifestar uma atitude negativa face a esta categoria social.

Tendo mostrado que o racismo subtil, tal como o racismo flagrante, se encontra associado a uma atitude negativa face aos negros, podemos agora interrogar-nos se essas expressões do racismo se encontram associadas, de facto, a tomadas de posição concretas, por exemplo, no domínio das políticas de imigração.

Para medir as atitudes face às políticas de imigração, pedia-se aos inquiridos para declararem a sua aprovação, ou não, de uma série de medidas políticas possíveis face aos imigrantes negros. As políticas incluíam extremos de discriminação total («mandá-los todos para os países de origem» ou «mandar para os

⁴ A medida de atitude foi apresentada no capítulo 1.

Figura 5.1 – Construção dos tipos de racismo e erro na amostra

		Escala de racismo subtil	
		-	+
Escala de racismo flagrante	+	Erro = 1,1% (n = 6)	Racismo flagrante
	-	Igualitários	Racismo subtil

Quadro 5.5 – Atitude face aos negros em função do racismo flagrante e do racismo subtil: análise de regressão linear múltipla

	Valores <i>beta</i>	<i>p</i> <
Racismo subtil	0,24	0,001
Racismo flagrante	0,24	0,001
<i>R</i> ² ajustado	0,19	-

países de origem os que não nasceram em Portugal») e de não discriminação («não os mandar para os países de origem»). As políticas intermédias apontavam para critérios socialmente mais ilegítimos, de base económica («mandar para os países de origem os que não contribuem para a economia do país»), ou mais legítimos, de base legal («mandar para os países de origem os que não estão legalizados» ou «os que cometeram crimes graves»). Para operacionalizar as atitudes face a estas políticas numa escala única recorreremos ao seu *escalamento*: a resposta mais discriminatória que cada inquirido deu determinou a posição desse inquirido na escala.

Os resultados do quadro 5.6 mostram uma associação significativa⁵ entre as atitudes face a políticas de imigração e os três grupos nos quais dividimos a nossa amostra: racismo flagrante, racismo subtil e igualitarismo (v. figura 5.1). O racismo flagrante corresponde a mais discriminação do que o racismo subtil e este a mais do que o igualitarismo. Repare-se que nenhum dos sujeitos classificados em racismo flagrante opta pela solução de não discriminação («não os mandar para os países de origem»). Estes resultados permitem-nos ainda verificar que a nossa medida de orientação face ao racismo é uma medida conservadora, já que 12% dos igualitários aprovam o repatriamento de todos os imigrantes negros.

No conjunto, os resultados apresentados indicam que a organização das crenças racistas é semelhante em Portugal e nos outros países europeus referidos e que, apesar de ser mais fácil hoje exprimir adesão aos indicadores do racismo

⁵ $\chi^2 = 58,39$, g. 1. = 6, $p < 0,001$.

Quadro 5.6 – Atitudes face a políticas de imigração em função da tipologia de racismo (percentagens)

Discriminação pelo repatriamento	Igualitarismo	Racismo subtil	Racismo flagrante
Não discriminação	8,6	7,4	–
Discriminação de base legal	52,3	36,6	23,6
Discriminação de base económica	26,9	31,7	30,2
Discriminação total	12,2	21,7	46,2

subtil do que aos indicadores do racismo flagrante, ambos se encontram significativamente associados à atitude face aos negros. Além disso, as três posições tipo que é possível construir com base naquelas escalas (igualitarismo, racismo subtil e racismo flagrante) conduzem a atitudes bem diferenciadas no que se refere às atitudes face a políticas de imigração.

Se o racismo mais tradicional, como se mostrou, se exprime através de crenças sobre a inferioridade racial dos negros, a indesejabilidade de mistura de «raças» e a percepção de que os negros constituem uma ameaça, o racismo subtil, por seu turno, exprime-se através de crenças socialmente aceitáveis, mesmo numa sociedade formalmente anti-racista. Estas crenças consistem numa acentuação das diferenças culturais e na ideia de que os negros não partilham os valores necessários a uma boa adaptação à cultura dominante e são acompanhadas pela incapacidade para exprimir emoções positivas relativamente a pessoas categorizadas como negras.

Preditores do racismo flagrante e subtil: comparação com os resultados europeus

Na perspectiva assumida neste capítulo, vamos agora proceder a uma análise comparativa dos preditores do racismo no conjunto das amostras europeias referidas e na nossa amostra.

No quadro 5.1 apresentámos os preditores a que recorreram os autores do estudo europeu. A operacionalização destes preditores, no nosso estudo, foi já apresentada nos capítulos anteriores, com excepção das variáveis «interesse pela política» e «amizades intergrupais».

Para medir o *interesse pela política* pedia-se aos inquiridos para indicarem qual o interesse que sentiam pela política nacional e pela política comunitária (1 – nenhum interesse; 4 – muito interesse). As respostas às duas perguntas apresentam uma correlação muito elevada ($r=0,73$; $p<0,001$), o que permitiu que se construísse uma escala com as pontuações médias das duas respostas. Os indicadores e a escala respectiva são iguais aos de Pettigrew e Meertens.

Quadro 5.7 – Preditores do racismo flagrante e do racismo sutil – modelo de Pettigrew e Meertens: análise de regressão linear múltipla

Variáveis independentes	Racismo flagrante (valores <i>beta</i>)	<i>p</i> <	Racismo sutil (valores <i>beta</i>)	<i>p</i> <
Escolaridade	-0,37	0,001	-0,27	0,001
Etnocentrismo	0,18	0,001	0,20	0,001
Conservadorismo político (direita)	0,15	0,001	0,15	0,001
Privação relativa intergruppal	0,10	0,022	–	n. s.
Idade	–	n. s.	0,13	0,006
Interesse pela política	–	n. s.	–	n. s.
Orgulho nacional	–	n. s.	–	n. s.
Amizades intergrupais (classe social)	–	n. s.	–	n. s.
R ² ajustado	0,24		0,18	–

No indicador de *amizades intergrupais* pedia-se aos inquiridos para indicarem quantos amigos de uma classe social diferente da sua é que tinham (1 – nenhum; 4 – muitos). O indicador é igual a um dos indicadores da escala de amizades intergrupais de Pettigrew e Meertens. Note-se que o indicador de *conservadorismo político* de Pettigrew e Meertens é a escala de esquerda/direita, razão pela qual a introduzimos aqui como indicador de conservadorismo político. Note-se ainda que o indicador de *privação relativa intergruppal*, aqui utilizado, é o proposto por Vanneman e Pettigrew (1972)⁶ e não aquele que apresentámos no capítulo 1. O indicador de *etnocentrismo foi* apresentado no capítulo 3. Lembre-se que os grupos-alvo eram os ciganos e os indianos. Na escala de etnocentrismo de Pettigrew e Meertens, os grupos-alvo eram os europeus do Sul, os africanos negros e os judeus. Contrariamente a Pettigrew e Meertens, não dispúnhamos de um indicador de *aprovação de movimentos racistas*. Os resultados da análise de regressão múltipla são apresentados no quadro 5.7.

Realizadas duas análises de regressão múltipla, obteve-se uma variância explicada de 23% para o racismo flagrante e de 18% para o racismo sutil. No entanto, e contrariamente aos resultados apresentados por Pettigrew e Meertens, nem todas as variáveis entram nas equações de regressão. Os nossos resultados indicam que os três melhores preditores, tanto do racismo flagrante como do racismo sutil, são, neste modelo, a escolaridade, o etnocentrismo e o conservadorismo político, variáveis que também se revelaram importantes nas amostras europeias. Nas análises bivariadas, com exceção da identidade nacional (orgulho nacional), todas as variáveis incluídas no modelo – mesmo aquelas

⁶ «A situação económica de pessoas como você, relativamente à da maioria dos negros residentes no nosso país, é muito melhor do que a dos negros (1), melhor (2), ao mesmo nível (3), pior (4), muito pior (5).»

que não entram na equação de regressão – apresentam associações significativas quer com o racismo flagrante, quer com o racismo subtil. A identidade nacional apenas apresenta uma associação bivariada, estatisticamente significativa, com o racismo subtil. Assim, se exceptuarmos esta última variável, podemos concluir que os resultados da amostra nacional não são substancialmente diferentes daqueles que foram obtidos para outros países europeus.

Preditores do racismo flagrante e subtil: proposta de um modelo integrativo

Dado que a variância explicada pelo modelo anteriormente apresentado não é muito elevada (quando comparada com outros estudos neste domínio), quer no que se refere ao racismo subtil, quer relativamente ao racismo flagrante; dado também que é possível construir, para algumas daquelas variáveis, indicadores que nos parecem mais adequados; dado ainda que a literatura sugere outros preditores do racismo que não estão contemplados naquele modelo, construímos um novo modelo, mais alargado e, nalguns casos, com novas operacionalizações.

As variáveis incluídas neste novo modelo podem ser organizadas de acordo com os seguintes níveis de análise: diferenças individuais a nível psicológico e ideológico, nível interpessoal e nível intergrupai. São ainda incluídos indicadores de natureza sociográfica, que remetem para variáveis que adiante se especificam.

Diferenças individuais

No quadro de uma compreensão da génese e da persistência do racismo, vários modelos evidenciaram o papel dos factores individuais, ou das diferenças individuais, quer num contexto mais psicológico, quer num contexto mais ideológico. Ao nível das diferenças individuais de tipo psicológico, são incluídas no nosso modelo as seguintes variáveis: *o etnocentrismo*, ou orientação para a rejeição de exogrupos, variável que decorre dos estudos de Adorno *et al.* (1950), de acordo com os quais a discriminação de um exogrupo é apenas um sintoma de uma orientação mais geral para a discriminação de qualquer exogrupo (v. capítulo 3); a *intolerância à incongruência* de crenças entre o exogrupo e o endogrupo, variável que tem sido associada ao preconceito a partir dos trabalhos de Rokeach (1960). Relativamente a esta variável, dispúnhamos de três indicadores (v. capítulo 3), pelo que decidimos apresentar aquele que mais consistentemente se apresentava correlacionado, quer com o racismo flagrante, quer com o racismo subtil, e que é o indicador relativo ao número de amizades intergrupais com pessoas de opção política diferente.

Ao nível das diferenças individuais nos posicionamentos ideológicos, são incluídas as seguintes variáveis: o *conservadorismo moral* (v. capítulos 1 e 3), o *conservadorismo político* (v. capítulos 1, 3 e 4) e o *autoposicionamento político* numa escala esquerda-direita (v. capítulo 3). Estas variáveis são sugeridas pelas análises decorrentes da teoria de Adorno *et al.* (1950) sobre a relação entre preconceito e autoritarismo, entre as quais se incluem os trabalhos mais recentes de Altemeyer (1994). Na sequência das pesquisas de Katz e Hass (1988) sobre a relação entre individualismo, igualitarismo e preconceito, inclui-se ainda neste grupo de variáveis a adesão a diferentes *normas de justiça social distributiva* – igualitarismo e meritocracia (v. capítulo 1).

De acordo com as teorias dos autores referidos e com os resultados da literatura, deve esperar-se que o racismo se correlacione, positivamente, com o etnocentrismo, a intolerância à incongruência, o conservadorismo político e moral, o autoposicionamento político à direita e a adesão à meritocracia.

Incluem-se ainda neste primeiro grupo de variáveis as seguintes: *idade, escolaridade e grupo sócio-profissional*, cuja conceptualização se passa a apresentar.

A variável *idade* foi conceptualizada como indicador de efeitos de geração, relativos à socialização escolar precoce em diferentes períodos históricos, com base na hipótese de que, nesses diferentes períodos, em Portugal, a escola salientava diferentes normas sociais relativamente ao racismo. As hipóteses teóricas subjacentes são a de que a mudança de geração é importante para compreender as mudanças culturais (v. Inglehart 1977 e 1988) e a de que o período da primeira escolaridade – até aos 10 anos de idade – corresponde a um momento decisivo na aprendizagem das identidades raciais (Hirschfeld 1996). A análise desta hipótese implica a construção de coortes, definidas como uma parte de uma população caracterizada por viver num mesmo território durante um período determinado de tempo ou por estar exposta a um mesmo acontecimento (Glenn 1977). Os limites de uma coorte podem ser fixados de maneira arbitrária no tempo ou em função de diferentes acontecimentos históricos. No caso desta pesquisa, consideram-se os grandes momentos de alteração das políticas coloniais (Alexandre 1994) como limites definidores das coortes consideradas, pressupondo-se que essas alterações tiveram repercussões na forma como, na escola, foram transmitidas imagens e estereótipos sobre os povos com quem tivemos relações coloniais. Assim, dividiu-se a amostra em quatro grupos geracionais, ou coortes, a partir da divisão entre mais novos e mais velhos do que 10 anos de idade – o ponto médio dessa primeira escolaridade – num determinado ano, como se justifica a seguir.

O grupo mais velho (55 anos ou mais de idade) realizou a sua socialização escolar até 1951, altura até à qual vigorou uma ideologia colonialista de base racista, de superioridade afirmada do branco sobre o negro.

Naquele ano, o regime salazarista integrou as colónias no corpo político da nação, sob a designação de territórios ultramarinos, e adoptou uma defesa do sistema colonial português com base na doutrina luso-tropicalista, formulada nos anos 30 pelo brasileiro Gilberto Freyre, que valorizava a capacidade de relacionamento dos portugueses com os povos dos trópicos, interpenetrando-se mutuamente do ponto de vista cultural e biológico, livre do terror anglo-saxónico da «mongrelização» (degradação pela mestiçagem).⁷ O primeiro grupo intermédio (entre 45 e 54 anos) realizou a sua socialização escolar neste novo período, em que as doutrinas de superioridade racial começam a ser postas em causa no interior do próprio regime político.

A partir de 1961, a eclosão da guerra coloca a questão colonial no centro da vida pública. A doutrina oficial do regime vai defender claramente a integração dos povos num todo nacional com um projecto de desenvolvimento uno. A influência da doutrina luso-tropicalista torna-se patente. O terceiro grupo realizou a sua socialização neste período, num contexto de afirmação pública da não superioridade das raças. Este grupo viveu ainda na sua juventude a fase de descolonização.

O grupo mais jovem (entre os 18 e os 31 anos) realizou a sua socialização escolar a partir do 25 de Abril de 1974, num contexto de ilegitimidade pública das doutrinas racistas. Construámos assim uma variável geracional, relativa a estes diferentes contextos de socialização.

A *escolaridade* é tomada como indicador de complexidade cognitiva (v. capítulo 1) e como indicador de acesso à informação científica (v. capítulo 4).

Finalmente, o grupo *sócio-profissional* é tomado como indicador de privação económica no quadro da teoria da frustração-agressão (Dollard *et al.* 1939; v. capítulo 1), esperando-se que os grupos sócio-profissionais com menores recursos manifestem uma orientação maior para o racismo. O rendimento familiar, outro indicador de privação económica, quando controlada a educação, não se apresenta correlacionado com o racismo subtil ou flagrante, pelo que não foi incluído no modelo.

Nível de análise interpessoal

O nível de análise interpessoal inclui, no nosso modelo, apenas a teoria do contacto, que assume a possibilidade de uma generalização da mudança de atitudes, ou a transferência da mudança das atitudes no plano das relações interpessoais para o plano das relações intergrupais (Allport 1954-1958). Para que se produzam efeitos positivos dever-se-á verificar um conjunto de condições, entre as quais: a igualdade de estatuto social dos membros dos grupos em contacto

⁷ Sobre o luso-tropicalismo, v. também Alexandre (1999).

e a intimidade das relações. Foram incluídas na análise variáveis relativas às *relações de amizade e vizinhança* com «negros», representando um contínuo na intimidade das relações. No caso das relações de vizinhança, controlou-se ainda o estatuto relativo (v. capítulos 2 e 3). A amizade com «negros» e a vizinhança de estatuto igual devem correlacionar-se negativamente com o racismo.

Nível de análise intergrupar

No nível de análise das relações intergrupais, são mobilizadas duas perspectivas teóricas. A primeira refere-se à competição por recursos. É nesta perspectiva que incluímos a teoria dos conflitos realistas de Sherif *et al.* (1961-1988), que enfatiza o papel das relações de interdependência negativa, «reais» ou «percebidas», entre grupos, como fonte do preconceito. No nosso estudo, a interdependência entre grupos é analisada como uma percepção, percepção de *interdependência negativa*, *interdependência positiva* e *independência* (v. capítulo 1). A percepção de interdependência negativa deverá facilitar o racismo.

É ainda nesta perspectiva que analisamos o papel das percepções sobre a justiça social e o seu enquadramento intergrupar na construção de posições racistas. Realizámos esta análise a partir do conceito de *privação relativa intergrupar*. Este conceito refere-se ao sentimento de que um exogrupo ocupa uma situação percebida como injustamente melhor do que a do endogrupo. Como se referiu, deve-se a Vanneman e Pettigrew (1972) a extensão das teorias sobre a privação relativa e, conseqüentemente, sobre a justiça distributiva ao estudo do racismo. A privação relativa intergrupar é operacionalizada com base na norma do mérito (v. capítulo 1). A hipótese subjacente é a de que, quanto mais elevada a privação relativa intergrupar, mais elevada a orientação para o racismo.

Se as teorias referidas acentuam os conflitos de interesses económicos e as percepções de injustiça distributiva como factores que estarão na génese do racismo, a teoria de Tajfel (1972) associa o preconceito e o racismo à competição simbólica, no quadro de um novo entendimento da funcionalidade social dos processos de categorização e diferenciação intergrupar. Esta funcionalidade decorre da motivação para a manutenção de uma identidade social positiva, o que implica uma orientação para valorizar mais o endogrupo do que o exogrupo. A saliência dessa motivação está associada à importância atribuída, a nível cognitivo e emocional, à respectiva pertença grupal. Neste sentido, foram incluídas variáveis relativas à importância atribuída a duas dimensões da identidade social, a *identidade nacional* e a *identidade racial*, particularmente salientes nas comparações com imigrantes ou com indivíduos percebidos como sendo de outra «raça» (v. capítulo 3). A hipótese formulada é a seguinte: quanto mais saliente a identidade nacional ou a identidade racial, maior a orientação para o racismo.

**Quadro 5.8 – Preditores do racismo flagrante e subtil:
análise de regressão linear múltipla**

	Racismo flagrante R^2 aj. = 0,50 (valores <i>beta</i>)	Racismo subtil R^2 aj. = 0,44 (valores <i>beta</i>)
Idade	n. s.	n. s.
Grupo sócio-profissional #	n. s.	n. s.
Escolaridade	-0,12**	n. s.
Variáveis intergrupais/competição por recursos		
Percepção de interdependência #	0,30***	,34***
Privação relativa intergrupala	0,15***	0,15***
Variáveis intergrupais identitárias ou autocategorizações		
Identidade racial	0,19***	0,18***
Identidade nacional	–	n. s.
Diferenças individuais de nível psicológico		
Etnocentrismo	n. s.	0,09*
Incongruência	0,11**	n. s.
Diferenças individuais de nível ideológico		
Conservadorismo moral #	n. s.	0,14**
Conservadorismo político #	n. s.	n. s.
Posicionamento político (esquerda-direita)	n. s.	n. s.
Normas de justiça social distributiva #	–	0,10*
Variáveis interpessoais – contacto		
Amigo negro #	-0,11 **	-0,13**
Vizinho negro/estatuto igual #	n. s.	n. s.

*** = $p < 0,001$, ** = $p < 0,01$, * = $p \leq 5,05$, n. s. = $p > 0,05$; # variáveis *dummy* (sobre a sua construção, v. o capítulo 1).

O grau de correlação entre as variáveis independentes referidas, quando se verifica, não é suficientemente elevado para impedir que qualquer delas seja incluída na equação de regressão. As análises bivariadas, relativas às relações entre estas variáveis e o racismo flagrante e subtil, são todas elas estatisticamente significativas (v. anexo), com excepção da variável «identidade nacional», que apenas se encontra relacionada com o racismo subtil.⁸ Desta forma,

⁸ Como pode ver-se no anexo a este capítulo, as análises de variância mostram que não existe efeito de qualquer dos indicadores de identidade nacional no racismo flagrante e existem efeitos de qualquer destes dois indicadores sobre o racismo subtil. O indicador «importância de ser português» mostra que os indivíduos para quem não é nada importante, ou é pouco importante, ser português têm pontuações menores na escala de racismo subtil do que aqueles para quem esta dimensão da identidade social é relevante. Quanto ao indicador «orgulho nacional», os indivíduos que respondem «nada orgulhoso» manifestam a mesma pontuação em racismo subtil que os indivíduos que respondem «muito orgulhoso». Quando calculámos a correlação parcial da identidade nacional com o racismo subtil, controlando a identidade de branco, a correlação é de -0,04. Realizámos ainda uma análise de variância, tomando como variáveis independentes a identidade de branco e a identidade nacional, não sendo a interacção significativa. As análises

esta variável apenas será incluída na equação de regressão relativa a esta dimensão do racismo.

A primeira observação que os resultados apresentados no quadro 5.8 sugerem é o elevado incremento de variância explicada relativamente ao modelo usado no estudo europeu (quadro 5.1): no caso do racismo flagrante, passámos de 22% de variância explicada para 50% e, no caso do racismo subtil, passámos de 18% para 44%.

Devemos ainda notar que um mesmo conjunto de variáveis aparece como importante, quer na predição do racismo flagrante, quer na predição do racismo subtil. Este resultado indica, mais uma vez, que estamos em presença de duas dimensões de um mesmo fenómeno. As variáveis referidas são variáveis de nível intergrupar (percepção de interdependência, saliência da identidade racial e privação relativa intergrupar), de nível ideológico (o conservadorismo moral) e de nível interpessoal (ter um amigo negro). Note-se que são as variáveis de nível intergrupar que apresentam coeficientes de regressão múltipla mais elevados.

A partir das hipóteses inicialmente formuladas, comentamos a seguir os resultados obtidos para os diferentes tipos de variáveis.

Racismo, idade e escolaridade

A idade não aparece consistentemente relacionada com qualquer das dimensões do racismo, e isto apesar de termos associado esta variável à socialização escolar primária, em diferentes períodos históricos, com saliência de normatividades sociais diferentes relativamente ao racismo. Este resultado contradiz resultados de outros autores (Pettigrew e Meertens 1995; Walker 1994; McConahay e Hough 1976). Contudo, os nossos resultados vão na linha dos obtidos por Pedersen e Walker (1997), num estudo realizado na Austrália, sobre o preconceito relativamente aos aborígenes. Note-se ainda que, no estudo europeu com o qual comparamos os nossos dados, o efeito da idade é muito heterógeno (quadro 5.1). Por exemplo, enquanto os inquiridos ingleses mais novos revelam maior preconceito, os inquiridos mais velhos em França e na Holanda são os mais preconceituosos. Neste sentido, os efeitos desta variável não são consistentes quando inseridos num conjunto mais vasto de outros efeitos, apesar de o serem nas análises bivariadas simples.⁹

de variância, tomando a identidade nacional como variável independente, bem como o conservadorismo político ou o autoposicionamento ideológico, não revelaram efeitos de interação significativos. Dados estes resultados, decidimos incluir como indicador de identidade nacional a «importância de ser português», e não o indicador de «orgulho nacional», e apenas na predição do racismo subtil.

⁹ V. o anexo a este capítulo.

Quanto à escolaridade, ela aparece claramente associada ao racismo flagrante, mas não ao racismo subtil, enquanto no modelo usado no estudo europeu é um bom preditor das duas dimensões do racismo. Apesar de muitos estudos apresentarem associações fortes entre os níveis de escolaridade e o preconceito (v. Wagner e Zick 1995), noutros estudos, esta variável não aparece como relevante (Pedersen e Walker 1997), quer na predição do racismo moderno, quer do tradicional (v. também capítulo 4). Uma outra questão que permanece é relativa aos mediadores dos efeitos desta variável. Para alguns autores, como Tedock (1985), uma baixa escolaridade está associada a menores flexibilidade e complexidade cognitivas, o que tornaria os indivíduos com menos escolaridade mais predispostos a aceitarem a simplicidade ideológica do racismo tradicional. Os nossos resultados podem suportar esta hipótese. Contudo, relativamente ao novo racismo ou ao racismo subtil, mais complexo, aquele efeito já não se verificará. Por outro lado, uma escolaridade mais elevada, quando associada ao conservadorismo político, pode propiciar uma maior adesão às formas mais rudes de racismo (v. capítulo 4).

Racismo, privação económica e competição por recursos em contexto intergrupar

O grupo sócio-profissional, tomado como indicador de privação económica ou de posições diferenciadas no plano dos recursos económicos, não aparece como preditor relevante em qualquer das dimensões do racismo. Este resultado indica que, apesar de esta variável se apresentar associada ao racismo nas análises bivariadas, ela não tem o valor preditivo, quando inserida num conjunto de outras variáveis, que, geralmente, a reflexão comum lhe atribui. Tal resultado, que questiona a hipótese de que o racismo decorre da simples privação económica, ou é mais provável entre as pessoas ou grupos com menores recursos económicos, é congruente com aquele que obtiveram outros autores (por exemplo, Vanneman e Pettigrew 1972, nos Estados Unidos, e Pedersen e Walker 1997, na Austrália).

É o sentimento de privação decorrente de comparações com o exogrupo, ou privação relativa intergrupar, que conduz à discriminação, como se verifica no nosso trabalho e noutros estudos (Pedersen e Walker 1997; Pettigrew e Meertens 1995; Larsen 1978). Por outro lado, os resultados por nós aqui obtidos, no que se refere à associação entre a privação relativa intergrupar e as duas dimensões do racismo, apoiam os fundamentos teóricos da nossa medida de privação relativa, claramente ancorada na norma do mérito, e que ultrapassa a simples privação económica. Como mostrámos no capítulo 1, esta medida também é sensível às diferenças percebidas de investimentos sociais.

A dimensão intergrupar, quer do racismo subtil, quer do flagrante, é acentuada não só pelos resultados respeitantes à privação relativa intergrupar, mas

também pelos valores conseguidos na equação de regressão pelas percepções de interdependência. Como decorre da teoria de Sherif *et al.* (1961-1988) e foi verificado por outros autores noutros contextos (e. g., Roux *et al.* 1994), a percepção de interdependência negativa, ou o conflito percebido entre os interesses do endogrupo e do exogrupo, facilita muito claramente o preconceito e a discriminação.

Racismo e saliência das identidades nacional e racial

Colocámos a hipótese de que, quanto maior a saliência da identidade nacional e da identidade racial, maior a orientação para o racismo. A nível das análises bivariadas, verifica-se, de facto, uma associação da identidade nacional com o racismo subtil, mas não com o racismo flagrante. Este efeito desaparece, contudo, na análise de regressão apresentada. Pelo contrário, no que se refere à saliência da identidade racial, os efeitos obtidos nas análises bivariadas permanecem na equação de regressão, quer a nível do racismo flagrante, aquele que remete, directamente, para as crenças sobre as desigualdades raciais, quer a nível do racismo subtil.

Os resultados relativos à identidade nacional conflituam com os que obtiveram Pettigrew e Meertens (1995). Embora a associação entre a identidade nacional e o preconceito não seja das associações mais fortes encontradas por aqueles autores e esta associação esteja marcada por alguma heterogeneidade entre as amostras europeias, trata-se de um resultado consistente. Porém, no estudo de Pedersen e Walker (1997), realizado na Austrália, verifica-se uma associação entre a identidade nacional e o racismo moderno, relativamente aos aborígenes, mas não entre a identidade nacional e o racismo tradicional. Note-se, por outro lado, que Inglehart (1995), num estudo realizado em 43 países, encontrou uma associação clara entre identidade nacional e conservadorismo, mas não entre identidade nacional e etnocentrismo.

Outros resultados, relatados por Duckitt e Mphuthing (1998), sugerem que o conceito de identidade nacional é um conceito multidimensional, havendo que distinguir entre «patriotismo» (dimensão emocional da ligação com o país) e «nacionalismo» (saliência da orientação para a competição nas comparações internacionais). Nos resultados referidos por aqueles autores apenas o nacionalismo se apresenta correlacionado com o etnocentrismo. Além disso, num estudo sobre as dimensões da identidade nacional no Reino Unido, Dowds e Yoting (1997) identificaram quatro dimensões da identidade nacional britânica: orgulho no funcionamento do país, orgulho na herança e cultura nacionais, xenofobia e protecção. Só esta última dimensão se encontra correlacionada com a xenofobia e a exclusão de imigrantes, e a xenofobia e o protecção não se encontram correlacionados com as duas primeiras dimensões.

Apesar do interesse e da precisão conceptual dos estudos referidos, estes não ajudam a esclarecer a razão pela qual um mesmo indicador, orientado para medir a identidade nacional na sua dimensão de «patriotismo», ou inclusividade, se apresenta correlacionado com o racismo em diferentes amostras europeias, mas não, claramente, na amostra portuguesa.

As análises de variância múltipla nunca mostraram efeitos de interação consistentes entre a identidade nacional (operacionalizada como «orgulho nacional» ou como saliência da categoria «português») e o conservadorismo político, ou a posição política, ou ainda a identidade racial, sobre o racismo flagrante ou subtil. Podia, de facto, supor-se uma associação mais clara entre a saliência da identidade nacional e o racismo, por parte daqueles que, ou são politicamente conservadores, ou são de direita ou salientam a identidade racial. Nenhuma destas associações se verificou. No entanto, no capítulo anterior mostrámos que a distintividade racial é significativamente menor entre aqueles que manifestam baixa identidade nacional e menor conservadorismo.

Estes resultados sugerem o interesse de estudos empíricos mais aprofundados das dimensões, conteúdos e consequências da identidade nacional no contexto português, sendo plausível que diferentes representações dessa identidade tenham por consequência atitudes sociais, também elas, diferentes.

Racismo e diferenças individuais no plano ideológico

Os resultados mostram uma associação clara entre o conservadorismo moral e o racismo, mas não entre este e o conservadorismo político ou o posicionamento político (esquerda/direita). Como já referimos, este resultado não se deve a uma elevada correlação entre estas três variáveis independentes (correlação entre o conservadorismo político e moral: 0,34, entre posicionamento político e conservadorismo político e moral, respectivamente 0,08 e 0,18).

A relação entre o conservadorismo moral e o preconceito verifica-se na literatura desde Adorno *et al.* (1950), mostrando-se como esta dimensão ideológica salienta as clivagens intergrupais e a discriminação exogrupal. Mas os resultados do estudo europeu mostram também uma associação consistente entre o posicionamento político e o racismo, o que não sucede no nosso caso nem no estudo de Pedersen e Walker (1997).

Nos países europeus estudados por Pettigrew e Meertens, como mostram Buechler e Buechler (1987, citados por Wagner e Zick 1995), as políticas oficiais relativamente às minorias e aos imigrantes covariam sistematicamente com a orientação ideológica (esquerda/direita) dos partidos políticos, assumindo os partidos de esquerda posições de maior abertura à imigração, o que parece reflectir-se nas posições dos inquiridos que se categorizam mais à esquerda ou mais à direita. Ora, a dissociação entre o plano político e as ideologias racistas,

no nosso país, poderá dever-se, exactamente, ao facto de nenhum dos grandes partidos políticos defender abertamente posições racistas, o que não sucede noutros países europeus, onde existem partidos políticos que o fazem. A dissociação referida poderá também dever-se ao facto de os grandes partidos em Portugal, à esquerda como à direita, não teorizarem sobre o racismo e não tomarem, consistentemente, posições anti-racistas ou antixenófobas, parecendo partilhar todos a ideologia «luso-tropicalista». Ou seja, todos parecem idealizar, como uma suposta idiossincrasia nacional, o não racismo. Se assim for, essa posição facilita a difusão do racismo subtil. Este resultado é tanto mais pertinente quanto mostra que as disrupções racistas (embora mais prováveis à direita do que à esquerda, como mostraram as análises bivariadas e o primeiro modelo de regressão) podem ocorrer em qualquer espaço político.

No plano das variáveis ideológicas, deve ainda realçar-se a associação entre a adesão à norma de justiça distributiva meritocrática e o racismo subtil. Este resultado, bem como os resultados relativos à privação relativa intergrupala, prestam apoio ao imperativo de Tajfel (1984) para uma análise da associação entre os mitos sobre a justiça social, a justificação das desigualdades sociais e agora os fenómenos de preconceito mais subtis. Mas este resultado presta também apoio, embora indirecto, à teoria de Katz e Hass (1988), que faz ancorar as novas atitudes racistas no individualismo meritocrático.

Racismo, etnocentrismo e intolerância à incongruência de crenças

Seria provável que o etnocentrismo aparecesse mais associado ao racismo flagrante do que ao racismo subtil, dado que esta variável é um indicador de um sentimento de rejeição generalizada de exogrupos «étnicos» ou «raciais». Aliás, é esse o resultado apresentado pelo estudo europeu. No entanto, no nosso estudo só permanece na equação relativa ao racismo subtil. A intolerância à incongruência de crenças e valores entre o endogrupo e o exogrupo, variável associada por Rokeach (1960) ao preconceito (num contexto histórico em que este assumia expressões abertamente rudes), aparece associada ao racismo flagrante.

Racismo e contacto interpessoal

O contacto de amizade revelou-se um preditor consistente da redução do preconceito, o mesmo não sucedendo com o contacto de vizinhança, ainda que controlado o estatuto do vizinho. Estes resultados são concordantes com as análises do estudo europeu, realizadas por Pettigrew (1997) e por Hamberger e Hewstone (1997). A análise realizada por Pettigrew mostra ainda que, sendo plausível o caminho causal que vai de um preconceito menor para um maior número de amizades intergrupais, o caminho inverso é, estatisticamente, mais

plausível. Este segundo caminho é, precisamente, o proposto pela teoria do contacto (Allport 1954-1958; Cook 1979), que sugere uma generalização do nível interpessoal para o nível intergrupai, isto é, que as amizades interpessoais, entre membros de grupos diferentes, podem conduzir a uma reconceptualização mais positiva do exogrupo.

Resumo e conclusões

Neste capítulo situámos os conceitos de racismo flagrante e de racismo subtil no contexto das várias teorias que têm analisado as novas expressões do racismo, adoptando uma perspectiva claramente comparativa. Esta comparação incidiu não só sobre a análise da organização das dimensões do racismo, mas também sobre os seus preditores, comparando os nossos resultados com aqueles que foram obtidos, através de procedimentos idênticos, em França, na Alemanha, em Inglaterra e na Holanda.

É comum pensar que a especificidade da nossa cultura e da nossa história colonial, a fácil miscigenação de portugueses com outros povos, o facto de muitos «negros» residentes no país serem cidadãos nacionais, ou o facto de a maioria dos imigrantes africanos serem provenientes das antigas colónias, contribuiriam para a especificidade de um eventual racismo em Portugal. No fundo, esta ideia é ainda uma consequência da ideologia «luso-tropicalista» e é alimentada por actores políticos de diferentes quadrantes. Ora, o que o conjunto dos resultados apresentados mostra é que as crenças racistas se organizam em Portugal de forma semelhante à de outros países europeus, que os factores que estão na sua génese não são, significativamente, diferentes daqueles que subjazem ao racismo subtil ou flagrante noutros países e que em Portugal, tal como nos restantes países europeus, a norma anti-racista incide sobre o racismo flagrante, mas não sobre o racismo subtil.

Em termos de pesquisas futuras, uma atenção especial deverá, contudo, ser concedida à especificidade de alguns dos nossos resultados. Referimo-nos às associações entre conservadorismo político, posicionamento político (direita-esquerda), identidade nacional e racismo. As análises que efectuámos mostram que estas dimensões do pensamento social não se encontram tão associadas como noutros países europeus. Análises teóricas, mais finas, destes conceitos, nomeadamente do conceito de identidade nacional como representação social, poderão permitir operacionalizações, também mais finas, e esclarecer a ambiguidade dos resultados que obtivemos.

O modelo de análise que desenvolvemos, e que incluía um conjunto diversificado de preditores do racismo, foi organizado de acordo com as principais teorias que a psicologia social vem propondo neste domínio. Verificámos que

os melhores preditores do racismo flagrante e subtil são aqueles que decorrem do nível de análise intergruppal. Estes resultados acentuam a relevância que a psicologia social tem conferido aos processos de categorização e categorização social e convidam à articulação dos dois paradigmas teóricos fundamentais sobre as relações intergrupais: o paradigma da identidade social e o paradigma da interdependência, nas suas diferentes versões. De facto, é no quadro das relações entre grupos assimétricos que o racismo, como inferiorização do outro e expressão da dominação social, pode ser compreendido.

Os resultados obtidos a partir do mesmo modelo de análise indicam ainda alguma influência de factores relativos às diferenças individuais na adesão às crenças racistas. Estas diferenças individuais relevam de processos psicológicos e de diferentes posicionamentos ideológicos. No primeiro caso incluímos o etnocentrismo, a intolerância à incongruência de crenças e a reduzida complexidade cognitiva (medida indirectamente através do grau de escolaridade). No segundo caso incluímos o conservadorismo moral e a adesão à norma meritocrática de justiça. Se exceptuarmos esta última variável, que coloca a ideologia sobre a justiça social no centro das reflexões sobre o racismo, podemos dizer que as restantes diferenças individuais são, de certo modo, redutíveis às variáveis que Adorno e Rokeach, há quarenta anos, consideraram variáveis críticas no desencadeamento do pensamento racista. Como articular as diferenças individuais com os processos de categorização social e os processos de relações intergrupais? Como articular as diferenças individuais, os processos de categorização social e os constrangimentos situacionais ou os processos sociais mais alargados, que podem fazer do mais igualitário dos indivíduos alguém com comportamentos racistas, pelo menos subtis? E como identificar as condições psicológicas e sociais em que a cultura do outro, percebido como diferente, é essencializada e inferiorizada? Deixamos estas perguntas para futuras pesquisas.

Anexo

Quadro 5.9 – Preditores do racismo flagrante e subtil: análises de variância (médias)

	Racismo flagrante	Racismo subtil
Idade	$F(3,514) = 6,19,$ $p < 0,001$	$F(3,509) = 8,07,$ $p < 0,001$
<32	20,48 a	30,42 a
32-44	23,14 ab	32,28 ab
45-54	23,97 h	33,72 h
55-64	24,77 b	34,89 b
<i>Total</i>	22,66	34,43
Grupo sócio-profissional	$F(4,486) = 15,21,$ $p < 0,001$	$F(4,482) = 7,90,$ $p < 0,001$
Empresários e dirigentes	20,37 ab	32,37 ab
Prof. técnicos e de enquadramento	18,95 a	29,75 a
Trabalhadores independentes	24,61 bc	34,20 b
Empregados executantes	25,1c	33,38 h
Operários	27,41c	35,39 b
<i>Total</i>	22,93	32,56
Escolaridade	$F(2,524) = 54,89,$ $p < 0,001$	$F(2,519) = 37,86,$ $p < 0,001$
Até 6.º ano completo	27,94 a	36,45 a
9.º- 12.º ano	21,06 h	30,69 b
Curso médio/superior	18,27c	29,66 h
<i>Total</i>	22,86	32,48
Percepção de interdependência	$F(2,518) = 112,5,$ $p < 0,001$	$F(2,513) = 107,3,$ $p < 0,001$
Interdependência negativa	31,13 a	39,05 a
Independência	27,56 h	37,17 a
Interdependência positiva	18,9c	29,1 h
<i>Total</i>	2216	3257
Privação relativa intergruppal	$F(2,460) = 37,74,$ $p < 0,001$	$F(2,458) = 45,58,$ $p < 0,001$
Privados	27,21 a	36,59 a
Não privados	21,2 h	31,72 b
Gratificados	19,37 b	28,87c
<i>Total</i>	22,5	32,22
Privação relativa intragrupal	$F(2,476) = 2,93,$ $p = 0,044$	$F(2,472) = 2,82,$ $p = 0,061$
Privados	20,93 a	30,91 a
Não privados	23,33 a	33,05 a
Gratificados	23,24 a	32,68 a
<i>Total</i>	22,66	32,33

	Racismo flagrante	Racismo subtil
Identidade racial	$F(3,51,8) = 40,67,$ $p < 0,001$	$F(3,514) = 32,81,$ $p < 0,001$
Nada importante	17,26 a	21,10 a
Pouco importante	20,79 b	31,11 h
Importante	25,25c	34,22c
Muito importante	28,83 d	37,22 d
<i>Total</i>	22,97	32,52
Identidade nacional/ser português	n. s.	$F(2,520) = 3,74,$ $p = 0,011$
Nada importante		29,04 a
Pouco importante		32,63 ab
Importante		32,74 h
Muito importante		33,44 b
<i>Total</i>		32,53
Identidade nacional/orgulho nacional	n. s.	$F(3,509) = 3,16,$ $p = 0,025$
Nada orgulhoso		33,99 ab
Pouco orgulhoso		30,09 a
Orgulhoso		32,51 ab
Muito orgulhoso		33,71 b
<i>Total</i>		32,59
Etnocentrismo	$F(2,513) = 9,39,$ $p < 0,001$	$F(2,508) = 9,95,$ $p < 0,001$
Favoritismo exogrupal	21,31 ab	29,50 a
Não discriminação	20,82 a	31,12 a
Favoritismo endogrupal	24,43 b	33,92 h
<i>Total</i>	22,91	32,56
Conservadorismo moral	$F(1,452) = 86,41$ $p < 0,001$	$F(1,444) = 51,8,$ $p < 0,001$
Não conservadores	19,1	29,83
Conservadores	26,75	35,15
<i>Total</i>	22,94	32,5
Conservadorismo político	$F(1,501) = 46,88$ $p < 0,001$	$F(1,449) = 51,8,$ $p < 0,001$
Conservadores (ordem)	26,51	35,18
Não conservadores (particip.)	20,42	30,64
<i>Total</i>	22,75	32,4
Posicionamento político	$F(2,444) = 11,56$ $p < 0,001$	$F(2,441) = 8,11,$ $p < 0,001$
Esquerda	21,34 a	31,2 a
Centro	20,75 a	31,13 ab
Direita	25,93 b	34,9 h
<i>Total</i>	22,16	32

	Racismo flagrante	Racismo subtil
Incongruência/amizades intergrupais: política	$F(2,454) = 23,82,$ $p < 0,001$	$F(2,451) = 14,87,$ $p < 0,001$
Muitos	19,82 a	30,15 a
Poucos	24,3 b	34,16 b
Nenhum	26,69c	35 b
<i>Tótal</i>	22,71	32,44
Incongruência/amizades intergrupais: classe	$F(2,504) = 4,74,$ $p = 0,009$	$F(2,493) = 3,58,$ $p = 0,03$
Muitos	20,56 a	30,88 a
Poucos	22,24 b	32,63 ab
Nenhum	24,36 h	33,48b
<i>Tótal</i>	22,79	32,43
Incongruência/intolerância à diferença	$F(3,526) = 8,63,$ $p < 0,001$	$F(3,521) = 5,06,$ $p < 0,002$
Nunca incomodado	21,95 a	31,62 a
Raramente incomodado	22,14 a	32,42 ab
Algumas vezes incomodado	26,84 b	35,03 b
Muitas vezes incomodado	30,46 b	37,24 ab
<i>Tótal</i>	22,94	32,48
Normas de justiça social distributiva	n. s.	$F(1,432) = 9,74,$ $p < 0,002$
Igualdade		30,75
Mérito		33,39
<i>Tótal</i>		32,59
Amizade com negros: ter amigos negros	$F(1,526) = 74,64,$ $p < 0,001$	$F(1,521) = 66,53,$ $p < 0,001$
Sim	20,65	30,64
Não	27,87	36,57
<i>Tótal</i>	22,97	32,54
Ter vizinhos negros de estatuto igual	$F(1,491) = 7,04,$ $p = 0,008$	$F(1,487) = 8,14,$ $p = 0,005$
Sim	20,6	30,37
Não	23,45	33,05
<i>Tótal</i>	22,9	32,53

Nota: escalas de racismo flagrante e de racismo subtil: mínimo de racismo = 10, máximo = 50.

Bibliografia

- Adams, J. 1965. «Inequality in social exchange». In *Advances in Experimental Social Psychology*. Vol. 1, ed. L. Berkowitz. Nova Iorque: Academic Press, 266-300.
- Adorno, T. W., E. Frenkel Brunswik, D. Levinson e R. N. Sanford. 1950. *The Authoritarian Personality*. Nova Iorque: Harper & Row.
- Alexandre, V. 1999. «O Império e a ideia de raça (séculos XIX e XX)». In *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*, coord. J. Vala. Oeiras: Celta.
- Allen, V. L., e D. A. Wilder. 1975. «Categorization belief similarity and intergroup discrimination». *Journal of Personality and Social Psychology*, 32: 971-977.
- Allport, G. W. 1954. *The Nature of Prejudice*. Cambridge, MA: Addison-Wesley.
- Almeida, J. F., A. F. Costa e F. L. Machado. 1994. «Famílias, estudantes e universidade: painéis de observação sociográfica». *Sociologia: Problemas e Práticas*, 4: 11-44.
- Almeida, M. R. 1991-1992. *Inquérito à Vitimação*. Lisboa: GEP/MJ.
- Altemeyer, B. 1994. «Reducing prejudice in right-wing authoritarians». In *The Psychology of Prejudice: The Ontario Symposium*. Vol. 7, eds. M. P. Zanna e J. M. Olson. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 131-148.
- Amâncio, L. 1996. «Identidade social e relações intergrupais». In *Psicologia Social*, coords. J. Vala e M. B. Monteiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 287-309.
- Amir, Y. 1969. «Contact hypothesis in ethnic relations». *Psychological Bulletin*, 71: 319-342.
- Arcuri, L., e S. Bocca. 1999. «Posicionamentos políticos, racismo subtil e racismo flagrante face aos negrebinos em Itália». In *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*, coord. J. Vala. Oeiras: Celta.
- Baganha, M. I. 1996. «Immigrant insertion in the informal economy: the Portuguese case». Primeiro relatório apresentado ao *Programa TSER, CEIDG XII – Science, Research, and Development*.
- Barkan, E. 1992. *The Retreat of Scientific Racism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Benavente, A., A. Rosa, A. F. Costa e P. Ávila. 1996. *Estudo Nacional de Literacia: Relatório Preliminar*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Benedict, R. 1945. *Race and Racism*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Bierbrauer, G., e P. Pedersen. 1996. «Culture and migration». In *Applied Social Psychology*, eds. G. R. Semin e K. Fiedler. Londres: Sage Publications.
- Biernat, M., T. K. Vescio, S. A. Theno e C. S. Crandall. 1995. «Values and prejudice: toward understanding the impact of American values on outgroup attitudes». In *The Ontario Symposium on Motivation*, eds. M. P. Zanna e J. M. Olson. Hillsdale, MA: Lawrence Erlbaum Associates, 153-189.
- Billig, M. 1981. *L'internationale raciste: de la psychologie à la «science» des races*. Paris: Maspéro.
- Bobo, L. 1988. «Group conflict, prejudice, and the paradox of contemporary racial attitudes». In *Eliminating Racism*, eds. Ph. A. Katz e D. A. Talyor. Nova Iorque: Plenum Press.
- Bobo, L., e V. L. Hutchings. 1996. «Perceptions of racial group competition: extending Blumer's theory of group position to a multiracial social context». *American Sociological Review*, 61: 951-972.

- Bracinha-Vieira, A. 1996. «Racismo e teoria». *Ethnologia*, 3-4: 23-38.
- Brito, R. 1999. «Racismo e assimetria positivo-negativo no enviesamento endogrupal ao nível das avaliações intergrupais». Dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE.
- Brown, R. 1995. *Prejudice: its Social Psychology*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Bryman, A., e D. Cramer. 1992. *Análise de Dados em Ciências Sociais: Introdução às Técnicas Utilizando o SPSS*. Oeiras: Celta.
- Buechler, H. C., e J. M. Buechler. 1987. *Migrants in Europe: the Role of Family, Labour, and Politics*. Westport, CT: Greenwood.
- Campbell, D. T. 1965. «Ethnocentrism and other altruistic motives». In *Nebraska Symposium on Motivation*, ed. D. Levine. Lincoln, NE: University of Nebraska Press.
- Campbell, D. T., e R. A. Levine. 1968. «Ethnocentrism and intergroup relations». In *Theories of Cognitive Consistency: a Sourcebook*, eds. R. Abelson et al. Chicago, IL: Rand McNally.
- Converse, P. E. 1964. «The nature of belief systems in mass publics». In *Ideology and Discontent*, ed. D. E. Apter. Nova Iorque: Free Press, 206-261.
- Cook, S. W. 1979. «Social science and school desegregation: did we mislead the Supreme Court», *Personality and Social Psychology Bulletin*, 5: 420-437.
- Correia, I. 1995. «Relações entre grupos, discriminação e influência social: o impacto da categorização e da interdependência». Dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE.
- Crosby, F. 1976. «A model of egoistical relative deprivation». *Psychological Review*, 83: 85-113.
- Davis, J. C. 1971. «Toward a theory of revolution». In *When Men Revolt and Why: a Reader in Political Violence and Revolution*, ed. J. C. Davis. Nova Iorque: Free Press.
- De Ridder, R., e R. C. Tripathi. 1992. *Norm Violation and Intergroup Relations*. Oxford: Clarendon Press.
- Deschamps, J. C. 1982. «Social identity and relations of power between groups». In *Social Identity and Intergroup Relations*, ed. H. Tajfel. Cambridge: Cambridge University Press.
- Devine, P. 1989. «Stereotypes and prejudice: their automatic and controlled components». *Journal of Personality and Social Psychology*, 56: 5-18.
- Devos, T., L. Comby e J.-C. Deschamps. 1996. «Asymmetries in judgements of ingroup and outgroup variability». *European Review of Social Psychology*, 7: 95-144.
- Dijker, A. J. M. 1987. «Emotional reactions to ethnic minorities». *European Journal of Social Psychology*, 17: 305-325.
- Doise, W. 1990 «Les représentations sociales». In *Traité de psychologie cognitive: cognition, représentation, communication*. Vol. 3, eds. R. Ghiglione, C. Bonnet e L.-F. Richard. Paris: Dunod.
- Dollard, L., L. Doob, N. Miller, O. Mowrer e R. Sears. 1939. *Frustration and Aggression*. New Haven, MA: Yale University Press.
- Dovidio, J. F., L. Mann e S. L. Gaertner. 1989. «Resistance to affirmative action: the implications of aversive racism». In *Affirmative Action in Perspective*, eds. F. Blanchard e F. Crosby. Nova Iorque: Springer-Verlag.
- Dovidio, J. F., e S. L. Gaertner. 1998. «On the nature of contemporary prejudice: the causes, consequences, and challenges of aversive racism». In *Confronting Racism: the Problem and the response*, eds. J. L. Eberhardt e S. T. Fiske. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Dowds, L., e K. Young. 1997. «National identity». In *British Social Attitudes: The 13th Report*, eds. R. Jowell, J. Curtice, A. Park, L. Brook e K. Thomson. Dartmouth: Social and Community Planning Research.
- Duckitt, J. H. 1992. «Psychology and prejudice: a historical analysis and integrative framework». *American Psychologist*, 47: 182-1193.
- Duckitt, L., e T. Mphuthing. 1998. «Group identification and intergroup attitudes: a longitudinal analysis in South Africa». *Journal of Personality and Social Psychology*, 74: 80-85.

- Echebarria, E., A. G. Castro e J. Luis. 1995. «Teoría del conflicto objetivo e intentos integradores». In *Psicología Social del Prejuicio y el Racismo*, eds. A. Echebarria, M. T. G. Landazabal, J. L. G. Castro e M. V. Saez. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, 141-151.
- Edmonton, M. 1964. «Race». In *Dictionary of the Social Sciences*, eds. J. Gould e W. L. Kolb. Nova Iorque: Unesco/The Free Press of Glencoe.
- Eiser, J. R. 1986. *Social Cognition: Attitudes, Cognition and Social Behaviour*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fishbein, M., e I. Aizen. 1975. *Belief, Attitude, Intention, and Behavior: an Introduction to Theory and Research*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Freyre, G. 1933. *Casa Grande e Senzala*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Gaertner, S. L., e J. F. Dovidio. 1986. «The aversive form of racism». In *Prejudice, Discrimination, and Racism*, eds. J. F. Dovidio e S. L. Gaertner. Nova Iorque: Academic Press, 61-89.
- Gaertner, S. L., J. F. Dovidio, Ph. A. Anastasio, B. A. Bachman e M. Rust. 1993. «The common ingroup identity model: recategorization and the reduction of intergroup bias». *European Review of Social Psychology*, 4: 1-26.
- Gaertner, S. L., e J. P. McLaughlin. 1983. «Racial stereotypes: associations and ascriptions of positive and negative characteristics». *Social Psychology Quarterly*, 46: 23-30.
- Garcia, J. L., T. Seabra e J. Vala. 1993. «O pós-materialismo: problemas conceptuais e metodológicos». In *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*. Vol. II. Lisboa: Fragmentos.
- Gould, S. J. 1985. *O Sorriso do Flamingo: Reflexões sobre a História Natural*. Lisboa: Gradiva.
- Guimond, S., e F. Tougas. 1994. «Sentiments d'injustice et actions collectives: la privation relative». In *Stéréotypes, discrimination et relations intergroupes*, eds. R. Y. Bourhis e J.-Ph. Leyens. Liège: Mardaga.
- Gurr, T. 1971. «A causal model of civil strife: a comparative analysis using new indices». In *When Men Revolt and Why: a Reader in Political Violence and Revolution*, ed. J. C. Davis. Nova Iorque: Free Press.
- Haddock, G., M. P. Zanna e V. M. Esses. 1994. «The (limited) role of traitladen stereotypes in predicting attitudes toward native peoples». *British Journal of Social Psychology*, 33: 83-106.
- Hamberger, L., e M. Hewstone. 1997. «Inter-ethnic contact as a predictor of blatant and subtle prejudice: tests of a model in four West European nations». *British Journal of Social Psychology*, 36: 173-190.
- Hamilton, D., e R. K. Guifford. 1976. «Illusory correlation in interpersonal perception: a cognitive basis of stereotypic judgements». *Journal of Experimental Social Psychology*, 12: 392-407.
- Hamilton, D., e S. Sherman. 1996. «Perceiving persons and groups». *Psychological Review*, 103: 336-355.
- Heath, A. 1976. *Rational Choice and Social Exchange*. Cambridge: Cambridge Academic Press.
- Hewstone, M., e R. Brown, eds. 1986. *Contact and Conflict in Intergroup Encounters*. Oxford: Basil-Blackwell.
- Hirshfield, L. 1996. *Race in the Making: Cognition, Culture, and the Child's Construction of Human Kinds*. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology Press.
- Hofstede, G. 1984. *Culture's Consequences: International Differences in Work-Related Values*. Beverly Hills, CA: Sage Publications.
- Hopkins, N., S. Reicher e M. Levine. 1997. «On the parallels between social cognition and the 'new racism'». *British Journal of Social Psychology*, 36: 305-329.
- Hovland, C., e R. R. Sears. 1940. «Minor studies in aggression, VI, correlation of lynchings with economic indices». *Journal of Psychology*, 9: 301-310.
- Inglehart, R. 1977. *The Silent Revolution*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Inglehart, R. 1988. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

- Inglehart, R. 1995. «Modification des valeurs, développement économique et évolution politique». *Revue internationale des sciences sociales*, 145: 433-460.
- Jackson, J. S., K.T. Brown e D. C. Kirby. 1998. «International perspectives on prejudice and racism». In *Confronting Racism: the Problem and the Response*, eds. J. L. Eberhardt e S. T. Fiske. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Jagodzinski, W., e E. Weede. 1981. «Testing curvilinear propositions by polynomial regression with particular reference to the interpretation of standardized solutions». *Quality and Quantity*, 15: 447-463.
- Jodelet, D. 1989. «Représentations sociales: un domaine en expansion». In *Les représentations sociales*, ed. D. Jodelet. Paris: PUF.
- Jones, J. M. 1972. *Prejudice and Racism*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Katz, D., e K. Brau. 1933. «Racial stereotypes in one hundred college students». In *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 28, Pp. 280-290.
- Katz, I. 1981. *Stigma: a Social Psychological Analysis*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Katz, I., J. Wackenhut e R. G. Hass. 1986. «Racial ambivalence, value duality, and behavior». In *Prejudice, Discrimination, and Racism*, eds. J. F. Dovidio e S. L. Gaertner. Nova Iorque: Academic Press, 35-59.
- Katz, I., e R. G. Hass. 1988. «Racial ambivalence and American value conflict: correlational and priming studies of dual cognitive structures». *Journal of Personality and Social Psychology*, 55: 893-905.
- Kelman, H. C. 1961. «Processes of opinion change». *Public Opinion Quarterly*, 35: 57-78.
- Kinder, D. R., e D. O. Sears. 1981. «Prejudice and politics: symbolic racism versus racial threats to the good life». *Journal of Personality and Social Psychology*, 40: 414-431.
- Larsen, K. S. 1978. «White attitudes towards aborigines: a working framework». *Australian Quarterly*, 50: 94-113.
- Lemaine, G., e J. Ben Brika. 1989. «Identity and physical appearance: stability and desirability». *Revue internationale de psychologie sociale*: 327-338.
- Lerner, M. 1977. «The justice motive: Some hypotheses as to its origins and forms». *Journal of Personality*, 45: 1-52.
- Leyens, J. Ph., V. Y. Yzerbyt e G. Schadron. 1992. «The social judgeability approach to stereotypes». *European Review of Social Psychology*, 3: 91-120.
- Leyens, J. Ph., V. Y. Yzerbyt e G. Schadron. 1994. *Stereotypes and Social Cognition*. Londres: Sage.
- Lima, L. 1997. «Comentário ao texto 'Racismo, estereótipos e emoções'». Comunicação apresentada no seminário «Expressões dos racismos: perspectivas psicossociológicas», Lisboa.
- Linville, P. W., G. W. Fischer e P. Salovey. 1989. «Perceived distributions of the characteristics of in-group and out-group members: empirical evidence and a computer simulation». *Journal of Personality and Social Psychology*, 57: 165-188.
- Lipset, S. M. 1983. *Political Man*. Londres: Heinemann.
- Lorenzi-Gouldi, F. 1988. *Individus dominants et groupes dominés*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Luhtanen, R., e J. Crocker. 1990. «Self-esteem and intergroup comparisons: towards a theory of collective self-esteem». In *Social Comparison Theory and Research*, eds. J. Suls e T. A. Wills. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Machado, F. L. 1992. «Etnicidade em Portugal: contrastes e politização». *Sociologia – Problemas e Práticas*, 12: 123-136.
- Machado, F. L. 1994. «Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade». *Sociologia – Problemas e Práticas*, 16: 111- 134.
- Maia, H. L. 1997. «Representações sociais da violência urbana e avaliação do sentimento de insegurança na cidade de Lisboa». Dissertação de mestrado, Lisboa, ISCTE.

- Martin, L, e A. Murray. 1983. «Distributive injustice and unfair exchange». In *Relative Deprivation and Social Comparison: the Ontario Symposium*, eds. K. S. Cook e D. M. Messick. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- McConahay, J. B. 1983. «Modern racism and modern discrimination». *Personality and Social Psychology Bulletin*, 9: 551-558.
- McConahay, J. B. 1986 «Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale». In *Prejudice, Discrimination, and Racism*, eds. J. F. Dovidio e S. L. Gaertner. Nova Iorque: Academic Press, 91-125.
- McConahay, J. B., e J. C. Hough. 1976. «Symbolic racism». *Journal of Social Issues*, 32: 23-45.
- Meertens, R., e T. F. Pettigrew. 1999. «Será o racismo subtil mesmo racismo?» In *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*, coord. J. Vala. Oeiras: Celta.
- Meertens, R. W. 1993, «Subtle prejudice, interethnic distance and ethnic hierarchy». Comunicação apresentada ao Xth General Meeting of the European Association of Experimental Social Psychology, Lisboa.
- Monteiro, M. B. 1993. «Conflito e cooperação nas relações intergrupais». In *Psicologia Social*, coords. J. Vala e M. B. Monteiro. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Monteiro, M. B., L. Lima e J. Vala. 1994. «Relações entre grupos e gestão de conflitos: a retórica da discriminação». In *Psicologia Social e das Organizações: Estudos em Empresas Portuguesas*, coords. J. Vala, M. B. Monteiro, L. Lima e A. Caetano. Oeiras: Celta.
- Moscovici, S. 1961. *La psychanalyse, son image et son publique*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. 1976. *La psychanalyse, son image et son publique*. Paris: PUF.
- Moscovici, S., e J. Perez. 1999. «A extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias: o caso dos ciganos». In *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*, coord. J. Vala. Oeiras: Celta.
- Pais, J. M. 1996. *Os Jovens no Concelho de Loures*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Pedersen, A., e I. Walker. 1997. «Prejudice against Australian aborigines: oldfashioned and modern forms». *European Journal of Social Psychology*, 27: 561-587.
- Pérez, J. A. 1996. «Nuevas formas de racismo». In *Del Prejuicio al Racismo: Perspectivas Psicossociales*, eds. J. F. Morales e S. Xubero. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La-Mancha, 79-102.
- Pérez, J. A., G. Mugny, E. Llavata e R. Fierres. 1993. «Paradoxe de la discrimination et conflit culturel: études sur le racisme». In *Influences sociales: la théorie de l'élaboration du conflit*, orgs. J. A. Pérez e G. Mugny. Paris: Delachaux et Niestlé, 145-168.
- Pettigrew, T. F. 1971. *Racially Separate or Together?* Nova Iorque: McGraw-Hill.
- Pettigrew, T. F. 1997. «Generalized intergroup contact effects on prejudice». *Personality and Social Psychology Bulletin*, 23: 173-185.
- Pettigrew, T. F. 1999. «Sistematização dos preditores do racismo». In *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*, coord. J. Vala. Oeiras: Celta.
- Pettigrew, T. F., G. W. Allport e E. O. Barnet. 1958. «Binocular resolution and perception of race in South Africa». *British Journal of Psychology*, 49: 265-278.
- Pettigrew, T. F., e R. W. Meertens. 1995. «Subtle and blatant prejudice in Western Europe». *European Journal of Social Psychology*, 25: 57-75 e 203-226.
- Pina-Cabral, J. 1997. «Racismo ou etnocentrismo?» Manuscrito não publicado, Universidade Atlântica.
- Pires, R., e A. Saint-Maurice. 1989. «Descolonização e migrações: os imigrantes dos PALOP em Portugal». *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 10-11: 203-226.
- Pires, R., e A. Saint-Maurice. 1999. «Imigrantes africanos em Portugal». In *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*, coord. J. Vala. Oeiras: Celta.
- Rabbie, J. M., J. C. Schot e L. Visser. 1989. «Social identity theory: a conceptual and empirical critique from the perspective of a behavioral interaction model». *European Journal of Social Psychology*, 19: 171-202.

- Rocher, G. 1981. *Sociologia Geral*. Lisboa: Editorial Presença.
- Rokeach, M. 1948. «Generalized mental rigidity as a factor in ethnocentrism». *Journal of Abnormal Social Psychology*, 43: 259-278.
- Rokeach, M. 1956. «Political and religious dogmatism: an alternate to the authoritarian personality». *Psychological Monographs*, 70: 18.
- Rokeach, M. 1960. *The Open and Closed Mind*. Nova Iorque: Basic Books.
- Rokeach, M. 1968. *Beliefs, Attitudes, and Values: a Theory of Organization and Change*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Rokeach, M. 1973. *The Nature of Human Values*. Nova Iorque: Free Press.
- Rosch, E. 1975. «Universals and culture specifics in human categorization». In *Cross-Cultural Perspectives on Learning: the Interface between Culture and Learning*, eds. R. W. Brislin, S. Bochner e W. J. Lonner. Nova Iorque: Wiley and Sage.
- Rothbart, M., e M. Taylor. 1992. «Category labels and social reality: do we view social categories as natural kinds?» In *Language, Interaction, and Social Cognition*, eds. G. R. Semin e K. Fiedler. Londres: Sage, 11-36.
- Roux, P., P. Cobet, A. Clémance, J.-C. Deschamps e W. Doise. 1994. *Stéréotypes et relations entre générations*. Lausanne: Institut des Sciences Sociales et Pédagogiques.
- Runcimann, W. 1966. *Relative Deprivation Theory*. Londres: Pelican.
- Saint-Maurice, A. 1997. *Reconstrução das Identidades no Processo de Emigração: a População Cabo-Verdiana Residente em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Santos, M. E. B., e M. Dias. 1993. «Bem-estar individual, relações interpessoais e participação social». In *Portugal, Valores Europeus e Identidade Cultural*, coord. L. França. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 43-74.
- Schönbach, P. 1970. *Sprache Undattitüden*. Berlim: Huber.
- Schönbach, P., P. Gollwitzer, G. Stiepel e U. Wagner. 1980. *Education and Intergroup Attitudes*. Londres: Academic Press.
- Schwarcz, L. M. 1996. «Questão racial no Brasil». In *Negras Imagens: Ensaios sobre Cultura e Escravidão no Brasil*, orgs. L. M. Schwarcz e L. V. S. Reis. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Estação Ciência.
- Schwartz, S. H. 1995. «Social values». In *The Ontario Symposium on Motivation*, eds. M. P. Zanna e J. M. Olson. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Schwartz, S. H., e N. Struch. 1989. «Values, stereotypes, and intergroup antagonism». In *Stereotyping and Prejudice: Changing Conceptions*, eds. D. Bar-Tal, C. F. Graunman, A. W. Krugianski e W. Stroebe. Nova Iorque: Springer-Verlag, 151-167.
- Sears, D. O. 1988. «Symbolic racism». In *Eliminating Racism: Profiles In Controversy*, eds. P. A. Katz e D. A. Taylor. Nova Iorque: Plenum, 53-84.
- Sears, D. O., e J. B. Mcconahay. 1973. *The Politics of Violence: the New Urban Blacks and the Watts Riot*. Boston, MA: Houghton-Mifflin.
- Sherif, M. 1966. *Group Conflict and Co-Operation: Their Social Psychology*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Sherif, M., O. L. Harvey, B. L. Whrre, W. R. Hood e C. W. Sherif. 1961-1988. *The Robbers Cave Experiment: Intergroup Conflict and Cooperation*. Middletown, CT: Wesleyan University Press.
- Smith, E. 1997. «Social cognition meets social identity: group membership becomes an extended self». In *Social Identity and Social Cognition*, eds. D. Abrams e M. Hogg. Oxford: Blackwell Publishers.
- Stangor, C., L. A. Sullivan e T. E. Ford. 1991. «Affective and cognitive determinants of prejudice». *Social Cognition*, 9: 359-380.
- Strobe, W., e C. A. Insko. 1989. «Stereotypes, prejudice and discrimination: changing conceptions in theory and research». In *Stereotypes and Prejudice: Changing Conceptions*, eds. D. Bar-Tal, C. F. Grauman, A. W. Krugianski e W. Stroebe. Nova Iorque: Springer.

- Struch, N., e S. H. Schwartz. 1989. «Intergroup aggression: its predictors and distinctness from in-group bias». *Journal of Personality and Social Psychology*, 56: 64-373.
- Swift, A., G. Marshall, C. Burgoyne e D. Routh. 1995. «Distributive justice: does it matter what people think?». In *Social Justice and Political Change*, eds. R. Kluegel et al. Nova Iorque: Aldine.
- Swim, J. K., K. L. Aikin, W. S. Hall e B. A. Hunter. 1995. «Sexism and racism: old-fashioned and modern prejudices». *Journal of Personality and Social Psychology*, 68: 199-214.
- Tajfel, H. 1957 «Value and the perceptual judgement of magnitude». *Psychological Review*, 64: 192-204.
- Tajfel, H. 1972. «La catégorisation sociale». In *Introduction à la psychologie sociale*, ed. S. Moscovici. Paris: Larousse.
- Tajfel, H. 1982a. «Social psychology of intergroup relations». *Annual Review of Psychology*, 33: 1-39.
- Tajfel, H. 1982b. *Grupos Humanos e Categorias Sociais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H. 1984. «Intergroup relations, social myths and social justice in social psychology». In *The Social Dimension*. Vol. 2, ed. H. Tajfel. Cambridge: Cambridge University Press, 695-715.
- Tajfel, H., C. Flament, M. G. Billig e R. P. Bundy. 1971. «Social categorisation and intergroup behaviour». *European Journal of Social Psychology*, 1: 149-178.
- Tajfel, H., e J. C. Turner. 1979. «An integrative theory of intergroup conflict». In *The Social Psychology of Intergroup Relations*, eds. W. G. Austin e S. Worchel. Monterey, CA: Brooks/Cole, 33-48.
- Tamel, H., e A. L. Wilkes. 1963. «Classification and quantitative judgement». *British Journal of Psychology*, 54: 101-114.
- Tetlock, P. E. 1985. «Integrative complexity and political reasoning». In *Mass Media and Political Thought*, eds. S. Kraus e A. M. Perloff. Beverlyhills, CA: Sage.
- Torres, R. R., e A. R. Pérez. 1997. «Diseño de un cuestionario para la medición de las creencias sobre las diferencias raciales». Manuscrito não publicado, Universidade de La Laguna, La Laguna, Espanha.
- Touraine, A. 1992. «Le racisme aujourd'hui». In *Racisme et modernité*, ed. M. Wieviorka. Paris: La Découverte.
- Trentin, R., M. G. Monaci e F. De Lumé. 1996. «Integration at school: its effect on stereotype and emotions towards gypsies». Comunicação apresentada ao XIth General Meeting of the European Association of Experimental Social Psychology, Gmunden.
- Tumin, M. 1964. «Ethnic group». In *Dictionary of the Social Sciences*, eds. J. Gould e W. L. Koib. Nova Iorque: UNESCO/TheFree Press of Glencoe.
- Turner, J. C. 1987. *Rediscovering the Social Group: a Self-Categorization Theory*. Oxford: Basil-Blackwell.
- Tyler, T. R. 1984. «Justice in the political arena». In *The Sense of Injustice: Social Psychological Perspectives*, ed. R. Folger. Nova Iorque: Plenum Press, 189-225.
- Vala, J. 1993. «Privation relative intergroupe, identité sociale et action sociopolitique». In *Perspectives cognitives et conduites sociales: jugements sociaux et changements des attitudes*, eds. J. L. Beauvois, R. V. Joule e J. M. Monteil. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé.
- Vala, J. 1997. «Representações sociais e percepções intergrupais». *Análise Social*, 140: 7-29.
- Vala, J., coord. 1999. *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta.
- Vala, J., M. L. Lima e M. B. Monteiro. 1987. «Conflitos intergrupais em contexto organizacional: problemas de investigação e de intervenção – estudo de um caso». *Análise Social*, 23: 801-814.
- Van Snippenburg, L. B., e P. Scheepers. 1989. «Political apathy and radicalism in the Netherlands during the eighties». Comunicação apresentada ao *West European Political Cultures in a Comparative Perspective Workshop, European Consortium for Political Research*, Paris.
- Vanneman, R. D., e T. F. Pettigrew. 1972. «Race and relative deprivation in the urban United States». *Race*, 13: 461-486.

- Villaverde Cabral, M. 1995. «Equidade social, Estado-Providência e sistema fiscal». *Sociologia – Problemas e Práticas*, 17: 9-34.
- Wagner, U. 1983. *Soziale Schützugehörigkeit, formales Bildungsniveau und ethnische Vorurteile*. Berlin: Express.
- Wagner, U., e A. Zick. 1995. «The relation of formal education to ethnic prejudice: it's reliability, validity and explanation». *European Journal of Social Psychology*, 25: 41-56.
- Wagner, U., e P. Schonbach. 1984. «Links between educational status and prejudice: ethnic attitudes in West Germany». In *Groups in Contact*, eds. N. Miller e M. B. Brewer. Orlando, FA: Academic Press.
- Walker, I. 1994. «Attitudes towards minorities: survey evidence of Western Autralians' attitudes to aborigines, asians, and women». *Autralian Journal of Psychology*, 46: 137-143.
- Wenzel, M., e A. Mummendey. 1996. «Positive-negative asymmetry of social discrimination: a normative analysis of differential evaluations of in-group and out-group on positive and negative attributes». *Bristish Journal of Social Psychology*, 35: 493-507.
- Wieviorka, M. 1991. *L'espace du racisme*. Paris: Éditions du Seuil.
- Wieviorka, M. 1992. *Racisme et modernité*. Paris: La Découverte.
- Yzerbyt, V. Y., G. Schandron, J. Ph. Leyens e S. Rocher. 1994. «Social judgeability: the impact of meta-information cues on the use of stereotypes». *Journal of Personality and Social Psychology*, 66: 48-55.
- Zajonc, R. B. 1968. «Attitudinal effects of mere exposure». *Journal of Personality and Social Psychology Monograph Supplements*, 9: 1-27.
- Zanna, M. P., G. Hamock e V. M. Esses. 1990. «The nature of prejudice». Comunicação apresentada na Nags Head Conference sobre «Estereótipos e relações intergrupais», Carolina do Norte.
- Zanna, M. P., e J. K. Rempel. 1988. «Attitudes: a new look at an old concept». In *The Social Psychology of Knowledge*, eds. D. Bar-Tal e A. W. Kruglanski. Cambridge: Cambridge University Press, 315-334.

Jorge Vala

Posfácio

Como referido no prefácio com que abre esta reedição do trabalho que publicámos conjuntamente com Diniz Lopes e Rodrigo Brito em 1999, decidimos manter o texto original sem alterações. Porém, considerou-se que esta reedição seria uma oportunidade para um posfácio, no sentido exacto do termo. Este posfácio reflecte e problematiza alguns dos eixos organizadores da pesquisa que após a publicação do estudo que agora se reedita fui realizando em colaboração com vários colegas.

A reflexão que se segue foi elaborada para a XI Conferência Internacional sobre Representações Sociais, que teve lugar em Junho de 2012 na Universidade de Évora,¹ e incide sobre uma proposta de análise do racismo como uma representação social. Argumenta-se também em favor da diferença e da complementaridade entre uma análise do racismo como representação social e o preconceito racial. Em terceiro lugar, este texto propõe-se contribuir para a análise do impacto das pressões da norma anti-racista nas transformações e mutações das crenças racistas.

Propomos que a análise do racismo como representação social nos permite estabelecer uma distinção teoricamente coerente entre preconceito racial e racismo (Vala e Pereira 2012; Vala, Pereira e Costa-Lopes 2009), na medida em que oferece os necessários elementos teóricos para compreender o racismo como uma teoria social, estimula o diagnóstico de diferentes tipos de ancoragem do racismo e da sua institucionalização e permite investigar as modalidades de objectivação dos conceitos que o sustentam. Finalmente, a teoria das representações sociais oferece um quadro analítico que possibilita a análise psicossocial do racismo numa perspectiva histórica (Alexandre 1999, Bethencourt e Pearce 2012, Castelo 1998, Fredrickson 2004, Jahoda 1998, Matos 2006, Sobral 2004, Xavier 2012, Pollares-Burke 2012, Henriques 2011, Bethencourt 2014) e no quadro da memória colectiva (Cabecinhas e Feijó 2010, Licata e Klein 2010, Licata e Volpato 2010 e Valentim 2008).

O nosso posicionamento teórico sobre as transformações das crenças racistas está baseado em princípios sócio-normativos (Sherif e Sherif 1953, Beauvois e

¹ Este texto foi já publicado na revista *Papers on Social Representations*, 22-29 de Junho de 2013, e no livro *As Representações Sociais em Sociedades em Mudança*, organizado por Felismina Mendes, Manuel Lopes e Jorge Jesuino, a editar pela Editora Vozes, Rio de Janeiro. Foram dadas as necessárias autorizações para o inserir neste livro.

Dubois 1988,, Cialdini, Kallgren e Reno 1991 e Pereira e Costa-Lopes 2012), na hipótese de que o preconceito não é independente das normas sociais (Pettigrew e Meertens 1995), nas relações entre grupos (Doise 1976 e Tajfel 1982) e na teoria da identidade social (Tajfel 1982 e Gaertner e Dovidio 2005).

Em análises anteriores sobre o racismo temos salientado a sua articulação com os conflitos intergrupais e identitários (Vala, Brito e Lopes 1999, Pereira, Vala e Costa-Lopes 2010, Pereira, Vala e Leyens 2009, Vala e Pereira 2012, Vala, Pereira, Costa-Lopes e Deschamps 2010 e Vala, Pereira, Lima e Leyens 2012), por vezes considerando até o racismo como uma simples modalidade das relações intergrupais, tal como estudadas pela teoria da identidade social. Neste texto olhamos o racismo a partir da teoria das representações sociais (Moscovici 1962), que articulamos com o campo de estudo das relações intergrupais. A reflexão que vamos desenvolver decorre, assim, dos estudos que desde 1999 temos apresentado em várias publicações, mas é sobretudo tributária da distinção entre o racismo como representação social e o preconceito racial, que só recentemente introduzimos nos nossos trabalhos (Vala e Pereira 2012), na linha do caminho aberto por Moscovici e Pérez (1997). Aliás, na pesquisa sobre o racismo e a sociedade portuguesa publicada em 1999 defendemos uma equivalência entre preconceito racial e racismo, equivalência conceptual da qual nos afastámos progressivamente, nomeadamente a partir dos estudos sobre normas sociais e preconceito racial de Lima (2002). De qualquer modo, a preocupação conceptual e metodológica que nos move insere-se num debate para cuja renovação queremos contribuir. Referimo-nos ao debate em torno da distinção entre racismo e preconceito racial iniciado por Jones em 1972 e depois retomado por vários autores, entre os quais salientamos alguns que o promoveram a partir do conceito de representação social (Augoustinos 2009, Sanchez-Mazas 2004 e Howart e Hook) ou ainda a partir de identidade social, como fizeram Augoustinos e Reynolds (2001).

Desenvolveremos o nosso argumento em três etapas, que serão progressivamente articuladas. Num primeiro momento reflectiremos sobre o racismo como representação social, onde são centrais as crenças sobre as diferenças entre grupos humanos e a sua hierarquização e que se distingue do preconceito racial, conceito que consideramos exprimir atitudes e sentimentos negativos, flagrantes ou subtis, face a grupos definidos com base em categorias raciais. Num segundo momento apresentaremos uma análise exploratória das ancoragens sociais, míticas, sócio-históricas e institucionais do racismo. Na terceira etapa deste texto focaremos o papel das pressões normativas anti-racistas sobre a retracção do preconceito racial explícito e sobre as transformações e a evolução adaptativa das teorias racistas de senso comum.

Representações sociais, racismo e preconceito racial

A literatura da psicologia social utiliza quase indistintamente os termos racismo e preconceito racial. Com raras exceções, a maioria dos estudos analisou o racismo como um conjunto de atitudes negativas contra grupos sociais específicos, como os negros, os judeus ou os ciganos. Nesta perspectiva, Leyens e co-autores (Leyens *et al.* 2000 e Leyens 2012) estabelecem, de forma fundamentada, uma continuidade profunda ou uma quase equivalência entre os processos de discriminação intergrupar e o racismo. Neste sentido, podemos dizer que a investigação tem estabelecido uma grande homologia entre racismo e preconceito racial ou, de uma forma mais geral, entre racismo e atitudes intergrupais negativas explícitas ou implícitas, como é exemplo a definição clássica de preconceito proposta por Gordon Allport (1954) e a investigação que inspirou (para uma revisão, v. Fiske 1998) e como se infere do grande estudo de Pettigrew e Meertens (1995) sobre o preconceito racial flagrante e subtil.

Em oposição a esta perspectiva, propomos uma distinção entre racismo e preconceito racial, especificando que o racismo não é uma simples avaliação negativa de um grupo social específico, ainda que possa incluir atitudes negativas contra os grupos racializados, ou seja, definidos em termos de categorias raciais.

Podemos, no entanto, admitir a hipótese de um racismo sem atitudes negativas para com o grupo racializado e inferiorizado, baseadas em sentimentos de piedade e construídas em nome da ideia de progresso humano e de progresso civilizacional. Não é por acaso que Voltaire era fortemente antiescravagista, em nome da piedade, não deixando, porém, de considerar os negros um grupo inferior, mas que mereceria a nossa compaixão (v. Cohen 2003).

O racismo distingue-se ainda do preconceito racial, dado que é uma teoria social inscrita nas instituições sociais e no pensamento social e não um traço de personalidade, nem um fenómeno simplesmente atitudinal de natureza individual ou intergrupar. Trata-se de um fenómeno que organiza as relações entre grupos sociais, mas que é mais do que uma posição individual. O preconceito, porém, na literatura da psicologia social, exprime uma posição individual relativamente a um grupo, ainda que tal posição individual possa ser relativamente consensual, como propõe o conceito de estereótipo cultural sobre «raças» ou «etnias» desenvolvido por Devine e Monteith (1993). Gostaríamos ainda de sublinhar três outros aspectos que podem contribuir para o debate teórico que propomos.

Em primeiro lugar, a literatura sobre o racismo e o preconceito racial sublinhou, sobretudo, o papel de factores individuais que estão na sua génese. De acordo com a clássica revisão de literatura de Duckitt (1992), que, no entanto, faz economia dos factores cognitivos e identitários, a pesquisa sobre o preconceito racial pode ser organizada em quatro grandes grupos: (1) predisposições genéticas e evolutivas; (2) diferenças individuais; (3) factores sociais e institu-

cionais que organizam padrões de relações intergrupais (leis, normas de organização das relações sociais, etc.); (4) mecanismos de influência social que operam nas interações entre grupos e entre pessoas (*e. g.*, influências parentais, *mass media*, sistema educativo, estrutura e funções da organização do trabalho). Na nossa perspectiva, apenas os dois últimos níveis de análise convêm ao estudo do racismo como teoria social de senso comum. É nesse contexto que adquire sentido a diferença entre uma categorização baseada em processos intra-individuais, uma categorização baseada nas interações sociais e uma categorização baseada em relações de dominação.

Deste modo, na lógica teórica e empírica que adoptamos, o preconceito racial decorre frequentemente do racismo, mas não decorre necessariamente dele. Quantos de nós sentem desconforto ou mesmo receio perante pessoas negras e não acreditam, consciente ou inconscientemente, em hierarquias baseadas na raça? Por outro lado, pelo menos em teoria, podemos exprimir racismo sem recorrer a atitudes negativas, como acima ilustrámos com o exemplo de Voltaire e como poderia ser mostrado através da evocação de histórias literárias e de episódios históricos onde se descrevem relações afectivas positivas fortes entre brancos e negros num quadro de dominação racial também forte.

Finalmente, estabelecendo uma articulação com a conceptualização proposta por W. Doise (2005), diríamos que o preconceito estará próximo do etnocentrismo, enquanto o racismo exprime, numa expressão de D. Jodelet (2005), um sentimento de alteridade radical, na medida em que as diferenças entre grupos, baseadas em critérios biológicos ou culturais, seriam percebidas como profundas e geradoras de hierarquias sociais dificilmente ultrapassáveis ou apenas ultrapassáveis no tempo longo da história.

Foi no quadro desta opção conceptual que propusemos, num trabalho recente (Vala e Pereira 2012), que o racismo pode ser conceptualizado como uma representação social sobre a natureza da humanidade assente nos seguintes processos psicológicos e sociais fundamentais: categorização (crença na humanidade como estando organizada em grupos raciais ou étnicos; a humanidade não seria um conjunto de indivíduos nem de categorias equivalentes, mas de categorias hierarquizadas); diferenciação (os grupos humanos teriam diferenças profundas entre eles); hierarquia (certos grupos são, de forma estável, superiores aos outros); essencialização (as diferenças seriam imutáveis; as diferenças entre comportamentos teriam subjacentes diferenças biológicas a que corresponde um essencialismo biológico, enquanto as diferenças culturais gerariam essências que sustentam o que podemos chamar essencialismo cultural) (Rothbart e Taylor 1992); «alteridade radical» (nem todos os grupos terão todas as essências que o senso comum considera distintas dos humanos).

Uma contribuição empírica para este debate encontra-se numa pesquisa que publicámos em colaboração com Cícero Pereira e Rui Costa-Lopes (Vala *et al.*

2009) e que passamos a resumir. Nessa pesquisa os autores examinaram as relações entre crenças raciais de natureza biológica ou cultural que não se referem a grupos sociais específicos, mas que remetem para crenças gerais sobre a organização dos grupos humanos [exemplos: a espécie humana está dividida entre diferentes grupos raciais; a espécie humana está dividida entre diferentes grupos étnicos; a espécie humana está dividida em grupos culturais muito semelhantes; alguns grupos humanos são mais civilizados do que outros, etc. (Pereira 2013)] e dimensões do preconceito racial.

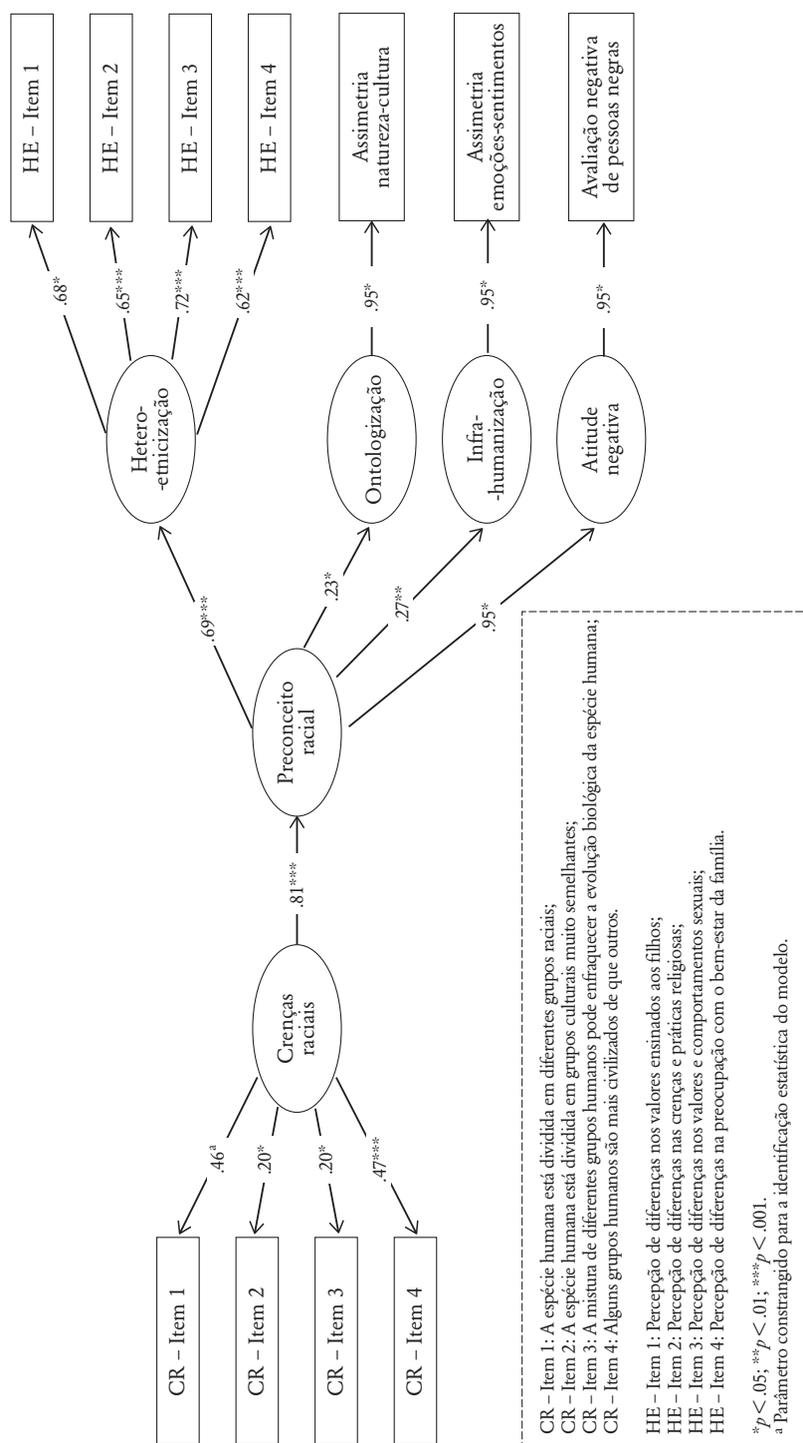
As dimensões do preconceito racial aplicado a pessoas negras que foram estudadas nesta pesquisa eram as seguintes: *ontologização*, baseada na oposição natureza/cultura, tal como definida por Moscovici e Pérez (1997), *infra-humanização*, assente na oposição entre emoções (natureza) e sentimentos (cultura), tal como estudada por Leyens *et al.* (2000), e ainda a *hetero-etnicização*, ou acentuação de diferenças culturais entre o grupo próprio e outros grupos inferiorizados, como definido na nossa própria pesquisa (Vala *et al.* 2009). A estas três dimensões acrescentámos ainda a dimensão mais evidente do preconceito racial, ou seja, a dimensão avaliativa, explicitamente baseada na oposição bom/mau, agradável/desagradável, etc.

Como se mostra no modelo sumariamente apresentado na figura P.1, os resultados obtidos evidenciam que a hetero-etnicização (percepção de diferenças culturais entre as pessoas negras e, neste caso, os portugueses), a ontologização (maior atribuição de traços naturais a pessoas negras do que aos portugueses e maior atribuição de traços culturais a portugueses do que a pessoas negras), a infra-humanização (maior atribuição da capacidade de expressar sentimentos aos portugueses do que aos negros) e a atitude negativa são dimensões de um factor a que chamámos preconceito racial e que este factor é predito por crenças racistas ou representações sociais sobre a natureza das diferenças entre grupos humanos baseadas em «essências culturais» ou em «essências biológicas» e na sua hierarquização. O modelo alternativo contra o qual o modelo apresentado foi testado através de equações estruturais era um modelo que considerava uma única variável latente que integraria crenças raciais e dimensões do preconceito. Os resultados mostraram que o nosso modelo (figura P.1) era melhor do que o modelo alternativo, que não distinguia entre crenças raciais e preconceito racial.

Ancoragens sociais do racismo

Como se referiu, pensar o racismo no quadro da teoria das representações sociais facilita não só questionar a sua redução ao preconceito racial, como pensá-lo no quadro do conceito de objectivação e do conceito de ancoragem numa perspectiva sócio-histórica e contextual. Apresentamos, assim, algumas

Figura P.1 – Relação entre crenças raciais e dimensões do preconceito



sugestões analíticas sobre o processo de ancoragem social do racismo no quadro do conceito de representação social.

Jahoda (1998) lembra que o princípio da ancoragem ou da familiaridade foi enunciado por Vico, no século XVIII, com base na formulação seguinte: «Quando o homem não é capaz de formar uma ideia sobre qualquer coisa distante ou desconhecida, julga uma tal coisa no quadro do que lhe é familiar». De uma forma mais diferenciada, Moscovici (1984) definiu a ancoragem como o processo que integra uma coisa estranha ou perturbadora no nosso sistema particular de categorias e a compara ao protótipo da categoria que julgamos adequada, tornando-a familiar. No quadro do conceito de ancoragem, o racismo consiste em não reconhecer como totalmente humana uma dada entidade e colocá-la numa categoria não humana, cujas fronteiras e significados têm mudado ao longo da história, que a torna inteligível. Retomando a distinção estabelecida por Moscovici (2002) entre pensamento social *simbólico* e *estigmatizante*, Kalampalikis e Hass (2008) propõem duas modalidades de ancoragem, uma distinção que pode ajudar a compreender melhor como o processo de ancoragem intervém na constituição do racismo: «a primeira forma de ancoragem é compatível com o pensamento *simbólico* e introduz e veicula familiaridade, a segunda é compatível com o pensamento *estigmatizante* e veicula estranheza. Assim [...] podemos conceber uma outra forma de familiarização com o desconhecido, isto é, familiarização com o não-comum, o não-familiar, o estranho, o não-eu, que garante, orquestra ou institui a diferença» (p. 456).

Edward Said: a ancoragem do racismo no protótipo negativo da humanidade

Uma análise exemplar do que entendemos por ancoragem do racismo enquanto representação social foi levada a cabo por Edward Said (2007 [1978]) na sua obra sobre a construção do Oriente pelo orientalismo, um movimento intelectual, político e colonialista que desde o início do século XIX produziu doutrina e imagéticas sobre o próprio Oriente. A análise que Said realizou desta vasta produção sobre o Oriente cabe no quadro do conceito de ancoragem. Com efeito, na análise de Said, o *outro* torna-se familiar através da sua representação como radicalmente diferente do protótipo do humano ocidental, mas também como profundamente semelhante a tudo o que é julgado inferior pelo Ocidente, como os delinquentes, os loucos, os pobres. Segundo Said, de Renan a Marx, de Lane a Sacy, de Flaubert a Nerval, todos têm em comum o facto de falarem do Oriente como diferente, desigual e inferior, como «um lugar que necessita do Ocidente redentor» (p. 241), um lugar que é, afinal, o inverso negativo do Ocidente positivo.

Gustav Jahoda: o racismo e os mitos sobre a sociogénese do humano

Num livro que se tornou um clássico sobre as imagens do *outro*, Jahoda (1998) descreve a representação do selvagem e a sua ligação com a emergência do racismo.

De entre estas imagens, salientamos algumas daquelas que Jahoda descreve longamente: a imagem da criança como proto-humano, a imagem do desenvolvimento interrompido e a imagem do louco ou do degenerado. Estas imagens remetem para as oposições civilizado/primitivo e natural/cultural. Estas oposições podem ser vistas no quadro da evolução e então o *outro* é visto como passível de retomar o caminho do humano, nomeadamente através da fé cristã ou da escolarização. Porém, quando a diferença está associada a uma diferença genética, a um erro genético ou degenerescência, a evolução torna-se impossível. A este propósito, tomamos como exemplo Oliveira Martins, um intelectual português do século XIX, para quem, de acordo com o espírito do tempo, a «civilização das pessoas negras através da educação» seria impossível devido à sua própria natureza (v. Alexandre 1999).

George Fredrickson: a ancoragem do racismo em diferentes contextos históricos

Descrevemos agora um outro tipo de ancoragem do racismo. Tomando como ponto de referência a análise histórica do racismo conduzida pelo historiador americano George Fredrickson (2004), descrevemos a ancoragem do racismo em três contextos históricos para a compreensão das suas transformações.

A este propósito, importa, contudo, introduzir uma nota prévia: falamos do contexto sócio-histórico do racismo no mundo ocidental. É evidente, porém, que consideramos que os processos sócio-psicológicos mobilizados pela inferiorização radical de um *outro* relativamente a um *nós* serão, fundamentalmente, os mesmos em qualquer contexto sócio-histórico, uma vez que se trata sempre de compreender as relações sociais entre humanos, tal como são construídas pelos próprios humanos. Mas estes processos psicossociais não serão mobilizados da mesma forma nem interagirão entre eles de forma similar em todos os contextos sociais e históricos, cuja diferenciação produzirá problemáticas também diferentes. Prudentemente, Fredrickson faz uma história do racismo ocidental, e não uma história do racismo universal. Situando-nos, pois, no «mundo ocidental», exploramos de seguida a ancoragem do racismo no contexto cultural-religioso medieval, no contexto científico da modernidade e no contexto político-institucional da primeira parte do século XX.

A ancoragem religiosa do proto-racismo antijudeu e antinegro

Como sabemos, durante toda a Idade Média, as relações entre cristãos e judeus foram marcadas por uma hostilidade permanente, acompanhada por momentos de grande violência, especificamente na Península Ibérica, em finais do século XV e começo do século XVI. Esta hostilidade, que acompanhou expulsões e discriminações de todo o tipo, estava apoiada em crenças antijudeu supostamente baseadas nos evangelhos, que colocam os judeus fora do grupo dos hu-

manos: como está descrito no Evangelho de S. João (8:44 e 8:48), Jesus teria dito sobre os judeus «sois filhos do Diabo» e estes teriam respondido «tu és samaritano e possuído pelo Diabo». Os judeus têm sido pensados pelos cristãos como estando na margem do humano, não devido a uma inferiorização biológica, mas cultural, em que o religioso é central.

Outra crença fundamental na relação cristãos-judeus é a de que é possível converter um judeu ao cristianismo, mas que esta conversão não será genuína, porque a «essência religiosa» é imutável. Os judeus convertidos serão sempre «cristãos-novos», mas nunca cristãos, simplesmente. São estas crenças que justificam a separação, a exclusão e o genocídio como modos dominantes das relações sociais entre a cristandade e os judeus, só recentemente atenuados. Como recorda Connelly (2013), a relação entre cristãos e judeus foi demasiado grotesca ao longo da história, tão grotesca que não parece real. A reactivação dos *pogrom* medievais em pleno século XX tinha subjacente a inferioridade biológica dos judeus, como evocamos adiante. Mas o factor religioso como essência permanece. Connelly (2013) cita, a este propósito, dois intelectuais católicos alemães dos anos 30. Para Joseph Eberle, os católicos deveriam afastar-se dos judeus, mesmo daqueles que se haviam convertido, «pois o sangue e a raça não são apagados pelo baptismo». E o mesmo autor cita ainda Karl Adam para quem Cristo não era judeu, uma vez que a imaculada conceição de Jesus através de Maria, o separou «das características que se transmitem através do sangue de judeu para judeu».

No que se refere às relações dos povos europeus com os povos de cor negra, desde muito cedo se verifica na Idade Média uma associação recorrente entre as pessoas negras e os descendentes do filho de Noé que foi condenado à escravatura. Esta crença conferiu legitimidade às relações de separação e dominação, nomeadamente, sob a forma de escravatura, sendo a escravatura igualmente legitimada pelo facto de decorrer do reconhecimento devido pelo baptismo com que os brancos agraciavam os negros (por regra, os escravos eram baptizados, muitos deles antes de deixarem África (v., por exemplo, Lara 1999)

Este proto-racismo antinegro, tal como o proto-racismo antijudaico, está ancorado no campo cultural com caução religiosa, e não no campo biológico com caução científica, como acontecerá mais tarde. A caução religiosa, um factor fundamental no processo de legitimação, foi claramente questionada por Las Casas não só a propósito dos índios, mas também das pessoas negras (1989 [1552]), que defendeu vigorosamente.

Modernidade e racismo científico

É o contexto científico do século XVIII que introduz o biológico no racismo, em oposição ao cultural-religioso. Podemos considerar nuclear no movimento

intelectual que conduziu ao «racismo científico» o trabalho que Lineu desenvolveu no seu estudo sobre a taxonomia dos seres vivos e que viria a criar em 1758 (v. Jahoda 1998) a ordem dos primatas, subdividida em *homo*, *simia*, etc. O *homo* estava, por sua vez, subdividido em *sapiens* e *silvestris*. O *sapiens* estava subdividido em quatro categorias: americanos, europeus, asiáticos e africanos. Mais tarde, Gobineau, no seu «ensaio sobre a desigualdade» publicado em 1853 (Gobineau 1967), completará esta arquitectura intelectual, construindo uma categorização hierárquica das raças e uma relação entre fenótipos e cultura. Estas abordagens popularizam-se nomeadamente através da sua difusão nas enciclopédias, como se mostra neste extracto do Larousse de 1866 sobre o *negre* (cit. por Jahoda 1998): «A cor da pele não é a característica mais relevante que diferencia as espécies negras das espécies brancas. A estrutura anatómica é importante por outra ordem de razões, uma vez que coloca o negro entre o orangotango e o branco ou as espécies caucasianas...». Do plano cultural e religioso, na Idade Média, passamos, na modernidade, ao plano biológico com caução científica: novas categorizações dos humanos e não humanos organizam-se como uma nova visão do mundo, popularizam-se entre o «pensamento culto» e tornam-se senso comum. Tudo ficou então preparado para a entrada do racismo num novo contexto no qual será investido de novos significados: o campo político-institucional.

O campo político-institucional

Na modernidade é a caução científica que vai permitir legitimar diferentes formas de relação social decorrentes das crenças racistas, como a segregação, a exclusão e a dominação ou o genocídio. Mas é a entrada das teorias racistas nas instituições políticas que vai permitir legislar e burocratizar o racismo, tornando as categorias raciais tão familiares e legítimas como qualquer outra categoria burocrática. As raças tornam-se categorias administrativas como outras, a sua hierarquização leva a legislar para manter essa ordem natural hierárquica. Vai ser possível, assim, em diferentes contextos institucionais, definir o que é um negro, o que é um judeu, bem como os direitos de cada grupo. Vai ser possível também legislar sobre quanto tempo é necessário para purificar os descendentes de uma raça e para que seja possível atribuir-lhes outra natureza racial. Trata-se de incluir as crenças racistas e o essencialismo racial no quadro da lógica das decisões político-administrativas, sendo que são estas que vão, finalmente, tentar resolver as «ambiguidades» das pertenças raciais e, dessa forma, definir o que é uma raça e como se transmite.

Esta lógica político-administrativa atingiu o seu auge no regime nazi alemão, mas alimentou também o «regime» conhecido por «Jim Crow» nos Estados Unidos, que apenas foi extinto vinte anos após a segunda guerra mundial, e o

regime de *apartheid* na África do Sul, instituído depois da segunda guerra mundial, depois da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Declaração da UNESCO que contestou a ideia de raça. Nos três casos referidos, os grupos alvo de exclusão foram objecto de extermínio na Alemanha e de dominação legalizada nos Estados Unidos e na África do Sul, isto de par com legislação que proibia a mistura entre a «raça superior» e as «raças inferiores», que ordenava a segregação racial (bairros, escolas, instituições de saúde, lazer, etc.), que determinava a exclusão dos direitos cívicos dos grupos vistos como inferiores, bem como lhes limitava os direitos económicos, aprofundando o seu empobrecimento.

No âmbito da atribuição de sentido ao racismo no quadro político-institucional devemos dar um relevo especial às exposições que celebraram as «raças estranhas» e a sua inferioridade, o que sucede no contexto de legitimação da expansão dos impérios coloniais em África. A exposição «L'Invention du Sauvage» no Museu do Quai Branly em 2011-2012 evocou as exposições da «inferiorização do outro» entre 1890 e 1940. Durante cinquenta anos, as exposições dos povos colonizados popularizaram-se nas capitais das potências coloniais, acentuando as diferenças, estabelecendo as fronteiras do humano e celebrando o nacionalismo. No que se refere a Portugal, Matos (2006) fez um inventário exaustivo e bem sistematizado desta forma de espectáculo e pedagogia da legitimidade do colonialismo. Matos chama a atenção para o facto de Portugal ter aderido ao «movimento das exposições internacionais» ainda no século XIX, participando em exposições realizadas no estrangeiro, por exemplo, em Paris (1855, 1867 e 1879), Londres (1862), Viena (1873), Filadélfia (1876) e Amesterdão (1883), para além de ter organizado também algumas exposições no país, nomeadamente no Porto (1861 e 1865) e em Lisboa (1863 e 1882). De destacar a Exposição do Mundo Português, inaugurada em 1940, para celebrar a fundação de Portugal. Nesta exposição, como nas precedentes, participaram pessoas trazidas das colónias, agora em maior número, que foram exibidas em «cenários realistas» que celebravam o seu «atraso civilizacional» e o papel protector e reductor dos portugueses (Matos 2006).

Dinâmicas das crenças raciais e norma do anti-racismo

O horror da segunda guerra mundial, o sucesso dos movimentos de libertação africana, o êxito da luta dos negros americanos pelos direitos cívicos, a progressiva expansão da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e outros movimentos sociais são outros tantos momentos importantes do processo de deslegitimação da ideia de raça e das desigualdades sociais fundadas sob a raça que corroeu igualmente os fundamentos do nacionalismo. Tais pro-

cessos sociais mostram a progressiva difusão da norma do anti-racismo e levantaram obstáculos ao triunfo da ideia de raça. De representação social hegemónica, o racismo passa a adquirir os contornos de uma representação social polémica, objecto de disputa e conflito regulado pela legislação anti-racista e pela difusão da norma social anti-racista.

O preconceito racial escondido

Estas transformações têm sido melhor estudadas no domínio da análise do preconceito racial do que no domínio do estudo do racismo enquanto tal.

Foi no quadro dos estudos sobre o preconceito que se mostrou que a atribuição de traços estereotípicos negativos às pessoas negras nos Estados Unidos decresceu significativamente entre os anos 30 e os anos 90 (Dovidio *et al.* 1996). No início da década de 90, vários estudos realizados na Europa mostraram igualmente uma redução da atribuição de traços negativos a pessoas de grupos racializados. Por exemplo, Pérez (1996) mostrou que, em Espanha, os inquiridos atribuíam mais traços negativos aos espanhóis do que aos ciganos. Ou seja, os inquiridos procuravam claramente manifestar-se não preconceituosos face a um grupo que, em Espanha, se encontrava protegido pela norma do anti-racismo.

Por outro lado, no estudo de Pettigrew e Meertens (1995), realizado em quatro países europeus junto de amostras representativas, sobre o preconceito racial relativamente a imigrantes, os autores mostraram que o preconceito racial se exprimia através da negação de emoções positivas associadas aos imigrantes (e não da afirmação de emoções negativas). No estudo que na mesma década realizámos em Portugal (Vala *et al.* 1999) mostrámos ainda que o preconceito anti-negro se exprimia pela atribuição de mais traços positivos a portugueses do que a negros e não pela atribuição de mais traços negativos a estes do que àqueles.

Estes, como outros trabalhos, mostram que não é percebido como normativo exprimir abertamente avaliações negativas sobre membros de grupos que são ou foram alvo de racialização (por exemplo, nos estudos citados, os ciganos em Espanha, os negros em Portugal, os antilhanos e indianos no Reino Unido, os surinameses e os turcos na Holanda, os norte-africanos e as pessoas provenientes do Sudeste asiático em França e os turcos na Alemanha). Expressões escondidas do preconceito racial têm sido igualmente diagnosticadas fora da Europa e dos Estados Unidos, especificamente no Brasil no que toca ao preconceito antinegro (*e. g.*, Camino, Silva, Machado e Pereira 2001) e anti-índio (*e. g.*, Braga e Campos 2012).

Porém, a linha de pesquisa inaugurada por Gaertner e McLaughlin (1983), com medidas de associação automática entre palavras (positivas *vs.* negativas) e alvos de avaliação (por exemplo, brancos *vs.* negros), viria a mostrar que o preconceito racial permanecia muito activo. Esta linha de pesquisa tornou-se

célebre através da difusão dos estudos realizados por Greenwald e colaboradores (*e. g.*, Greenwald, McGhee e Schwartz 1998 e Nosek, Banaji e Greenwald 2002) com base no conhecido Implicit Association Test (IAT). Este teste e outras medidas do mesmo tipo, que usam latências de resposta e que são verdadeiras medidas não obstrutivas de atitudes (Fazio e Olson 2003), permitiram questionar se o preconceito racial estaria a sofrer uma redução genuína.

De facto, a natureza destas medidas não permite o controlo consciente das respostas e, portanto, a configuração dessas mesmas respostas de acordo com a norma anti-racista. Ou seja, o que as medidas de preconceito implícito vieram mostrar é que o preconceito racial se «escondeu» ou encontrou formas menos explícitas de expressão.

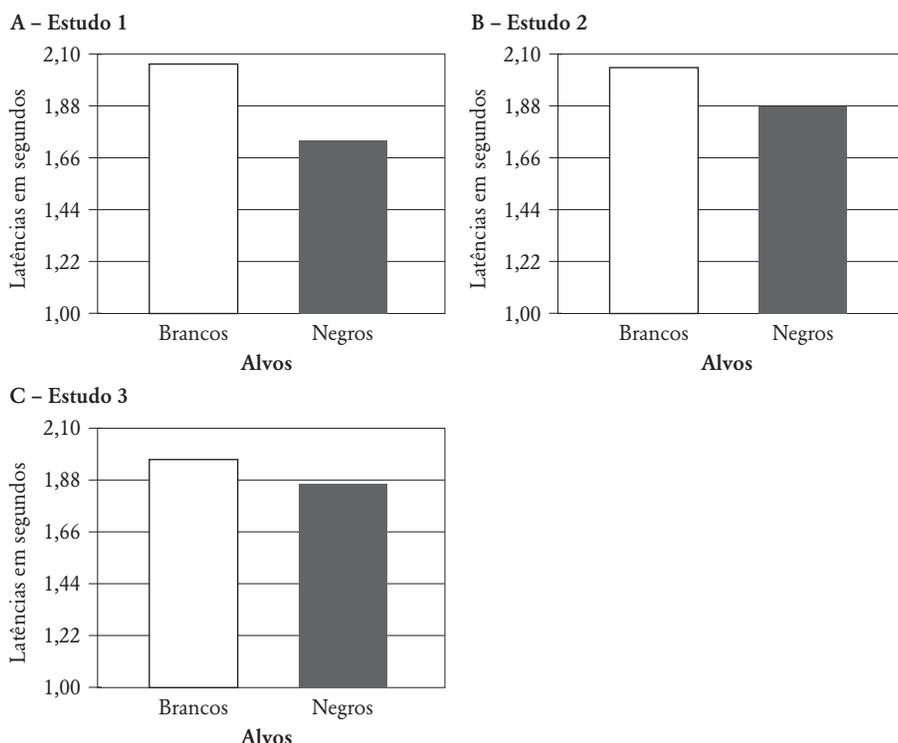
Críticas a este tipo de medidas têm proposto que tais análises do preconceito revelam sentimentos muito profundos, mas sem impacto nos comportamentos. Tal não parece ser o caso. Por exemplo, num domínio bem sensível, como o da prescrição de trombólise em situação hospitalar, o preconceito implícito, medido através do IAT, prediz mais frequente recomendação de trombólise para brancos do que para negros com um quadro clínico idêntico (Green *et al.* 2007).

Nós próprios (Vala, Lima, Pereira e Leyens 2012) usámos medidas implícitas para medir o tempo que pessoas brancas investem para formar uma impressão sobre pessoas brancas e pessoas negras, outra medida de discriminação racial implícita. A nossa hipótese era a de que os participantes mostrariam um enviesamento intergrupar do tempo (Intergroup Time Bias, ITB), isto é, que os participantes investiriam mais tempo para formar uma impressão sobre pessoas brancas do que sobre pessoas negras. O tempo significa, neste contexto, o grau de interesse, consideração e motivação pessoal investido numa pessoa-alvo de formação de uma impressão. Para testar a nossa hipótese realizámos uma série de estudos, os quais mostraram, como previsto, que os participantes brancos investiam mais tempo para formar uma impressão sobre outros brancos do que sobre negros (figura P.2).

Mostrámos ainda que o ITB se correlacionava com medidas não obstrutivas de preconceito e com a homogeneização das pessoas negras. Os nossos estudos evidenciaram ainda que o ITB é predito por medidas explícitas de racismo e não se correlaciona com a motivação interna e externa para controlar o preconceito (Plant e Devine 1998).

Importante para o argumento que estamos a desenvolver é o facto de os nossos estudos demonstrarem que os participantes investem mais tempo na atribuição de traços, quer negativos, quer positivos, para os brancos do que para os negros (figura P.3). No entanto, atribuem sempre mais traços positivos aos negros do que aos brancos e mais traços negativos aos brancos do que aos negros. Ou seja, num procedimento que não controlam (a medida implícita do

Figura P.2 – Tempo investido na atribuição de traços a pessoas brancas e negras numa tarefa de formação de impressões

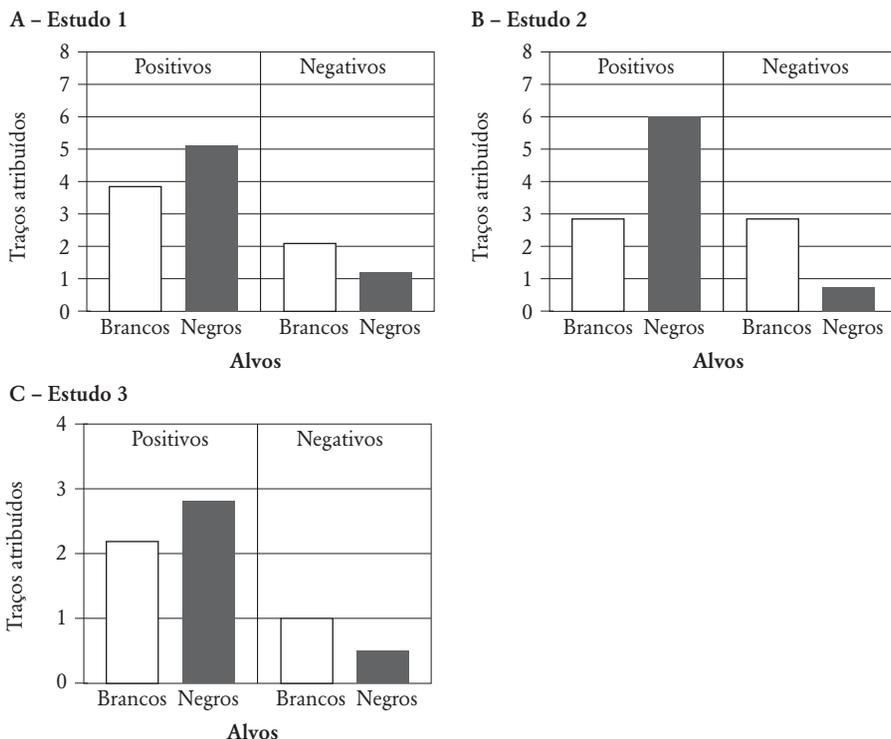


In Vala, Lima, Pereira e Leyens (2012).

tempo investido) manifestam enviesamento em favor dos brancos, investindo mais tempo para brancos do que para negros, enquanto num procedimento que controlam (a atribuição explícita de traços) manifestam enviesamento em favor das pessoas negras. Na nossa interpretação, a primeira medida não é afectada pela norma anti-racista, enquanto a segunda o é. Mais importante, um estudo complementar realizado com grupos mínimos (Klee *vs.* Kandinsky) mostrou favoritismo endogrupal, quer no investimento de tempo (medida implícita), quer na valência dos traços atribuídos (de facto, a norma antipreconceito não incide sobre este tipo de grupos imaginários).

Os estudos referidos permitem verificar que a norma anti-racismo tem impacto na expressão aberta do preconceito, mas não na sua expressão implícita. Por outro lado, importa evidenciar que a norma do anti-racismo não se exerce da mesma forma sobre todos os grupos racializados nem em todos os contextos culturais. Se acima mostrámos como no caso português a norma anti-racista

Figura P.3 – Valência da atribuição de traços a pessoas brancas e negras numa tarefa de formação de impressões



In Vala, Lima, Pereira e Leyens (2012).

protege as pessoas negras, o mesmo não sucede com as pessoas ciganas (Aguiar *et al.* 2008, Correia, Vala e Aguiar 2007 e Correia *et al.* 2005). Porém, tal não acontece em Espanha, país em que a norma protege as pessoas ciganas (Pérez 1996; e Correia *et al.* 2005), mas não os negros.

De qualquer forma, devemos sublinhar que nos trabalhos empíricos até agora referidos o papel da norma anti-racista foi sobretudo invocado, mas não demonstrado. Poucos estudos têm testado esta norma no sentido de observar os seus efeitos na expressão do preconceito racial. Como exceções, refiram-se os trabalhos iniciais de Katz e Hass (1988) e os trabalhos mais recentes de Lima e colaboradores (2006) realizados no Brasil, de Costa-Lopes Wigboldus e Vala (2013), bem como de Monteiro, França e Rodrigues (2009) e ainda de Falomir, Gabarrot e Mugny (2009). Nos dois primeiros casos mostra-se como a norma do igualitarismo anti-racista tem impacto na redução do preconceito implícito; nos dois últimos mostra-se como a mesma norma tem impacto na redução do preconceito e na discriminação racial aberta.

Transformações adaptativas do racismo: um vírus em evolução

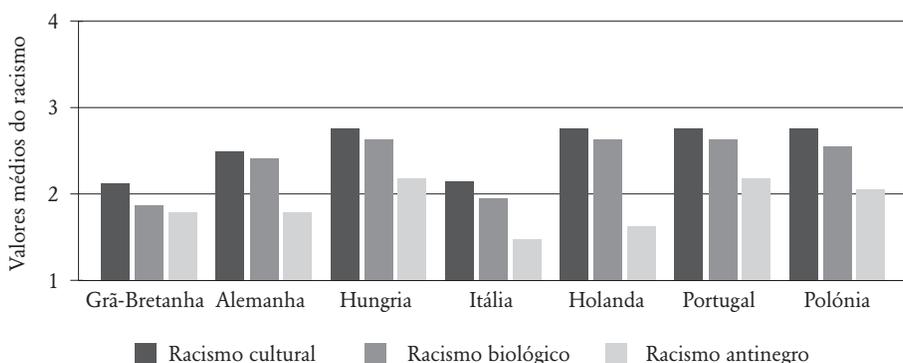
Mostrámos como a pressão normativa e a força dos movimentos sociais provocaram uma retracção do preconceito racial que, apesar de vivo, se manifesta mais de forma escondida do que explícita. Uma nova pergunta pode agora ser colocada: o que sucedeu com as representações sociais que organizam os grupos sociais e os hierarquizam com base em fenótipos, de que deduzem genótipos, que associam a padrões culturais? A hipótese que propomos é a de que, uma vez deslegitimada a ideia de hierarquias raciais pela acção da norma anti-racista, ocorrem transformações nas representações sobre as diferenças entre os grupos humanos e as «essências» que os diferenciam que se deslocam do plano do biológico para o plano da cultura. Esta transformação adaptativa permite que o racismo permaneça de uma forma que não é ameaçada pela norma anti-racista.

Esta hipótese decorre dos trabalhos realizados ainda nos anos 70 nos Estados Unidos sobre o chamado «racismo moderno» antinegro (Sears e McConahay 1973) e dos estudos sobre o chamado preconceito subtil anti-imigrante conduzidos por Pettigrew e Meertens (1995) na Europa nos anos 90 e ainda da teorização sobre o racismo cultural proposta por Balibar (2007).

Pela nossa parte, mostrámos que a norma anti-racismo dificulta também, hoje em dia, a expressão aberta do racismo cultural, da hierarquização de culturas e da inferiorização cultural de pessoas percebidas como pertencendo a outras raças, culturas ou religiões. Devido à pressão normativa, a inferiorização cultural faz-se hoje sobretudo de forma indirecta, ou escondida, através da simples acentuação das diferenças culturais (Vala *et al.* 1999) entre o endogrupo de pertença e os exogrupos anteriormente abertamente racializados. Na linha dos estudos de Taguieff (1987), chamámos a este processo hetero-etnicização, a que no passado correspondeu o processo de hetero-racialização. Mostrámos também que os grupos «eticizados», ou seja, aos quais é atribuída uma diferença cultural relativamente ao grupo maioritário, reagem negativamente à atribuição dessa diferença. Aliás, quanto mais consideram que são percebidos como culturalmente diferentes, mais exprimem o sentimento de que são objecto de discriminação (Vala, Lopes e Lima 2008).

É, pois, neste contexto que propomos que o racismo tem sido objecto de transformações adaptativas que permitem manter os aspectos fundamentais das crenças raciais tradicionais, sem colocar em causa as instituições democráticas e uma auto-representação não racista ou preconceituosa. Metaforicamente, podemos pensar o racismo como um «vírus em evolução», metáfora proposta por Dovidio e Gaertner (1998). O que é novo no uso que fazemos desta metáfora (Vala e Pereira 2012) é o facto de o racismo, tal como um vírus, ser capaz de se adaptar às pressões do meio externo, ou seja, às pressões da norma do anti-racismo. São as mutações que o racismo como representação social tem sofrido, nomeadamente a deslocação do biológico para o cultural, que permitem a sua permanência difusa e socialmente eficaz.

Figura P.4 – Expressão do racismo biológico, do racismo cultural e do racismo antinegro em sete países europeus



In Vala e Pereira (2012).

Uma ilustração que nos parece bastante convincente da dinâmica da nossa hipótese sobre os efeitos positivos da norma anti-racismo e, ao mesmo tempo, da forma como essa norma provocou transformações nas crenças racistas que permitem a sua persistência encontra-se num estudo realizado em sete países europeus em que analisámos a expressão aberta de racismo antinegro (alvo de forte pressão da norma anti-racismo), de racismo biológico sem evocação de alvo (também censurado pela norma anti-racista) e a expressão do racismo cultural (alvo dessa mesma norma, mas em menor grau).

Como mostram os resultados apresentados na figura P.4, verifica-se em todos os países estudados o mesmo padrão de resposta: é mais fácil mostrar acordo com as crenças que sustentam o racismo cultural, as menos sujeitas a pressões normativas, do que com aquelas que exprimem racismo biológico, claramente antinormativas, e é mais difícil a expressão de racismo antinegro do que racismo cultural ou biológico (Vala e Pereira 2012).² Estas diferentes formas de racismo coexistem, embora com graus variáveis de expressão aberta. Ao mesmo tempo, neste mesmo estudo mostrámos que não só o racismo biológico, mas também o racismo cultural, são preditores do racismo antinegro. Ou seja, as crenças racistas de base cultural não são simples organizadores da percepção social, mas podem prever o racismo tradicional contra grupos específicos.

Tal como referido no caso das mudanças no preconceito racial, também a associação acima proposta entre transformações nas representações sociais sobre a raça e as normas sociais decorre mais de processos inferenciais do que de estudos empíricos. De facto, o peso normativo das representações sociais foi su-

² Estes dados foram recolhidos na pesquisa internacional sobre Group-Focused Enmity coordenada por Wilhem Heitmeyer e Andreas Zick.

blinhado, nomeadamente por vários autores do grupo de Aix-en-Provence, por exemplo, numa obra colectiva organizada por Abric (1994), mas também por Doise, Spini e Clémence (1999) no seu estudo sobre os direitos do homem como representações sociais normativas e por Castro (2012) nos estudos sobre o ambiente; contudo, não há, que conheçamos, estudos empíricos que incidam directamente sobre transformações sociais e normativas e transformações nas representações sobre a raça.

Conclusões

A diversidade dita racial ou étnica constitui uma das características sociais das sociedades europeias contemporâneas. Trata-se de uma diversidade sem retorno que continuará a aprofundar-se e que poderá ser vivida numa conflitualidade latente que alterna com conflitos abertos, como tem acontecido, ou que poderá ser vivida de forma relativamente pacífica com vantagem para todos os grupos envolvidos. Esta última possibilidade supõe o reconhecimento dos direitos de todo o tipo de minorias, nomeadamente das que são objecto de racia-lização e etnicização.

É no quadro deste desafio que será importante o conhecimento das representações sociais que criam e legitimam processos de diferenciação e hierarquização dos humanos e produzem categorias e grupos como se fossem entidades naturais. A ilegitimação das categorias criadas com base na biologia deixou aberta a porta à transformação das mesmas categorias em entidades culturais, também elas percebidas como naturais. A inevitabilidade da construção social das diferenças, da sua categorização, nomeação e hierarquização parece, pois, real. Mas são também reais os efeitos dos constrangimentos políticos e institucionais na aceleração dos conflitos ou na sua atenuação. As leis anti-racistas e a norma social anti-racismo produziram de facto efeitos, como se descreveu. Curiosamente, o racismo antijudeu e antinegro nasceu com caução cultural e religiosa, o «racismo científico» ofereceu uma caução biológica ao racismo enquanto tal e verifica-se hoje, por várias razões, mas também por efeito das presões sócio-normativas, uma ocultação do racismo de base biológica e o seu regresso à matriz religioso-cultural.

Para analisar estes processos sociais e os seus correlatos psicológicos propu-semos neste texto três eixos de reflexão complementares das análises mais frequentes do racismo. O primeiro propõe uma diferenciação entre o conceito de racismo e de preconceito racial, o que não impede que tenham alguns pontos em comum, quer nas consequências, quer na origem, quer nos mecanismos sociais e psicológicos que os sustentam.

A segunda mudança propõe que se conceptualize o racismo no quadro das representações sociais, o que convoca para a sua análise o tempo histórico, a

memória e as mentalidades colectivas, os processos de ancoragem e objectivação e, sobretudo, uma visão dinâmica do pensamento social (Jesuino 2011). Pela nossa parte, consideramos fundamental a articulação entre o pensamento social e processos psicológicos fundamentais, como a categorização e a comparação social, a negociação e a identidade. A articulação entre as representações sociais e estes processos é ainda incipiente e mais investigação é necessária para entendermos o que há de social e psicológico nas representações sociais.

A terceira mudança refere a necessidade da introdução das normas sociais na análise do preconceito racial e do racismo. Procurámos mostrar como as pressões normativas provocaram uma deslocação do preconceito aberto para o preconceito latente ou escondido e obrigaram a uma reconfiguração das representações sociais sobre as diferenças e organização dos grupos humanos, retirando-as do campo do biológico para o campo da cultura.

Estimulados pela obra de Duster, *Backdoor to Eugenicis*, a pergunta que deixamos é a seguinte: será que os avanços da pesquisa na biologia e nas neurociências, que têm passado com grande sucesso para o senso comum, irão de novo provocar o regresso à representação do biológico como principal organizador dos comportamentos e principal fonte de categorização dos grupos sociais?

Referências bibliográficas

- Abric, J. C. 1994. *Pratiques sociales et représentations*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Aguiar, P., J. Vala, I. Correia e C. Pereira. 2008. «Justice in our world and in that of others: belief in a just world and reactions to victims». *Social Justice Research*, 21: 50-68.
- Alexandre, V. 1999. «O império e a ideia de raça, séculos XIX e XX». In *Novos Racismos*, ed. J. Vala. Oeiras: Celta, 133-144.
- Allport, G. W. 1954. *The Nature of Prejudice*. Cambridge, MA: Addison-Wesley.
- Augoustinus, M. 2009. «Racism(s): one or many?» *International Journal of Psychology*, 44: 43-45.
- Augoustinus, M., e K. Reynolds. 2001. «Prejudice and racism. Defining the problem, 'knowing' the experience». In *Understanding Prejudice, Racism and Social Conflict*, eds. M. Augoustinus e K. Reynolds. Londres: Sage.
- Balibar, E. 2007. «Is there a neo-racism?». In *Race and Racialization*, eds. T. Gupta, C. James, R. Maake, G. Galabuzi e C. Andersen. Toronto: Canadian Scholar's Press
- Beauvois, J.-L., e N. Dubois. 1988. «The norm of internality in the explanation of psychological events». *European Journal of Social Psychology*, 18 (4): 299-316.
- Bethencourt, F. 2014. *Racisms: From the Crusades to the Twentieth Century*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Bethencourt, F., e A. Pearce. 2012. *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World*. Oxford: USA Professional.
- Braga, C., e P. Campos. 2012. «Invisíveis e subalternos: as representações sociais do indígena». *Psicologia e Sociedade*, 24: 499-506.
- Cabecinhas, R., e J. Feijó. 2010. «Collective memories of Portuguese colonial action in Africa: representations of the colonial past among Mozambicans and Portuguese youths. *International Journal of Conflict and Violence*, 4 (1): 28-44.

- Camino, L., P. Silva, A. Machado e R. C. Pereira. 2001. «A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica». *Revista de Psicologia Política*, 1 (1): 13-36
- Connelly, J. 2013. *From Enemy to Brother: The Revolution in Catholic Teaching on Jews*. Cambridge, MA: Harvard University Press
- Castelo, C. 1998. «O Modo Português de Estar no Mundo»: o Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa, 1933-1961. Porto: Edições Afrontamento.
- Castro, P. 2012. «Legal innovation for social change: exploring change and resistance to different types of sustainability laws». *Political Psychology*, 33: 89-106.
- Celso, P. S. 2012. «A memória histórica numa perspectiva psicossocial». *Morpheus, Revista Eletrônica em Ciências Humanas*, 9: 94-103.
- Cialdini, R., C. A. Kallgren e R. R. Reno. (1991). «A focus theory of normative conduct». *Advances in Experimental Social Psychology*, 24: 201-234.
- Cohen, W. B. 2003. *The French Encounter with Africans: White Response to Blacks*. Bloomington, IN: Indiana University Press.
- Correia, I., J. Vala e P. Aguiar. 2007. «Victim's innocence, social categorization and the threat to the belief in a just world». *Journal of Experimental Social Psychology*, 1 (43): 31-38.
- Correia, I., R. Brito, J. Vala e J. Perez. 2005. «Normes antiracistes et persistance du racisme flagrant: analyse comparative des attitudes face aux tziganes et face aux noirs au Portugal». *Psibologia Sociala*, 15: 7-22.
- Costa-Lopes, R., D. Wigboldus e J. Vala. 2013. «Priming meritocracy increases implicit prejudice». Manuscrito não publicado.
- Devine, P. G. 1989. «Stereotypes and prejudice: their automatic and controlled components». *Journal of Personality and Social Psychology*, 56 (1): 5-18.
- Devine, P. G., e M. J. Monteith. 1993. «The role of discrepancy-associated affect in prejudice reduction». In *Affect, Cognition, and Stereotyping: Interactive Processes in Intergroup Perception*, eds. D. M. Mackie e D. L. Hamilton. San Diego, CA: Academic, 317-344.
- Doise, W. 1984 [1976]. *A Articulação Psicossociológica e as Relações entre Grupos*. Lisboa: Moraes.
- Doise, W. 2005. «Préface». In *L'autre: regards psychosociaux*, eds. M. Sanchez-Mazas e L. Licata. Grenoble: Presses de l'Université de Grenoble.
- Doise, W., D. Spini e A. Clémence. 1999. «Human rights studied as social representations in a cross-cultural context». *European Journal of Social Psychology*, 29: 1-29.
- Dovidio, J., J. Brigham, B. Johnson e S. Gaertner. 1996. «Stereotyping prejudice and discrimination. Another look». In *Foundations of Stereotypes and Stereotyping*, eds. N. Macrae, C. Stangor e M. Hewstone. Nova Iorque: Guilford.
- Dovidio, J., e S. Gaertner. 1998. «On the nature of contemporary prejudice: the causes, consequences and challenges of aversive racism». In *Confronting Racism: The Problem and the Response*, eds. J. L. Eberhardt e S. Fiske. Thousand Oaks: Sage.
- Duckitt, J. 1992. «Psychology and prejudice: a historical analysis and integrative framework». *American Psychologist*, 47 (10): 1182-1193.
- Dustser, T. 1990. *Backdoor to Eugenics*. 2.^a ed. Nova Iorque: Routledge.
- Falomir-Pichastor, J., F. Gabarrot e G. Mugny. 2009. «Group motives in threatening contexts: when a loyalty conflict paradoxically reduces the influence of an anti-discrimination ingroup norm». *European Journal of Social Psychology*, 39: 196-206.
- Fazio, R., e M. Olson. 2003. «Implicit mechanisms in social cognition research: their meaning and use». *Annual Review of Psychology*: 54: 297-397.
- Fiske, S. T. 1998. «Stereotyping, prejudice and discrimination». In *Handbook of Social Psychology*. Vol. 2, eds. D. Gilbert, S. Fiske e G. Lindzey. Boston, MA: McGraw-Hill, 357-411.
- Fredrickson, G. M. 2004. *Racismo: Uma Breve História*. Porto: Campo das Letras.

- Gaertner, S. L., e J. F. Dovidio. 2005. «Understanding and addressing contemporary racism: from aversive racism to the common ingroup identity model». *Journal of Social Issues*, 61: 615-239.
- Gaertner, S., e J. McLaughlin. 1983. «Racial stereotypes: associations and ascriptions of positive and negative characteristics». *Social Psychology Quarterly*, 46: 23-30.
- Gobineau, C. 1967 [1853]. *Essai sur l'inégalité des races humaines*. Paris: Éditions Pierre Belfond.
- Green, A., D. Carney, D. Pallin, L. Ngo, K. Raymond, L. Iezzoni e M. Banaji. 2007. «Implicit bias among physicians and its prediction of thrombolysis decisions for black and white patients». *Journal of General Internal Medicine*, 22: 1231-1238.
- Greenwald, A. G., D. E. McGhee e J. L. K. Schwartz. 1998. «Measuring individual differences in implicit cognition: the implicit association test». *Journal of Personality and Social Psychology*, 74 (6): 1464-1480.
- Henriques, I. C. 2011. *Catálogo da Exposição «Os Africanos em Portugal – História e Memória, Séculos XV-XXI»*. Lisboa: Comité Português do Projecto A Rota da Escravidura
- Howarth, C., e Derek Hook. 2005. «Towards a critical social psychology of racism: points of disruption». *Journal of Community and Applied Social Psychology*, 15 (6): 425-431.
- Huntington, S. P. 2004. *Who Are We? The Challenges to America's National Identity*. Nova Iorque: Simon & Schuster, Inc.
- Jahoda, G. 1998. *Images of Savages: Ancient Roots of Modern Prejudice in Western Culture*. Londres: Routledge.
- Jesuino, J. 2011. «Knowledge in a raft: comments to Denise Jodelet». *Papers on Social Representations*, 20: 40.1-40.6.
- Jodelet, D. 2005. «Formes et figures de l'altérité». In *L'autre: regards psychosociaux*. eds. M. Sanchez-Mazas e L. Licata. Grenoble: Presses de l'Université de Grenoble, 23-47.
- Jones, J. M. 1972. *Prejudice and Racism*. Reading: Addison-Wesley.
- Katz, I., e R. Hass. 1988. «Racial ambivalence and American value conflict: correlational and priming studies of dual cognitive structures». *Journal of Personality and Social Psychology*, 55: 893-905.
- Kalampalikis, J., e V. Haas. 2008. «More than a theory: a new map of social thought». *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 38: 449-450.
- Lara, S. H. 1999. *Ordenações Filipinas, Livro V*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Las Casas, B. 1989 [1552]. *Brevissima Relación de la Destrucion de Africa*. Madrid: Editorial San Esteban.
- Leyens, J.-P. 2012. *Sommes-nous tous racistes?* Bruxelas: Mardaga.
- Leyens, J.-P., P. M. Paladino, R. Rodriguez-Torres, J. Vaes, S. Demoulin, A. Rodriguez-Perez e P. Gaunt. 2000. «The emotional side of prejudice: the attribution of secondary emotions to ingroups and outgroups». *Personality and Social Psychology Review*, 4 (2): 186-197.
- Leyens, J.-P., S. Demoulin, J. Vaes, R. Gaunt e P. Paladino. 2007. «Infra-humanization: the wall of group differences». *Social Issues and Policy Review*, 1: 139-172.
- Licata, L., e C. Volpato. 2010. «Introduction: collective memories of colonial violence». *International Journal of Conflict and Violence*, 4 (1): 4-10.
- Licata, L., O. Klein e R. Gély. 2007. «Mémoire des conflits, conflits de mémoires: une approche psychosociale et philosophique du rôle de la mémoire collective dans les processus de réconciliation intergroupe». *Social Science Information*, 46 (4): 563-589.
- Licata, L., e O. Klein. 2010. Holocaust or benevolent paternalism? Intergenerational comparisons on collective memories and emotions about Belgium's colonial past. *International Journal of Conflict and Violence*, 4 (1): 45-57.
- Lima, M. E., e J. Vala. 2004. «As novas formas de expressão do preconceito e do racismo». *Estudos de Psicologia*, 9 (3): 401-411.

- Lima, M. E. 2002. «Normas sociais e racismo: efeitos do individualismo meritocrático e do igualitarismo na infra-humanização dos negros». Tese de doutoramento, ISCTE.
- Lima, M., C. Machado, J. Ávila, C. Lima e J. Vala. 2006. «Normas sociais e preconceito: o impacto da igualdade e da competição no preconceito automático contra os negros». *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19: 309-319.
- Matos, P. F. 2006. *As Côres do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Monteiro, N., L. França e R. Ricardo. 2009. «The development of intergroup bias in childhood: how social norms can shape children's racial behaviours». *International Journal of Psychology*, 44: 29-39.
- Moscovici, S. 1962. *La psychanalyse: son image, et son public. Étude sur la représentation sociale de la psychanalyse*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. 1984. «The phenomenon of social representations». In *Social Representations*, eds. R. M. Farr e S. Moscovici. Cambridge: Cambridge University Press, 3-69.
- Moscovici, S. 2002. «Pensée stigmatisée et pensée symbolique: deux formes élémentaires de la pensée sociale». In *Les formes de la pensée sociale*, ed. C. Garnier. Paris: PUF.
- Moscovici, S., e J. A. Pérez. 1997. «Prejudice and social representations». *Papers on Social Representations*, 6 (1): 27-36.
- Nosek, B. A., M. R. Banaji e A. G. Greenwald. 2002. «Harvesting implicit group attitudes and beliefs from a demonstration website». *Group Dynamics*, 6 (1): 101-115.
- Pereira, C. 2013. «Describing and measuring biological and cultural racism». Manuscrito em preparação.
- Pereira, C., J. Vala e J.-P. Leyens. 2009. «From infra-humanization to discrimination: the mediation of symbolic threat needs egalitarian norms». *Journal of Experimental Social Psychology*, 45: 336-344.
- Pereira, C., J. Vala e R. Costa-Lopes. 2010. «From prejudice to discrimination: the legitimizing role of the perceived threat in discrimination against immigrants». *European Journal of Social Psychology*, 40 (7): 1231-1250.
- Pereira, C., e R. Costa-Lopes. 2012. *Normas, Atitudes e Comportamento Social*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pérez, J. A. 1996. «Nuevas formas de racismo». In *Del Prejuicio al Racismo: Perspectivas Psicosociales*, eds. J. F. Morales e S. Yubero. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.
- Pettigrew, T. F., e R. W. Meertens. 1995. «Subtle and blatant prejudice in western Europe». *European Journal of Social Psychology*, 25: 57-75.
- Plant, E., e P. Devine. 1998. «Internal and external motivation to respond without prejudice». *Journal of Personality and Social Psychology*, 75: 811-832.
- Pollares-Burke, M. 2012. «Gilberto Freyre and Brazilian self-perception». In *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World*, eds. F. Bettencourt e A. Pearce. Londres: Oxford University Press.
- Rothbart, M., e M. Taylor. 1992. «Category labels and social reality: do we view social categories as natural kinds?» In *Language, Interaction and Social Cognition*, eds. G. Semin e K. Fiedler. Londres: Sage, 11-36.
- Said, E. 2007 [1978]. *Orientalismo*. Lisboa: Cotovia.
- Sanchez-Mazas, M. 2004. *Racisme et xénophobie*. Paris: PUF.
- Sears, O., e J. McConahay. 1973. *The Politics of Violence: The New Urban Blacks and the Watts of Riot*. Boston, MA: Houghton-Miifflin.
- Sherif, M., e C. Sherif. 1953. *Groups in Harmony and Tension: an Integration of Studies on Intergroup Relations*. Nova Iorque: Harper and Row.

- Sobral, J. M. 2004. «O Norte, o Sul, a raça, a nação – representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)». *Análise Social*, XXXIV (171): 255-284.
- Taguieff, P. A. 1987. *La force du préjugé: essai sur le racisme et ses doubles*. Paris: Éditions La Découverte.
- Tajfel, H. 1982. *Grupos Humanos e Categorias Sociais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Vala, J., e C. Pereira. 2012. «Racism: an evolving virus». In *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World*, eds. F. Bethencourt e A. J. Pearce. Nova Iorque: Oxford University Press, 49-70.
- Vala, J., C. Pereira e A. Ramos. 2006. «Preconceito racial, percepção de ameaça e oposição à imigração». In *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, eds. J. Vala e A. Torres. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 221-250.
- Vala, J., C. Pereira e R. Costa-Lopes. 2009. «Is the attribution of cultural differences to minorities an expression of racial prejudice?» *International Journal of Psychology*, 44: 20-28.
- Vala, J., C. Pereira, M. E. O. Lima e J.-P. Leyens. 2012. «Intergroup time bias and racialized social relations». *Personality and Social Psychology Bulletin*, 38 (4): 491-504.
- Vala, J., D. Lopes e M. Lima. 2008. «Black immigrants in Portugal: luso-tropicalism and prejudice». *Journal of Social Issues*, (64): 287-302.
- Valentim, J. P. 2008. *Identidade e Lusofonia nas Representações Sociais de Portugueses e de Africanos*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Xavier, Â. B. 2012. «Purity of blood and caste. Identity narratives among early modern Goan elites». In *Race and Blood in the Iberian World*, eds. D. Nirenberg, M.-E. Martinez e M. S. H. Torres. Londres: Lit Verlag.

É comum pensar que a especificidade da nossa cultura e da nossa história colonial, a fácil miscigenação de portugueses com outros povos, o facto de muitos africanos residentes no país serem cidadãos nacionais, ou que o facto da maioria dos imigrantes africanos ser proveniente das antigas colónias, contribuiria para a especificidade de um eventual racismo em Portugal. No fundo, esta ideia é ainda uma consequência da ideologia «luso-tropicalista» e é alimentada por actores políticos de diferentes quadrantes. Ora, o conjunto dos resultados da presente pesquisa mostra que as crenças racistas se organizam em Portugal de forma semelhante à de outros países europeus; que os factores que estão na sua génese não são, significativamente, diferentes daqueles que subjazem ao racismo subtil ou flagrante noutros países.

Capa: **Ana Vidigal**, *You'll never walk alone*, 1997, técnica mista s/tela, 163x190cm.
Cortesia da Galeria 111

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

UID/SOC/50013/2013



Imprensa
de Ciências
Sociais

www.ics.ulisboa.pt/imprensa

